

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA – PPGL
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA, PORTUGUÊS E LÍNGUAS CLÁSSICAS – LIP
INSTITUTO DE LETRAS - IL

WELLINGTON PEDRO DA SILVA

**MEMÓRIAS, IDENTIDADES E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: DECOLONIZAR OS
ESTUDOS DISCURSIVOS CRÍTICOS**

**Brasília – DF
2022**

WELLINGTON PEDRO DA SILVA

**MEMÓRIAS, IDENTIDADES E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: DECOLONIZAR OS
ESTUDOS DISCURSIVOS CRÍTICOS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Kleber Aparecido da Silva

**Brasília – DF
2022**

PS586m Pedro da Silva , Wellington
Memórias, Identidades e Territórios Periféricos:
Decolonizar os Estudos Discursivos Críticos / Wellington
Pedro da Silva ; orientador Kléber Aparecido da Silva . --
Brasília, 2022.
307 p.

Tese(Doutorado em Linguística) -- Universidade de
Brasília, 2022.

1. Análise de Discurso Crítica . 2. Memória Social . 3.
Representação dos atores sociais . 4. Periferia . 5.
Território . I. Aparecido da Silva , Kléber , orient. II.
Título.

WELLINGTON PEDRO DA SILVA

MEMÓRIAS, IDENTIDADES E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: DECOLONIZAR OS ESTUDOS DISCURSIVOS CRÍTICOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística. Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas. Instituto de Letras, Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção de grau de Doutor em Linguística, área de concentração Linguagem e Sociedade.

Defendida e aprovada em 04 de agosto de 2022.

Banca examinadora formada pelos professores:

Professor Doutor Kleber Aparecido da Silva – PPGL/UnB (Orientador – Presidente)

Professor Doutor Hércules Tolêdo Corrêa – PPGE/CEAD/UFOP – Membro

Professora Doutora Francisca Cordélia Oliveira da Silva – PPGL/UnB – Membro

Professora Doutora Marijara Souza Queiróz – FCI/UnB - Membro

Professora Doutora Viviane Cristina Vieira – PPGL/UnB – Suplente

Professor Doutor Clóvis Carvalho Britto - FCI/UnB - Suplente

Todo caminho da gente é resvaloso. Mas também, cair não prejudica demais, a gente levanta, a gente sobe, a gente volta!... O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: Esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem. Ser capaz de ficar alegre e mais alegre no meio da alegria, E ainda mais alegre no meio da tristeza...

Guimarães Rosa

Para o meu sobrinho David Henrique por me ensinar o amor, a amizade e o carinho, por ensinar que a saudade também é uma forma de amor. Tantas coisas em uma só pessoa. David vive em mim (*in memoriam*)

Para Josefa Salustriano, minha mãe e Antônio Pedro, meu pai.

AGRADECIMENTOS

“[...] E aprendi que se depende sempre
De tanta, muita, diferente gente
Toda pessoa sempre é as marcas
Das lições diárias de outras tantas pessoas

E é tão bonito quando a gente entende
Que a gente é tanta gente onde quer que a gente vá
E é tão bonito quando a gente sente
Que nunca está sozinho por mais que pense estar

É tão bonito quando a gente pisa firme
Nessas linhas que estão nas palmas de nossas mãos
É tão bonito quando a gente vai à vida
Nos caminhos onde bate, bem mais forte o coração”

(Caminhos do Coração – Gonzaguinha)

Toda construção é coletiva, ainda que pareça individual. Não é diferente com a realização desta pesquisa, que seguiu os “Caminhos do coração” de tanta, muita, diferente gente que fez parte desta caminhada. A canção de Gonzaguinha representa muito bem essa pesquisa feita a várias mãos, não está presente somente a minha voz enquanto pesquisador, mas na voz de muitas outras pessoas por esses caminhos que percorri. Agora chegou o momento de agradecer, mesmo que seja difícil, por meio da linguagem, encontrar as palavras certas, mas o sentimento de gratidão é muito maior para qualquer palavra que possa defini-lo.

As escolhas são minhas, mas fazer com que elas aconteçam depende de muita gente, inclusive pessoas que se abdicaram para que eu seguisse. Meritocracia? Sim, mas uma meritocracia compartilhada, comunitária e familiar, por isso, e não somente por isso, preciso agradecer agora e seguir sempre agradecendo.

Início pelos Pontos de Memória espalhados pelo território brasileiro, por fazerem parte da minha formação cidadã, por sonharem juntos, por serem constituídos de pessoas e sonhos e principalmente por serem chama desta pesquisa. A caminhada com vocês é carregada de afeto, carinho, amor, desejos, lutas e resistências.

Carmem Caetano, obrigado por acreditar, por caminhar junto, por se apaixonar por minha pesquisa e por enxergar em mim potencialidades que eu mesmo desconhecia.

Agradeço ao Kleber Aparecido por mostrar que a caminhada nunca é sozinha, pelo carinho que acolheu minha pesquisa e assumiu a orientação, pelo seu olhar tão generoso. Obrigado por acreditar e plantar sementes que germinaram e que fez essa pesquisa florescer.

Agradeço ao meu sobrinho David Henrique, por seu amor, companheirismo, amizade, e por ser luz na minha vida. A saudade que sinto “dói latejando, é assim...” aguardo o dia em que iremos nos reencontrar. “Não vou esquecer, vou te celebrar”. Aos meus sobrinhos Pedro, Letícia e Ana Carolina, por serem amor e esperança. O amor por um sobrinho é algo muito forte, de certa maneira eles são extensões de nós mesmos. Nossas experiências paternas, nossos amigos, nossas preocupações e nosso desejo de realização. Amar um sobrinho é também estar em comunhão com nossos irmãos, acolher o que eles realizaram de melhor. Ter irmão é bom, mas ter sobrinhos é algo inexplicável. Desejo que a vida seja generosa com a caminhada deles, desejo poder amá-los cada vez mais e poder ser sempre tio.

Aos meus filhos, Adriele e Natanael, por darem outros sentidos ao existir. Quando olho para eles consigo enxergar a vida e ser grato a ela. Que o mundo seja grande, mas que caiba na palma da mão. Ao meu neto Úrick Gabriel, por ser, em mim, vontade de continuar.

Agradeço ao meu pai, Antônio Pedro, e minha mãe, Josefa Salustriano, por serem apenas eles, com toda a grandeza que isso possa significar. Essa caminhada é com eles e por eles, é por amor, por sonhos, realizações e pela honra de ser um de seus filhos.

Agradeço a minha irmã Leila, por ser companheira, por sonhar e acreditar e por ser em mim, extensão do amor que transborda. Agradeço a minha irmã Sandra, por sermos o princípio e o fim e o acalanto da dor um do outro. Agradeço ao meu irmão Wagner, por ser força, amigo e por ser irmão.

Aos professores que fazem parte desta banca, confio a vocês algo grande de mim. Não é somente o olhar para o meu trabalho, mas a confiança e respeito que sinto por cada um. Hércules, foi com você os meus primeiros passos como pesquisador, carrego em mim o seu melhor. Cordélia, como foi bom falar da minha pesquisa nas suas disciplinas. Marijara, como sua presença é importante e saber que dividimos sonhos e escutas, Viviane Vieira, você aceitar ler meu trabalho foi um presente. Ao Clóvis por também desejar essa pesquisa e entender sua importância. Obrigado por vivenciarem comigo este momento.

Juliana Dias, mesmo não tendo cursado disciplinas com ela, mas estive, de alguma maneira, contribuindo com a pesquisa, até quando acolheu os que amo. Janaina, não imagino meu doutorado sem suas aulas e alegria constante. Edina, pelo carinho e por compreender nossas limitações. Viviane Resende, por me acolher no início e entender que era preciso voar mais longe.

Agradeço aos professores que passaram na minha vida, desde o Ensino Fundamental até o Doutorado. Sou o resultado do esforço de cada um de vocês. Aos amigos da Escola Municipal Professora Alcida Torres, aos amigos do Instituto de Educação de Minas Gerais, aos amigos do Centro Universitário de Belo Horizonte, aos amigos da Universidade Federal de Ouro Preto e aos amigos da Universidade de Brasília.

Deixo o meu carinho especial aos amigos de pesquisa, caminhamos juntos, vivemos nossas angústias, mas ao final somos os nossos sonhos, desejos e realizações. Por diversos momentos pensamos se realmente era isso que deveríamos fazer, mas se cheguei até aqui também foi por compartilhar a vida com vocês, pois fazer pesquisa também é compartilhar existências. As tardes na biblioteca, os bares que fomos beber, chorar, rir, reclamar, as mensagens, ligações, os *memes*, as saídas e principalmente o cuidar um com o outro, as relações são assim.

Desejo que Camila voe longe, obrigado por me ensinar que é possível evoluir e por ser uma pessoa tão admirável. Luciara, por toda intensidade compartilhada e por não termos limites rrsrs. Ao Leonardo José, meu irmãozinho cabeça dura. Nós somos “a chuva que lança areia do Saara, sob os automóveis de Roma”. Fábio (Fabicha), a pessoa mais “babado” que já conheci. Sua presença é um presente. Vocês são luz para o meu caminho. “Amizade verdadeira a gente sente / Eu posso ficar 3 vida sem trombar que nós é amigo pra sempre / Hoje por vocês eu vim”.

Leonardo Dalla, quase sempre sem saber “o que que tá acontecenu” se fez amigo. Liliane, pelas tardes na biblioteca olhando os bofinhos e pelos puxões de orelha. Josi, foi muito bom estar com você desde o início. Michelle, sua presença é essencial, obrigado por todo carinho e amor. Ana Cláudia, foi ótimo estar com você, até conseguimos te raptar para algumas saídas rrsrs. Roberto, obrigado pelas conversas. Débora, uma pessoa tão gentil, foi maravilhoso quando fomos a Córdoba. Sandra Campêlo, senti um carinho tão especial por você desde o início, desejo o universo de possibilidades na sua caminhada. Larisse Lázaro, obrigado por seu carinho. Renata Mourão, compartilhamos o IF e tantas outras histórias, inclusive o orientador rrsrs. Juliana, Bia, Kelly e Mayssara, pessoas tão queridas.

Agradeço tanto ao Instituto Federal de Brasília pelas experiências vividas, por me sentir tão amado e por ser a certeza de que o caminho é esse mesmo. Lá, encontrei pessoas maravilhosas que estão guardadas no coração.

Agradeço a UnB *campus* Ceilândia, por também ser a continuidade desse caminhar, pelo carinho dos alunos e por me fazer, assim como o IFB, PROFESSOR!

Ao UDF, por ser meu lugar de colocar em prática tudo o que fui estudando. Aos alunos pelo carinho intenso e por deixarem evidente que nenhum discurso é neutro e aos professores e amigos de caminhada, por crescermos juntos.

Agradeço aos grupos de pesquisa Geplad – UnB, GEFOR – IFB, GECAL - UnB e MULTDIC – UFOP por serem parte da minha formação como pesquisador e por fazerem pesquisa com dedicação, qualidade e amor.

Ao Instituto Brasileiro de Museus e aos amigos que lá encontrei, em especial as pessoas que passaram pela COMUSE, o carinho e amor que tenho por cada uma transborda em mim.

Agradeço em especial os cinco Pontos de Memória que compõem o *corpus* da pesquisa. Do Norte, Ponto de Memória da Terra Firme, tenho o carinho de Helena e Camila Quadros, Batista, José Maria, Madalena, Chiconá, Chiquinha, Camila Moura, Sâmia. Helena Quadros é a nossa rainha e está olhando por nós. Sua presença é muito marcante na minha vida e na pesquisa, sua memória está presente na nossa luta.

Do Nordeste, Museu Cultura Periférica, tenho Sirlene, Neno e minha amiga Viviane Rodrigues, sempre estivemos juntos em momentos decisivos das nossas vidas, os Pontos de Memória nos juntou, mas nosso amor seguiu. Obrigado por ser você, eu “gostcho muitcho”.

Do Sul, Ponto de Memória Lomba do Pinheiro, tenho Teresinha, Isolina, Eduíno, e minha amiga Cláudia Feijó. Caminhar com Cláudia trouxe grandes alegrias, como Jean Baptista e Tony Boita, pessoas incríveis.

Do Centro-Oeste, Ponto de Memória da Estrutural, tenho minha querida Abadia, Deusani, Karol e Silmara. Prometi para a Abadia que esse título é nosso, seremos doutores juntos.

Do Sudeste, o Ponto de Memória do Taquaril, meu lar. Agradeço ao rapper W2, Clóvis, Nenéo, Seu Oswaldo, Fernanda e tantos outros e outras que conformam a história do Ponto.

Aos outros Pontos de Memória que integram a primeira fase do programa Adriano Almeida, do Ponto de Memória do Grande Bom Jardim – Fortaleza; Vanessa e Guerreiro, do Ponto de Memória Museu Mangue do Coque; Roberto e sua família, do Ponto de Memória do Beirú – Salvador; Ao João Bispo e família, do Ponto de Memória da Grande São Pedro – Vitória; ao Sidnei Tartaruga, Katia, Valquíria, Cida e Antônia, do Ponto de Memória Museu da Favelas – MUF – Rio de Janeiro.

Aline Cântia e Chicó do Céu, do Ponto de Memória do Pompeu, em Sabará – MG, pessoas queridas, amadas e agregadoras. Junto com eles vem o Silas, sua filha, o Fernando e tantos outros.

Alliny Andrade, sua amizade é um grande presente do universo. Obrigado pelo carinho, por ser escuta dos segredos e por compartilhar a vida. Ao João Paulo – um surdo babado, Nina e Gabriel, por serem um combo da nossa relação. Tatianne Gomes, agradeço a confiança e os desafios propostos, amizade e carinho. Dayse, obrigado pela amizade e carinho. A pessoa mais organizada que conheço. Como é bom compartilhar com vocês momentos tão importantes.

Agda e Mariana, vocês conhecem o mais verdadeiro de mim. Amo vocês com toda intensidade que isso possa ter. Nosso encontro já estava planejado desde sempre.

Ao Jonas e Maiara, pessoas tão queridas e que desejo o universo de possibilidades. Aos meus orientandos de iniciação científica, Roberth, Estevão, Amanda, Tallis e Sarah. Agnes, por confiar a responsabilidade na condução da escrita do artigo do PIBID.

Ao Ayu, pelo carinho e generosidade ao editar o vídeo/documentário de apresentação da tese.

Ao querido Jonathan Bispo, pelo carinho e cuidado e por abraçar a proposta da cartilha. A sua família, que também ficou sendo a parte da minha.

A família dos Magalhães, por toda importância desde a minha chegada a Brasília. Vocês foram a minha família por estas terras. Uma gratidão muito grande pela tia Maria.

Ao Estevão, vejo muito de mim em você e desejo tanta coisa no seu caminhar. Você não imagina a importância que tem no meu existir.

Aos amigos Rafael Raposo, Simone Braz, Letícia Couto, Juliana Parente, Giovani Amaral, Marcela, Samantha e Vanessa. Dos carinhos e afetos proporcionados pelo IFB, admiro sempre cada um/uma de vocês.

A Rejane Debie e Caroline Cardoso, nossos caminhos foram cruzados na graduação e levo vocês para o meu existir.

Ao querido Cristiano Goldschmidt, por sua presença e carinho. A minha amiga/irmã Maria Gomes por toda confiança e desejo de realizações. Meu caminhar nos afastou na distância geográfica, mas não do amor. Obrigado a você e toda a sua família, que é minha também.

As pessoas que sempre torceram por mim, que desejaram o mundo de possibilidades na minha caminhada. Essa caminhada não é sozinha é com cada um/uma de vocês. Aos amigos que foram se encantando e deixaram suas marcas na minha vida.

“Agradecer, ter o que agradecer. Louvar e abraçar”

RESUMO

Esta pesquisa surge por meio de reflexões que venho desenvolvendo, nos últimos anos, a respeito da memória como direito e seu despertar como vontade política por grupos socialmente excluídos de processos historiográficos oficiais. Tais reflexões são direcionadas para ações de ressignificação, que caracterizam a construção e a manutenção da memória individual, coletiva e social, e seus usos institucionais e comunitários. O trabalho com a memória, nas suas dimensões individual, coletiva e social, contribui no processo de construção de políticas públicas participativas voltadas para interseccionalidades de classe, raça/etnia e gênero. Dessa forma, as representações das relações discursivas dos atores sociais no processo de consolidação do Programa Pontos de Memória configuram-se como objeto de análise desta pesquisa, considerando as pessoas que atuam em suas instâncias como atores no processo de criação e consolidação, por meio do desejo de concretização do direito e vontade política de memória. Metodologicamente o *corpus* investigativo é constituído por narrativas e documentos da trajetória do Programa Pontos de Memória e sua configuração como política pública de memória social no Brasil. Desta maneira, acesso narrativas orais de vida de atores sociais de comunidades das cinco regiões do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória, assim distribuídas: Ponto de Memória Museu do Taquaril, na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais; Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, Rido Grande do Sul; Ponto de Memória da Estrutural, no Distrito Federal; Ponto de Memória Museu Cultura Periférica, na cidade de Maceió, em Alagoas e; Ponto de Memória da Terra Firme, em Belém do Pará. Apresento duas dimensões de pesquisas assim constituídas: a) As representações dos atores sociais em comunidades de atuação de Pontos de Memória e; b) As práticas institucionais na proposição de políticas públicas – Documentos formais. Essas dimensões são convergentes e caminham no estabelecimento de relações voltadas para a memória institucional e comunitária do Programa, os documentos formais institucionais e comunitários e sua configuração como política participativa em memória social. Proponho uma análise do meu objeto de investigação articulada com a Análise de Discurso Crítica, (CHOULIVRAKI; FAIRCLOUGH, 1999), (FAIRCLOUGH, 2003, 2016), bem como da representação e identificação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1997, 2008) no processo de construção das identidades sociais (HALL 1997, 1998, 2000), (CASTELLS, 2003, 1999) por meio de expressões da memória (RICOEUR, 2007, 1995) e da noção de pertença territorial (SANTOS, 2005, 2002), (LEFEBVRE, 2008), (HARVEY, 2014) e o uso e a ressignificação da memória coletiva como instrumento de política de identidades presentes nas narrativas (ALBERTI, 2005), (MEIHY, 2010) dos atores sociais de comunidades de atuação de Pontos de Memória. Nesse sentido, o uso da linguagem é compreendido como prática social e ação historicamente situada, constituída socialmente por identidades, bem como pelas relações e os sistemas de conhecimentos, valores e crenças, uma vez que os discursos são materializados no campo social. O campo da memória social, coletiva e das configurações identitárias está sempre em disputa, nesse espaço de disputa que irá surgir a noção de pertença de moradores de comunidades periféricas que, por questões hegemônicas, tiveram suas lutas silenciadas, mas que, pelo reconhecimento da memória como uma vontade política, buscam novas estratégias de evidenciar essas memórias por meio de suas narrativas e da relação de pertencimento territorial.

Palavras-chave: Análise de Discurso Crítica. Pontos de Memória. Território de Memória. Representação dos atores sociais. Periferia.

ABSTRACT

This research arises through reflections that I have been developing, in recent years, about memory as a right and its awakening as a political will by social groups excluded from official historiographical processes. Such reflections are directed towards actions of re-signification, which characterize the construction and maintenance of individual, collective, and social memory, and their institutional and community uses. The work with memory, in its individual, collective, and social dimensions, contributes to the process of building participatory public policies aimed at intersectionalities of class, race/ethnicity, and gender. Thus, the representations of the discursive relations of social actors in the process of consolidation of the Points of Memory Program are configured as the object of analysis of this research, considering the people who act in its instances as actors in the process of creation and consolidation, through the desire to realize the right and political will of memory. Methodologically, the investigative corpus is constituted by narratives and documents of the trajectory of the Points of Memory Program and its configuration as a public policy of social memory in Brazil. Thus, I access oral narratives of the life of social actors from communities in the five regions of the Brazilian territory with the action of Memory Points, thus distributed: Point of Memory Museum of Taquaril, in the city of Belo Horizonte - Minas Gerais; Point of Memory of Lomba do Pinheiro, in Porto Alegre, Rio Grande do Sul; Point of Memory of Estrutural, in the Distrito Federal; Point of Memory Museum Culture Peripheral, in the city of Maceió, in Alagoas and; Point of Memory of Terra Firme, in Belém do Pará. I present two dimensions of research thus constituted: a) The representations of social actors in communities of action of Points of Memory and; b) The institutional practices in the proposition of public policies - Formal documents. These dimensions are convergent and walk in the establishment of relationships focused on the institutional and community memory of the Program, the formal institutional and community documents, and its configuration as participatory policy in social memory. I propose an analysis of my research object articulated with Critical Discourse Analysis, (CHOULIVRAKI; FAIRCLOUGH, 1999), (FAIRCLOUGH, 2003, 2016), as well as the representation and identification of social actors (VAN LEEUWEN, 1997, 2008) in the process of construction of social identities (HALL 1997, 1998, 2000), (CASTELLS, 2003, 1999) through expressions of memory (RICOEUR, 2007, 1995) and the notion of territorial belonging (SANTOS, 2005, 2002), (LEFEBVRE, 2008), (HARVEY, 2014) and the use and re-signification of collective memory as an instrument of identity politics present in the narratives (ALBERTI, 2005), (MEIHY, 2010) of the social actors of communities of action of Points of Memory. In this sense, the use of language is understood as social practice and historically situated action, socially constituted by identities, as well as by relations and systems of knowledge, values, and beliefs, since the speeches are materialized in the social field. The field of social, collective memory and identity configurations is always in dispute, in this dispute space will arise the notion of belonging of residents of peripheral communities that, for hegemonic issues, had their struggles silenced, but that, by the recognition of memory as a political will, seek new strategies to highlight these memories through their narratives and the relationship of territorial belonging.

Keywords: Critical Discourse Analysis. Points of Memory. Territory of Memory. Representation of social actors. Periphery.

RESUMEN

Esta investigación surge a partir de las reflexiones que he venido desarrollando, en los últimos años, sobre la memoria como derecho y su despertar como voluntad política por parte de grupos sociales excluidos de los procesos historiográficos oficiales. Dichas reflexiones se dirigen a las acciones de resignificación que caracterizan la construcción y el mantenimiento de la memoria individual, colectiva y social, y sus usos institucionales y comunitarios. El trabajo con la memoria, en sus dimensiones individual, colectiva y social, contribuye al proceso de construcción de políticas públicas participativas dirigidas a las interseccionalidades de clase, raza/etnia y género. De esta forma, las representaciones de las relaciones discursivas de los actores sociales en el proceso de consolidación del Programa de Puntos de Memoria se configuran como objeto de análisis de esta investigación, considerando a las personas que actúan en sus instancias como actores en el proceso de creación y consolidación, mediante el deseo de concreción del derecho y la voluntad política de la memoria. Metodológicamente, el corpus de la investigación está constituido por relatos y documentos de la trayectoria del Programa Puntos de Memoria y su configuración como política pública de memoria social en Brasil. De esta manera, se accede a las narrativas orales de la vida de los actores sociales de las comunidades de las cinco regiones del territorio brasileño con la presencia de los Puntos de Memoria, así distribuidos: Punto de Memoria del Museo Taquaril, en la ciudad de Belo Horizonte - Minas Gerais; Punto de Memoria Lomba do Pinheiro, en Porto Alegre, Rido Grande do Sul; Punto de Memoria Estrutural, en el Distrito Federal; Punto de Memoria del Museo de la Cultura Periférica, en la ciudad de Maceió, en Alagoas y; Punto de Memoria Terra Firme, en Belém do Pará. Presento dos dimensiones de la investigación así constituidas: a) Las representaciones de los actores sociales en las comunidades de acción de los Puntos de Memoria y; b) Las prácticas institucionales en la proposición de políticas públicas - Documentos formales. Estas dimensiones son convergentes y caminan en el establecimiento de relaciones centradas en la memoria institucional y comunitaria del Programa, los documentos institucionales y comunitarios formales y su configuración como política participativa en la memoria social. Propongo un análisis de mi objeto de investigación articulado con el Análisis Crítico del Discurso, (CHOULIVRAKI; FAIRCLOUGH, 1999), (FAIRCLOUGH, 2003, 2016), así como la representación e identificación de los actores sociales (VAN LEEUWEN, 1997, 2008) en el proceso de construcción de las identidades sociales (HALL 1997, 1998, 2000), (CASTELLS, 2003, 1999) a través de las expresiones de la memoria (RICOEUR, 2007, 1995) y la noción de pertenencia territorial (SANTOS, 2005, 2002), (LEFEBVRE, 2008), (HARVEY, 2014) y el uso y resignificación de la memoria colectiva como instrumento de política identitaria presente en las narrativas (ALBERTI, 2005), (MEIHY, 2010) de los actores sociales de las comunidades de acción de los Puntos de Memoria. En este sentido, el uso del lenguaje se entiende como una práctica social y una acción históricamente situada, constituida socialmente por identidades, así como por relaciones y sistemas de conocimiento, valores y creencias, ya que los discursos se materializan en el campo social. El campo de la memoria social, colectiva y de las configuraciones identitarias está siempre en disputa, en este espacio de disputa que surgirá la noción de pertenencia de los habitantes de las comunidades periféricas que, por cuestiones hegemónicas, tuvieron sus luchas silenciadas, pero que, por el reconocimiento de la memoria como voluntad política, buscan nuevas estrategias para destacar estas memorias a través de sus narrativas y la relación de pertenencia territorial.

Palabras-clave: Análisis Crítico del Discurso. Puntos de Memoria. Territorio de Memoria. Representación de los actores sociales. Periferia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A primeira imagem é a obra do artista mineiro Gildásio Jardim, artesão da cidade de Padre Paraíso, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A segunda é uma reportagem do Jornal HOJE EM DIA, datada de 20/08/1997.	38
Figura 2- Senhor Geraldo - Morador do Taquaril, da janela de sua casa apontando para as outras casas.	39
Figura 3: Representação dos 12 Pontos de Memória pioneiros distribuídos pelo território brasileiro	44
Figura 4: Elementos na construção da pesquisa documental	116
Figura 5: Elementos na elaboração das estratégias investigativas em narrativas orais de vida.	117
Figura 6: Elementos na elaboração de estratégias metodológica para a etnografia discursiva.	117
Figura 7: Rede de narrativas orais de vida dos participantes e grupos.....	131
Figura 8: Modelo da memória, território e atores sociais para a transformação da realidade social.....	191
Figura 9: Representação do território físico e simbólico na conformação de identidades.	209
Figura 10: Representação do território do Museu de Favela - MUF.....	213
Figura 11: Representação dos atores sociais.	218
Figura 12: Divulgação do 5º Fórum de Museus 40 anos da mesa de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade.	225
Figura 13: Participantes e interações no Contexto de situação e de cultura na institucionalização do Programa Pontos de Memória	251
Figura 14: Representação do ator social periférico da oração.....	252
Figura 15: Representação do discurso institucional da oração.....	253
Figura 16: Escadaria da rua Barroca.....	255
Figura 17: Wellington Pedro - Pesquisador.....	259
Figura 18: Rapper W2: Wilson Wagner	259
Figura 19: Clóvis Furtado.....	260
Figura 20: Leila Regina	260
Figura 21: Batista	261
Figura 22: José Maria	261
Figura 23: Helena Quadros.....	262
Figura 24: Camila Quadros	262
Figura 25: Chiquinha a esquerda e Chicon a direita.	263
Figura 26; Madalena.....	264
Figura 27: Jéssica Santos	264
Figura 28: Sâmia.....	265
Figura 29: Sirlene Gomes	265
Figura 30: Viviane Rodrigues.....	266
Figura 31: Neno	266
Figura 32: Marcia Vargas	267
Figura 33: Eduíno, Teresinha, Isolina	267
Figura 34: Abadia Teixeira.....	269

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Metodologia utilizada.....	115
Quadro 2: Configuração do <i>corpus</i> investigativo.....	125
Quadro 3: Quantidade de entrevistas realizadas e utilizadas na pesquisa.	128
Quadro 4: Questões das entrevistas com gestores comunitários e institucionais.....	130
Quadro 5: Roteiro para as narrativas orais de vida.....	132
Quadro 6: Processos, significados e participantes.....	239
Quadro 7: Representação dos atores sociais no discurso: rede de sistemas.	257

LISTA DE SIGLAS

ADC	Análise de Discurso Crítica
Ibram	Instituto Brasileiro de Museus
MinC	Ministério da Cultura
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
OEI	Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONGs	Organizações não Governamentais
BA	Bahia
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto
MG	Minas Gerais
MS	Mato Grosso do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
BH	Belo Horizonte
RJ	Rio de Janeiro
COGEPACO	Comissão Provisória de Gestão Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória
SBM	Sistema Brasileiro de Museus
IFB	Instituto Federal de Brasília
PPGL	Programa de Pós-Graduação em Linguística
UnB	Universidade de Brasília
DF	Distrito Federal
PA	Pará
MUF	Museu de Favelas
MUPE	Museu de Periferia
CE	Ceará
ICOM	Conselho Internacional de Museus
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
MINON	Movimento para uma Nova Museologia
SEBRAMUS	
LSF	Linguística Sistêmico-Funcional
COMUSE	Coordenação de Museologia Social

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	21
PARTE 1: CONTEXTO DA PESQUISA E OS CAMINHOS TRILHADOS	30
DESVELANDO O UNIVERSO DA PESQUISA: NOTAS INTRODUTÓRIAS	31
1 Narrando encontros e caminhos	32
1.1 Sobre o objeto de pesquisa: uma busca por novos horizontes	42
1.1.1 Entre pontos periféricos: construindo memórias	50
1.1.2 Ponto de Memória Museu do Taquaril - Região Leste de Belo Horizonte – Minas Gerais	58
1.1.3 Ponto de Memória Lomba do Pinheiro – Porto Alegre – POA.....	66
1.1.4 Ponto de Memória Museu Cultura Periférica – Maceió – AL.....	74
1.1.5 Ponto de Memória da Estrutural – Brasília – DF	81
1.1.6 Ponto de Memória da Terra Firme – Belém do Pará - PA	86
1.2 A ontologia do lugar social.....	97
1.2.1 Epistemologia e os estudos críticos do discurso.....	98
1.3 A memória como direito e vontade política.....	99
1.3.1 Territórios como espaços de memórias: relações de poder e hegemonia.....	100
1.3.2 A memória e o resistir: (des)construção das relações hegemônicas.....	103
1.4 Algumas considerações.....	104
OS CAMINHOS TRILHADOS NA PRÁTICA INVESTIGATIVA	106
2 A pesquisa qualitativa	107
2.1 Alguns aspectos da pesquisa qualitativa.....	110
2.2 Análise de discurso crítica como método na pesquisa de cunho social.....	112
2.3 Quando as diferenças não nos silenciam	114
2.3.1 Entre caminhos e estradas.....	119
2.3.2 Objetivo geral	119
2.3.3 Objetivos específicos	120
2.3.4 Questões de pesquisa	120
2.4 Metodologia: um olhar transdisciplinar	120
2.5 Caminhos da memória: o acesso ao campo	125
2.6 As etapas da pesquisa	126
2.6.1 A etnografia discursiva.....	126
2.6.2 A geração de dados.....	128
2.6.3 Entrevistas com os gestores comunitários e institucionais do Programa Pontos de Memória	129

2.6.4	Narrativas orais de vida	130
2.6.5	Observação participante e o diário de campo	134
2.6.6	Grupos focais: rodas de memórias.....	136
2.6.7	Triangulação metodológica	137
2.7	Algumas considerações.....	138
PARTE II: OS ALICERCES DA PESQUISA		140
MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: um lugar chamado pesquisa		141
3	(Re)pensando museus sob uma ótica decolonial.....	143
3.1	Da Museologia Social aos Pontos de Memória	149
3.1.1	Pontos de memória: experiências e caminhos	153
3.2	Ideologia e poder: rupturas de dominação cultural, social e política por Pontos de Memória.....	158
3.3	Ressignificando configurações identitárias periféricas.....	165
3.4	Considerações acerca da memória	170
3.4.1	Memória e esquecimento.....	172
3.4.2	Identidades e Memórias: criaturas da linguagem	174
3.5	Narrativas orais de vida	177
3.5.1	Identidades e narrativas silenciadas.....	180
3.5.2	Narrar para curar.....	181
3.6	Algumas considerações.....	184
ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: ALICERCES DA PESQUISA		185
4	Representações discursivas da memória: um caminho investigativo por meio da ADC	187
4.1	ADC como ferramenta analítica: uma compreensão do social.....	193
4.2	Periferia e decolonialidade.....	199
4.2.1	Territórios periféricos de memória: entre o demarcado e o simbólico.....	203
4.2.2	O território como categoria.....	205
4.3	Discutindo a Linguística Sistêmico-funcional	212
4.4	Representação dos atores sociais	216
4.5	Algumas considerações.....	219
PARTE III: LINGUAGEM E MEMÓRIA: O RETORNO SOBRE SI E O OUTROS.....		221
A MEMÓRIA ARQUIVADA: DOCUMENTOS E NARRATIVAS CONSTITUINTES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA		222
5	Território e relações de poder: os caminhos documentais de uma política pública para a memória social.....	223
5.1	Contexto documental de uma política pública para a memória social	228

5.2	Documentos e vozes acionadas: os atores sociais evidenciados e as realidades retratadas	230
5.3	As circunstâncias de tempo e espaço: distanciamentos e aproximações de uma política pública para a memória social	239
5.4	Aspectos sociais e políticos na proposição do Programa Pontos de Memória: articulações sociais da memória	240
5.4.1	Memória e comunidade	241
5.4.2	Memória e política social	243
5.4.3	Memória e território: articulações sociais	245
5.4.4	Memória, diversidade e possibilidades.....	247
5.4.5	Demanda por políticas públicas de memória social	249
5.5	Algumas considerações.....	251
NARRATIVAS ORAIS E A VIDA SOCIAL: EVIDENCIANDO ATORES SOCIAIS DOS PONTOS DE MEMÓRIA		255
6	Quem são essas vozes? Participantes da pesquisa	258
6.1	Ponto de Memória Museu do Taquaril	259
6.1.1	Ponto de Memória da Terra Firme	261
6.1.2	Ponto de Memória Museu Cultura Periférica	265
6.1.3	Ponto de Memória Lomba do Pinheiro.....	267
6.1.4	Ponto de Memória d Estrutural.....	269
6.1.5	Infância e relações sociais: representações de afetos	274
6.1.6	Responsabilidades sociais: adolescência e trabalho	277
6.1.7	Juventude e militância	278
6.1.8	Caminhos de conhecimento: Fase adulta.....	280
6.1.9	Reflexões e avaliação: a periferia como lugar de pertença de identidades e de moradia	281
6.2	Rodas de memória: representações e identificação dos atores sociais dos Pontos de Memória.....	285
6.3	Representações e emancipação discursiva: vontade política de memória	287
6.4	Algumas considerações.....	291
7	Considerações finais: uma retomada necessária	292
7.1	O lugar social dos atores periféricos	297
7.2	Periferia como oportunidade de transformação social.....	298
Referências		298
Anexo A: parecer consubstanciado do CEP		307

A PRESENTAÇÃO

A memória é também uma estátua de argila. O vento passa e leva-lhe, pouco a pouco, partículas, grãos, cristais... A estátua que vai manter-se de pé, não é a mesma, mas não é outra, como o ser vivo é, em cada momento, outro e mesmo (SARAMAGO, 1997, p. 32)

... aqui os arquivos vão se atualizando automaticamente a cada gesto e movimento que fazemos, a cada passo que damos... se sim, se não, se talvez, bastará abrir o gavetão do ficheiro alfabético, procurar o correspondente verbete, e lá tudo está. (SARAMAGO, 2005, p. 139)

Incio com essas duas epígrafes porque elas me parecem pertinentes para tratar da linguagem, da memória¹ e a incompletude do arquivo. Sobretudo, por abordarem a memória e a noção de arquivo, o que escolhemos para guardar, ou para evidenciar e as marcas deixadas nas vivências dos atores sociais reveladas pelo discurso.

Por meio do discurso², em suas diversas formas de realização, as pessoas agem socialmente. Este princípio permeia toda a pesquisa, compreendendo-os nas instâncias da estrutura social. Do discurso emergem as relações de poder estabelecidas entre os atores sociais ou grupos de atores sociais. Essa relação será responsável pelas manutenções ou transformações ideológicas, das crenças e dos valores nos meios sociais. Dessa forma, os atores sociais utilizam o discurso como forma de reprodução das relações de poder na sociedade (FAIRCLOUGH, 2013; FOUCAULT, 1994³).

¹ Ao longo da pesquisa utilizo os termos memória, memória social, território de memória, direito a memória, vontade política de memória, ator social, representações dos atores sociais, periferia, memória periférica, território periférico. Em alguns momentos estes termos aparecem repetidamente em alguns parágrafos, o recurso de procura por termos sinônimos é uma estratégia para manter a coerência e a coesão textual. No entanto, quando os termos são acionados no parágrafo, embora, aparentemente, pareça repetitivo, aciona significados diferentes em sua utilização acionados pelo contexto do uso.

² O entendimento de discurso na Análise de Discurso Crítica apresenta duas possibilidades inter-relacionadas, a saber: como substantivo mais abstrato, significa o momento irredutível da prática social associado à linguagem; como substantivo mais concreto, significa um modo particular de representar nossa experiência no mundo. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24.)

³ Foucault (1994) apresenta três grandes eixos como base de sua obra: o eixo do saber, o eixo da ética e o eixo do poder. Fairclough (2013) associa o significado acional ao eixo do poder, o representacional ao eixo do saber e o

Conforme utilizamos o discurso na vida social ao interagirmos, representarmos e nos identificarmos por ele, simultaneamente, entende-se que há uma correspondência dialética entre linguagem e sociedade. Esse entendimento permite conceber o papel do discurso nas interações sociais, bem como os atores sociais se representam e representam a *outrem* no mundo e como suas múltiplas identidades são constituídas discursivamente. Identidades múltiplas, no sentido empregado por Hall (1998), na modernidade tardia, referem-se a atores sociais fragmentados, composto por várias identidades à proporção que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, tendo o ator social que “negociar identidades múltiplas e contraditórias à medida que percorre diferentes esferas públicas e privadas, cada qual com seus diferentes papéis, normas” (GIDDENS *apud* SLATER, 2002, p. 86).

Dessa forma, a minha pesquisa tem como foco as práticas discursivas e a representação dos atores sociais de comunidades periféricas, das cinco regiões do território brasileiro, que possuem Pontos de Memória. O objetivo principal está em: Investigar e analisar os discursos relacionados às identidades e às representações dos atores sociais do Programa Pontos de Memória em seu processo de ressignificação das relações territoriais, por meio da memória social. A periferia já foi contada por pesquisadores e autores de diferentes perspectivas. Nesta tese, a perspectiva é outra: de um preto, favelado e acadêmico. O termo periférico toma um outro campo de significado especial neste trabalho, pois se apropria de identidades e transformações ideológicas de moradores de comunidades com seus direitos historicamente negados e negligenciados pelo poder público, nas esferas locais e nacionais. Assim, periférico é aquele que assume, por meio do reconhecimento do direito e vontade política de memória, o centro da narrativa das histórias dessas comunidades e se reconhece como pertencente a todo este processo.

O grande desafio deste estudo era o de compreender as configurações discursivas da memória como um problema social a ser investigado e sua materialização como objeto de estudo. Ao longo da pesquisa, esse entendimento foi ficando mais evidente, visto que estudar os Pontos de Memória discursivamente e como os atores sociais são representados abarca entendimentos maiores, como o da memória como vontade política e como as práticas discursivas e as práticas sociais são utilizadas para reconfigurar relações sociais hegemônicas. A vontade política de memória trata como essas comunidades se organizam na ressignificação

significado identificacional ao eixo da ética. A relação entre os significados propostos por Fairclough com os eixos foucaultianos será melhor desenvolvida no quarto capítulo que integra a segunda parte da tese.

das suas narrativas e como essas narrativas atuam na construção, desconstrução e reconstrução de estruturas sociais vigentes.

Assim, para que os Pontos de Memória se configurassem como objeto investigativo, foi necessária a compreensão de um problema social a ser analisado discursivamente com base na Teoria Social do Discurso, vinculada à Análise de Discurso Crítica (ADC), conforme apresentado no capítulo metodológico, bem como de abordar a memória como um direito, principalmente em espaços negligenciados socialmente, e como a vontade política de concretização desse direito é uma possibilidade de reconfigurar relações de poder e, também, de estabelecer essa relação intrínseca entre linguagem e sociedade.

Além da necessidade de abordar o ator social periférico, voltar o olhar para as comunidades periféricas é fundamental na compreensão das organizações em torno da memória, o que foi possível por meio da inserção em periferias das cinco regiões do território brasileiro, pertencentes a quatro grandes capitais, mais o Distrito Federal. Esse processo permitiu lidar com imaginários sociais da periferia e de seus moradores, desde a compreensão de que as condições sociais influem no comportamento dos indivíduos, representando um papel na determinação dos valores da sociedade, existindo uma relação deles com a sociedade em que se situam, até a questões que abordam a violência em contextos e situações aos quais são concebidos como categorias que perpassam dimensões econômicas tanto quanto sociais e culturais de um dado espaço social. As abordagens da periferia e de seus atores sociais periféricos se fazem presentes entre a inclusão e a exclusão social.

A realidade vivenciada pelas periferias brasileiras e seus atores sociais contribui para o agravamento da não garantia de direitos básicos. Os excluídos desses direitos acabam seguindo caminhos e se tornam autores mais imediatos da violência, nas suas mais diversas configurações, não deixando de considerar que são flexíveis e mutantes os contornos do que uma sociedade, segundo determinadas épocas e ambientes socioculturais, nomeia como violência. A violência é algo ambíguo, relativo, pois se trata de uma categoria empírica de manifestação do social, no qual os arranjos societários de que emerge determinará sua compreensão.

Essa relação permitirá a representação da periferia como algo que está à margem, como território de violência e como espaço de *apartheid* social. Nesse entendimento que surge o que chamo de comunidades periféricas e que, ao longo da pesquisa, desenvolvo como territórios de memória ou territórios periféricos de memórias, como o espaço no qual se configuram e reconfiguram, por meio das memórias, as relações de poder, buscando uma outra compreensão da periferia e de seus atores sociais. Dessa forma, estabelecer os Pontos de Memória como

objeto de estudo é entender essas configurações sociais dos territórios e dos atores sociais periféricos em um desenho mais amplo de concretização de uma vontade política de memória, vontade perpassada por lutas hegemônicas que irão evidenciar esses atores sociais e comunidades como o centro de narrativas que reconstroem ações cotidianas vinculadas à memória social brasileira.

A preocupação com a memória como vontade política vem sendo vivenciada por mim⁴, por aproximadamente dez anos, mesmo que não com esse entendimento, mas a relação que mantenho com a temática deste trabalho vai além de identificar um tema a ser investigado, pois é uma relação de vida. Fui amadurecendo junto com o Programa Pontos de Memória, e considero ter desempenhado papéis fundamentais para seu fortalecimento como uma política pública⁵ de memória e agora apresento essa discussão para a academia no entendimento de que esse espaço é também, por direito, espaço das comunidades e dos moradores periféricos, espaço em que me reconheço como um de seus membros.

A realização desta pesquisa é, ainda, um convite para se pensar diferente, ao problematizar periferia, memória social e linguagem, isto porque permite estabelecer reflexões a respeito das práticas cotidianas, instigando-nos a concatenar futuros alternativos para nossas práticas sociais. Nesse sentido, parti de uma visão dualista sobre questões relacionadas à memória, em que concebi a configuração dos atores sociais em termos estanques e antagônicos.

Assim, escolhi cinco Pontos de Memórias que fazem parte da fase inicial do Programa⁶ composto por doze iniciativas em memória e museologia social. A escolha se deu por cada um dos Pontos representarem uma região do território brasileiro, o que qualifica a proposta de trabalhar com comunidades periféricas do território brasileiro, sendo essas comunidades de atuação dos Pontos de Memória como delimitação territorial. As iniciativas escolhidas são percebidas como pertencentes a uma rede de Pontos de Memória, entendida, por mim, como uma intrincada rede de relações entre agentes e agências sociais.

Em termos gerais, a noção de agência atribui ao ator individual a capacidade de processar a experiência social e de delinear formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais

⁴ A partir desta parte, em alguns momentos, precisarei relatar minhas vivências pessoais ao longo da pesquisa, portanto, constantemente farei alteração da pessoa do discurso – da primeira pessoa do plural para a primeira do singular –, uma vez que estes percursos fazem parte da minha própria experiência. Não desconheço que as normas canônicas da academia não aceitem isso como fato tácito, mas neste trabalho esta é só uma das tantas formas de propor reflexões com vistas à mudança social.

⁵ Políticas Públicas são a totalidade de ações, metas e planos que os governos (nacionais, estaduais ou municipais) traçam para alcançar o bem-estar da sociedade e o interesse público (SEBRAE, 2008, p. 5).

⁶ O Programa Pontos de Memória nasceu em 2009, resultado da parceria entre os Programas Mais Cultura, do Ministério da Cultura e do Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania – PRONASCI, do Ministério da Justiça.

extremas formas de coerção, dentro dos limites da informação, da incerteza e de outras restrições (físicas, normativas ou político-econômicas) existentes. Nesse sentido, os atores sociais são “detentores de conhecimento” são “capazes”. Eles procuram resolver problemas, aprender como intervir no fluxo de eventos sociais ao seu entorno e monitorar continuamente suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento e percebendo as várias circunstâncias inesperadas (GIDDENS, 1998, p. 1-6).

Assumo o entendimento de rede social aplicado aos Pontos de Memória como uma estrutura composta por pessoas ou organizações conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns, entendido a partir de construções já estabelecidas das Ciências Sociais. No entanto, para o que proponho, a construção de uma ideia de rede entre essas iniciativas permite conceber os Pontos de Memória de maneira mais fluída, compostos por agentes e agências sociais diversos em constante processo de interação, motivados pela memória como vontade política.

Nesse processo de interação, os diferentes atores sociais percebidos estariam se ligando a outros ou se desligando, conforme as relações estabelecidas. Esse é o motivo de eu nomear de rede os Pontos que compõem o *corpus* de análise e que fazem parte de um Programa mais amplo – O Programa Pontos de Memória –, e também por considerar o termo mais apropriado no entendimento de que as articulações no processo de composição dessa rede de memória social são resultados das interações entre os atores sociais do território periférico brasileiro⁷, ligados por suas lutas, principalmente as territoriais, o que se configura como um ponto de convergência entre essas comunidades. Reafirmo que a relação entre a ressignificação da memória e da História possui papel fundamental nas configurações identitárias dos Pontos de Memória.

Portanto, os processos interativos entre as cinco iniciativas analisadas apontam, aos poucos, convergências entre os atores sociais e as agências sociais voltadas para a memória como vontade política, a base desta pesquisa, e que podem ser aplicadas aos demais Pontos que fazem parte da primeira fase do Programa. Desse modo, a realização desta pesquisa abre caminhos para discutir a própria relação entre memória e linguagem e os modos de pensar e agir dos atores sociais no seu presente, que, por sua vez, ressignificam o passado com vistas a ações futuras. Foi, então, nessa perspectiva que estabeleci as ações necessárias para a realização desta tese que buscou evidenciar as narrativas de atores sociais periféricos, considerando que é um processo de escolha enquanto pesquisa e enquanto pesquisador.

⁷ Ao utilizar o termo “território periférico brasileiro” enfatizo que faço referência às comunidades dos Pontos de Memória delimitados como objeto de estudo desta pesquisa, situados nas cinco regiões territoriais do Brasil.

Talvez estudos de áreas como a própria museologia sintam falta de uma discussão dos conflitos presentes nas comunidades e na trajetória do programa, ou no desenvolvimento e na associação de conceitos basilares, mas, desde o início, demarco minhas escolhas teórico/metodológicas e as vozes que evidencio também são minhas, vozes pretas e periféricas. O que não quer dizer que esta investigação não abra caminhos para novos estudos que voltem o olhar para esses processos nas configurações do Programa Pontos de Memória, apontamentos que evidenciarei ao longo da tese ao abordar a periferia, em seu processo de constituição, como sendo essencialmente decolonizadora.

Os meus e minhas leitores e leitoras devem estar pensando que já fui entregando tudo no texto de apresentação, até mesmo por sua extensão, mas não se enganem. Ao assumirem comigo o compromisso de continuar esta leitura, assumo com vocês o experimentar de grandes surpresas, afinal um trabalho que percorreu as cinco regiões do território brasileiro, que teve a escuta como elemento questionador, que vivenciou e significou histórias, que problematiza teorias, que contribui com o avanço de outros estudos, que propõe categorias analíticas, que evidencia vozes periféricas e decoloniza saberes, o que mais pode oferecer é o surpreender. Eu sempre soube que algo grande estava acontecendo. No entanto, não tenho pretensão de apresentar respostas e afirmações. Confesso que tenho até medo delas. O que busco é me fazer ouvido, evidenciar múltiplas vozes e poder dizer que a periferia está vencendo, visto que este trabalho não é só meu, é um trabalho de “tanta, muita, diferente gente”.

Metodologicamente, inicio pontuando que as minhas questões de pesquisa, retomadas nos capítulos 5 e 6, são as seguintes:

- 1) Como as pessoas que participam dos conselhos gestores e/ou desenvolvem papéis de liderança nas comunidades de atuação dos Pontos de Memória percebem suas relações sociais?
- 2) Como as pessoas conformam relações sociais territoriais em torno da memória como direito e vontade política e como questões de poder e ideologia são percebidas nos discursos desses atores sociais?
- 3) Quais os caminhos no processo de criação e institucionalização do Programa Pontos de Memória foram trilhados como uma política pública para a memória social?
- 4) Como os textos institucionais se encadeiam na proposição de políticas públicas participativas na área da memória social?

Diversas são as motivações para realizar um estudo desta natureza, como diversas são também as áreas acionadas para que, minimamente, seja possível abordar questões tão amplas em torno da memória como vontade política, do território e das representações discursivas dos atores sociais. No âmbito da linguística, a motivação está em abordar questões de cunho social que possam, de alguma forma, apresentar contribuições no processo de ressignificação e luta de grupos socialmente excluídos. Acredito, e pude constatar ao longo da pesquisa, que a Teoria Social do Discurso e a Análise de Discurso Crítica (ADC) podem apresentar profícuas contribuições para o debate que envolve questões de identidades, minorias, território como espaço de memória e representações dos atores sociais, principalmente em um estudo que aborda o despertar do direito à memória e da vontade política de sua concretização por territórios periféricos historicamente negligenciados pelo Poder Público, despertar e vontade que não estão apenas no âmbito do metafórico, mas se materializam por meio do discurso e suas relações sociais.

A tese encontra-se dividida em três partes: *na primeira*, objetivo contextualizar o universo da pesquisa e os caminhos metodológicos trilhados para sua realização. Esta parte é composta pelos capítulos 1 e 2. No primeiro capítulo, optei por apresentar, além do contexto da pesquisa, uma reflexão acerca da relação entre linguagem e sociedade, por meio da memória social como forma de evidenciar as ideologias presentes nesse processo e, mais que isso, delinear o meu lugar de fala. No segundo capítulo, apresento e discuto os processos metodológicos, estabelecendo as relações da triangulação metodológica para a realização da pesquisa.

Metodologicamente, alguns leitores estranharão o capítulo metodológico compor a primeira parte, antes das discussões teóricas, mas trabalhar com a ADC é também uma perspectiva metodológica. Foi necessário imbricar os caminhos que contextualizam a pesquisa com os que, ao mesmo tempo, dizem sobre as escolhas metodológicas. Por isso, considero esta organização das partes apropriada para a construção da tese.

O terceiro e quarto capítulos compõem a *segunda parte*, em que objetivo uma discussão dos fundamentos teóricos e também trago para a agenda da pesquisa os conceitos necessários para o diálogo proposto nessa profusão de vozes. Discussão teórica e elucidação de conceitos que são caros à pesquisa e que a norteiam. No capítulo 3, dedico ao estabelecimento de uma reflexão teórica acerca da memória e de suas ramificações, tais como memória social, individual e coletiva, bem como a relação intrínseca entre memória e esquecimento, além de desenvolver uma linha temporal da museologia social e seu impacto na proposição de políticas públicas participativas para a memória. Também apresento as narrativas orais de histórias de vida como

teoria e suas relações com os estudos da memória, considerando as narrativas dos atores sociais dos Pontos de Memória artífices da própria história e suas subjetividades, além das discussões acerca das representações identitárias.

No quarto capítulo, discuto os fundamentos teóricos da ADC, estabelecendo, de maneira dialógica, relações da Teoria Social do Discurso e da Teoria das Representações dos Atores Sociais e a Linguística Sistêmico-Funcional. Busco constituir as contribuições de uma triangulação teórica no papel de mudança social, tendo como base o discurso.

Na *terceira parte*, dedico-me às análises discursivas dos dados gerados e coletados nos Pontos de Memória, que compõem o *corpus* da pesquisa, tendo como base os múltiplos processos metodológicos desenvolvidos, com vistas a responder as questões de pesquisa. Essa parte está dividida nos capítulos 5 e 6. No capítulo 5, apresento uma análise da memória institucional do Programa por meio de documentos e de ações que culminaram na sua institucionalização como política pública na área de memória social. Este será o espaço em que retomo as questões de pesquisa 3 e 4. O capítulo 6 retoma as questões de pesquisa 1 e 2 e apresenta as análises discursivas conforme as metodologias estabelecidas no capítulo 2. Dessa forma, no capítulo 6, apresento a análise discursiva crítica com base nas narrativas orais de vida aplicadas nos cinco Pontos de Memória analisados e a análise discursiva crítica referente às rodas de memória desenvolvidas na etapa de campo da pesquisa. Por fim, nas considerações finais, discuto os resultados dos capítulos analíticos de maneira a apresentar os Pontos de Memória como materialização de uma vontade política de memória compreendida por comunidades periféricas do território brasileiro e seu papel como instituições de transformação social.

Assim, as contribuições que posso trazer com esta pesquisa destinam à produção do conhecimento, que oriente na compreensão da linguagem como prática social, exercendo papel fundamental nos processos de transformações sociais, compreendendo o discurso como sendo responsável por moldar a estrutura social assim como ser moldado por ela. Desse modo, ao direcionar o olhar para as representações sociais dos atores de comunidades de atuação de Pontos de Memória, em uma perspectiva da memória como direito e vontade política, aproximo do campo da linguística reflexões sobre conceitos já definidos no campo dos estudos da memória, possibilitando a (re)construção de outros e transformações nas relações sociais desses atores nos territórios de memória social e comunitária.

Outra contribuição está diretamente relacionada à produção de um conhecimento sobre a museologia social forjado no cotidiano dos atores sociais e representado nesse desejo de memória, o que permite aprofundar a reflexão sobre essa museologia, com interface com a

linguística, que irá construir novos sentidos para conceitos já definidos na busca por analisar as transformações na política da memória, tendo como norte as mudanças no campo museológico brasileiro a partir das territorialidades e de suas ressignificações. Além disso, permite ampliar a possibilidade do impacto dessas ações nas sistematizações e nas análises que possibilitarão sua difusão para os atores sociais que estão na realidade dos Pontos de Memória e para a produção acadêmica dessas ações.

Por fim, não menos importante, esta tese almeja contribuições para os estudos críticos do discurso com o olhar voltado para as práticas sociais a fim de que possam apresentar reflexões que anseiam transformações de cunho social, o que também espero ter alcançado com o seu desenvolvimento ao abordar o que reflete o próprio título da tese: **MEMÓRIAS, IDENTIDADES E TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS: DECOLONIZAR OS ESTUDOS DISCURSIVOS CRÍTICOS.**



**PARTE 1: CONTEXTO DA PESQUISA E
OS CAMINHOS TRILHADOS**

1

**DESVELANDO O UNIVERSO DA PESQUISA: NOTAS
INTRODUTÓRIAS**

*Os museus são casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas. Os museus são pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes. Os museus são conceitos e práticas em metamorfose.*⁸

A epígrafe deste capítulo apresenta uma definição romantizada do que é um museu, mas que representa bem a proposta dos Pontos de Memória: os museus como “*casas que guardam e apresentam sonhos, sentimentos, pensamentos e intuições que ganham corpo através de imagens, cores, sons e formas*”. Essas instituições passam por um processo de ressignificação e apropriação dos atores sociais e configuram-se como espaços de formação política e ideológica como “*pontes, portas e janelas que ligam e desligam mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes*”. Ademais, o próprio entendimento do que é museu está em transformação assim como a compreensão da sua função social, “*os museus são conceitos e práticas em metamorfose*”.

Neste primeiro capítulo, objetivo⁹ contextualizar os caminhos percorridos para a realização desta pesquisa, com o intuito de fornecer ao leitor, mesmo que brevemente, uma compreensão que vai além dos percursos teóricos e metodológicos, posto que dialoga com uma postura política e de autoafirmação em uma perspectiva da memória como uma vontade

⁸ Sistema Brasileiro de Museus inserido no Site do Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.museus.gov.br/oqueemuseu_apresentacao.htm. Acessado em 09 de julho de 2018.

⁹ Retomo o uso da primeira pessoa do singular com o intuito de relatar minhas vivências pessoais, conforme explicado na nota de rodapé 2.

política, na compreensão do território periférico como espaço de memória e na minha trajetória como preto periférico.

Este movimento político e organizado de comunidades periféricas do território brasileiro, materializado nos Pontos de Memória, configura-se como um desejo político de memória como forma de vocalizar, ensejando visibilizar as histórias dessas comunidades por meio do olhar dos seus moradores, evidenciando as narrativas individuais na perspectiva das lutas desses atores sociais e na coletivização dessas lutas. Quando aponto ser um movimento organizado, isso se dá quando essas comunidades se reconhecem pertencentes ao Programa e, assim, assumem uma identidade organizada e denominada Pontos de Memória.

Tentarei não apenas descrever minhas experiências passadas, mas deixar que elas falem por si, em um processo no qual buscarei pensá-las e construí-las enquanto narrativas. O ato de reviver uma trajetória repleta de partidas e chegadas, encontros, desejos e construções coletivas que resultam na proposta desta pesquisa é, por si só, um compromisso social. E os resultados alcançados são frutos de trocas entre atores sociais que culminam nesta investigação.

1 NARRANDO ENCONTROS E CAMINHOS

As sociedades, na busca por deixarem marcas registradas no tempo e não se perderem no esquecimento, utilizam-se da memória e de suas conformações como objeto de desejo. Assim, por meio das memórias, fatos e acontecimentos são evidenciados ou até mesmo esquecidos. Com efeito, diversas são as maneiras encontradas para perpetuarem essas memórias, seja por meio de monumentos, seja por meio de livros, registros em documentos, museus ou celebrações. Assim, senti-me desafiado à reflexão, partindo da seguinte questão: Mas não seria a memória e o esquecimento uma dualidade de forças coexistentes?

Nesse sentido, o processo de rememoração é também o apagamento de algo. Quando evidenciamos um fato ou acontecimento, deixamos de lado outro, configurando a memória como um espaço de luta, cabendo, quase que exclusivamente, aos grupos que desempenham papéis sociais hegemônicos a tarefa de definir o que deve e o que não deve ser evidenciado. Exemplicativo: se temos nos livros de História narrativas oficiais do descobrimento do Brasil e a chegada dos portugueses, faltam as narrativas indígenas de um processo de invasão, exploração e massacre.

Por despertar nas sociedades tal interesse, as temáticas da memória aparecem em diversas áreas com abordagens diferenciadas. Nesse contexto, o escritor argentino Jorge Luís Borges (1999) escreveu o conto *Funes, o memorioso*. Nele, após um acidente, Irineu Funes, personagem principal do conto, adquire a capacidade de não esquecer nenhum acontecimento.

Funes é capaz de recordar, em detalhes, qualquer episódio desde os mais perceptíveis aos mais insignificantes. No entanto, embora tenha desenvolvido a capacidade de rememoração, de não deixar escapar nenhum segundo de acontecimentos, era incapaz de pensar, de organizar suas lembranças, uma vez que tudo para Funes não se configurava em lembranças, mas era capaz de reviver tudo com riqueza de detalhes.

A memória que os atores sociais possuem dos acontecimentos e fatos é que irá permitir que recontem, atualizem e traduzam suas lembranças. O personagem do conto de Borges não esquecia nada e “o esquecimento está associado a memória” (RICOEUR, 2007, p. 435). No processo de constituição temporal, a memória irá possuir papel de grande importância, pois, sem ela, não haveria o instante presente. Será por meio da memória, então, que instituímos a consciência do passado, atualizando-o e ressignificando-o no presente ao mesmo instante em que criamos projeções para o futuro.

Falar da memória também é falar do esquecimento. Desse modo, com a realização desta pesquisa, busco evidenciar uma memória ressignificada pelo esquecimento, a memória das comunidades periféricas, entendida não somente como um direito do não esquecimento, mas também como uma vontade política de memória que vai além de deixar marcas registradas no tempo, sendo capaz despertar nas sociedades o olhar aos grupos sociais historicamente excluídos pelo Poder Público.

Episódios anônimos vivenciados por atores sociais, grupos familiares, comunitários e breves ações cotidianas configuram-se como elementos no processo de representação de um passado recente e também excluído da história ensinada nas escolas e apoiada unicamente em documentos oficiais. Esses episódios conformam as escolhas individuais e coletivas dos atores sociais históricos, localizados geográfica e temporalmente no mundo. O processo de representação da história, apoiado em documentos oficiais, não é capaz de materializar sentimentos individuais que estão por trás desses episódios cotidianos, sendo, por meio dos atores sociais envolvidos, tais como a camada da população excluída dessa História oficial, que a palavra será tomada no intuito de narrar a possibilidade de projeção no futuro. A forma como esses atores sociais são representados e como se inscrevem na história, através de processos de ressignificação dos direitos e papéis sociais a partir das suas narrativas, precisa ser melhor investigada.

Dessa forma, esta pesquisa surge por meio de reflexões que venho desenvolvendo, nos últimos anos, a respeito da memória como direito e seu despertar como vontade política por grupos socialmente excluídos de processos historiográficos oficiais. Tais reflexões são direcionadas para ações de ressignificação, que caracterizam a construção e a manutenção da

memória individual, coletiva e social, e seus usos institucionais e comunitários. Direciono o olhar para o registro e a análise de iniciativas de ressignificação da memória como referência identitária no processo de pertença territorial e na fundamentação de políticas públicas participativas para a memória ou movimentos de resistência de grupos minoritários ou oprimidos envolvendo o modo como os atores sociais são representados nesse processo.

Considero importante situar o meu lugar discursivo como forma de contextualizar os caminhos para esta pesquisa, uma vez que este lugar não é neutro e está perpassado por posicionamentos ideológicos. Assim, assumo, com minha pesquisa baseada nos estudos críticos de discurso, um posicionamento não neutro em relação à temática, visto esta ser intrínseca aos meus interesses e visão de mundo, o que não quer dizer que esteja “contaminada” por um viés ideológico ou interpretações equivocadas.

Todavia, preciso, por questões éticas, deixar evidente para o meu leitor que a pesquisa pode ser o lugar de pertença do pesquisador, o qual precisará fazer um esforço contínuo e, por vezes, doloroso, como nos ensina van Maanen (1988). Nesse sentido, a escrita com o uso na primeira pessoa do singular não intenciona instituí-la como propriedade intelectual, porém, se assim procedo, é para demarcar, politicamente, esse lugar discursivo, mantendo a objetividade e o compromisso ético da pesquisa científica. Com o desenvolvimento do texto, o sujeito passa da primeira pessoa do singular para a primeira do plural, justamente por se tratar de uma pesquisa com múltiplas vozes e olhares, fruto da interação entre atores sociais e troca de saberes.

Não posso deixar de mencionar que a gênese para a realização desta pesquisa está no fato de eu ser morador de uma comunidade que possui a necessidade da criação de um Ponto de Memória e da relação que estabeleço, no sentido de pertença, com essa comunidade. Acredito que as nossas raízes não nos aprisionam, mas servem como orientação para não esquecermos de onde viemos e onde podemos chegar. Desse modo, os parágrafos seguintes buscam materializar o que proponho como uma tríade na configuração da pesquisa, quais sejam: a) pertencer a uma comunidade que possui a necessidade de um Ponto de Memória, com a minha história e atuação imbricadas com o território; b) atuar na gestão do Ponto de Memória Museu do Taquaril e em instâncias de pensar o Programa como uma política pública de memória social, em âmbitos locais e nacionais; c) distanciar-me desse processo e retomá-lo com o olhar de pesquisador, levando tais discussões para o ambiente acadêmico.

Assim, os parágrafos seguintes são desafiadores, no sentido de estabelecer uma ordem narrativa que não destoe da escrita da tese, mas que também consiga materializar a emoção presente na construção da minha trajetória de vida cidadã. Já posso adiantar para os meus e

minhas leitores/as que, em alguns momentos, é uma escrita confessional, quase a reprodução de um relato oral. Poderia ser isso um problema estilístico ou uma estratégia de escrita? Foi a maneira que encontrei para essa construção, e, talvez, seja a tentativa de uma reprodução fiel dessa trajetória e não uma fuga de formatos convencionais de escrita acadêmica. Então, sigamos.

Sou da cidade de Belo Horizonte/Minas Gerais, morador da comunidade do Taquaril, localizada na região Leste da cidade. Mudei para o Taquaril aos 7 anos de idade, na mesma época em que o local estava se constituindo. Desde minha adolescência, desenvolvo ações que me possibilitaram ter experiências com grupos culturais comunitários e práticas colaborativas. Atuei na formação e articulação do Grupo de Percussão Alto Batuque, em parceria com o Programa Fica Vivo¹⁰. Pude, também, realizar trabalhos de articulação social comunitária com o Grupo Folclórico Meninas de Sinhá e o CIAME-FLAMENGO, projeto que atua com crianças e adolescentes por meio de atividades esportivas e culturais.

Um dos grandes projetos que atuei no Taquaril foi o Projeto Cultural Calanga, voltado para o desenvolvimento da educação popular com metodologias participativas por intermédio de ações em diversas modalidades culturais, tais como teatro e a dança afro. Fui responsável por ministrar oficinas e desenvolvi atividades na coordenação e articulação das ações do Projeto com a comunidade. Trabalhei na gestão e na captação de recursos responsáveis pela realização de espetáculos de dança e uma viagem do grupo de dança afro para apresentação na cidade de Barranquilla, na Colômbia.

No ano de 2009, trabalhava no Centro Cultural do Alto Vera Cruz, localizado em bairro vizinho ao Taquaril e desenvolvia atividades de produção cultural, contação de histórias e articulações na realização da Semana Paulo Freire e Semana do Livro Infantil. No mesmo ano, a comunidade recebeu a visita de funcionários do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), autarquia vinculada ao Ministério da Cultura (MinC) com a proposta de apresentação do Programa Pontos de Memória em parceria com o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), por meio de um Projeto de Cooperação Técnica Internacional com a Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI). Na ocasião, lideranças comunitárias foram chamadas para uma reunião inicial com o Ibram e a Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte, ficando a cargo dessas lideranças a convocação ampliada para um segundo encontro.

¹⁰ O Programa Controle de Homicídios Fica Vivo! é uma ação da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) implementada através da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade (CEPEC), no Estado de Minas Gerais, voltado para jovens de 12 a 24 anos em situação de risco social e residentes nas áreas com maior índice de criminalidade do estado.

A reunião com diversos representantes de grupos culturais, Organizações Não Governamentais (ONG) e outros equipamentos sociais existentes na comunidade do Taquaril aconteceu na Escola Municipal Professora Alcida Torres. Dessa reunião saiu a indicação de três nomes para participarem da primeira Teia da Memória¹¹, na cidade de Salvador/BA, direcionada para as 12 iniciativas pioneiras do Programa. Dentre os nomes indicados, o grupo Calanga estava representado por Leila Regina¹², minha irmã e militante social. Após a Teia da Memória, o grupo seguiu com uma agenda de reuniões e decidiu pela realização de um seminário de apresentação da proposta do Programa Pontos de Memória na comunidade do Taquaril. O seminário foi realizado no dia 20 de fevereiro de 2010 e contou com diversas atividades formativas, entre elas a oficina de memória, a qual fui o responsável pela condução. Ao final do seminário, foi constituído o conselho gestor do Ponto de Memória do Taquaril, do qual fiz parte como membro da diretoria executiva.

As ações que desenvolvia eram de mobilização comunitária, mas, como trabalhava no Centro Cultural do Alto Vera Cruz, não tinha tempo para representar o Ponto de Memória em reuniões de trabalho em Brasília e em outras partes do território brasileiro. No entanto, no ano de 2011, já matriculado no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem e Memória Social, da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), participei de uma seleção de consultoria local por meio da cooperação técnica entre Organizações dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Projeto OEI/BRA/08/007 – Desenvolvimento Institucional e Técnico Operacional para a Ampliação e Consolidação de Projetos Relacionados à Memória Social no Brasil – e fui selecionado para atuar como consultor local do Ponto de Memória Museu do Taquaril.

A consultoria consistia na atualização e no aperfeiçoamento de instrumentos gerenciais e técnico-operacionais para ampliar e consolidar as estruturas de apoio cognitivo e metodológico relativo ao campo museal para as comunidades que atuam com memória social no Brasil, bem como coordenar, com a instância deliberativa do Ponto de Memória Museu do Taquaril, as atividades de elaboração do Plano de Ação e de desenvolvimento do Inventário

¹¹ O termo Teia da Memória é utilizado no sentido de estabelecer relações com outras iniciativas de memória espalhadas pelo território brasileiro. Configura-se como um encontro que reúne essas iniciativas para encontros de formação e grupos de trabalho e como um espaço político da voz dessas iniciativas e tem a mesma acepção das Teias da Cultura dos Pontos de Cultura.

¹² É característica de todos os Pontos de Memória que fazem parte da primeira fase do Programa, assim como de outros que foram incorporados posteriormente, a atuação de grupos familiares. No entanto, essa atuação se dá pelo papel de liderança que cada um desempenha e de sua representatividade comunitária.

Comunitário Participativo de Bens Materiais e Imateriais¹³. O trabalho possibilitou uma aproximação ainda maior com a comunidade após a criação do Plano de Ação que determinava o que o Ponto de Memória Museu do Taquaril pretendia desenvolver para elaboração do que chamávamos produtos difusores¹⁴.

Iniciei com o conselho gestor e a comunidade uma série de ações para a realização do Inventário Participativo, que consistia no levantamento dos bens materiais e imateriais da comunidade, desenvolvido com os próprios moradores que eram os responsáveis por indicarem o que deveria ou não ser atribuído valor simbólico no processo de rememoração das narrativas do Taquaril.

O Ponto de Memória Museu do Taquaril e as outras iniciativas que integram a fase inicial do Programa sabiam que o trabalho com a memória nesses territórios estava relacionado aos interesses das pessoas envolvidas. Com efeito, o que o Ponto de Memória pretende não é abordar a história da comunidade, mas sim captar um olhar sobre vivências de seus moradores por eles mesmos. Assim, o inventário participativo foi um reflexo disso. Foram desenvolvidas Rodas de Memórias, que consistiam em rodas temáticas que abordavam temas de interesse no processo de compreender a comunidade como um espaço de memória. Também foram realizados projetos de narrativas orais de vida, seleção de fotos, entrevistas, pesquisas documentais em arquivos públicos e particulares de moradores e diversas outras ações que

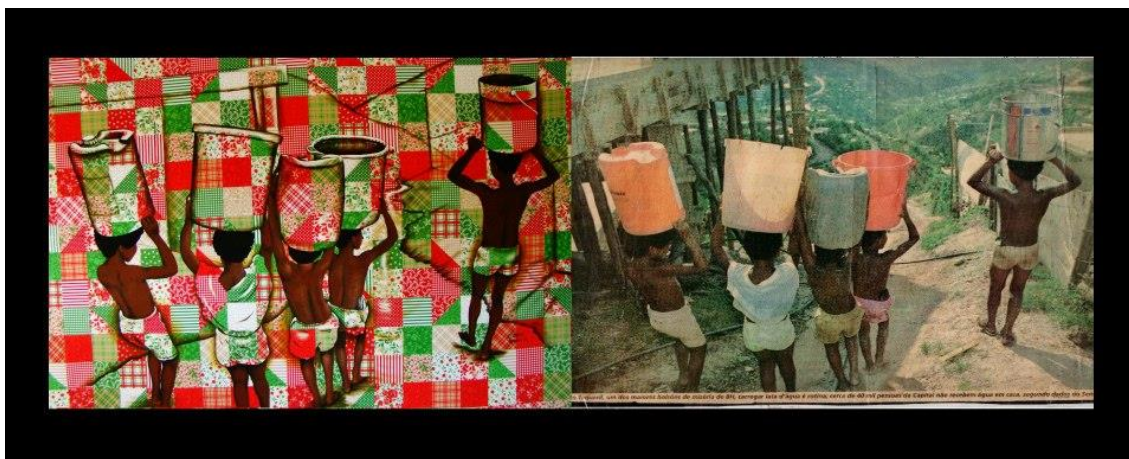
¹³ Os bens culturais imateriais estão relacionados aos saberes, às habilidades, às crenças, às práticas, ao modo de ser das pessoas. Dessa forma, podem ser considerados bens imateriais: conhecimentos enraizados no cotidiano das comunidades; manifestações literárias, musicais, artes plásticas, artes cênicas e lúdicas; rituais e festas que marcam a vivência coletiva da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; além de mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e se reproduzem práticas culturais. Na lista de bens imateriais brasileiros estão a festa do Círio de Nossa Senhora de Nazaré, a Feira de Caruaru, o Frevo, a capoeira, o modo artesanal de fazer Queijo de Minas e as matrizes do Samba no Rio de Janeiro. O patrimônio material é formado por um conjunto de bens culturais classificados segundo sua natureza: arqueológico, paisagístico e etnográfico; histórico; belas artes; e artes aplicadas. Eles estão divididos em bens imóveis – núcleos urbanos, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais – e móveis – coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos. Entre os bens materiais brasileiros estão os conjuntos arquitetônicos de cidades como Ouro Preto (MG), Paraty (RJ), Olinda (PE) e São Luís (MA) ou paisagísticos, como Lençóis (BA), Serra do Curral (Belo Horizonte), Grutas do Lago Azul e de Nossa Senhora Aparecida (Bonito, MS) e o Corcovado (Rio de Janeiro). (BRASIL, IPHAN. Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>. Acesso em: 7 fev. 2019.)

¹⁴ Os produtos difusores eram o que os Pontos de Memória planejam desenvolver, por meio do processo de inventário participativo, como resultado final para difusão do Ponto. O Ponto de Memória Museu do Taquaril indicou como produtos difusores a realização da exposição Fios de memória: tecendo os primeiros passos, a elaboração de uma cartilha e um documentário.

possibilitaram a realização da primeira exposição intitulada “Fios de memória: tecendo os primeiros passos”.

Atuei também na elaboração e na montagem da exposição e de diversas outras ações. Desde, então, passei a representar o Ponto de Memória Museu do Taquaril nas reuniões de trabalho com o Instituto Brasileiro de Museus. No processo de elaboração da exposição, desenvolvi dois textos que fazem parte do acervo do Ponto de Memória, motivados pelas experiências que tive no contato com os moradores e o que estava sendo constituído enquanto acervo do Ponto de Memória. O primeiro trata de uma reportagem que, para falar da falta de saneamento básico na capital mineira, fazia referência ao Taquaril como um grande “bolsão de miséria”¹⁵. Por meio da obra do artista mineiro Gildásio Jardim, fizemos uma releitura da imagem da reportagem que passou a ser símbolo de luta e conquista dos moradores na garantia de saneamento básico e o papel do Ponto de Memória no processo de chamar a atenção da comunidade a outras possibilidades de olhar para as histórias da sua formação através de suas lutas e vivências.

Figura 1 - A primeira imagem é a obra do artista mineiro Gildásio Jardim, artesão da cidade de Padre Paraíso, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. A segunda é uma reportagem do Jornal HOJE EM DIA, datada de 20/08/1997.



Fonte: Acervo do Ponto de Memória Museu do Taquaril.

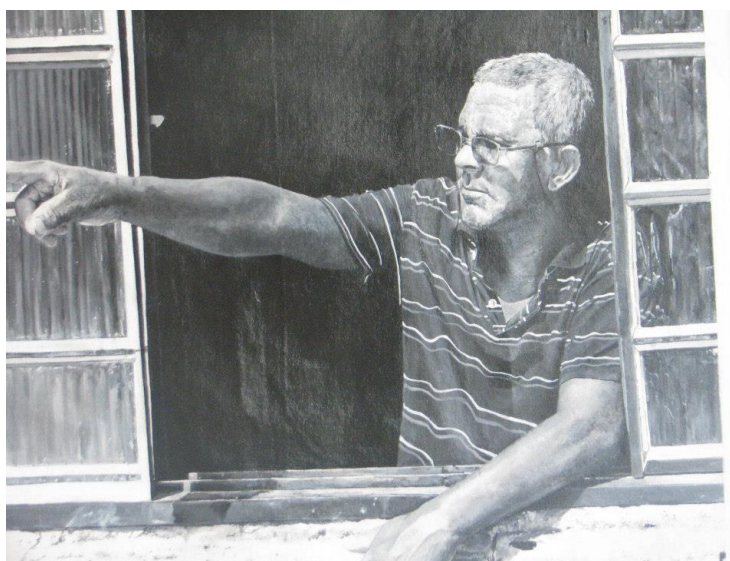
A reportagem do Jornal HOJE EM DIA, datada de 20/08/1997 apresenta a seguinte chamada: *No Taquaril, um dos maiores bolsões de miséria de BH, carregar lata d'água é rotina; cerca de 40 mil pessoas da Capital não recebem água em casa, segundo dados do Seminário sobre Saneamento*. Inspirado pela obra de Gildásio Jardim e com base nas minhas

¹⁵ Jornal HOJE EM DIA, datado de 20/08/1997.

vivências e em resposta a reportagem, escrevi o seguinte texto que acompanha a pintura para fazer parte da exposição do Ponto de Memória: *No passado vejo crianças carregando água. Hoje essas crianças já são o presente. O presente de uma comunidade que lutou e continua lutando por melhorias e vem colhendo frutos de conquistas. No Taquaril, um dos melhores lugares para se viver, carregar lata d'água é memória, história e reconhecimento.*

No processo de Inventário Participativo foi possível, para o Ponto de Memória do Taquaril, identificar que as narrativas orais de vida dos moradores se configuravam como um dos patrimônios imateriais da comunidade. Para cada narrativa oral de vida, foi tirada uma foto do morador que depois foi reproduzida em uma tela pintada com tinta acrílica. Essas telas foram transformadas em estandartes utilizados em cortejos nas ações do Ponto do Taquaril. O segundo texto que escrevi e que compõe o acervo do Ponto de Memória surgiu por meio de uma dessas telas.

Figura 2- Senhor Geraldo - Morador do Taquaril, da janela de sua casa apontando para as outras casas.



Fonte: Acervo do Ponto de Memória Museu do Taquaril - Foto Wellington Pedro.

Da janela

Da janela, a poesia vive.
 As pessoas andam nas ruas
 A criança no colo da mãe chora,
 O menino sonha com o amanhã
 é tudo uma cadência:
 andar, chorar, sonhar.
 Da janela, o mundo vive.
 Paisagem, miragem, esmeril
 O telefone toca.

-Alô! Desculpe, foi engano
Da janela eu vejo a poesia eu vejo o mundo
Tudo o que eu toco
Não se transforma em ouro,
prata, música, mas tudo me toca.
Da janela o Taquaril me observa
Da janela eu sou observado por ele.

Muito do que apresento está relacionado às minhas percepções. E mais do que isso. Estão intrinsicamente ligados às minhas vivências como morador do Taquaril. Com a exposição e o trabalho desenvolvido no Ponto de Memória, pude perceber que o processo de ressignificação das identidades territoriais da comunidade está ligado à forma como esses moradores encontraram, por meio de suas narrativas, de expressarem de onde partiram e o que precisaram fazer para sobreviverem ante a todo tipo de dificuldade colocada desde o seu início. Estava sendo gestado, o que depois se configuraria como uma das bases desta pesquisa, o entendimento do território como espaço de memória e a memória como vontade política, não somente no Taquaril, mas em todas as comunidades com Pontos de Memória que pude conhecer.

Dos 12 Pontos de Memória espalhados pelo território brasileiro e que fazem parte da fase inicial do Programa, só não visitei o Ponto de Memória do Sítio Cercado, em Curitiba. Todas as outras visitei, ministrei oficinas, participei de reuniões de trabalho e contribuí na elaboração de exposições. Mais adiante, na seção de apresentação dos Pontos de Memória, explico o motivo de fazer referência a uma fase pioneira do programa. As dificuldades iniciais e as lutas empreendidas para superá-las estão presentes na fala/memória dos moradores e das pessoas responsáveis pela gestão do Programa nas comunidades, o que se torna cada vez mais evidenciado com a publicização das experiências vivenciadas por meio de um lembrar mobilizador. A escolha de citar o poema da janela deixa evidente o lugar que ocupo nesse espaço, como morador de um Ponto de Memória.

Continuando essa narrativa, no Instituto Brasileiro de Museus assumi papéis importantes na articulação do Programa. Fui indicado pelos Pontos, na ocasião da realização do 5º Fórum Nacional de Museus, na cidade de Petrópolis /RJ, no ano de 2012, para ocupar a cadeira de Pontos de Memória, Iniciativas em Memória e Museologia Social e Ecomuseus no Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus¹⁶. Fiz parte da Comissão Provisória de Gestão

¹⁶ O Sistema Brasileiro de Museus (SBM), criado pelo Decreto n. 5.264, de 5 de novembro de 2004, e revogado pelo Decreto n. 8.124, de 17 de outubro de 2013, é um marco na atuação das políticas públicas voltadas para o setor museológico, que cumpre uma das premissas na Política Nacional de Museus.

Participativa e Compartilhada do Programa Pontos de Memória (COGEPACO), que atuou desde sua constituição no 5º Fórum de Museus até a realização da 4ª Teia da Memória, na cidade de Belém do Pará, no ano de 2014. No mesmo ano, assumi minha segunda consultoria no Programa, o que ocasionou minha mudança à Brasília.

O objetivo da consultoria era atuar na elaboração e na construção do Plano de Capacitação em Rede, propor e desenvolver estratégias de intercâmbios formulados e difundidos entre os agentes de memória e os multiplicadores, realizar estudos e elaborar o plano de capacitação em rede para atendimento dos agentes de memória e dos multiplicadores com a implementação do Programa Virtual de Formação a Distância SABER MUSEU Moodle, do Instituto Brasileiro de Museus. Foi para mim um dos momentos mais difíceis nesta minha caminhada com os Pontos de Memória, pois vinha de uma trajetória além da comunidade de origem e ganhava outras proporções. Assim, era o momento de assumir papéis que talvez pudessem limitar minha própria militância. Consultei algumas pessoas dos Pontos e achamos que também era o momento dos nossos, integrantes dos Pontos de Memória, ocuparem esses espaços, pois o que mudaria era a forma de contribuir com as ações dos Pontos. No entanto, sabíamos que era importante alguém da comunidade para atuar institucionalmente no Programa e que fosse detentor dessa memória comunitária e institucional, uma vez que a gestão do Programa no Instituto Brasileiro de Museus passou por constantes mudanças.

Ao término da consultoria, resolvi continuar em Brasília e tentar outras possibilidades profissionais. Fui selecionado como professor substituto do Instituto Federal de Brasília (IFB) para atuar na licenciatura em Letras Espanhol. Tentei a seleção de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Linguística – PPGL da Universidade de Brasília e fui aprovado para trabalhar com o Programa como objeto de pesquisa em uma perspectiva de políticas públicas para a memória. No entanto, ao longo dos semestres, a pesquisa tomou outro rumo, chegando ao que propomos hoje. No Instituto Federal apresentei e fui aprovado com dois projetos, um de extensão para atuar no Ponto de Memória da Estrutural – DF e no Ponto de Memória da Terra Firme - PA com a realização de rodas de memória e formação em Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural; outro como apoio a grupos de pesquisa para trabalhar com projetos de narrativas orais de vida nos Pontos de Memória que compõem o *corpus* da pesquisa. Tudo isso ajudou nas viagens, na geração e na coleta de dados para a análise que propomos.

A linguagem no processo de construção dessa pesquisa não se apresenta a partir do olhar de alguém de fora, mas surge por meio do interesse de entender o papel da memória na constituição do território como esse espaço. O caminho, enquanto pesquisador, está estruturado em três etapas: a) alguém que é da comunidade e atua ativamente nas ações do Ponto de

Memória; b) um processo de inserção no Programa e nas outras iniciativas por meio de formações e de consultorias internacionais; c) um movimento que é um afastamento para fazer uma leitura crítica e acadêmica/científica dessa prática política e social em uma perspectiva dos estudos críticos do discurso.

Quando o governo, representado pelo Instituto Brasileiro de Museus, apresenta o Programa Pontos de Memória às comunidades, acaba por trazer uma nomeação para uma luta já existente. Eu me reconheço nesse processo, sendo esse ator que transita nas diferentes frentes da comunidade e do Programa. Em linhas mais amplas, este trabalho se coloca frente ao desafio de apresentar um retrato das comunidades periféricas no território brasileiro, uma vez que abarca as cinco regiões do país, tendo as lutas e conquistas de direitos como elo das comunidades de atuação dos Pontos de Memória, mesmo em uma abrangência tão diversa, bem como os desafios no reconhecimento como cidadãos de direitos dos moradores desses espaços na constituição de territórios de memória.

1.1 Sobre o objeto de pesquisa: uma busca por novos horizontes

Diversos setores sociais passam por grandes mudanças nos últimos anos e diversos são também os fatores que as ocasionam. Não é diferente com o campo da museologia, área de conhecimento dedicada especialmente à gestão, à pesquisa e à comunicação dentro ou fora dos museus, que vivencia distintas maneiras de experimentar suas atividades museológicas por meio de reflexões em torno da construção do conhecimento. Isso permite que sejam lançados vários olhares nas práticas desses “espaços de memória”, uma vez que os museus não são vistos mais somente como esses espaços responsáveis por guardarem memórias, elitizados e de acesso a um grupo social restrito.

Desse modo, os processos ligados à museologia se dão em contextos diferenciados na relação dos atores sociais com o mundo. Dessa forma, esses processos carregam as marcas desses atores sociais. Assim, toda ação será condicionada histórica e socialmente, perpassada por conflitos que protagonizam questões de poder. Volto meu olhar para ações museais comprometidas com o desenvolvimento social, que assumem um papel contestador, crítico e transformador, capaz de promover essa ligação entre “*mundos, tempos, culturas e pessoas diferentes*”¹⁷ com vistas ao desenvolvimento social.

¹⁷ Sistema Brasileiro de Museus inserido no site do Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.museus.gov.br/oqueemuseu_apresentacao.htm. Acessado em: 9 jul. 2018.

Início ressaltando que a periferia, comunidade e/ou favela¹⁸ não podem ser definidas por aquilo que lhe falta. Nesse entendimento é que surgem os Pontos de Memória, por uma necessidade dessas comunidades periféricas de apresentarem outras possibilidades de suas trajetórias constitutivas e carregadas de lutas e resistências, por meio da narrativa de seus moradores e não somente pelas narrativas das faltas que são evidenciadas, em grande parte, pela mídia local. A proposta inicial do Programa Pontos de Memória era constituir, nas 12 capitais selecionadas, museus comunitários em locais periféricos do território brasileiro que evidenciassem como acervo às lutas e trajetórias dessas comunidades através das narrativas de seus moradores. Com efeito, em um museu comunitário, o objeto é a memória que se fortalece ao recriar e reinterpretar as histórias significativas dos atores sociais envolvidos, discussão que irei aprofundar no quarto capítulo da tese.

O Programa inicia sua proposta no ano de 2009, quando contacta essas comunidades. No ano de 2019, completou 10 anos e, ao longo desses anos, outras iniciativas foram agregadas por meio de editais¹⁹ de premiação de Pontos de Memória e iniciativas em memória e museologia social. As 12 iniciativas que fazem parte da fase inicial do Programa, ou iniciativas pioneiras, como por nós denominadas, são: Ponto de Memória Museu do Taquaril, na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais; Museu de Favelas – MUF, na cidade do Rio de Janeiro; Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro, na cidade de Porto Alegre; Ponto de Memória Museu de Periferia – MUPE, na cidade de Curitiba; Ponto de Memória Museu Cultura Periférica, na cidade de Maceió; Ponto de Memória do Beirú, na cidade de Salvador; Ponto de Memória da Terra Firme, na cidade de Belém do Pará; Ponto de Memória da Estrutural, na cidade da Estrutural, no Distrito Federal; Ponto de Memória do Grande Bom Jardim, na cidade de Fortaleza; Ponto de Memória Museu Mangue do Coque, na cidade de Recife; Ponto de Memória da Brasilândia, na cidade de São Paulo e Ponto de Memória da Grande São Pedro, na cidade de Vitória.

Na ilustração a seguir, apresento a distribuição dos 12 Pontos de Memória no território brasileiro, representados pela logomarca do Programa em cada estado localizado. Os nomes

¹⁸ Utilizarei os termos comunidade, periferia e favela como correspondentes para fazer referência aos espaços onde são constituídos os Pontos de Memória, ao longo do trabalho e, principalmente nas análises, demarco de forma política o uso do termo periferia ou espaço periférico, não somente com o sentido do que está à margem, mas como espaço de lutas políticas e sociais.

¹⁹ O Programa Pontos de Memória foi ampliado por meio de editais de premiação de iniciativas em memória e museologia social e suas respectivas redes. O primeiro edital foi no ano de 2011, com 45 iniciativas premiadas no território nacional e 3 iniciativas no exterior. O segundo foi no ano de 2012, com 64 iniciativas premiadas no território brasileiro e 19 iniciativas no exterior. No ano de 2014 foi o terceiro e último edital, desde então, com 85 iniciativas premiadas no território nacional e 4 no exterior.

que envolvem o mapa do Brasil são dos próprios Pontos e das cidades e estados que estão localizados. A escolha foi aleatória e aplicada por programa específico de criação de nuvens de palavras, mas não posso deixar de relatar que os nomes que estão em maior evidência são memória e museu:

Figura 3: Representação dos 12 Pontos de Memória pioneiros distribuídos pelo território brasileiro



Fonte: Elaborado pelo autor.

O Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI) indicou as comunidades por terem alto índice de criminalidade. Esse foi o contato inicial do Programa Pontos de Memória que pretendia evidenciar as histórias das comunidades já estabelecendo o que elas eram: VIOLENTAS. A fase inicial foi nomeada pelo Programa como “Sensibilização comunitária”²⁰. As comunidades acolheram inicialmente a proposta. No entanto, não aceitaram que, falar das memórias locais, fosse reproduzir o que muitos já faziam. Assim, iniciamos um trabalho de parceria entre a comunidade local e o Poder Público por meio do Programa Pontos de Memória. Não aceitaríamos que nossas identidades fossem forjadas por um discurso já estabelecido.

²⁰ O Programa Pontos de Memória – Instituto Brasileiro de Museus, publicou no ano de 2016 um livro que reunia textos organizados pelos Conselhos Gestores dos 12 Pontos de Memória da fase inicial e que descreviam as etapas no processo de desenvolvimento e consolidação do Programa nas comunidades. A publicação foi intitulada **Pontos de Memória: metodologia e práticas em museologia social**.

Nesse sentido, com efeito, o discurso como uma prática social irá representar e significar o mundo (FAIRCLOUGH, 2001, p. 9) e, assim, contribuir para a construção de “identidades sociais”, de “relações sociais entre as pessoas” e de “sistemas de conhecimento e crença”. Desse modo, os Pontos de Memória, ao recusarem a identidade pré-estabelecida de comunidade “violenta”, busca uma prática discursiva contrária à reprodução das estruturas de poder, mas a transformação delas. Fairclough (2001), ao abordar o discurso como prática social, apresenta dois aspectos na compreensão do discurso dentro de um processo dinâmico de transformação e reprodução, a saber: a hegemonia e a ideologia.

O entendimento das ideologias por Fairclough distancia-se, de certo modo, do conceito ideológico althusseriano. Considerando-o como “cimento social universal” responsável por restringir as ações dos atores sociais, Fairclough (2001, p. 117) entende as ideologias como:

[...]significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação (2001, p. 117).

Fairclough (2016, p. 127) ressalta que “a hegemonia é um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas”. Isso nos permite compreender a hegemonia não só em termos de uma dominação de classe, mas como uma liderança que se estabelece através de um jogo de alianças, de articulações e desarticulações, sendo, portanto, instável.

Contudo, ao pensarmos o primeiro contato do Programa Pontos de Memória com as comunidades locais, é preciso ressaltar que a dimensão ideológica das práticas discursivas e sociais nem sempre é tomada de forma consciente pelas pessoas. Muitas vezes, as ideologias são naturalizadas e automatizadas, tornando-se mais “eficazes” quando atingem tal estado, aproximando-se, então, do “senso comum”.

Assim, as comunidades que inicialmente foram procuradas pelo Programa apresentavam índices altos de criminalidade, mas também possuíam outras narrativas constitutivas do território. O Ponto de Memória Museu do Taquaril fez a proposta de realização de um Seminário de apresentação e criação do Ponto de Memória Museu do Taquaril, o que resultou na criação do conselho gestor do Programa na comunidade. A metodologia foi replicada pelas outras 11 iniciativas que realizaram o seminário em suas localidades.

Sobre o Seminário do Ponto de Memória Museu do Taquaril:

O evento aconteceu em meio a expectativas e ansiedades, superadas em sua realização. Realizado no dia 20 de fevereiro de 2010, na Escola Municipal Professora Alcida Torres, reuniu cerca de 60 pessoas, dentre representantes de associações, ONGs, grupos culturais, idosos, estudantes, profissionais das áreas da Saúde e Educação, da equipe que estava à frente do desenvolvimento do Projeto Pontos de Memória na comunidade e integrantes da equipe do Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

O seminário começou com falas de moradores e equipe de fomento envolvidos no processo. Após as falas, os participantes, conforme inscrições, foram encaminhados para participarem de oficinas temáticas. Identidade, território e pertencimento, memória e histórias de luta foram os assuntos abordados.

As oficinas foram desenvolvidas pelos próprios moradores da comunidade e equipe de fomento, respeitando a formação e a vivência de cada indivíduo, sendo de fundamental importância para o entendimento conceitual da proposta do programa. Após o desenvolvimento delas, as pessoas foram encaminhadas para plenária final de apresentação das discussões abordadas e composição do Conselho Gestor do Ponto de Memória Museu do Taquaril, para o qual foram indicadas 30 pessoas (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS, 2016, p. 21-22).

Da mesma forma que o seminário se configurou como metodologia do Programa, outras ações foram sendo desenvolvidas e compartilhadas entre os Pontos de Memória, como as Rodas de Memória, o Chá de Memória e o Varal de Memória, atividades que trabalham com a imagem e a palavra. São rodas de conversas que evidenciam acontecimentos, e os participantes transformam em imagens os fatos mais marcantes vivenciados por cada um. As iniciativas criaram um plano de trabalho que culminaria na inauguração do Ponto de Memória, paralelo às ações desenvolvidas nas comunidades. Foram também realizadas outras atividades com o Programa que reuniam diversas iniciativas, como o Museu da Maré, no Rio de Janeiro, que já desenvolvia um trabalho consolidado na área da museologia social e tornou-se parceiro do Programa, compartilhando suas experiências.

A primeira Teia da memória foi realizada na cidade de Salvador/BA, em dezembro de 2009; a segunda edição aconteceu no âmbito do Encontro Nacional dos Pontos de Cultura “Teia da Cultura – Tambores Digitais, em março de 2010, na cidade de Fortaleza/CE; e a terceira, no Museu da Maré, na cidade do Rio de Janeiro, em dezembro de 2010. Não existe uma periodicidade de realização das Teias da Memória, a qual consiste em um espaço de disputas dentro do próprio Instituto Brasileiro de Museus. Na ocasião da quarta Teia da Memória, que integrou o VI Fórum Nacional de Museus, em dezembro de 2014, na cidade de Belém/PA, o Ponto de Memória Museu do Taquaril integrou a comissão responsável por pensar a programação e a organização da Teia.

O Programa realizou as Teias da Memória, encontros nacionais dos Pontos de Memória, iniciativas em memória e museologia social e suas respectivas redes com o intuito de estabelecer intercâmbios entre as iniciativas, configurando-se também como um importante espaço político de articulação e proposições. No âmbito da quarta Teia da Memória, realizada na cidade de Belém do Pará, no ano de 2014, foi votada a configuração da Comissão de Gestão Participativa/Compartilhada do Programa.

Foi minha primeira experiência em Teias da Memória, uma vez que passei a representar o Ponto de Memória junto ao Programa a partir do ano de 2011 com a consultoria local. Na ocasião da quarta Teia, já atuava na segunda consultoria no Programa e não desempenhei um papel de representatividade na Teia, diferente do que vinha se construindo nos Fóruns de Museus e em outros espaços de discussões do Programa.

Minha trajetória com os Pontos de Memória e a relação estabelecida com o lugar de onde venho, assim como o protagonismo por mim assumido, contribuíram para o processo de pensar e realizar esta pesquisa. Não que fosse mais fácil ou mais difícil, porém está registrada como os caminhos percorridos para sua realização que antecedem o ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da UnB, estando estritamente ligado ao fato de ser um morador periférico e de entender como o mesmo processo que busco evidenciar, a memória não somente como direito, mas como vontade política.

Estabelecida as minhas experiências comunitárias e de resistência social que convergem para o desenho deste trabalho, uma pesquisa que não é neutra, mas está demarcada por essas vivências e pelo percurso na minha percepção da memória como vontade política e suas implicações no meu processo de formação acadêmica, retomo as discussões para sua realização.

Com o desenvolvimento desta tese, pretendo analisar a memória coletiva na construção do sentimento de pertença em territórios periféricos e seu papel na proposição de políticas públicas participativas para a memória, uma vez que esse processo de resistência, por parte dos moradores desses territórios, se configura essencialmente como sendo político. Atualmente é latente a busca do enfrentamento de condições subalternizadas que são frequentemente impostas aos moradores de comunidades periféricas e persistentes nos dias atuais, a exemplo da própria configuração dessas comunidades que são forçadas a funcionarem de acordo com os interesses dominantes. Por meio dessa resistência, afloram narrativas populares periféricas desses moradores no intuito de estabelecer o que, por intermédio da visão dos atores sociais que compõem essas comunidades, configura-se como espaços legitimados de memória. Assim, entendemos como território uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Assim, o trabalho com a memória, nas suas dimensões individual, coletiva e social, contribui para o processo de construção de políticas públicas participativas voltadas a interseccionalidades de classe, raça/etnia e gênero. Dessa forma, as representações das relações discursivas dos atores sociais no processo de consolidação do Programa Pontos de Memória se configuram como objeto de análise desta pesquisa, considerando as pessoas que atuam em suas instâncias como atores no processo de criação e consolidação, por meio do desejo de concretização do direito e vontade política de memória.

O Programa configura-se como política pública construída a partir de discussões oriundas da museologia social e de um movimento, por parte do Estado, de reparar uma historiografia socialmente excludente e, principalmente, do entendimento, por parte dessas comunidades, da memória como vontade política. Além da forte atuação dos atores sociais nesse processo de relação de pertença territorial construído pelas narrativas populares periféricas no intuito de compreender de que forma as relações e caminhos assumidos por essas comunidades dialogam com uma nova forma de pensar os espaços de memória e museus comunitários a partir do lugar de grupos socialmente marginalizados, tendo o Programa Pontos de Memória, desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Museus, como instigador desse processo.

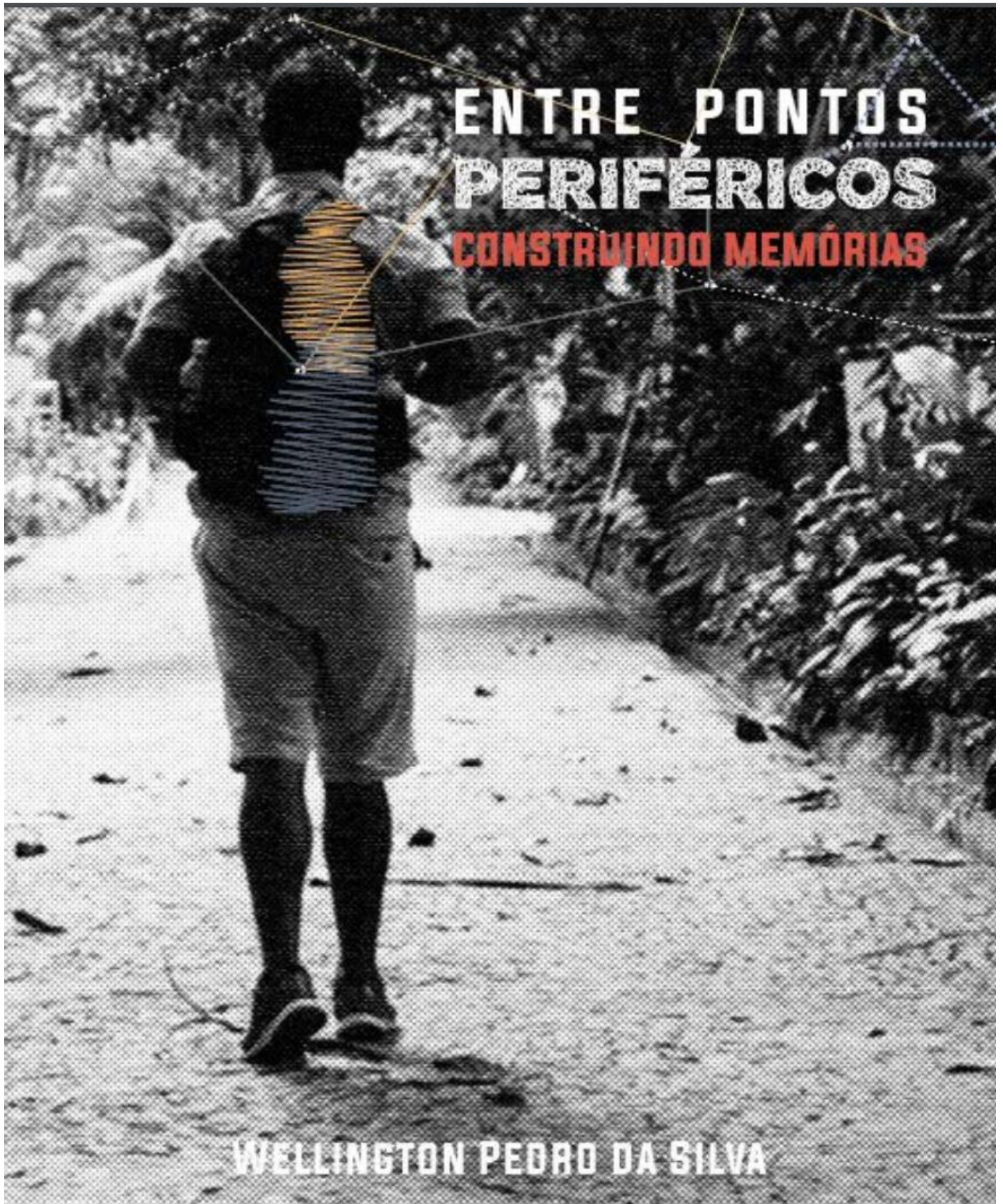
O limite de sua realização é inerente à própria pesquisa que já estabelece a necessidade de uma delimitação maior, por não ser possível analisar as 12 iniciativas pioneiras do Programa, por isso da escolha de um Ponto de Memória por região do território brasileiro.

Justifico essa escolha, também, como uma resposta ao contato inicial do Programa Pontos de Memória ao instituir as comunidades como espaços de violência. Assim, objetivo apresentar outras possibilidades dessas comunidades evidenciarem suas narrativas e como são percebidas por seus atores sociais como territórios de memória, bem como se dá sua configuração nacional, evidenciando o que une essas comunidades no que chamo de comunidades periféricas do território brasileiro: a luta pela garantia de direitos. Apresento, a seguir, os Pontos de Memória e as comunidades que formam o *corpus* dessa pesquisa.

A proposta de apresentação configura-se no formato de uma exposição e assemelha-se a uma cartilha. No entanto, a diferença está na forma como é construída, ao corroborar com a proposta dos Pontos de Memória de ressignificar o entendimento do suporte expográfico, ou seja, o projeto de uma exposição, com base na museologia social. Mais que uma apresentação do *corpus* analítico, o leitor é convidado a percorrer as cinco regiões do território brasileiro por meio de depoimentos, cores, imagens, semioses que ampliam o texto. Dessa forma, ao final, espero ter atingido o objetivo de apresentação dos Pontos que compõem esta pesquisa, espero

ainda que o leitor possa percorrer esse território de memória pela forma como os represento através do meu olhar e da intimidade dos meus sentimentos.

1.1.1 Entre pontos periféricos: construindo memórias



ENTRE PONTOS
PERIFÉRICOS
CONSTRUINDO MEMÓRIAS

WELLINGTON PEDRO DA SILVA



FICHA TÉCNICA

Coordenação geral:

Produção e expografia

Wellington Pedro da Silva

Pesquisa e Curadoria Compartilhada

Iniciativas parceiras:

Pontos de Memória Museu do Taquaril

Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro

Ponto de Memória da Estrutural

Ponto de Memória Museu Cultra Periférica

Ponto de Memória da Terra Firme

Imagens

Wellington Pedro da Silva

Projeto gráfico

Jonanthan Bispo Vieira



Agradecimentos

Aos Pontos de Memória do território brasileiro, especialmente os pioneiros e aos que contribuíram com os dados desta investigação.

08

capítulo. 1
apresentação

10

capítulo. 2
Ponto de Memória
Museu do Taquaril

18

capítulo. 3
Pontos de Memória
Lomba do Pinheiro

26

capítulo. 4
Ponto de Memória
Museu Cultura
Periférica

33

capítulo. 5
Ponto de Memória
da Estrutural

38

capítulo. 6
Ponto de Memória
da Terra Firma



apresentação

Os museus são as instituições que por natureza lidam com a memória e o esquecimento, escolhem o que merece ser lembrado ou esquecido, nos faz lembrar, exercitar a memória, refletir sobre o passado visto pelo olhar do presente. Nesse imbricado jogo de rememorar e esquecer é que esses espaços de memória determinam o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. Os Pontos de Memória irão atuar nesse processo na busca por desenvolver uma relação estreita do museu com o seu território e sua comunidade, integrando os atores sociais locais como centro da narrativa do que deve ser lembrado ou esquecido.

Esta apresentação dos pontos de Memória e que ousou chamar de exposição, intitulada ENTRE PONTOS PERIFÉRICOS: CONSTRUINDO MEMÓRIAS, surge como proposta de fazer com que o leitor possa revisitar o que foi visto nos Pontos de Memória, que fazem parte desta tese e, revisto pelo meu olhar como uma espécie de viagem a esses territórios de memória, na verdade, pela apresentação dos Pontos se refaz as viagens de forma intensa. Essa intensidade não é una e homogênea, mas plural e heterogênea. Ela desencadeia um olhar diferente, um olhar de muitas maneiras, a forma como é apresentada é inovadora por fazer parte de uma tese, mas inovadora também é toda a caminhada dos Pontos de Memória e não poderia ser de outra maneira.

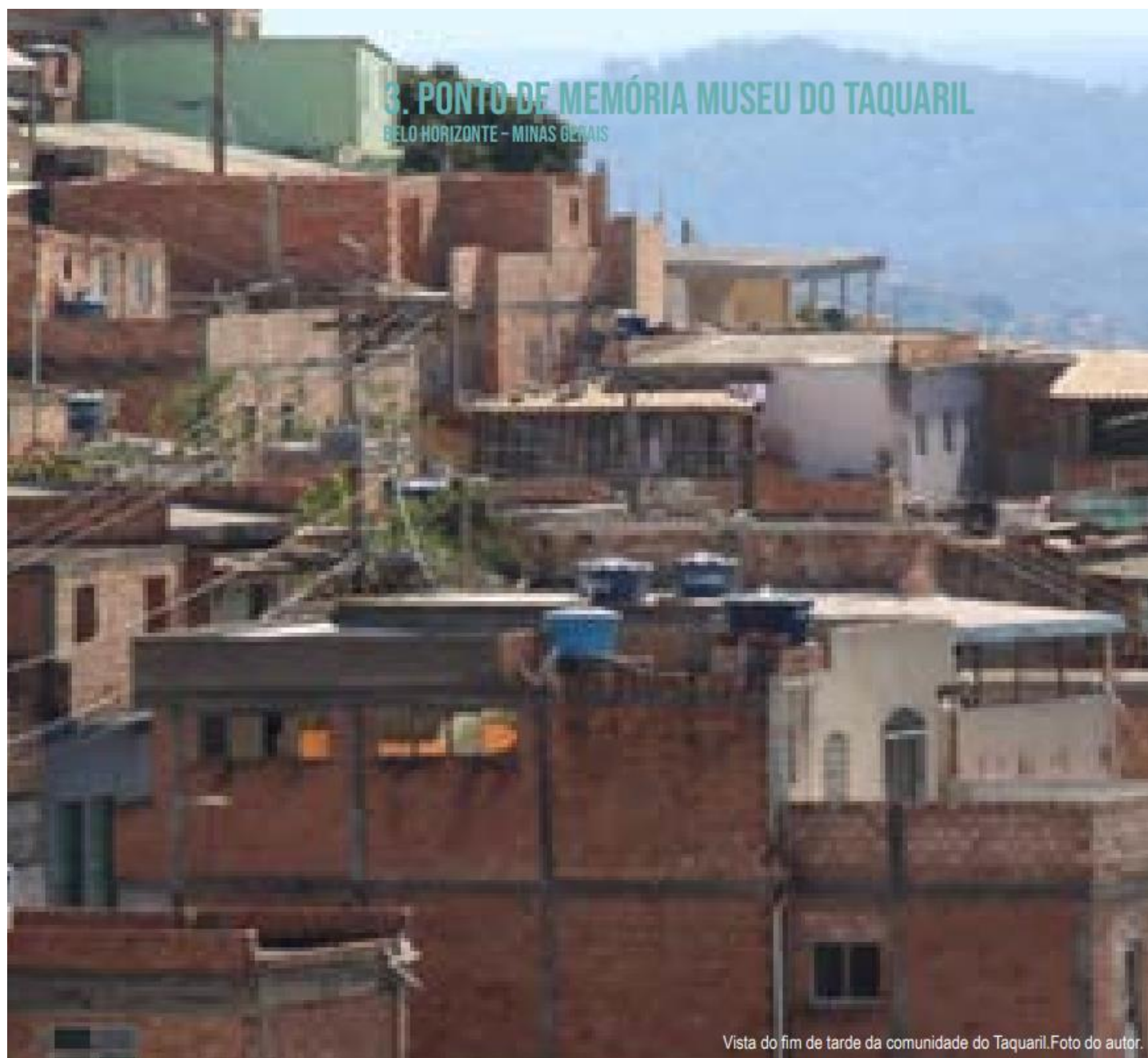
Os textos que antecedem a apresentação de cada Ponto de Memória fazem parte do documentário “Experiências de Memória: narrativas populares do Brasil”, desenvolvido, pelos Pontos de Memória, na ocasião do 5º Fórum de Museus, na cidade de Petrópolis – RJ, no ano de 2012. Correspondem a resposta de um membro de cada Ponto de Memória para a questão: Qual a importância da museologia social na sua comunidade? As imagens fazem parte do acervo construído com o campo da pesquisa e o projeto gráfico foi desenvolvido de forma compartilhada com essas iniciativas em memória. Os textos presentes fazem parte de depoimentos de moradores e pesquisas nos arquivos públicos das cidades dos Pontos de Memória. Optei por não identificar os autores dos depoimentos, os lugares são feitos de muitas pessoas e essas são constituídas por sonhos. Sonhar é uma dádiva de todos, construir suas memórias e ressignificar os territórios é a proposta dos depoimentos que são sonhos sonhados juntos e não representam somente uma localidade, mas o que constitui a essência dos Pontos de Memória: as pessoas e suas histórias.

Ao rememorem as lutas, conquistas e vivências os moradores que constituíram suas vidas nesses territórios trazem à tona lembranças sobre esses momentos, representam, por suas narrativas o sentido que está afetivamente ligado à forma como constituem as relações de pertença ao território, tanto físico, no entendimento de uma localização geográfica de terra, como simbólico, dos afetos e sentimentos que estão envoltos no significado de ser morador de uma comunidade de atuação dos Pontos de Memória.

1.1.2 Ponto de Memória Museu do Taquaril - Região Leste de Belo Horizonte – Minas Gerais



Ponto de Memória Museu
do Taquaril



“Nós, da comunidade do Taquaril, na cidade de Belo Horizonte, utilizamos a museologia social como mecanismo de valorização do indivíduo que se torna sujeito ativo e se reconhece pertencente em seus processos de sua história e de suas memórias”.



Oswaldo, morador do Taquaril.



Taquaril – Conjunto A. Foto do Autor

“Moro aqui na comunidade desde os meus 13 anos. No meu tempo disponível, eu trabalho a noite, eu estou atuando na comunidade. Seja através da associação comunitária, seja das comissões. Quero poder mais contribuir com a nossa comunidade para unir forças e conquistar mais coisas para a comunidade”

“A história do Taquaril é uma história de superação, diferente de várias outras comunidades. Você tem que manter isso vivo, a história, a conquista, todo o sofrimento, aquela luta que a gente teve para conquistar isso aqui. Isso faz com que a gente continue buscando uma comunidade melhor, para que a gente preserve essa luta e considere a passagem daqueles que ajudaram a conquistar essa comunidade. Para a gente olhar a comunidade e saber que ela não caiu do céu pra gente. Que teve muito desgaste para conquistar e a história tem que ficar sempre marcada aí, para que as gerações futuras saibam onde estão pisando e possam dar mais valor a estrutura que foi graças a essas lutas e conquistas. É importante ter esse canal com o passado entre a nova geração e a geração que conquistou isso aqui”

“Éramos sete irmãos e hoje somos seis. Na minha infância, o que eu gostava de fazer, por incrível que pareça, era ir

para a escola. Por que a gente tinha uma vida muito complicada em casa, a gente passou por problemas que várias famílias passam hoje, que é a questão da convivência familiar mesmo... A gente morava em um lugar isolado, apesar que na vila tinham vários moradores, mas a dinâmica do local não te permitia ter muitos amigos como é hoje. Minha vida, quando eu passei a frequentar a escola era a escola, eu gostava muito, queria que a escola fosse de domingo a domingo. Ficar em casa pra mim era muito complicado... Então, na escola você se sentia mais livre”.



Grafitagem do muro do Ponto de Memória Museu do Taquaril



Taquaril – escadaria de acesso aos conjuntos A e B. Foto do Autor

Chegar ao Taquaril representa muito para mim. Quando decidi sair de Belo Horizonte é como se fosse um caminho natural, estar ali já não cabia mais em mim. Eu precisava ganhar outros lugares. Algumas relações são temporais, mas marcam nossas histórias. Na comunidade do Taquaril eu passei minha infância, adolescência e parte da vida adulta. Brincava nas ruas com os amigos, estabelecia minhas relações amorosas. Uma vez me apaixonei por uma menina que havia mudado para o bairro, todo mundo achava ela linda. Eu estava na fase de ainda me enganar ou sem entender mesmo como eu era. Essa menina foi má, disse para todo mundo que iria me dar um beijo, era a oportunidade que eu tinha para as pessoas pararem de falar da minha voz ou do meu jeito diferente. Ela era linda e queria me beijar. Chamei todo mundo para o portão da casa dela, ela abriu e disse que me daria um beijo, que era para eu fechar os olhos que ela logo voltaria. Eu fechei os olhos e fiquei esperando, ela voltou e ao invés de beijo passou títica de galinha na minha cara. Todo mundo riu. A escola que estudei o Ensino Fundamental chama Escola Municipal Professora Alcida Torres, uma vez fizemos uma gincana na escola, uma das tarefas era encontrar uma pessoa que tivesse o nome de Alcida. A professora homenageada com seu nome na escola tinha uma irmã gêmea, com o nome de Alcira. Conseguimos falar com ela, tinham uma prima com esse nome de Alcida, aceitaram o convite e foram na escola no dia da gincana, foi um momento de muita emoção.

É nesse espaço que fui estabelecendo minhas relações sociais, que os sonhos foram sendo desenhados, que vivi a maioria das minhas experiências familiares que agora volto como pesquisador. As ruas são ruas das minhas histórias, caminham por elas pessoas que fizeram e que fazem parte da minha vida, meus amigos que estudaram o Ensino Fundamental na escola do bairro e que depois me acompanharam quando fomos estudar no centro da cidade por falta de escolas com o Ensino Médio. É esse território de memória que aciono, não das memórias dos outros, mas das minhas, também.

A história da comunidade do Taquaril vem sendo narrada pela trajetória de vida de seus moradores, seus afetos, saberes, conflitos e sonhos imbuídos pela conquista e efetivação

do direito a memória e seu despertar como vontade política. O Ponto de Memória Museu do Taquaril surgiu com um seminário realizado com as lideranças locais e comunidade no dia 20 de fevereiro de 2010. Tem como área de atuação os bairros Taquaril, Conjunto Taquaril e Castanheiras, localizados na cidade de Belo Horizonte – Minas Gerais. Desde 2009 os envolvidos com o ponto de memória traçam juntos um caminhar, num passo-a-passo constroem caminhos e estradas coletivamente, partilhados, de luta, resistência e de conquistas.



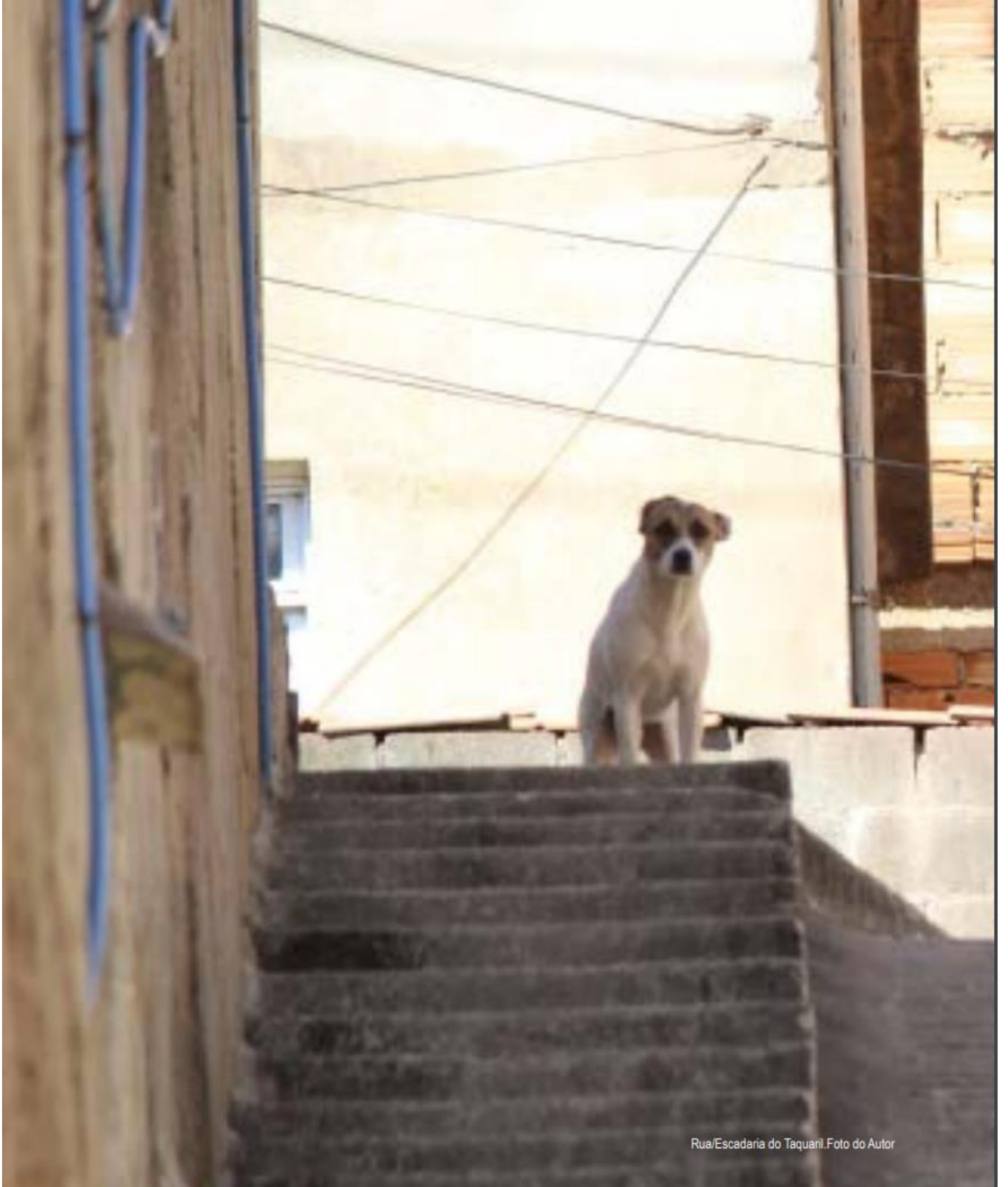
Roda de Memória Museu do Taquaril. Foto do Autor

A cidade de Belo Horizonte foi inaugurada em 1897, não surgiu de ocupação espontânea de um espaço por um grupo de pessoas e que aos poucos foi virando cidade. A cidade mineira e atual capital foi projetada para existir de uma determinada maneira e sua construção deveria se dá por um traçado estabelecido pelo poder público. Isso não aconteceu e a cidade tomou outras proporções em sua constituição. A prefeitura criou, em 1983, unidades administrativas que ficaram conhecidas como regionais. Suas áreas foram definidas em lei no ano de 1985 e existem, atualmente, nove regionais na cidade, a saber: Barreiro, Centro Sul, Leste, Nordeste, Noroeste, Norte, Oeste, Pampulha e Venda Nova.

A antiga Fazenda Taquaril foi loteada em 1983, dando origem à Cidade Jardim Taquaril. Nessa área seria construído um condomínio de luxo, mas o relevo bastante acidentado do terreno inviabilizou o projeto. Foi quando o Centro de Ação Comunitária do Vera Cruz iniciou a luta para que a terra fosse destinada aos sem-casa e à população carente. Foi assim que surgiu o bairro Taquaril. A Prefeitura autorizou a ocupação, mas os próprios moradores é que tiveram de iniciar a construção do bairro. Muitas mulheres assumiram as tarefas de aplainar o terreno com a enxada, levantar as paredes de suas casas e carregar as latas d'água dos córregos até o bairro. Por isso, a história de luta e resistência desse bairro é também uma história das conquistas femininas. (ARREGUY; RIBEIRO, 2008, p. 25).

A comunidade do Taquaril está situada na região Leste de Belo Horizonte, denominada de “favela”, sua formação se deu pela aglomeração de pessoas sem recursos suficientes para adquirir um imóvel.

O processo de constituição da comunidade do Taquaril passa a ser noticiado nos principais meios de comunicação da capital mineira. As notícias vinculadas dão o tom de desorganização das ações e reforçam um estereótipo de comunidade periférica com os principais problemas estruturais característicos das formações de bairros que fugiam ao planejado inicialmente para Belo Horizonte. O Taquaril chegou a ser retratado pejorativamente na letra de música de uma banda musical mineira que dizia “Taquaril, um buraco do Brasil”



Rua/Escadaria do Taquaril. Foto do Autor

1.1.3 Ponto de Memória Lomba do Pinheiro – Porto Alegre – POA



Ponto de Memória Lomba
do Pinheiro

3. PONTO DE MEMÓRIA LOMBA DO PINHEIRO

PORTO ALEGRE - POA

“A importância da museologia social para a nossa comunidade está na garantia do direito à memória em uma comunidade periférica historicamente privada do seu direito à memória e a história”.

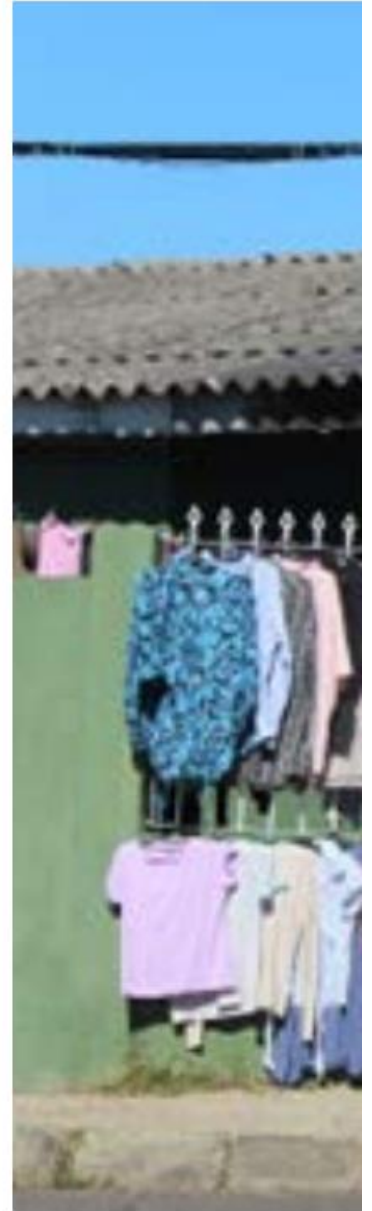
Algo muito grande está por vir. Um trabalho que se propõe a evidenciar tantas vozes, que nasce grande. Afinal, pesquisar cinco comunidades do território brasileiro é muito. Demanda recursos, tempo e coragem. Talvez a coragem seja até a motivação inicial, mas aí penso no respeito. Respeito pela pesquisa, respeito pelas comunidades e pelas minhas limitações. Por isso algo muito grande está por vir. Transitar por essas comunidades, conversar com pessoas envolvidas nos Pontos de Memória, ouvir suas histórias, lutas, conquistas e superações. Fico com tanta saudade, vontade de visitar os outros Pontos, de não ir mais embora do que estou, de querer chegar em casa e dormir na minha cama, da necessidade de parar para escrever. Saudade dos amigos de pesquisa, dos meus gatos. Cansado das viagens, das mudanças de climas, calor de Belém e Maceió, frio de Belo Horizonte e Porto Alegre e voltar para o ar seco de Brasília. São tantos sentimentos e desejos, mas não podia ser diferente. Pois sentimentos e desejos também constituem essas comunidades. A vontade de memória como direito, o desejo político dessa vontade. Sou muito privilegiado de sair de uma comunidade que possui a necessidade de um Ponto de Memória, atuar diretamente no

programa e depois levar essas questões para a Universidade.

O trabalho na Lomba do Pinheiro, Porto Alegre, está lindo. Conversar com pessoas maravilhosas, tão queridas e de histórias fantásticas. Os Pontos de Memória são isso: PESSOAS. Obrigado aos Pontos por cuidarem de mim, por confiarem e acreditarem que esse trabalho de doutorado é NOSSO.

“Mas que memória é essa? Que memória é essa que se quer legitimar, que se quer garantir? Essa memória é uma memória de escolha, não é uma memória imposta”.

A Lomba do Pinheiro fica na periferia da capital gaúcha e foi oficialmente criada em 1959, porém a existência de moradores remonta à época das Sesmarias, quando a região compreendia grandes estâncias de criação de gado, muito antes da fundação de Porto Alegre, que ocorreu em 1772. O museu comunitário que leva o nome do bairro, foi criado em 2006, em uma casa doada pelos proprietários de um antigo armazém, a fim de atender demanda premente daquela comunidade, que reclamava um espaço em que a memória do lugar fosse fixada por meio do registro da história dos seus habitantes, agregando o Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro no ano de 2009.





Bazar em uma casa da Lomba do Pinheiro .Foto do Autor



Cachorro nas ruas da Lomba do Pinheiro. Foto do Autor



Paisagem das casas e área verde na Lomba do Pinheiro. Foto do Autor



Paisagem com pinheiros. Foto do Autor



Eduínio, Teresinha, Izolina e Wellington Pedro

Apresentando características muito peculiares, ainda é possível encontrar localidades com perfil rural, mas a característica predominante do bairro são as áreas rarefeitas de urbanização, nas quais áreas verdes predominam na paisagem, em conjunto com a ocupação urbana.

“O tempo que vai passando as pessoas não vão lembrando do que aconteceu no lugar. A nossa memória é preservada em livros, em tudo que a gente guarda e não pode deixar de passar. Cada um agrega mais a sabedoria para o povo, para os jovens. Se tu não chegar nos jovens falando sobre a memória da Lomba, o que foi o seu passado, os que estão no presente não sabem nada”

Pode se pensar que uma invasão é desorganizada, mas houve toda uma organização do tamanho dos terrenos, de como fariam os canos para que a água chegasse potável até o local. Uma coisa que é interessante é a importância da memória disso. Claro que teve outras questões como horta coletiva, creches... Toda essa estrutura teve que ser feita, mas que memória é essa que quer se legitimar, que quer garantir? Essa memória é uma memória de escolha e não imposta”

“As lutas sociais por políticas públicas se deram por temas mais localizados, como: saúde, transporte coletivo, saneamento, abastecimento de água, creches, colégio. Então, cada luta dessas teve um momento que foi em questões mais localizadas, mas hoje é uma região que está prestes a ter todos esses equipamentos públicos por meio das lutas que teve aqui”



Paisagem da Lomba do Pinheiro. Foto do Autor

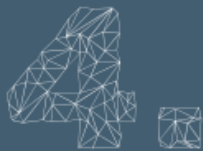


Marcia Vargas narrativa oral de vida. Foto do Autor



Rua do bairro da Lomba do Pinheiro. Foto do Autor

1.1.4 Ponto de Memória Museu Cultura Periférica – Maceió – AL



Ponto de Memória Museu
Cultura Periférica

4. PONTO DE MEMÓRIA MUSEU CULTURA PERIFÉRICA

MACEIÓ - AL

“Nós entendemos que a memória está em movimento e seu papel vai para além da recuperação do passado, pois é um instrumento de luta do povo. É um espaço vivo que se integra ao dia-a-dia da comunidade. A museologia social assume o seu lugar de direito, ou seja, o centro da narrativa”



“Foi uma vida sofridona mesmo, de você fazer aquela feira para passar o mês e não dava para o mês. Ai a gente ficava devendo na venda... Vou segurar a onda, se não a lagrima cai. Uma coisa que me marcou pra caramba é a questão das minhas roupas. A minha mãe era costureira, né velho! Ela que fazia minhas roupas e eu gostava, gostava pra caramba das roupas, mas quando você saía na rua não fazia aquele sucesso que você queria com as roupas. Era bom e era ruim ao mesmo tempo. Tá ligado? Você saía e os caras diziam “olha o calção de pescador”. Pra mim a calça era a mais bonita que eu estava, mas na rua não era. Isso é uma parada que marca pra caramba. Quando você começa a tramar você quer roupa de marca. Essa parada marcou pra caramba a minha vida”

“Sou negra, sou mulher, sou mãe, sou periférica, sou artesã, sou militante. Essa palavra hoje em dia está tão pejorativa na boca de tanta gente, mas na minha boca ainda é um adjetivo, no sentido de lutar pela melhoria no mundo, dentro de uma série de recortes sociais que a gente vive em situações marginalizadas e a gente luta para que essas coisas melhorem”

Roda de memória. Foto do Autor



Sirlene narrativa oral de vida. Foto do Autor



Guias feira do Jacintinho. Foto do Autor



“Sozinho, as coisas são mais fáceis. Você consegue dormir em qualquer lugar, comer qualquer coisa, até ser aceito de alguém te dar uma dormida, mas se você anda com um bebê isso é mais complicado. Eu tinha a opção de ir com um bebê para uma cidade estranha, que eu não tenho emprego e vou tentar a sorte e tentando a sorte eu chego em um lugar e viro escrava de um empregador. É dessa maneira que eu vou conseguir me estabilizar nesse local de trabalho, se tudo que a pessoa me colocar eu disser sim, e aí pra isso eu precisaria de um tempo que a minha vida virasse só o trabalho. Com a criança não poderia fazer esse tipo de coisa, só se eu o deixasse aqui e isso não era uma opção pra mim. Aí eu preferi ter uma vida instável financeiramente, mas presente enquanto mãe”.

“Meu pai comprou a casa e foi construindo aos pouquinhos, a gente estava no processo de construção e eu ficava em cima dos tijolos da casa, na janela, vendo a rua passar. Aí os moleques do outro lado da rua ficavam tirando onda com a minha cara, aí ele colocou meu apelido de a menina da janela, o único lugar que eu poderia estar era na janela. Havia uma visão, do meu pai, de que se eu estivesse brincando com as meninas eu era bolacheira, se estivesse com os meninos eu era puta. Essa coisa era muito forte, ele vinha de uma família tradicional e o patriarcado estava muito presente nele, ele é descendente de italianos. Mas assim, eu não tinha essa visão de opressão, isso não era um problema até eu querer sair, namorar, viver, depois que a igreja e o movimento social político começou a me dar visão de mundo”.

Até a década de 1940, o que é hoje o bairro mais populoso de Maceió, o Jacintinho, não passava de um imenso sítio com predominância da Mata Atlântica, e, em alguns trechos, pequenas casas de moradores. O nome é uma alusão ao rico proprietário Jacinto Athayde, descendente de portugueses, que construiu seu casarão no Poço (ainda hoje preservado) e a ladeira de pedra que dava acesso ao sítio. Já na década de 50, atraídos pelas possibilidades de emprego na capital, foram aparecendo os primeiros modos do novo bairro, que surgia com o nome de Jacintinho. A madeira da mata acabou, sendo usada para construção de casas. Surgiram pequenas mercearias para atender a demanda dos consumidores, e o comércio expandiu-se. A fé católica gerou a construção da primeira igreja, enquanto abriam-se novas ruas, até que, no final da década de 1960, se construiu o conjunto habitacional da Cohab.

Quem chegava do interior do Estado sempre procurava o Jacintinho. Surgiram novas favelas, e o bairro foi crescendo desordenadamente. Os primeiros moradores ainda cultivavam roças com o plantio de milho, mandioca, criavam gado e extraíam madeira da mata existente.

O crescimento foi dividindo o bairro: tem o Jacintinho, o Jacintão, além da Grota do Cigano, Aldeia do Índio, Piabas, Grota do seu Arthur e Alto do Boi. Cada um tem sua história. Além de Jacinto Athayde, o primeiro proprietário, existia ainda a família Paranhos, possuidora de uma parte de terra cultivada com lavouras de subsistência, e a família de dona Maria Lopes. Minha primeira parada foi no Museu



Neno. Foto do Autor



Feira do Jacintinho Foto do Autor

Cultura Periférica, a pesquisa e o amor estão juntos aí. Foi a primeira de uma série de outras viagens, mas foi também o reencontro. Reencontrar pessoas que amo e por quem sou amado. Aprender tanto com eles e ter a certeza de que essa pesquisa não é sobre um negro periférico que teve a OPORTUNIDADE de estudar e virar doutor, mas essa pesquisa é sobre todas essas pessoas que estão na luta diariamente para que ninguém desqualifique seu trabalho. A voz da minha pesquisa vem desses territórios periféricos de memória e ecoa nos mais diversos meios acadêmicos. Não falo pelos meus pares, mas com os meus pares. No Jacintinho, em Maceió, reencontrei a esperança, a força em lutar e acreditar. Foi maravilhoso estar com Viviane Rodrigues, Sirlene Gomes Silva, Neno, Vinícius Rodrigues e mais um monte de gente. Aproveitei e fui à Recife abraçar Vanessa Francisca e Guerreiro Wil. Como estava precisando ver esse povo todo. Por isso esse texto fala sobre o amor. Agora é a vez de Belém.

1.1.5 Ponto de Memória da Estrutural – Brasília – DF



Ponto de Memória da
Estrutural



5. PONTO DE MEMÓRIA DA ESTRUTURAL

BRASÍLIA - DF

“É uma instrumental de mobilizar, potencializar e difundir as ações comunitárias”.

A Vila Estrutural está localizada às margens da DF-095 (Via EPCT, conhecida como Via Estrutural) e ocupa uma área de 154 hectares. O “Lixão da Estrutural” começou, na década de 60, após a inauguração de Brasília e, poucos anos depois, surgiram os primeiros barracos de catadores de lixo próximo ao local. No início da década de 90 a invasão contava com pouco menos de 100 domicílios localizados ao lado do “lixão”, sendo posteriormente transformada em Vila Estrutural, pertencente à Região Administrativa do Guará.

Ainda sobre amor e pesquisa, pois amar é necessário sempre. Chego do Taquaril, estava desenvolvendo parte da minha pesquisa no Ponto de Memória Museu do Taquaril. Conversei com pessoas que tenho uma admiração enorme. W Dois, Cloves Furtado, Adriana Prates,

Leila Regina e outros. Ainda preciso voltar para terminar, mas estou em casa. O lugar que orienta minhas raízes, sempre é bom voltar. Sou grato aos que pude ver nesse período curto e saudoso, pelos que não vi. Já cheguei a Brasília na correria, tive um café da manhã e ótimas conversas com Abadia Teixeira. Compartilhamos tantas angústias. É tão triste ver todo esse retrocesso que estamos vivenciando na conjuntura política/social brasileira. Somos atacados de todos os lados. Qual o nosso papel nisso tudo? Como continuar trabalhando com nossas ações de memória? A fome está aumentando, a violência. As pessoas não querem ouvir sobre memória, querem trabalho, querem conseguir comprar o gás para cozinhar e ter o que cozinhar. Mas a memória não está separada de tudo isso. Percebemos e precisamos



Maria Abadia. Foto do Autor

perceber nosso papel na sociedade e até onde podemos caminhar. Talvez seja o momento de refletirmos, avaliarmos nossas ações para que possamos ser propositivos. Dessa conversa saiu a organização de um seminário com o Ponto de Memória da Estrutural para debater essas questões. Abadia Teixeira, obrigado por ser essa grandeza toda! Depois ainda deu tempo de ir ao SEBRAMUS, na UnB. Reencontrei pessoas tão queridas e amadas, pois como eu disse: É PRECISO AMAR SEMPRE. Ganhei um abraço tão saudoso de Jean Baptista e outras pessoas que não tirei foto, como Marcelle Pereira, mas foi maravilhoso saber que não estamos só. Depois fui assistir a uma mesa de GIGANTES. Suzenilson Kanindé chegou dizendo ao que veio, sua fala trazia tantas outras vozes: o índio, o negro, o LGBTQIA+, a mulher. Sim, isso é representatividade. Um companheiro de caminhada que não se cala e quando fala, sua voz ecoa, ganha espaço onde não imaginamos e se faz ser ouvido, mesmo por aqueles que não querem. Silmara Kuster, que coisa mais linda te ouvir, quanto sentimento em uma pessoa. Precisamos sim pensar no NÓS, em nossas ações.



Roda de Memória da Estrutural. Foto do Autor

Agora é correr para lavar algumas roupas e organizar a mala novamente. Próxima parada na Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre. Pois precisamos avançar no amor e na pesquisa.

“Sou a filha mais velha de uma família que teve 13 filhos, então, por muitos anos fui arrimo de família. Tinha o sonho muito grande de estudar, ser doutora, mas não consegui fazer isso, tive que ajudar meus pais a criarem meus irmãos. Só consegui terminar o Ensino Médio, também tinha vontade de ser professora, estudar muito e passar para a frente o que aprendi, também não consegui realizar esse sonho, mas eu levei a vida”

“Quando eu vim para a Estrutural eu me achei, eu descobri as pessoas outra vez, o que era viver em comunidade, em sociedade”

“ A gente fazia essa diferença dos lugares de onde viemos, éramos a contra ação do que o Estado dizia de cidade violenta, de cidade sem perspectiva”

“Conversando com essas pessoas, conhecendo a história de vida dessas pessoas que eram histórias riquíssimas que ninguém sabe como aquela pessoa veio pra cá, não sabíamos bem como essas pessoas chegaram aqui, se vieram de extrema pobreza, se foram expulsas dos seus lugares... aí a gente perguntava “O que você quer para a sua cidade? As pessoas falavam que queriam praças. E aí fomos construindo a narrativa da cidade que queremos, da cidade que temos direito”



Roda de Memória da Estrutural. Foto do Autor

1.1.6 Ponto de Memória da Terra Firme – Belém do Pará - PA



Ponto de Memória da
Terra Firme

6. PONTO DE MEMÓRIA DA TERRA FIRME

BELÉM DO PARÁ - PA

“A museologia social contribui na nossa comunidade com ações transformadoras e conscientizadoras, lembrando o passado, transformando o presente e assegurando o futuro. Nessa linha de trabalho é que conseguimos trabalhar nas comunidades a memória e a sociedade de forma geral”.

Localizado na zona sul de Belém, o bairro é um dos bairros mais populosos da capital, o bairro Montese, mais conhecido como Terra Firme, ganhou esse apelido por ser formado por terras firmes e altas, próximas às áreas alagadas pelo rio Tucunduba, no limite dos bairros de Canudos e Guamá. A resistência dos moradores do bairro de Terra Firme começou pela luta de ocupação do espaço: a área era alagada pelo rio Tucunduba e a travessia era feita através de pontes improvisadas pelos próprios moradores que, com o passar do tempo, foram aterrando o local e tornando-o efetivamente firme.

“O nome ficou Terra Firme porque era uma brincadeira contra o que na verdade o bairro passava. Uma brincadeira ao contrário do nome. Porque não era uma terra firme, era alagada” – conta Sâmia Queiroz – “Fomos descobrir isso fazendo uma pesquisa, um mapeamento sobre o bairro com as pessoas mais velhas que estavam aqui na época da ocupação”.



João Batista chama nossa atenção para o conflito entre moradores e Estado na nomeação do bairro:

“Na prefeitura tentaram mudar o nome para Montese, aí a galera aqui disse ‘Não!’. Fizemos um plebiscito e a comunidade votou a favor de Terra Firme”. Sâmia acrescenta: “Quem vem de fora fala Montese, em inscrição da internet tá Montese. Aí eu digo: ‘Não é Montese, é Terra Firme. Você não sabe, eu moro aqui’. Não é Montese. Ficou registrado, mas a gente chama Terra Firme. Como moradores, nós defendemos nossas raízes, porque tem gente que se apropria das coisas, inclusive da cultura, mas em relação ao nome do bairro a gente não permitiu que se modificasse”.

A Feira da Terra Firme faz parte da identidade cultural da comunidade: “A feira tem mais cara de América Latina do que o Ver-o-Peso. Quinta-feira fica um cheiro de laranja no bairro. Eu já tentei morar fora da Terra Firme, mas não consigo me adaptar” – afirmou a moradora Samantha Caldas – “A feira funciona todo dia da semana e você encontra de tudo lá. O que você quiser comprar, você compra na Feira da Terra Firme”.

<https://www.anf.org.br/terra-firme-cultura-e-resistencia-em-belem-do-para/>



Feira da Terra Firme. Foto do Autor

Nós Fundamos o Centro Comunitário da Terra Firme, e o centro foi fundado por uma questão específica: a luta pela moradia! Não só pela moradia, mas para o saneamento, a energia elétrica não tinha, água aqui não tinha. Eu sempre digo isso para os meus amigos e para quem está chegando na Terra Firme, se você chega hoje na Terra Firme e vê uma escola de segundo grau, não foi à toa que essa escola está aí. Foi muita luta que nós tivemos para que essa escola estivesse aí”
 “O grande ponto positivo é eu ser vista como sou vista hoje. Antes as pessoas não me viam como me vêem hoje, com respeito. Nem também como uma pessoa que possa dar um apoio, uma das coisas positivas é, apesar do início da minha vida ter sido muito difí-



cil pra mim, hoje eu vejo que estou firme, que estou forte. Eu digo que uma das coisas mais positivas ela não vem de fora, ela vem de você. Você leva vários nãos na sua vida, mas nada disso me faz ser derrotada, voltar para trás, ser o que era antes ou fazer o que fazia antes... o ponto positivo mesmo de tudo é o ponto espiritual, como eu me encontro. Se a minha estrutura espiritual está fraca, eu nas minhas ações serei fraca, mas se está forte, eu serei firme. Que é como hoje eu me encontro”.



“Foi uma época muito difícil, eu tinha uma irmã que engravidou com 13 anos de idade e isso me choca bastante. Ela não teve estrutura, ainda era uma criança, minha mãe não tinha condição de dar apoio e ela teve com 13 anos e nunca soube o que era ser mãe dele e com 17 anos de idade ele foi assassinado,



Um dia feliz pelas ruas de Belém

com esse assassinato do meu sobrinho a nossa vida mudou muito. Minha mãe voltou para o Maranhão e eu decidi continuar aqui na Terra firme”

“A Terra Firme tem uma história muito importante para Belém do Pará, é um bairro onde se concentram as maiores universidades do Pará. Lá está a universidade Federal do Pará, Universidade Federal Rural do Amazônia, o campo de pesquisa do Museu Goeldi, a EMPRAPA. A comunidade se apresenta por sua luta, é importante o Ponto de Memória está lá para organizar essa luta”

A Terra Firme é o lugar das relações de afeto e carinho, um lugar que sempre senti como minha casa. Todo mundo dos Pontos de Memória falava da professora Helena Quadros, demoramos muito tempo para nos conhecermos presencialmente. Eu já atuava no Programa Pontos de Memória como consultor e



Dona Madá. Foto do Autor

Helena foi à Brasília para uma reunião presencial. Não ganhei só bombom de cupuaçu, mas uma amiga para a vida. Helena sempre acreditou tanto em mim, enxergava potenciais que nem eu mesmo via. O doutorado parecia mais da professora Helena do que meu, de certa forma era. É uma pesquisa de muitos!

Quando a Teia da Memória aconteceu em Belém a presença forte de Helena estava lá, nossa rainha, a rainha dos Pontos de Memória, assim era conhecida pelo Pontos pioneiros. Helena nunca estava sozinha, com ela tinha toda a família Quadros e as pessoas do Ponto de Memória da Terra Firme. Todas as vezes que fui a Belém foram intensas. Uma vez me levou a uma festa junina no museu Goeld, comi maniçoba, arroz paraense, dançamos quadrilha e rimos muito. Sempre me apresentava como o professor pesquisador, o que pesquisa os Pontos de Memória. Por meio de Helena recebi o carinho de todos da Terra Firme, Samia e sua família que também se tornaram a minha. As marcas da nossa rainha estão presentes em todos dos Pontos de Memória, a Terra Firme sempre foi lugar de acolhida.

O cotidiano das comunidades de atuação dos Pontos de Memória está nas ações dos atores sociais que, de alguma forma, atuam nesses espaços, mesmo que não morem ali. São suas escolhas, representações e lutas que irão refletir a trama social dessas comunidades. Se os atores sociais e suas escolhas são responsáveis pela constituição desse cotidiano, ele extrapola os limites desses territórios e irá acompanhar os atores sociais em outros espaços também. Participei de uma forma-

ção em Educação do Campo, na escola ECRAMA, em Santa Luzia do Pará. Viajamos mais de 4h para um dia muito produtivo de discussões, apresentações, trocas e vivências. No outro dia andei pela feira da Terra Firme, senti seus cheiros, suas cores e um vai e vem entre pedestres, carros, motos, ônibus e carroças. As comunidades são vivas, a luta pela memória também. Quem são essas pessoas? Vai depender de quem volta o olhar para elas e como volta.

Além dos espaços físicos da comunidade existem também os espaços de significação, que compreendem aspectos afetivos, estéticos, sociais, históricos, entre outros. Ao se instituir as comunidades das cinco regiões do território brasileiro pelas ações do Ponto de Memória o objetivo é demonstrar que são estes espaços que se colocam frente à gestão nas convergências de afetos, forças e recursos que criam uma espacialidade que vai adquirindo sentido e contornos desenhados pelas mãos construtoras de seus moradores. A concepção de território encontra-se pautada pela natureza simbólica das relações sociais, relações que ao ocorrerem num espaço vivido e reivindicado acabam por ressignificá-los constantemente.

Espero ter proporcionado ao meu leitor e minha leitora a experiência de vivenciar um pouco dos caminhos percorridos e das memórias periféricas acionadas. A limitação está

no materializar essa vivência, mesmo que as imagens sejam um recurso para isso. O que foi apresentado é quase nada, pois o que a linguagem não dá conta de representar é acionado no mais íntimo de mim, está nos abraços dados, nas saudades, no amor e nas relações estabelecidas.



Helena Quadros e toda a alegria da nossa Rainha Foto do Autor







1.2 A ontologia do lugar social

Após apresentar os Pontos de Memória com o objetivo de melhor elucidar minha pesquisa, nessa seção procuro evidenciar que o trabalho com a noção de memória e suas múltiplas significações como centro das minhas análises, ancorados no entendimento faircloughiano de discurso como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (2016, p.95) bem como a construção de uma nova ontologia, são cruciais para a realização que me propus levar a cabo.

A originalidade do percurso aparece na gênese do ator social de direito e vontade política de concretização desses direitos, pela qual perpassa noções de territórios de memória, periféricos e como os participantes se representam nessas práticas sociais. Falar dos atores sociais que fazem parte dos Pontos de Memória e de suas comunidades de atuação é também falar do mundo, da matéria e do ser, o que pressupõe, minimamente, abordagens ontológicas de dimensões do real ou sobre o real em si.

Dentro do universo da percepção da memória como vontade política e a materialização dessa luta por meio dos Pontos de Memória, não dou conta de abordar toda a dimensão dessa prática social que está acontecendo, mas dou conta do que proponho com as questões de pesquisa norteadoras dessa investigação social e apresentadas no capítulo metodológico. A trajetória que mantenho junto ao Programa, nos níveis diferenciados, já apresentados, como membro de uma comunidade e atuante de forma local com o Programa; as relações estabelecidas no âmbito nacional com outras iniciativas e com o próprio Programa e; o distanciamento necessário para dar visibilidade acadêmica a essas práticas, permite, além do campo, refletir sobre algumas questões mais complexas. A escolha de trabalhar com mais de um Ponto de Memória justifica um pouco isso, parte de uma proposta teórico-metodológica específica a qual o discurso é um processo.

As realidades sociais acionadas pela pesquisa são lidas a partir de narrativas, que irão compor os elementos das histórias e das memórias dessas comunidades e desses atores sociais. A trajetória social dos atores sociais, moradores desses territórios de memória e os caminhos desses espaços são postos em evidência, uma vez que falar da exclusão territorial é falar da exclusão social das pessoas, atravessada por questões raciais e de gênero, por exemplo. Assim, a ontologia do lugar social dos Pontos de Memória diz respeito ao modo como se percebe a natureza desse mundo social, a memória como vontade política.

1.2.1 Epistemologia e os estudos críticos do discurso

A ontologia do lugar social é entendida ao modo como vemos o mundo social, já a epistemologia irá tratar do modo por meio dos quais essas realidades podem ser percebidas. Assim, os procedimentos epistemológicos adotados precisam ajudar na produção de conhecimentos dos componentes ontológicos. Dessa forma, é preciso estabelecer correspondências entre as perspectivas ontológicas e epistemológicas. Trabalhar com os Pontos de Memória é um processo reflexivo constante e a postura é crítica por abordar questões sociais.

Para esta pesquisa, entendo que as comunidades percebidas como territórios periféricos de memória abarcam os níveis ontológicos constituintes dos Pontos de Memória, uma vez que estes são a materialização de algo mais abstrato que é a memória como vontade política, ressalto que não se configura como a única. Assim, trabalhar com a memória como vontade política vai além das ações dos Pontos de Memória, mas está, também, voltada para questões hegemônicas desses territórios de memória.

Concentro meu foco na mudança discursiva em relação à mudança social “em termos do funcionamento do discurso na vida social contemporânea” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 132). O que nos permitiu compreender os processos de mudança ocorridos nos eventos discursivos e representados pela frase norteadora do Ponto de Memória do Taquaril “Sua memória faz parte desta história” e como essa compreensão e reorganização afeta as ordens do discurso. Fairclough (2016, p. 133-134) aponta que,

à medida que uma tendência particular de mudança discursiva se estabelece e se torna solidificada em uma nova convenção emergente, o que é percebido pelos intérpretes, num primeiro momento, como textos estilisticamente contraditórios perde o efeito de ‘colcha de retalhos’, passando a ser considerado ‘inteiro’. Tal processo de naturalização é essencial para estabelecer novas hegemonias na esfera do discurso.

Nesse sentido, as reflexões que aponto estão voltadas para a ADC e a Teoria Social do Discurso conforme apresentada por Fairclough (2001, 2016). Os estudos críticos do discurso estão ligados à ontologia da vida social desenvolvida pelos estudos da memória social que apresentam a epistemologia social da pesquisa, os modos como, por meio da relação entre linguagem e sociedade, percebemos as realidades das comunidades periféricas do território brasileiro que configuram como objeto de pesquisa e as mudanças discursivas em torno da memória como direito e vontade política.

1.3 A memória como direito e vontade política

O sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990, p. 82), na primeira metade do século XX, foi responsável por estabelecer uma perspectiva sociológica para exemplificar a memória e suas relações no campo das interações sociais entre os atores, configurando-a como um fenômeno social e, estabelecendo os principais argumentos teóricos em defesa do caráter coletivo da memória e não somente o individual, conforme era abordada em outras áreas como a psicologia. Na perspectiva discutida por Halbwachs (1990) a interação com os demais irá determinar de que forma a memória se apresenta e os usos que fazemos dela, tanto por meio da linguagem como por meio da ação, compreendendo os laços emocionais que mantemos com as configurações da nossa existência social.

Dessa forma, tanto a memória como a linguagem são determinadas como um processo social. O que irá direcionar meu olhar para a memória no intuito de compreender as formas pelas quais se imbrica com dinâmicas sociais de poder e ideologia tendo o discurso como ação da linguagem. Assim, algumas questões direcionadas ao campo da memória retornam ao centro de debates sociais e de lutas hegemônicas, mas o fazem a partir de um novo caminho, retomado e ressignificado na coletividade que passa por processos históricos de exclusão e que luta por seu reconhecimento, o que denomino como grupos periféricos, mais especificamente as comunidades periféricas do território brasileiro, de atuação dos Pontos de Memória, não que esse processo se dê somente nesses espaços, uma vez que entendemos a memória e suas configurações, sendo essencialmente um campo de disputa.

Abordo a memória também como ação prática e da política social no processo de construção histórica da narrativa de moradores de comunidades periféricas. Uma vez que esses moradores passam a perceber a memória como direito e vontade política no processo de lutas hegemônicas, entendidas como “foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 127).

Nesse sentido, o uso da linguagem é compreendido como prática social e ação historicamente situada, constituída socialmente por identidades, bem como pelas relações e os sistemas de conhecimentos, valores e crenças, uma vez que os discursos são materializados no campo social. O campo da memória social, coletiva e das configurações identitárias, está sempre em disputa, pois a memória é em si um processo de luta por poder. É nesse espaço de disputa que irá surgir a noção de pertença de moradores de comunidades periféricas que, por

questões hegemônicas, tiveram suas lutas silenciadas, mas que, pelo reconhecimento da memória como uma vontade política, buscam novas estratégias de evidenciar essas memórias por meio de suas narrativas e da relação de pertencimento territorial.

O ato de rememoração requer um comportamento narrativo, pois se trata da “[...] comunicação a outrem de informação, na ausência do acontecimento ou do objeto que constitui o seu motivo” (LE GOFF, 1990, p. 421), o que desperta atenção no como o discurso é utilizado para legitimar a memória como vontade política. A prática particular da pesquisa é essa reorganização social em nome de uma identidade do Programa Pontos de Memória, mas a conjuntura maior está no espaço que a memória e o esquecimento ocupam socialmente no intuito de vocalizar as lutas sociais, por meio dos seus atores em um contexto de comunidades periféricas que assumem a memória como direito e vontade política.

1.3.1 Territórios como espaços de memórias: relações de poder e hegemonia

O social se organiza em campos sociais diferentes, abordar a memória é falar do território, de identidades e poder. Conforme esses campos se organizam, a linguagem também irá se organizar. Só existe a memória como vontade política pela mesma ser utilizada em diferentes campos sociais. Assim, para abordar os territórios como espaços de memórias é preciso compreender os processos pelos quais as identidades são ressignificadas, inventadas e reinventadas, ativadas e reivindicadas para dar sentido a um território. Dessa forma, é preciso um percurso explanatório sobre os conceitos de identidades e de que forma estão ligados ao território e aos atores sociais e suas mudanças na percepção desses territórios como sendo espaços de memória em uma perspectiva da globalização, no entanto, dedico-me a essa questão com mais profundidade no capítulo teórico que aborda a memória.

Para essa subseção cabe lembrar que segundo Castells (1999, p. 84) as identidades são como construções históricas dos significados sociais e culturais que irão referenciar os processos de distinção e identificação dos atores sociais ou de um grupo de atores. O que de certa forma, corrobora com minha discussão a respeito do ator social periférico e dos territórios periféricos de memória em torno de uma organização pautada em valores sociais que ao serem compartilhados pelos atores e grupos sociais “são marcados por códigos específicos de auto-identificação, a comunidade de fiéis, os ícones do nacionalismo, a geografia do local” (CASTELLS, 1999, p. 84).

Assim, as identidades dos atores sociais dos Pontos de Memória são construídas discursivamente, material e simbolicamente, por meio de projetos políticos determinados por questões históricas e geográficas dessas comunidades, seja na relação com a cidade ou

especulação imobiliária no que diz respeito à moradia, questões estritamente ligadas às relações de poder e hegemonia. Haesbaert (1999, p. 172) aponta que identidades são estabelecidas por meio da inclusão concreta/simbólica e material/imaginária de grupos sociais e as relações territoriais, nessa perspectiva aponto as comunidades de atuação dos Pontos de Memória como espaço de memória na sua materialização como vontade política.

Entendo as identidades territoriais como construídas por processos de territorialização, compreendendo que esses processos são realizados funcional e simbolicamente, incluindo e excluindo por suas fronteiras, o que irá evidenciar as desigualdades sociais e as diferenças culturais entre os atores ou grupos sociais. Assim, a constituição dos territórios de memória, seja pela funcionalidade, pela simbolização, ou combinação simultânea desses dois movimentos, irá construir as diferenças, as alteridades e as identidades periféricas. Ainda de acordo com Haesbaert (1999, p. 174) os territórios são construídos por combinações e imbricações únicas de múltiplas relações de poder, ligadas aos interesses econômicos e políticos, ao poder mais simbólico e expressivo e às relações de ordem mais estritamente cultural.

Cada Ponto de Memória passa por essas questões de poder ao estabelecerem relações com o território como espaço de memória, no entanto, não estão só, estabelecem relações uns com os outros. Quando entram em contato com outras iniciativas, configuram identidades fortemente territorializadas pela história de cada um, mas são identidades além-fronteiras, uma vez que essas comunidades se reconhecem umas nas outras, são identidades singulares, mas misturadas. Dessa forma, estabeleço uma rede além Programa, fortalecendo a construção de identidades próprias a partir dos atores sociais que estão envolvidos nos processos.

Os Pontos de Memória configuram-se como um fio condutor que carrega lutas sociais por memórias e as histórias das comunidades, as relações de poder medidas pelo território são responsáveis por construções identitárias, uma vez que irão controlar, distinguir, classificar, excluir, e separar os atores sociais e grupos sociais e suas relações territoriais podendo produzir tanto a dominação quanto à resistência.

As reflexões que busco abordar a respeito das representações das identidades estão ancoradas nos Estudos Culturais (HALL 1997, 1998, 2000) as quais as identidades são percebidas como construções socioculturais, marcadas pela fragmentação e transitoriedade, sua ressignificação se dará por meio da relação com o outro. Para Hall (2000, p. 108)

Essa concepção aceita que as identidades não são nunca unificadas; que elas são, na modernidade tardia, cada vez mais fragmentadas e fraturadas; que elas não são nunca, singulares, mas multiplamente construídas ao longo de

discursos, práticas e posições que podem se cruzar ou ser antagônicas. As identidades estão sujeitas a uma historização radical estando constantemente em processo de mudança e transformação.

Por meio da transdisciplinaridade entre o estudo da linguagem e da prática social (MAGALHÃES, 2017) que as identidades serão evidenciadas. As identidades podem ser adquiridas por meio dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas e a seus processos de construção serão tanto simbólicos quanto social. Para Castells (2003, p. 22) “No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de atributos culturais inter-relacionados, o (s) qual (is) prevalece (m) sobre outras fontes de significado”.

A construção social de significados está basicamente ligada a organização social dos atores sociais. As identidades destes atores são construídas por meio de significados e não de papéis sociais. Os papéis, como o de morador periférico, trabalhador, membro de um Ponto de Memória, liderança comunitária, dentre outros, são apenas funções que atores sociais desempenham na sociedade, no entanto as suas identidades significam as identificações simbólicas que definem a finalidade destas ações que são desempenhadas pelos papéis sociais. Estas identidades tanto podem ser individuais, quanto coletivas. Nesse sentido que aciono as memórias sociais, individuais e coletivas na perspectiva da percepção da memória como vontade política que irá determinar como esses atores sociais se organizam.

No que diz respeito as identidades coletivas nas comunidades de atuação dos Pontos de Memória, esses territórios de memória são constituídos com atores sociais que desempenham ações que são repletas de significados. As comunidades de atuação dos Pontos de Memória configuram-se como processos de reterritorialização com limites e fronteiras em um território que é fortemente marcado pelo pertencimento e as identidades constituídas do que é ser periférico em um território de memórias.

A memória e suas representações irão atuar nas construções sociais territoriais. Ressalto que nesse processo, as memórias que pertencem à história dos grupos minoritários são excluídas de representações socialmente validadas por grupos detentores de poder no processo de construção das cidades e nas formações das comunidades. Assim, ao abordar as comunidades periféricas do território brasileiro, com atuação de Pontos de Memória, busco apontar os usos sociais da memória nos processos de legitimação de dominação social, tanto no controle quanto na apropriação territorial. Assim, por meio da relação dialética entre discurso e sociedade, que são ressignificadas as identidades as identidades dos atores sociais de comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória, na significação desses espaços de territórios de memória pautados tanto na memória quanto nos seus usos sociais.

1.3.2 A memória e o resistir: (des)construção das relações hegemônicas

A periferia não é igual dentro dela, não existe periferia homogênea, ela é marcada pela diversidade. As narrativas orais de vida de moradores dessas comunidades são o produto discursivo que une testemunho e memória, resultando um olhar diferenciado sobre lutas hegemônicas de comunidades periféricas. Decerto, o plano temático apresentado não é inaugural, o diferencial é o ponto de observação, a possibilidade de narrar os fatos a partir de sua experiência.

Ao apresentarem-se como moradores dessas comunidades, os atores sociais periféricos passam a ser “personagem, ator, agente que se situa naquele mesmo espaço físico, arquitetônico e simbólico de exclusão de que fala” (RESENDE, 2002, p. 158). A formação desse espaço não repousa apenas na articulação entre vozes dispersas, mas, igualmente, na estruturação de uma argumentação em favor da existência de um conjunto de atores sociais periféricos que cobram para si um lugar na narrativa dessas comunidades. É possível tecer novas aproximações entre território, memória e discurso na perspectiva da periferia, conforme abordado nessa pesquisa.

A junção entre território de memórias e atores sociais desses territórios, apresenta-se como uma forma de reafirmação das identidades periféricas. O espaço de memória passa a ser utilizado como referência primeira para o estabelecimento de um discurso centrado na formação das identidades periféricas. Assim, emergem novos discursos centrados na estruturação de ações sociais que visam ao estabelecimento de novas representações periféricas.

Fairclough (2016, p. 97) aponta que “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de ideias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente enraizada em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas”. Nesse sentido, as constituições discursivas dos atores sociais de comunidades de atuação dos Pontos de Memória estão relacionadas as práticas sociais discursivas excludentes, em sua gênese, mas que irão influenciar diretamente na resignificação das identidades periféricas e territoriais uma vez que as transformações sociais se originam no discurso, na fala dos atores sociais dessas comunidades, do próprio debate social de questões que giram em torno das lutas hegemônicas, e assim por diante.

A luta pela memória como vontade política é por si só um processo de resistência, ao inscrevê-la nos debates da relação entre linguagem e sociedade não estou direcionando nossos olhares para o passado, mas estabelecendo relações entre os conteúdos civilizatórios, as representações sociais, os conteúdos políticos e ideológicos que estruturam os discursos sobre as representações do mundo de hoje e de amanhã. Assim, o discurso, representado pelas

narrativas orais de vida de moradores de comunidades periféricas do território brasileiro de atuação de Pontos de Memória, como modo de prática política e ideológica que está ligado às preocupações desta pesquisa, assim como propõe Fairclough (2016).

Fairclough (2016, p. 98) entende que a prática social possui várias orientações e apresenta o discurso como modo de prática política e ideológica,

O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder. Como implicam essas palavras, a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra; pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta por poder

Nesse sentido, por meio de processos de resistência social tendo a memória e suas ramificações como mote norteador, grupos historicamente excluídos da historiografia social passam a estabelecer outras relações e evidenciar, de acordo com os interesses dos envolvidos, outras possibilidades de narrativas históricas. Ao mesmo tempo em que relações hegemônicas são (des)construídas, outras relações são evidenciadas, não de forma neutra, mas de modo demarcado, o que muda é o que é posto em evidência, de que forma é posto e por quem é posto.

1.4 Algumas considerações

Neste capítulo, apresentei os caminhos percorridos para a realização da tese, em uma perspectiva da memória como vontade política, na compreensão do território como espaço de memória, constituindo assim o foco investigativo e demarcando politicamente meu local de fala, separado em três momentos, o de fazer parte de uma comunidade que possui a necessidade da constituição de um Ponto de Memória e atuar nesse processo; a ampliação da atuação como agente de memória desenvolvendo atividades em outros Pontos e dentro do próprio Programa e; o distanciamento necessário para a abordagem científica dos Pontos de Memória como objeto de investigação.

Construí a apresentação dos cinco Pontos de Memória que fazem parte do *corpus* analítico da tese de forma a corroborar com aspectos da museologia social ao estabelecer um suporte diferenciado em um processo expográfico que levou em consideração o desejo de memória e as especificidades de cada Ponto de Memória. Apresentei ainda os aspectos ontológicos e epistemológicos da pesquisa, o que contribuiu na compreensão da relevância

social da pesquisa e sua relação com estudos críticos do discurso em uma perspectiva da Teoria Social do Discurso.

Ao longo do capítulo, mas não de forma aprofundada, apresento conceitos que em um primeiro olhar podem parecer naturalizados, mas que serão fundamentais para a compreensão de todos os processos no desenvolvimento da pesquisa ao promoverem a leitura dos Pontos de Memória de modo a dialogar com outras áreas do conhecimento e diversas teorias, a exemplo dos conceitos de poder, ideologia, território, periferia, silenciamento, identidades, representação e hegemonia, mas que serão aprofundados na segunda parte da tese. Uma vez que esses conceitos caminham para o entendimento do discurso como modo de ação e representação e fazem parte do universo dos Pontos de Memória, sendo acionados no processo de transformação das estruturas sociais de dominação e caminham para a percepção da memória como vontade política, ou seja, “o discurso como um modo de prática política e ideológica” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 98).

Por fim, estabeleci as relações necessárias, que ainda fazem parte dessa abordagem da memória, para o entendimento da memória como direito e vontade política e as lutas hegemônicas e os territórios de memórias. Esse percurso me habilita para a próxima etapa, que ainda está inserida na primeira parte da pesquisa, e que propõe apresentar as escolhas metodológicas para sua realização.

2

**OS CAMINHOS TRILHADOS NA PRÁTICA
INVESTIGATIVA**

O processo de coleta de dados nunca pode ser descrito em sua totalidade, porque essas “histórias do campo” são por si só, parte de um processo social em andamento que em sua experiência dia a dia, minuto a minuto, desafia a recapitulação.

Arthur J. Vidich e Stanford M. Lyman (In: DENZIN, Norman K.; LINCON, Ivonna S. 2006, p. 49)

As questões abordadas neste capítulo corroboram com a epígrafe anterior ao apresentar os direcionamentos metodológicos utilizados na geração, coleta e análise de dados, bem como na natureza reflexiva da pesquisa em Análise de Discurso Textualmente Orientada (ADTO). Reconhecendo minhas limitações na descrição dos processos de coleta e geração de dados em sua totalidade, pelas relações estabelecidas com o objeto de pesquisa e por não entender o quão complexo são os balizamentos epistemológicos de uma pesquisa, tento, neste capítulo, expor os instrumentos utilizados para a concretização da pesquisa ora apresentada.

Compreender a vontade política de memória no território periférico brasileiro, materializada nos Pontos de Memória, e sua relação com os estudos críticos de discurso, envolve diversos aspectos relevantes na proposição de metodologias que reafirmam a proposta crítica da pesquisa. Neste capítulo, apresento os múltiplos percursos metodológicos desta investigação a partir das questões de pesquisa e dos objetivos traçados. Procuro apresentar reflexões interdisciplinares acerca da memória e da análise de discurso como enfoque metodológico relevantes na compreensão dos processos de organização social. Desse modo, neste capítulo, pretendo apontar uma descrição e uma reflexão metodológica sobre as práticas investigativas por meio das indagações realizadas no referencial teórico e dos interesses explicitados no capítulo introdutório que, de certa forma, possam elucidar as escolhas

realizadas. Com efeito, o desenvolvimento deste estudo está diretamente relacionado à articulação de diversos métodos de pesquisa qualitativa que irão convergir em contribuições para os estudos em Análise de Discurso Crítica por meio das questões de pesquisa abordadas.

2 A PESQUISA QUALITATIVA

Flick (2009, p. 20) aponta o caráter particular da relevância da pesquisa qualitativa “ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida”. Também Mason (2002, p. 1) afirma que a pesquisa qualitativa irá se interessar por analisar e explicar nuances, contextos, complexidades e multidimensões. Dessa forma, por meio da pesquisa qualitativa, é possível acessar uma variedade de dimensões do mundo social, considerando experiências e ideias dos participantes da pesquisa, entendendo entremeios da vida cotidiana, aspectos de processos sociais, instituições, discursos e processos de significação de sentidos gerados, uma vez que a pesquisa qualitativa irá nos envolver “em coisas que importam, do modo que importam” (MASON, 2002, p. 1).

As obras *Nova obscuridade* (HABERMAS, 2015), a *Individualização das formas de vida e dos padrões biográficos* (BECK, 1992), de forma crescente, e os processos dissociativos de “velhas” desigualdades sociais dentro da nova diversidade de ambientes, subculturas, estilos e formas de vida (HRADIL, 1992) são considerados, por Flick (2009, p. 20), como expressões-chave dessa pluralização metodológica com a qual o pesquisador se depara. Tais fatores irão exigir o olhar diferenciado para o estudo empírico das questões e fundamentações em pressupostos contrários ao modelo experimental²¹, por exemplo, que defende um padrão único de pesquisa para todas as ciências.

O estudo do comportamento humano e social configura-se uma especificidade das ciências humanas, o que faz com que a pesquisa qualitativa não se limite somente a dados estatísticos, mas que os pesquisadores sociais se deparem com novas conjunturas e perspectivas e possam examinar uma grande variedade de aspectos dos contextos sociais estudados.

Chizzotti (1995) discorre que, em oposição ao método experimental, o cientista social opta pelo clínico e o histórico-antropológico. O método clínico será responsável por desenvolver a “descrição do homem em um dado momento, em uma dada cultura” enquanto

²¹ Modelos experimentais em pesquisa podem ser definidos como a materialização de uma parte da realidade, por meio da representação simples de uma ocorrência recente ou antiga. Para tanto, deve apresentar uma precisão adequada, por meio de comprovação prévia e também pela demonstração das limitações em relação à realidade que irá representar. FERREIRA LM, Ferreira LRK. Experimental model: historic and conceptual revision. *Acta Cir Bras.* 2003;18:1-3.

que o método histórico-antropológico, será responsável por captar “os aspectos específicos dos dados e acontecimentos no contexto em que acontecem”. Para o autor, a forma como os conhecimentos são apreendidos e legitimados é responsável pela separação da pesquisa qualitativa dos estudos experimentais. Segundo Chizzotti:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre mundo e objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações (1995, p. 79).

Dessa forma, a pesquisa qualitativa não se configura como um produto do pesquisador/observador que a desenvolve sem considerar as significações atribuídas pelos indivíduos aos seus atos, mas, pelo contrário, deve evidenciar o sentido social construído pelos atores sociais em suas interações cotidianas, uma vez que “são estes que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 32-33).

Nesse sentido, a pesquisa qualitativa aborda um conjunto de procedimentos metodológicos que irão partir da noção de re(significação) social das realidades estudadas, e seu interesse está voltado às perspectivas dos participantes, bem como de suas práticas e conhecimentos cotidianos do fenômeno social examinado. Embora autores como os já mencionados aqui apresentem uma gama de controles metodológicos, tanto a pesquisa como suas descobertas são, decisivamente, influenciadas por interesses e formações social e cultural de todos os envolvidos. Dessa forma, estes “fatores influenciam a formulação das questões e hipóteses da pesquisa, assim como a interpretação de dados e relações” (FLICK, 2009, p. 22).

Para que uma pesquisa qualitativa seja capaz de cobrir os acontecimentos sociais é necessário a utilização de vários métodos “um pluralismo metodológico se origina como uma necessidade metodológica” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 18). Essa gama de métodos configura-se como aspectos essenciais da pesquisa qualitativa. Estes estão diretamente relacionados aos processos de escolha tanto dos métodos quanto das teorias oportunas para “o reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas, nas reflexões dos pesquisadores a respeito de sua pesquisa como parte do processo de conhecimento, e na variedade de abordagens e métodos” (FLICK, 2009, p. 23).

Denzin & Lincoln (2006, p. 16) traçam diferenças conceituais da pesquisa qualitativa e a situa historicamente. Os autores afirmam que “nossa luta hoje é no sentido de relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” valorizando, assim, os aspectos qualitativos dos fenômenos da vida social.

Corroborando com Denzin & Lincoln, Flick (2009, p. 17) aponta que a pluralização das esferas de vida estaria diretamente ligada às mudanças presentes nas formas de vivência e nos padrões biográficos dos atores sociais, como nos processos de dissoluções de desigualdades sociais. Assim, faz-se necessário, por parte do pesquisador, um olhar diferenciado que seja capaz de apreender os componentes ontológicos da pesquisa desenvolvida, fazendo com que sejam enfrentados novos contextos e perspectivas sociais.

Para a realização desta pesquisa, e com o intuito de investigar as manifestações da memória como vontade política e sua materialização discursiva por meio dos Pontos de Memória, bem como os estudos do discurso como prática social, sem que esse fique reduzido somente à análise textual, identifico a pesquisa qualitativa como sendo, metodologicamente, a mais adequada desde o princípio, além de ressaltar a importância do papel do pesquisador na abordagem de novos contextos e perspectivas sociais.

Dessa forma, para iniciar minha incursão no pensar metodológico, precisei questionar-me: O que faz com que pesquisadores voltem o olhar diferenciado para a pesquisa qualitativa e os estudos críticos de discurso? A própria conjuntura cultural e social que envolve a construção do conhecimento explica essa minha indagação. Então, encontrei na leitura de Boaventura de Sousa Santos (2008, p. 144) ponderações que auxiliaram minha própria reflexão sobre a questão, uma vez que o autor aborda grandes transformações na gênese do conhecimento. Segundo o autor:

Não há apenas conhecimentos muito diversos no mundo sobre a matéria, a vida e a sociedade; há também muitas e diversas concepções sobre o que conta como conhecimento e os critérios da sua validade. Nem todas são incomensuráveis entre si (2008, p. 144).

Isso me levou a entender, assim como o autor, que trabalhar com a pluralidade de saberes nas Ciências nos conduz a um caminho em que se deve postular que “conhecer as circunstâncias e condições particulares em que se produz o conhecimento é fundamental para poder aferir a diferença que esse conhecimento faz” (2008, p. 147). O trabalho com a linguagem e a memória social configura-se como um modo de conhecimento capaz de fazer desse meio uma realidade social: os territórios periféricos de memória. Ao finalizar esta seção, faço a

escolha de apresentar alguns aspectos característicos da pesquisa qualitativa e que justificam sua escolha para acessar a realidade social a qual proponho investigar.

2.1 Alguns aspectos da pesquisa qualitativa

O desenvolvimento de uma pesquisa é, de certa forma, uma espécie de relato de uma jornada empreendida pelo pesquisador, mesmo que seu olhar esteja direcionado a lugares muitas vezes já visitados. Mas o modo diferente de olhar e pensar “como os acontecimentos se relacionam às pessoas que os experienciam” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 18) sempre são momentos únicos que trazem consigo novas complexidades, outros objetos de pesquisa, outros pontos de observação porque são desenvolvidos por participantes diferentes e por pesquisadores que ocupam diferentes lugares discursivos. No entanto, quando constato tudo isso, tomo consciência de que é preciso não esquecer de relatar quais foram os processos que nos permitiram chegar ao resultado final.

Nesse contexto, concordo com Chizzotti (1995, p. 81) que a relação que alguns pesquisadores estabelecem com a pesquisa é como se o material utilizado na elaboração dos argumentos já existisse anteriormente, pronto para ser coletado e analisado. “O problema decorre, antes de tudo, de um processo indutivo que se vai definindo e se delimitando na exploração dos contextos ecológicos e social, onde se realiza a pesquisa” (CHIZZOTTI, 1995, p. 81).

A definição do objeto de pesquisa e a opção metodológica constituem um processo tão importante quanto o resultado final, “os métodos qualitativos consideram a comunicação do pesquisador com o campo e seus membros como parte explícita da produção de conhecimento, ao invés de excluí-la ao máximo como uma variável intermediária” (FLICK, 2009, p. 25). De acordo com Chizzotti (1995, p. 81), o problema afigura-se como um obstáculo, percebido pelos atores sociais de modo parcial e fragmentado, e analisado assistematicamente.

Entre outras coisas, a construção do problema de pesquisa está na capacidade de optar pela alternativa metodológica mais adequada à análise do objeto. “A identificação do problema e sua delimitação pressupõem uma imersão do pesquisador na vida e no contexto, no passado e nas circunstâncias presentes que condicionam o problema” (CHIZZOTTI, 1995, p. 81). Assim, minhas considerações acerca do objeto estudado são possíveis em razão das minhas escolhas metodológicas para a geração, coleta e análise dos dados. Dessa forma, o relato e a sistematização dos procedimentos de pesquisa qualitativa também podem oferecer aos pesquisadores a possibilidade de refazer o caminho das “análises de casos concretos em suas

peculiaridades locais e temporais, partindo das expressões e atividades das pessoas em seus contextos locais” (FLICK, 2009, p. 37).

Então, diversas são as possibilidades de se desenvolver uma pesquisa qualitativa. Podem ser utilizadas técnicas de estudos de casos, histórias ou relatos de vida, etnografia, estudos comparativos, observação e observação participante, entrevistas, notas de campo, coleta de documentos, etc.

Bauer; Gaskell e Allum (2002, p. 19) apresentam quatro dimensões do processo de pesquisa, a saber:

a) delineamento da pesquisa, que pode envolver estudo de caso, estudo comparativo, observação participante, etnografia, entre outros;

b) métodos de coleta de dados, envolvendo entrevistas individuais, grupos focais, coleta de documentos, questionário, entre outros;

c) tratamento dos dados, podendo ser formal, informal, análise estrutural, análise de conteúdo, análise semiótica, análise de discurso, dentre outros e;

d) interesses do conhecimento, tais como controle e predição, construção de consenso, emancipação e empoderamento.

Desta maneira, a pesquisa qualitativa aborda um conjunto de procedimentos metodológicos voltados para acessar os processos de construção social das realidades estudadas, com foco nas perspectivas dos atores sociais nas suas práticas diárias e conhecimento relativo ao fenômeno analisado. Os aspectos de pesquisas qualitativas, de acordo com Flick (2009, p. 23) estão:

...na escolha adequada de métodos e teorias convenientes; no reconhecimento e na análise de diferentes perspectivas; nas reflexões dos pesquisadores a respeito de suas pesquisas como parte do processo de produção de conhecimento; e na variedade de abordagens e métodos.

Também na mesma linha, Denzin e Lincoln (2006), apontam a pesquisa qualitativa como uma atividade situada que irá posicionar o observador no mundo e que consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. “Tal tipo de enfoque defende que é necessário compreender as interpretações que os atores sociais possuem do mundo, pois são estes que motivam o comportamento que cria o próprio mundo social” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 32-33). Por ser a pesquisa qualitativa uma abordagem interpretativa do mundo social, os pesquisadores que se imbricam por essas veredas realizam suas investigações nos espaços em que os fenômenos ocorrem, no intuito de verificarem os significados que são atribuídos a eles pelos atores sociais envolvidos.

Flick (2009, p. 28) aponta que a pesquisa qualitativa tem chamado cada vez mais atenção de áreas como a educação, a psicologia, as ciências sociais e afins. Seu desenvolvimento recente “ocorreu em diversas áreas, tendo cada uma delas se caracterizado por um embasamento teórico específico, por conceitos de realidade específicos e por seus programas metodológicos” (p. 28).

2.2 Análise de discurso crítica como método na pesquisa de cunho social

A Análise de Discurso Crítica, ao entender o papel da linguagem diretamente relacionada à formação da realidade social, propicia terreno fecundo aos estudos e pesquisas linguísticas. Como teoria investigativa, destina seus esforços na proposição de categorias analíticas possíveis de acessarem às práticas sociais por meio das relações sociais, do discurso, dos atores sociais e suas crenças, valores, culturas, histórias, identidades, normas, dentre outros. Entre outras contribuições, o principal expoente da ADC, Norman Fairclough, apresentou algumas diretrizes para que pesquisadores interessados em fazer análises discursivas textualmente orientadas, tivessem ao seu alcance ferramentas capazes de dar conta da complexidade que é trabalhar com pesquisas com o olhar voltado para o estabelecimento da relação dialética entre linguagem e sociedade.

Segundo o autor, da mesma forma que a linguagem constitui a realidade, a realidade também é constituída pela linguagem, será por meio dessa relação que a ADC atuará no intuito de identificar como o discurso é utilizado para legitimar essas práticas sociais e como é constituído e afeta o social, principalmente nos fenômenos sociais relacionados às desigualdades interseccionais de raça, gênero e lutas hegemônicas nas quais a linguagem irá desempenhar importante papel.

Assim, quando falamos em luta social, temos em vista três questões. A primeira é aquela que envolve uma complexa teia de variáveis, como participantes, aspectos sociais e políticos, poder, ideologia e recursos materiais e simbólicos. A segunda é que, mesmo considerando que essas variáveis não ocorram à parte do discurso, como vimos, também não podem ser resumidas a este. A terceira questão é que o discurso, por sua dinâmica própria, que, de um modo ou de outro, atinge as diversas variáveis presentes na luta social, pode trazer assim uma contribuição determinante à manifestação e ao sucesso dessa luta. (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 38)

Consoante aos estudos de Magalhães e seus companheiros de estudo na obra citada, entendo que a ADC promulga que as maneiras como utilizamos o discurso na vida social são dialéticas, uma vez que interagimos, representamos e identificamos pelo discurso, simultaneamente. Embora o que vou mencionar agora seja melhor desenvolvido no capítulo

teórico, creio que devo evidenciar que a perspectiva transdisciplinar da ADC teve contribuições do filósofo Michel Foucault (1994) que apresentou três grandes eixos como base de sua obra: o eixo do saber, o eixo da ética e o eixo do poder. Fairclough (2003) associa o significado representacional ao eixo do saber, isto é, o “controle sobre as coisas”, o significado acional ao eixo do poder e o significado identificacional ao eixo da ética e isso implica em um aprofundamento ontológico e epistemológico para/na pesquisa qualitativa.

Enquanto metodologia para a pesquisa social, a ADC atuará na identificação de situações sociais de reprodução, perpetuação ou até mesmo a superação de desigualdades sociais ou questões hegemônicas evidenciadas pelo discurso. Minha pesquisa busca evidenciar questões relativas a percepção da memória como vontade política de comunidades periféricas do território brasileiro e as transformações sociais por meio da representação dos atores sociais empreitadas no/pelo discurso, seu significado representacional.

Portanto, pensar essas comunidades como um grupo de possibilidades que podem ser estudadas do ponto de vista representacional, acional e identificacional, só pode ser entendido por mim como um rico momento de reflexão de uma prática discursiva e social.

Nessa perspectiva, estudar as comunidades dos Pontos de Memória, é ter a chance de perceber como elas se configuram inseridas em uma estrutura social relacionada com a memória como vontade política. Pensar as comunidades como territórios de memórias é uma possibilidade, mas os eventos que irão legitimar essa relação estão perpassados por questões de poder e serão legitimados ou não por meio das práticas sociais.

Assim, a ADC acessa relações de poder por meio do discurso e as configurações sociais que irão legitimar o direito à memória como vontade política. A abordagem metodológica da ADC permitirá tratar o evento social “memória” organizado em campos sociais diferentes, a saber: a) a memória presente nas configurações territoriais; b) nas formações identitárias e; c) nas relações de poder. Conforme esses campos sociais se organizam e organizam os eventos sociais, a linguagem também irá se tornar possível de reflexão teórica e metodologicamente consistente. Dessa forma, a percepção da memória como vontade política só será possível por ser utilizada em diferentes campos sociais.

Nessa perspectiva, entendo que a memória, nas suas manifestações individual, coletiva, social e cultural, como maneira de agir e relacionar-se discursivamente nas práticas sociais, irá implicar relações com os outros, bem como sobre os outros por relações de poder.

Para finalizar esta seção, lembro que a triangulação de métodos na tentativa de fazer uma cobertura mais ampla dos acontecimentos sociais é uma necessidade, o que inclui o uso de abordagens qualitativas. Esse pluralismo metodológico (BAUER & GASKELL, 2002), ao

contrário do que já foi propagado, caracteriza-se pela complementaridade de métodos, não pela exclusão. Dessa maneira, além da observação e dos relatos, utilizo também as notas de campo, no entanto, didaticamente, apresentarei, ainda neste capítulo, minhas escolhas metodológicas.

2.3 Quando as diferenças não nos silenciam

Nesta subseção, desloco meu foco para refletir acerca dos fatores subjetivos e éticos, oriundos de relatos e narrativas de atores sociais, da necessidade de reparação social, entre outras formas memorialísticas, que tornam parte de um entendimento ampliado da memória, o da memória não somente como direito, mas como vontade política. O debate sobre a memória como direito e sua conscientização como vontade política se origina como um discurso de mudança a respeito de uma necessidade de se estudar a configuração da linguagem nesse processo. Essa opção possibilitará verificar como fatores sociais, históricos e culturais influenciam na elaboração de políticas públicas participativas voltadas para a memória, como o caso do Programa Pontos de Memória, e nos processos de ressignificação de identidades e representações dos atores sociais.

As vozes aqui acionadas, legitimadas, ou até mesmo negadas irão depender das questões que motivam a realização desta pesquisa, do que me proponho a investigar. Para a construção das questões de pesquisa foi fundamental a compreensão do seu caráter multidisciplinar e os diversos campos sociais com os quais dialoga. Os diversos métodos propostos, exploraram diferentes dimensões de pesquisa na constituição do Programa Pontos de Memória e as representações institucionais e sociais nesse processo. A estratégia de triangulação está diretamente relacionada aos componentes ontológicos que busco acessar, com as questões de pesquisa e os objetivos adotados.

Para o desenvolvimento dos estudos apresentados, proponho uma abordagem de triangulação uma vez que “uma cobertura adequada dos acontecimentos sociais exige muitos métodos e dados” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2002, p. 18). Considerando as representações discursivas de atores sociais no processo de consolidação, comunitária e institucional, do Programa Pontos de Memória, e tendo em vista as questões de pesquisa e objetivos que orientam o trabalho, proponho duas dimensões de pesquisas, a saber:

- a) As representações dos atores sociais em comunidades de atuação de Pontos de Memória e;
- b) As práticas institucionais na proposição de políticas públicas – Documentos formais.

Essas dimensões são convergentes e caminham no estabelecimento de relações voltadas para a memória institucional e comunitária do Programa, os documentos formais institucionais e comunitários e sua configuração como política participativa em memória social.

Bauer; Gaskell; Allum (2002, p. 22) apontam que “dados formais reconstróem as maneiras pelas quais a realidade social é representada por um grupo social”. Os Pontos de Memória, museus comunitários e iniciativas em memória e museologia social seriam a materialização dessa representação do mundo social, tendo a memória e suas dimensões como direito e vontade política. O campo de pesquisa será as comunidades periféricas no território brasileiro com a atuação de Pontos de Memória pioneiros e o campo simbólico é entendido como a memória e suas ramificações.

As dimensões de pesquisa, as questões de pesquisa, os componentes ontológicos do mundo social a serem acessados e os métodos utilizados para a realização desta pesquisa articulam-se conforme quadro abaixo. Com esse quadro tento, de forma sucinta evidenciar como construí minhas escolhas metodológicas, dimensionando minha pesquisa e chegando ao refinamento de minhas questões. Para tal intento, baseei-me nos estudos de Mason (2000).

Quadro 1 - Metodologia utilizada

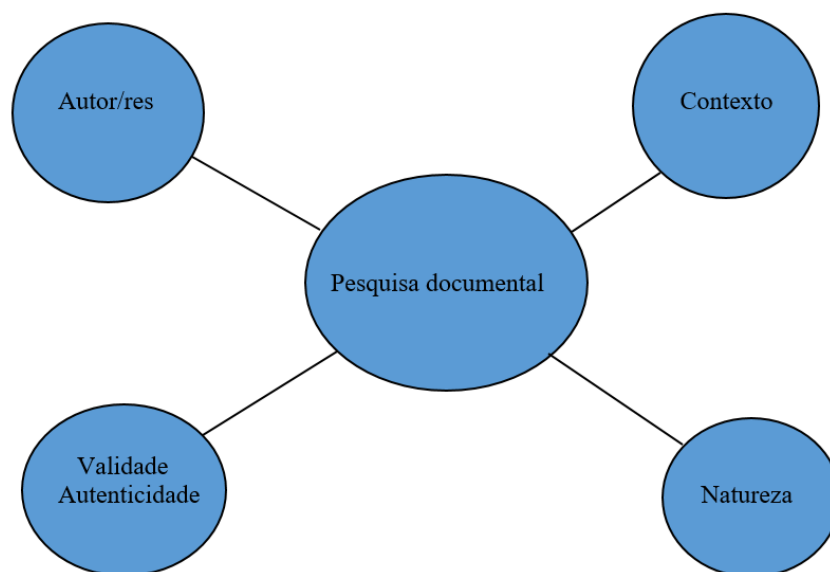
DIMENSÕES DA PESQUISA	QUESTÕES DE PESQUISA	COMPONENTES ONTOLÓGICOS	MÉTODOS
As representações dos atores sociais em comunidades de atuação de Pontos de Memória	Como as pessoas que participam dos conselhos gestores e/ou desenvolvem papeis de liderança nas comunidades de atuação dos Pontos de Memória percebem suas relações sociais?	Representação Discursos Estilo	Entrevistas individuais com atores sociais que atuam no conselho gestor e/ou desenvolvem papeis de lideranças nas comunidades dos 5 Pontos de Memória selecionados Narrativas orais de histórias de vida Análise de Discurso Crítica

	Como as pessoas conformam relações sociais territoriais em torno da memória como direito e vontade política e como questões de poder e ideologia são percebidas nos discursos desses atores sociais?	Posições e relações sociais, Identidades, Ideologias, Discursos,	Observação ativa, Grupos focais – Rodas de memória, notas de campo, participação em atividades dos 5 Pontos de Memória selecionados
As práticas institucionais na proposição de políticas públicas – Documentos formais	Quais os caminhos no processo de criação e institucionalização do Programa Pontos de Memória foram trilhados como uma política pública para a memória social?	Ações institucionais	Análise de documentos institucionais Entrevistas com os gestores comunitários e institucionais do Programa Pontos de Memória
	Como os textos institucionais se encadeiam na proposição de políticas públicas participativas na área da memória social?	Ações institucionais Estilo	Análise de documentos institucionais Análise Crítica de Discurso

Fonte: elaborado pelo autor com base em Mason 2000.

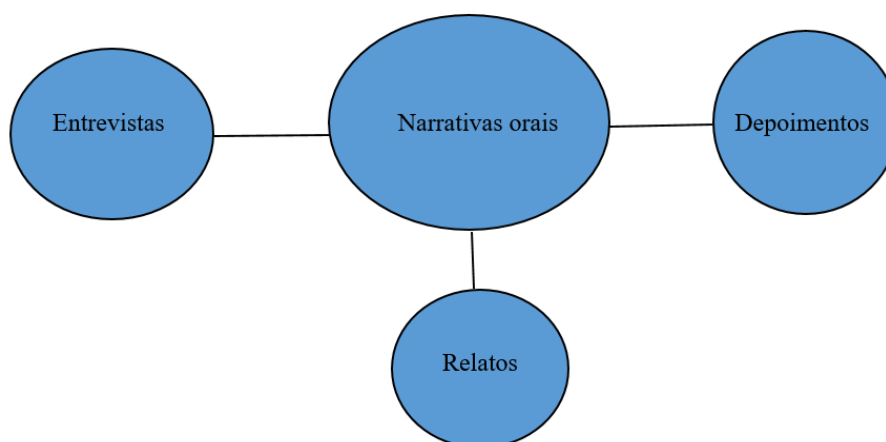
Seguindo estas diretrizes, apresento, nas figuras a seguir, uma tentativa de pensar a construção da tese.

Figura 4: Elementos na construção da pesquisa documental



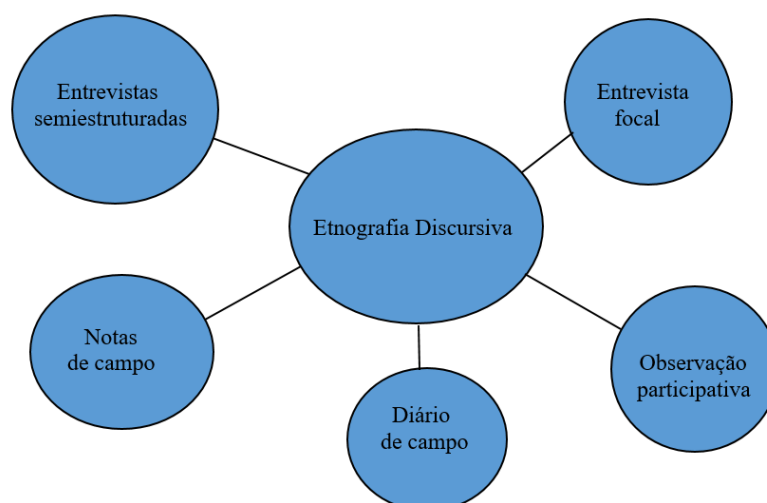
Baseado em Cellard (2008, p. 301)

Figura 5: Elementos na elaboração das estratégias investigativas em narrativas orais de vida.



Baseado em Matos e De Sena (2011)

Figura 6: Elementos na elaboração de estratégias metodológica para a etnografia discursiva.



Baseado em Flick 2009.

As questões elaboradas evidenciam as motivações para a realização desta pesquisa, diretamente relacionadas a percepção do discurso como prática social. Assim, proponho uma análise do meu objeto de investigação articulada com a ADC cunhada por Fairclough (2016, p. 93), bem como da representação e identificação dos atores sociais no processo de construção das identidades sociais por meio de expressões da memória e da noção de pertença territorial e o uso e a ressignificação da memória coletiva como instrumento de política de identidades presentes nos discursos dos atores sociais de comunidades de atuação de Pontos de Memória.

Para Fairclough (2003), práticas sociais sempre articulam ação e interação, pessoas com crenças, valores, atitudes, histórias, mundo material e discurso. Dessa forma, conformam cenários sociais e práticas de poder perpassadas ainda por interseccionalidades de desigualdades de classe, gênero, raça e etnia. A memória e o território são constituintes de grande parte de comunidades periféricas do território brasileiro, sendo assim, os processos de lutas e reivindicações políticas de seus moradores configuram-se como basilar na historicidade dessas comunidades. Essas comunidades são entendidas não como espaço abstrato e racionalmente modelados, mas, também, como resultado de um processo histórico fortalecido por práticas políticas e ideologias, relações de poder e luta de classes e principalmente de vontade política da garantia do direito à memória.

O desejo inicial do Programa Pontos de Memória era configurar-se como uma ferramenta de combate à violência, uma vez que surge inclusive da articulação do PRONASCI – Programa de Segurança Nacional, reconhecendo áreas de vulnerabilidade social ao indicarem 12 comunidades, atendidas inicialmente, com alto índice de criminalidade. Na medida em que o Programa vai sendo desenvolvido, essa configuração muda, uma vez que essas comunidades já estão constituídas no sentido de vivenciarem a memória como um direito, isso faz com que

esse processo seja conduzido pelas experiências que chegam desses territórios. Pelas experiências advindas das construções de cada um a ponto do entendimento que essas comunidades existem e se sustentam pela força dos moradores que darão o tom nesse processo de ressignificação da memória, não por serem estigmatizadas como violentas. Ressignificação que se dá por meio do reconhecimento da memória como um direito e vontade política no processo de construção cidadã na dinâmica dessas comunidades.

Desse modo, será na memória coletiva dos moradores de comunidades de atuação de Pontos de Memória, contada e recontada, que as ações de cada um terão significado e continuidade e constituirá a ideia de pertença, pois, como argumenta Santos (2007, p. 51) os “Indivíduos relacionam-se entre si e partilham determinados significados, práticas, normas e valores ao longo de sua trajetória de vida. Eles se identificam como parte da família, do trabalho, da religião, de associações políticas e de grupos diversos”.

2.3.1 *Entre caminhos e estradas*

Do ponto de vista dos estudos da linguagem, as pessoas ressignificam suas identidades discursivas nas mais variadas configurações sociais que desempenham na coletividade, e questões que dizem respeito à memória social, coletiva e a identidades adquirem destaque nas relações e práticas sociais na tentativa de compreender e desmistificar ideologias responsáveis por fortalecer relações de injustiça. Com foco em mudanças sociais responsáveis por dar visibilidade a atores sociais que constituem suas relações por meio da memória como um direito e na compreensão do território como lugar de memória, o estudo recorre à identificação das relações que atores sociais estabelecem com o lugar em que vivem na instituição de identidades sociais ligadas ao território e estreitamente vinculadas à luta por moradia.

Assim, apresento de forma sucinta meu objetivo geral:

2.3.2 *Objetivo geral*

- Investigar e analisar os discursos relacionados às identidades e às representações dos atores sociais do Programa Pontos de Memória em seu processo de ressignificação das relações territoriais por meio da memória social.

Mas para isso é preciso que abarque a memória e o discurso como um conjunto de multiplicidade e possibilidades, permitindo uma compreensão dinâmica dos Pontos de Memória e seus processos desde a proposição a sua consolidação.

2.3.3 *Objetivos específicos*

Essa perspectiva permite chegar aos objetivos específicos assim determinados:

- a) Identificar quais marcas discursivas representam identidades dos atores sociais, individuais e coletivos, em comunidades de atuação de Pontos de Memória;
- b) Averiguar como questões de poder e ideologia são percebidas nas configurações territoriais, em comunidades de atuação de Pontos de Memória, por meio do despertar da memória como vontade política;
- c) Distinguir como se dão as relações discursivas dos atores sociais com as instituições museológicas no processo de (re)significação do território como espaço de memórias;
- d) Esquadrinhar, por meio de documentos institucionais e comunitários, como se constroem/construíram os processos de consolidação do Programa Pontos de Memória como uma política pública participativa.

2.3.4 *Questões de pesquisa*

- 5) Como as pessoas que participam dos conselhos gestores e/ou desenvolvem papéis de liderança nas comunidades de atuação dos Pontos de Memória percebem suas relações sociais?
- 6) Como as pessoas conformam relações sociais territoriais em torno da memória como direito e vontade política e como questões de poder e ideologia são percebidas nos discursos desses atores sociais?
- 7) Quais os caminhos no processo de criação e institucionalização do Programa Pontos de Memória foram trilhados como uma política pública para a memória social?
- 8) Como os textos institucionais se encadeiam na proposição de políticas públicas participativas na área da memória social?

2.4 **Metodologia: um olhar transdisciplinar**

Como desde o início sabia que a minha abordagem metodológica seria a qualitativa e como estou inserido na pesquisa não só como pesquisador, mas também como um dos membros das comunidades, entendi que deveria escolher uma proposta que levasse essa realidade em consideração.

Desta forma, a proposta da pesquisa ação que segundo Ibiapina (2008, p. 9) é desenvolvida com o intuito de transformação serve aos propósitos desta investigação, uma vez que é uma abordagem que tem como princípio trabalhar com a perspectiva de qualquer comunidade estudada poder vir a ser uma comunidade de críticas em que as pessoas possam problematizar, pensar e reformular práticas, tendo em vista a emancipação. Nesse sentido, utilizei dentro do referencial metodológico da pesquisa-ação do modelo de cunho emancipatório e juntamente com Kemmis e Wilkinson (2002, p. 45) reconheço que, nem todos entendem a pesquisa-ação como um processo colaborativo, mas assim como os autores e com o respaldo de Ibiapina, citada acima, defendo-a em termos colaborativos conforme também pensam Kemmis (2006), Desgagné (1997). Para os autores, a colaboração implica em negociação dos conflitos que são inerentes ao processo, ação comum e a comunicação entre pesquisadores e os demais membros da comunidade. Por essa razão, para os pesquisadores citados, a pesquisa ação somente pode ser considerada emancipatória quando é colaborativa.

Segundo Ibiapina (2008, p. 17), uma condição para se fazer esse tipo de pesquisa diz respeito à inclusão na investigação de ciclos sucessivos de reflexão crítica. Meus encontros com o grupo dos Pontos de Memória partiam de ações sistematizadas de reflexividade que tinham como propósito auxiliar na compreensão da memória como prática social construída socialmente, assim como o trabalho dos atores, qual era o sentido de suas ações no processo sócio-histórico de construção dessas ideias, motivando e sendo motivado para a descoberta de relações contraditórias e a possibilidade de superá-las. Nesse sentido, as ideias são compartilhadas, contribuindo para a construção de práticas que priorizem a dimensão crítica do trabalho com a memória e a possibilidade de sua reconstrução dialética.

Outra preocupação na pesquisa colaborativa diz respeito à importância de se envolver os participantes nas atividades de pesquisa. Esse envolvimento exige que a investigação ultrapasse a ideia do pesquisador apenas como usuário do saber elaborado por terceiros, mas que o saber é construído a partir da compreensão de que os participantes são agentes sociais criativos, interativos e produtores de saberes.

Nesse sentido, no âmbito da pesquisa colaborativa é comum a compreensão de que os membros da comunidade, em interação com o pesquisador, constroem teorias sobre suas práticas profissionais quando negociam crenças e valores e interpretam, reflexiva e dialeticamente, com os pares suas compreensões a respeito da questão de investigação proposta pelo pesquisador. Nessa abordagem são amenizadas as dicotomias entre pesquisador e professor, e na minha pesquisa deixei claro que eu estava ali com o objetivo de construir junto

com cada um o conhecimento partilhado. Celani (2003, p. 28) destaca que a prática de pesquisa colaborativa não implica,

[...] necessariamente simetria de conhecimento e/ou semelhança de ideias, sentidos/significados e valores. Não significa tampouco que todos tenham a mesma 'agenda'. O que significa é que tenham as mesmas possibilidades de apresentarem e negociarem suas crenças e valores na compreensão da realidade e de entenderem as interpretações dos envolvidos. Além disso, não significa que, em todas as situações, [...] pesquisadores dividam igualmente o 'poder' nas decisões.

Nesse tipo de pesquisa, ou melhor, no processo de observação da realidade, de contato e interação com os membros das comunidades, o pesquisador tenta identificar focos de repressão entre outros; em seguida, investiga sua possível origem, reflete sobre a repressão e sugere modos de resistir a ela.

São constantes os momentos de reflexão e escolha, em que o pesquisador terá de pensar e decidir junto com o grupo, e, nesse processo, a insegurança e tensão são naturais. Considero que na pesquisa colaborativa esses aspectos tornam-se mais intensos, devido à complexidade e delicadeza dos objetivos de transformação e de fortalecimento. Entretanto, a observação dos princípios éticos nas diferentes etapas da pesquisa poderá permitir que se trabalhe com mais segurança, pois o pesquisador terá sempre a consciência da responsabilidade de seu trabalho, dos efeitos que possa ter a partir dos encaminhamentos advindos da co-participação de todos envolvidos, contando com a participação destes, ficando atento a todos os detalhes nos momentos de entrevistas e conversas face a face.

A pesquisa colaborativa considera a posição das pessoas envolvidas e a relação delas com a pesquisa, sem impor aos participantes a condição de objeto. Desde o início, propus que houvesse participação ativa dos participantes no processo e isso ocorreu. Desse modo é preciso não deixar dúvidas de que a pesquisa colaborativa e suas preocupações quanto ao poder, também, foi foco de minha atenção durante o desenrolar dos trabalhos.

A questão do poder foi tratada quanto à relação pesquisador e pesquisado, durante o período da pesquisa. Segundo Cameron *et al.* (1992, p. 13-26), há três posições que o pesquisador pode ter em relação aos participantes na pesquisa: ética, defesa e fortalecimento. Lembro que esta é uma pesquisa preocupada com uma reflexão que não se esgota em um tempo determinado. Certamente, os atores sociais envolvidos que participaram deste trabalho poderão usufruir dos resultados desse esforço de reflexão.

Quanto à ética, efeitos exploradores e de danos decorrentes do fato de ser participante de pesquisa têm sido reconhecidos há longo tempo pelos cientistas sociais. Na pesquisa ética,

o pesquisador deve evitar o abuso dos participantes, deverá garantir que a privacidade das pessoas seja protegida por pseudônimo quando os dados forem publicados. Na pesquisa ética, há, então, uma preocupação em minimizar os danos do pesquisado e reconhecer a sua contribuição. No entanto, os atores sociais dos Pontos de Memória optaram por manterem seus nomes, uma vez que são referência na atuação nas comunidades. Usar pseudônimos seria mais uma forma de apagamento das identidades periféricas e de militância.

Antes de tratar de fortalecimento, os autores tratam da questão de poder com base em Foucault (1979): o *poder* é considerado como uma propriedade que algumas pessoas em alguns contextos podem ter mais do que outras. O poder não é monolítico, isto é, ele não vem de uma só fonte, porque o poder opera em muitas divisões sociais; qualquer indivíduo precisa ter uma identidade complexa e múltipla. A pessoa se torna um intrincado mosaico de diferentes potenciais de poder em diferentes relações sociais: quem é dominado em uma relação social particular, pode vir a ter um desenvolvimento poderoso de discurso posicional de resistência. Um exemplo disso seria o poder exercido pelos movimentos feministas, negro e orgulho gay.

O fato de ver o poder assim, de modo mais complexo, nos leva a não identificar grupos fixos e estáticos de pessoa sem poder. Tendo em vista o fortalecimento, também tomei como base os pontos principais da pesquisa fortalecedora propostos por Cameron *et al.* (1992). A pesquisa fortalecedora é a pesquisa sobre, para e com.

São três as questões a serem consideradas: as pessoas não são objetos e não deveriam ser tratadas como objetos, isto implica a adoção de métodos interativos; os atores sociais têm suas próprias agendas e o pesquisador deveria tentar respeitá-las, destaca-se a importância das agendas dos próprios atores sociais; se é bom ter conhecimento, é bom partilhar também; trata-se da questão do *'feedback'* e do partilhar conhecimento. O *'com'* implica o uso interativo ou dialógico dos métodos de pesquisa, oposto ao distanciamento das estratégias positivistas.

Nos processos de desenvolvimento dos atores sociais, torna-se fundamental o reconhecimento de uma dimensão cultural que está perpassada por questões voltadas para à diversidade cultural. Mas pensar nos atores sociais é também pensar na alteridade, na diversidade, pois as identidades se constroem por meio das interações com o outro, passa de um estágio individual para o coletivo e social. Podemos dizer que as marcas que resultam desse contato dizem muito do formato dessa diversidade.

Essa diversidade cultural, representada pelos grupos sociais, ao desempenharem o papel de troca de bens está perpassada por questões de poder e direitos. Nesse sentido, a memória individual, coletiva, social e até mesmo cultural, nos territórios periféricos brasileiros,

desempenha papel nos processos de identificação social, compreendendo as identidades de gênero, religiosas, étnicas, de faixa etária, etc.

A efetivação dos direitos civis e políticos configuram-se como processos inclusivos e igualitários, no entanto, a conscientização desses direitos irá desempenhar papel de denúncia do sistema político, nesse sentido, a memória dessas comunidades periféricas são percebidas não somente como direito, mas como vontade política. Dessa forma, entendo juntamente com os grupos que se torna fundamental a necessidade de uma reconfiguração dos museus como espaços de memória e o desenvolvimento de uma museologia social. Entendo que os processos museais sejam por essência sociais, uma vez que sua realização se dá nesse âmbito, mas uma vez que grupos sociais marginalizados não se reconhecem nesse processo e o museu não dá conta dessa diversidade é que surge a necessidade da criação dos Pontos de Memória.

Metodologicamente a pesquisa colaborativa dialoga com a perspectiva da Análise de Discurso Crítica uma vez que os estudos da memória são voltados para a representação dos atores sociais por meio das práticas discursivas materializadas em textos de narrativas.

Os processos de análise discursiva abordados configuram-se na análise de discurso textualmente orientada e na análise da prática social, no intuito de identificar como cada método irá relacionar-se com as questões de pesquisa. Este estudo também segue os moldes da abordagem etnográfica ao entende-la como “a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças” (ANGROSINO, 2009, p. 30).

A utilização de diversas fontes e diversos métodos para a geração e coleta dos dados justifica-se na exploração de diferentes dimensões do objeto de pesquisa como modos de representações e construções identitárias, sua utilização torna-se consciente na medida em que essa abordagem permite a exploração das questões de pesquisa e os objetivos propostos. O método interpretativo dos dados coletados e produzidos fundamenta-se na análise dos significados acional, representacional e identificacional, propostos por Fairclough (2003).

A história de vida “dá voz” às pessoas historicamente relegadas às margens da sociedade. No entanto, reproduzir o discurso dos atores sociais dos Pontos de Memória não é dar voz, no sentido cultural, mas evidenciar esse discurso é também evidenciar os atores sociais. Seleciono um Ponto de Memória de cada região do território brasileiro que configure a primeira fase do Programa, apresentando as dimensões da memória social e coletiva.

A realização desta pesquisa é, em seu processo de delimitação, interdisciplinar, uma vez que as construções dos métodos utilizados dialogam com a Antropologia, Sociologia e História na abordagem da memória e suas dimensões, no entanto é uma pesquisa de caráter linguístico e textualmente orientada,

para a qual vou me valer da ADC na configuração das categorias analíticas que se fizerem mais proeminentes. Seu caráter multidisciplinar se dá pelo intuito de abordar o objeto de pesquisa por diferentes possibilidades, mas o foco principal corrobora com o pensamento de Chouliaraki e Fairclough (1999) ao admitir que a linguagem é parte irreduzível da vida social, pressupondo, assim, relação interna e dialética entre linguagem e sociedade, é admitir que questões sociais são também questões de discurso.

2.5 Caminhos da memória: o acesso ao campo

Conforme mencionado na introdução e no capítulo contextual deste trabalho, tanto o interesse como a necessidade de realização desta pesquisa partiram das minhas experiências comunitárias, com o programa Pontos de Memória e com a minha trajetória acadêmica. A abordagem qualitativa, de caráter colaborativo, apresentou-se pertinente à geração dos dados que levaram à compreensão da realidade do problema de pesquisa investigado.

Para o desenvolvimento da pesquisa, a escolha de cinco Pontos de Memória, cada um em uma região diferente e que fazem parte da fase inicial do Programa, justificou-se por considerar necessário um recorte, uma vez da impossibilidade de analisar detalhadamente um número maior de iniciativas e por considerar também um número representativo, uma vez que possibilitou, por meio da memória coletiva dessas comunidades, traçar um perfil das ações de memória e museologia social voltadas para a proposição de políticas públicas participativas na área da memória, no território brasileiro, tendo os Pontos de Memória e suas ações como referência.

Dessa forma, o *corpus*, com os cinco Pontos de Memória selecionados, ficou assim constituído:

Quadro 2: Configuração do *corpus* investigativo.

Ponto de Memória	Localidade
Ponto de Memória da Estrutural	Estrutural - Distrito Federal – Região Centro-Oeste
Ponto de Memória Museu do Taquaril	Belo Horizonte – Minas Gerais – Região Sudeste
Ponto de Memória da Lomba do Pinheiro	Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Região Sul
Ponto de Memória Museu Cultura Periférica	Maceió – Alagoas – Região Nordeste
Ponto de Memória da Terra Firme	Belém do Pará – Pará – Região Norte

Fonte: Elaboração do autor

Acredito que tais procedimentos possibilitaram a realização de uma análise de discurso crítica mais detalhada, uma vez que levou em consideração elementos históricos, sociais e culturais no processo de construção de políticas públicas participativas na área da memória e da atuação dos atores sociais nesse processo, tendo o território de comunidades periféricas como espaço de memória e lutas hegemônicas.

Na organização da trajetória da pesquisa, apresento o que estou chamando de caminhos da memória, as etapas necessárias, as metodologias utilizadas e os anseios e desejos presentes nesse processo. Os caminhos são da memória por estabelecem relações diretas com os Pontos de Memória e com a memória como vontade política. São narrativas de uma pesquisa fundamentada no discurso e nas mudanças sociais.

2.6 As etapas da pesquisa

Na dimensão sobre a representação dos atores sociais em comunidades de atuação de Pontos de Memória foram utilizados a análise de discurso crítica e entrevistas por meio de projetos de narrativas orais de histórias de vida, com o intuito de apresentar a memória comunitária do Programa por meio das relações de pertença desses atores sociais, suas subjetividades e suas narrativas na constituição do território como espaço de memória e na composição do Programa como uma política pública participativa. Também foram utilizados como técnicas de pesquisa a observação ativa, grupos focais – rodas de memória, notas de campo e participação em atividades dos Pontos de Memória. Essas técnicas de pesquisa foram desenvolvidas nos 5 Pontos de Memória selecionados e que fazem parte da primeira fase do Programa.

Na dimensão sobre as práticas institucionais na proposição de políticas públicas – Documentos formais, foram utilizadas a pesquisa de documentos institucionais e entrevistas com gestores do Programa Pontos de Memória. Analisados documentos do Instituto Brasileiro de Museus na criação do Programa Pontos de Memória e entrevistas com gestores do Programa Pontos de Memória.

2.6.1 A etnografia discursiva

Na pesquisa etnográfica é preciso que o pesquisador reflita na escolha do método ou métodos a serem utilizados. No caso dessa pesquisa, alguns dos métodos escolhidos, foram a

entrevista e narrativas orais de vida. Ambos consistem em processos que possibilitam uma aproximação maior e, conseqüentemente, maior conhecimento entre o pesquisador, o participante e o objeto analisado.

Os processos políticos/ideológicos que envolvem a percepção da vontade política de memória por comunidades periféricas do território brasileiro de atuação de Pontos de Memória não podem ser restritas a um tipo de discurso ou mesmo identidade, e sim como uma espécie de rede complexa, podendo ser compreendida somente com uma etnografia extensa que objetiva entender as múltiplas vozes embutidas no discurso. Além disso, o discurso da construção do território como espaço de memória não significa uma mera descrição linguística, porém, uma reflexão sobre as ideologias, as vozes subjacentes a esse discurso.

O papel do etnógrafo, segundo Atkison e Hammersley (1983, p. 2) é de participar pública e secretamente da vida diária das pessoas por um período prolongado de tempo, observando o que acontece, escutando o que é dito, fazendo perguntas; na verdade, coletando qualquer dado que esteja disponível, iluminando as questões com as quais ele se ocupa. Isso foi feito durante toda a pesquisa. Os pensamentos de van Maanen (1988), corroboram com este posicionamento. A etnografia não pretende criar ou reforçar estereótipos. Ao contrário, procura fomentar reflexões sobre a ambivalência pós-moderna (GIDDENS, 2002; HARVEY, 200; BAUMAN, 1999) focalizando especificamente questões de identidade, no caso desta tese, representações de identidades mediadas por questões de memória e poder nas configurações territoriais de comunidades periféricas, ideologias e discurso.

Evidencio que considero esta pesquisa como de cunho etnográfico-discursiva, segundo Magalhães (2000), consiste em unir a ADC à pesquisa etnográfica, interligando as práticas sociais às práticas discursivas, afim de obter uma compreensão maior do que Fairclough (2001) chama de “produção, distribuição e consumo” de textos.

Em relação ao primeiro conceito, para Angrosino (2009, p. 30), etnografia “é a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças”, mas sempre pela visão do pesquisador que não deixa de ser uma representação do que ele vê. Discursivas são as práticas que se realizam pela linguagem. Por isso, considero fazer uma pesquisa qualitativa etnográfico-discursiva juntamente com os preceitos da ADC com o propósito de associar “métodos etnográficos ao discurso como dimensão da prática social” (MAGALHÃES, 2000). Nesse sentido, Magalhães, Martins e Rezende (2017, p. 117) afirmam:

A metodologia etnográfico-discursiva é processo reflexivo baseado em observações e registros escritos (diários de pesquisadores ou pesquisadoras e

de participantes, notas de campo), em dados gerados em entrevistas e em artefatos (textos e outros objetos) coletados no local de pesquisa. Porém, não se limita aos dados. Como se trata de um processo, os dados da pesquisa etnográfico-discursiva relacionam-se com a curiosidade e a motivação de pesquisadores e pesquisadoras e, também, com conceitos da literatura pertinente (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE).

A etnografia crítica tem uma série de características que se aproximam da proposta de consciência crítica da linguagem. Para ressaltar o que já foi mencionado antes, é preciso lembrar que a etnografia é um processo de pesquisa interativo e colaborativo que leva os participantes da pesquisa a considerar algumas noções de linguagem em termos de sua prática discursiva.

2.6.2 A geração de dados

Com o propósito de construir a etnografia como um contexto de múltiplas perspectivas no processo de geração dos dados seguindo vários passos metodológicos. Apresento os caminhos trilhados. Busquei, por meio da análise de depoimentos em entrevistas realizadas com os atores sociais dos Pontos de Memória, refletir sobre os papéis e as representações dos atores sociais das comunidades de atuação dos Pontos.

O percurso no processo de geração e coleta dos dados foi apresentado no capítulo contextual, o qual meu e minha leitor e leitora puderam acompanhar, por meio da proposta da cartilha expográfica de apresentação dos Pontos de Memória, as viagens e ações desenvolvidas na geração dos dados. Foi possível reunir materiais suficientes para o desenvolvimento de outras pesquisas de doutorado, nem tudo que foi gerado e coletado utilizei nas análises, parte do material servirá para pesquisas futuras.

Abaixo, sintetizo em um quadro as relações de entrevistas com os gestores do Programa, entrevistas com os gestores dos Pontos de Memória e as narrativas orais de vida:

Quadro 3: Quantidade de entrevistas realizadas e utilizadas na pesquisa.

Participante	Rodas de memória	Entrevistas com gestores	Narrativas orais de vida
Ponto de Memória Museu do Taquaril	1	3	3
Ponto de Memória Lomba do Pinheiro	1	3	3
Ponto de Memória da Terra Firme	1	4	9

Ponto de Memória da Estrutural	1	1	1
Ponto de Memória Museu Cultura Periférica	1	3	3
Gestores do Programa no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus		1	

Fonte: elaboração do autor

2.6.3 *Entrevistas com os gestores comunitários e institucionais do Programa Pontos de Memória*

Para a elaboração das questões para as entrevistas com os gestores comunitários e institucionais do Programa, o processo foi construído conjuntamente com o Ponto de Memória Museu do Taquaril. As perguntas foram pensadas no intuito de refletirem as dimensões e as questões de pesquisa. Alguns dos gestores comunitários que responderam as questões foram os mesmos que participaram dos projetos de narrativas orais de vida.

Uma das estratégias da pesquisa é evidenciar as vozes dos atores sociais das comunidades de atuação de Pontos de Memória, essa escolha é um reflexo do meu lugar de fala como partícipe da construção do Programa e sua consolidação como política pública de memória social. Outros pontos poderiam ser evidenciados, a exemplo das disputas políticas institucionais na proposição do Programa, embora tenha considerado importante acionar as narrativas de gestores institucionais, estas assumem um segundo plano, a justificativa se dá pelas minhas escolhas do que quero evidenciar, uma vez que o campo da memória é um campo de disputa.

Confesso que uma das grandiosidades desta pesquisa é sua cientificidade produzida por alguém de base comunitária e de atuação tão importe na trajetória do Programa Pontos de Memória. Outras pesquisas sobre o Programa são e serão desenvolvidas e não perdem o seu mérito, mas esta, como poucas, se constitui como uma ação política de militância de alguém que carrega o saber acadêmico ao mesmo tempo que a memória institucional comunitária das periferias e do Programa. Por isso, é uma pesquisa tão minha quanto dos meus pares. Eu me aproprio do espaço da academia para sua realização, mas a gênese é periférica e, essencialmente decolonial.

Abaixo, apresento como ficaram as questões aplicadas nas entrevistas. Ressalto que não foram processos acabados, mas semiestruturados, o dialogo fluía como uma conversa. O contato com os gestores institucionais foi mais difícil. Ocupamos espaços sociais diversos, nos

encontramos, ao longo da pesquisa em Fóruns de Museus, em reuniões de trabalho ou ações acadêmicas, ao passo nos articulávamos nossas ações políticas, o que não era o espaço para a realização das entrevistas. O que pode ser percebido de forma diferente com os gestores comunitários.

Quadro 4: Questões das entrevistas com gestores comunitários e institucionais.

Gestores Comunitários	Gestores institucionais
O que você destaca na comunidade para que a mesma tenha o Ponto de Memória?	Quais elementos a elaboração de uma política pública tendo a memória social como eixo apresenta? Sob quais eixos regulamentares se organiza?
Como descreve o percurso realizado para a constituição do Ponto? Quem são os atores sociais envolvidos.	Quais aspectos sociais e políticos subsidiaram a proposição do Programa?
A “Memória” se articula/ ou pode se articular com lutas sociais (moradia/ educação/trabalho)? Aponte de que forma.	Como percebe o papel do “território” na constituição do Programa?
Quais as estratégias desenvolvidas para lidar com a diversidade de interesses e visões presentes na comunidade em torno da memória?	Das relações estabelecidas com os representantes e lideranças comunitárias o que se apresentou como limite e possibilidade?
É possível caracterizar os Pontos de Memória como uma demanda por política pública. De que forma? Sob quais aspectos?	Como se delineou a tomada de decisão acerca das definições em torno da efetivação do programa.

Elaboração: autor e Ponto de Memória Museu do Taquaril

2.6.4 Narrativas orais de vida

Sem dúvidas a revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduzem uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede (CASTELLS, 2002). Essa sociedade vêm sendo moldada pelas tendências conflitantes da globalização²², os reflexos dessas mudanças se fazem presentes nas formas de ver e refletir sobre a vida social e os atores

²² Fairclough (2003, p. 217) define: “Globalização: Trata-se de tendência contemporânea dos processos econômicos, políticos e sociais em operar em uma crescente escala global. Este conceito é controverso, por isso o termo apresenta-se entre aspas (...) discute-se que globalização não é um processo especificamente contemporâneo, mas sim um processo a longo prazo em que muitas partes do mundo estão marginalizadas numa economia dita global. As mudanças atuais são provavelmente melhor vistas como uma nova guinada no processo ‘de dar novo dimensão’ às relações entre os níveis global, regional, nacional e local. Essa nova dimensão afeta o discurso e depende das mudanças do mesmo”. (Tradução minha)

sociais no mundo globalizado. O trabalho com as narrativas orais de vida irá possibilitar reflexões a respeito do registro dos acontecimentos na voz dos próprios protagonistas.

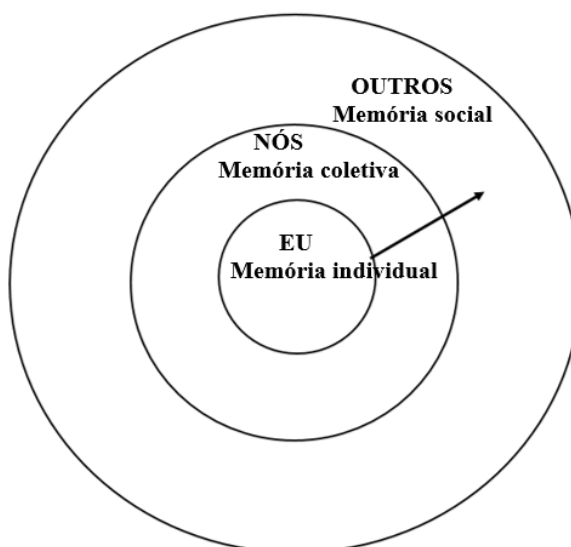
A história oral não é, necessariamente, um instrumento de mudança; isso depende do espírito em que seja utilizada. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação; pode derrubar barreiras que existam entre professores e alunos, entre gerações, entre instituições educacionais e o mundo exterior; e, na produção da história, pode devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental, mediante suas próprias palavras (THOMPSON, 1992, p. 22).

Nessa perspectiva, o trabalho de história oral de vida que proponho nesta tese, no intuito de estabelecer as relações dos atores sociais com os territórios de memória, por meio da percepção da memória como direito e vontade política, inclui três etapas complementares e que dizem respeito aos processos de construção, organização e socialização dessas histórias organizados em diferentes dimensões que envolvem o “Eu”, o “Nós” e os “Outros” por meio da narrativa. Entendo que o “discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95).

Dessa forma, por meio das narrativas orais de vida de atores sociais dos Pontos de Memória, busco evidenciar os três aspectos dos efeitos constitutivos do discurso (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95), as construções das identidades sociais e posição de atores para os atores sociais, a construção das relações sociais entre as pessoas e, por último, a construção de sistemas de conhecimento e crenças. “Esses três efeitos correspondem respectivamente a três funções da linguagem e a dimensões de sentido que coexistem e interagem em todo o discurso” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95-96).

A construção, organização e socialização das histórias de vida dos atores sociais dos Pontos de Memória inicia com cada participante contando, organizando e socializando sua própria história. Essa história individual se relaciona com outras do seu território de memória e irá compor, dessa forma, histórias coletivas. Estas, por sua vez, fazem parte de uma rede mais ampla de narrativas orais de vida dos participantes e grupos e que irá compor uma representação dessas narrativas, por meio da memória como vontade política, das configurações do território periférico brasileiro constituído com Pontos de Memória. Conforme representado a seguir:

Figura 7: Rede de narrativas orais de vida dos participantes e grupos.



Elaborado pelo autor

Uma das maneiras de registrar as narrativas orais de vida é por meio da entrevista, na construção de um momento de troca e diálogo entre o entrevistador e o entrevistado, sendo que o assunto da conversa é a história de vida de um deles. Abaixo, apresento o roteiro utilizado nesta pesquisa e elaborado em parceria com o Conselho Gestor do Ponto de Memória Museu do Taquaril:

Quadro 5: Roteiro para as narrativas orais de vida.

Procedimentos:
<p>O Pesquisador apresenta-se e explicita seus principais objetivos em relação à História de Vida.</p> <p>Gostaria de saber do (a) senhor (a) toda sua trajetória de vida, suas lembranças e seu percurso cronologicamente até os dias de hoje.</p>
Bloco 1: Apresentação
<p>Primeiramente, gostaria que o (a) senhor (a) se apresentasse.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nome • Idade • Família • Onde mora • Há quanto tempo

Bloco 2: Infância

Neste momento gostaria que o (a) senhor (a) se sentisse livre para me contar sobre sua história. Gostaria que o (a) senhor (a) começasse me contando sobre sua infância...]

- Onde morava
- Onde estudou
- Como era a família
- O que gostava de fazer
- O que não gostava de fazer
- Quem eram os amigos
- Lembranças positivas da infância
- Lembranças negativas da infância
- Lembranças do lugar de moradia

Bloco 3: Adolescência e trabalho

Neste momento gostaria que o (a) senhor (a) se sentisse livre para me contar sobre sua história. Gostaria que o senhor (a) começasse me contando sobre sua infância...]

E a sua adolescência?

Neste bloco pretende-se saber:

- Como foi a adolescência
- Fragmentos de memória sobre o período (Formaturas, Relacionamentos, aumento da responsabilidade ...)
- O que gostava de fazer
- 1º Emprego
- Trajetória de trabalho
- Como aprendeu a profissão que exerce
- O que significa o trabalho na adolescência
- Desafios (sair de casa, casamento, dificuldades)
- Perspectivas e Sonhos

Bloco 4: Juventude

Agora gostaria que o senhor me falasse sobre a sua juventude.

- Como foi a juventude
- Fragmentos de memórias
- Oportunidade de Estudo
- Constituição de família

- Estabelecimento da profissão que exerce
- O que significa o trabalho na juventude
- Desafios e expectativas
- Relação com espaço onde reside – cotidiano

Bloco 5: Fase Adulta

E hoje, como é sua vida?

- Como é a fase adulta
- Falar sobre o cotidiano
- O que gosta de fazer
- Situação da família e responsabilidade
- Cotidiano na comunidade
- Relações com vizinhos

Bloco 6: Reflexões e Avaliação

- Pontos positivos da comunidade
- Pontos negativos da comunidade
- Como o entrevistado percebe o lugar onde vive
- Como o entrevistado acha que as pessoas percebem seu bairro
- Como o entrevistado avalia sua história

Agradecimentos:

Gostaria de te agradecer por esta conversa, foi muito rica sua história de vida. Espero que possamos conversar mais vezes.

Obrigado

Elaboração: autor e Ponto de Memória Museu do Taquaril

2.6.5 Observação participante e o diário de campo

As notas de campos são apresentadas como espaço de reflexão na etnografia crítica. Da mesma maneira, são o registro e a reflexão das lembranças, das impressões das entrevistas, narrativas orais de vida, rodas de memória e das observações realizadas no campo. A prática configura-se como uma abordagem metodológica adequada para o estudo discursivo da prática social.

Denzin e Lincoln 1994, p.4), ao defenderem os processos de pesquisas qualitativa etnográfica, apontam que:

A pesquisa qualitativa abrange duas tensões ao mesmo tempo. Por um lado ela está voltada para uma sensibilidade ampla, interpretativa, pós-moderna, feminista e crítica. Por outro, está voltada para uma concepção mais estreitamente definida da experiência humana e à sua análise positiva, pós-positivista, humanista e naturalista.

Pensando nessas duas tensões, proponho processos de observação participante e o diário de campo que buscam romper com tradições analíticas, a própria configuração da pesquisa caminha para esse posicionamento transdisciplinar. Pode parecer repetitivo para o meu e a minha leitor / a que o tempo todo eu diga dessa importância de fazer parte do processo, não é minha intenção a repetição, mas a demarcação de posições dentro das práticas sociais e culturais da pesquisa.

Essa demarcação será responsável pelas escolhas dos relatos do campo, bem como da definição do próprio campo. Pensar o conceito de observação participante na realização desta pesquisa é entender o território periférico dos Pontos de Memória e minha inserção em cada um. O caminho não era desconhecido, mas um voltar para casa, não conheci pessoas ou espaços novos, mas os revisei, reafirmei processos de lutas e relações de afetos.

Os resultados da observação participante podem ser vistos ao longo da tese como um relato etnográfico que envolve semioses sociais, multiletrados e multimodalidades, a exemplo da cartilha que convida meu/minha leitor/a a percorrer os mesmos caminhos percorridos por mim em cada comunidade. Não são relatos de uma pesquisa, mas a construção de um diário íntimo. Não serão apresentadas somente análises textuais, mas práticas socioculturais das periferias e seus moradores, responsáveis pela construção dessa rede entre as periferias brasileiras, territórios tão diversos em si mesmos, mas ligados por sua constituição por meio das lutas e pelos atores sociais como patrimônio.

Nesse sentido, a constituição dessa rede se dá por meio de práticas sociais, ou rede de práticas (CHOULIVRAKI; FAIRCLOUGH, 1999, P. 23), relacionadas com a periferia como território de memória e a representação dos atores sociais periféricos. A observação participante e o diário de campo, conforme metodologicamente desenvolvido na pesquisa, reforçam essa rede entre as comunidades dos Pontos de Memória e suas práticas.

2.6.6 Grupos focais: rodas de memórias

As rodas de memória possibilitam a organização de um acervo narrativo de histórias vivenciadas em comunidades periféricas do território brasileiro, seu conjunto, leva à ressignificação e/ou percepção das identidades coletivas e das memórias das comunidades. Rodas de memória são rodas de discussões sobre temas específicos com o intuito de suscitar reflexões em torno da memória como direito e vontade política de comunidades periféricas do território brasileiro.

Configura-se como uma metodologia popular participativa aplicada pelos Pontos de Memória desde que os primeiros contatos entre Instituto brasileiro de Museus e comunidades foram estabelecidos. As iniciativas em memória e museologia social aprimoraram a metodologia e difundiram entre outras iniciativas. Mas qual seria a diferença entre um grupo focal e uma roda de memória?

Dentro do universo da pesquisa qualitativa, o grupo focal é um método que reúne participantes em uma entrevista, na qual expõem opiniões. Morgam (1997) define grupos focais como uma técnica de pesquisa qualitativa, derivada das entrevistas grupais, que coleta informações por meio das interações grupais. Para Kitzinger (2000), o grupo focal é uma forma de entrevistas com grupos, baseada na comunicação e na interação. Seu principal objetivo é reunir informações detalhadas sobre um tópico específico a partir de um grupo de participantes selecionados.

A metodologia das rodas de memória configura-se como popular participativa, o que irá diferenciá-la de um grupo focal, conforme apresentado acima, será o protagonismo dos participantes e o escopo metodológico. O grupo focal é mediado por um roteiro, mesmo que seja apresentado de forma geral. Rodas de memória têm centralidade nas narrativas temporais, fluidas, mas comprometidas. Chamo a atenção, também, para o recorte proposto relacionado com os objetivos da pesquisa.

As rodas de memória possuem uma subjetividade e modo de interação que coloca o participante em um lugar de acionamento do afeto e disposição na construção de narrativas. Aplicar uma roda de memória envolve as etapas metodológicas do antes, o durante e o depois. Está no processo de receber as pessoas que irão participar, dependendo do território de aplicação, alguns participantes são buscados em suas casas e o processo de uma roda de memória se dá semelhante a uma conversa na calçada de uma rua, a comida também está presente na metodologia, como uma conversa de um café e não é adotada uma pergunta

norteadora, os participantes começam a contar uma história, que puxa outras. O interesse está em saber dos os múltiplos olhares das histórias.

O que acontece antes, durante e depois da metodologia é a diferença, no caso da pesquisa que desenvolvo, o antes foi o reencontro das pessoas, o desejo da pesquisa e a continuidade de lutas compartilhadas; o durante estava em contar histórias das comunidades e das pessoas, o depois foi a indicação de quem iria participar das narrativas orais de vida.

Assim, a roda de memória configura-se como uma metodologia investigativa de coleta e geração de dados. O pesquisador ou pesquisadora precisa se inserir como ator social da pesquisa, em um processo de fala e escuta, até mesmo produzindo dados para as discussões. O processo de mediação se dá pela interação com os pares por meio do diálogo como partilha. Uma roda de memória remete as conversas informais, familiares, grupos de amigos e que nascem nas mesas das casas, bares e espaços informais, com comidas, chás e café.

2.6.7 Triangulação metodológica

Opto por uma triangulação metodológica por considerar que “o fato de que a maioria dos fenômenos da realidade, de fato, não possam ser explicados de forma isolada é resultado da complexidade da realidade e dos fenômenos” (FLICK, 2004, p. 20). A triangulação não é uma ferramenta, nem uma estratégia de validação, mas uma alternativa à validação. Assim, a melhor maneira de compreender a combinação de métodos múltiplos, materiais empíricos, perspectivas e observações em um único estudo são como uma estratégia que acrescenta rigor, amplitude e profundidade a qualquer investigação.

Esta ideia reafirma a certeza de que cada prática garante uma visibilidade diferente ao mundo. Logo, existe um compromisso no sentido do emprego de mais de uma prática de geração e de interpretação em qualquer estudo. É na adoção de uma triangulação metodológica que se busca o olhar multifacetado desta pesquisa.

Trabalhar com os Pontos de Memória como objeto investigativo envolvendo questões voltadas para a memória, o território, o ator social periférico em uma perspectiva discursiva crítica é lidar com essa diversidade de saberes, exige do pesquisador um olhar atento para praticas socioculturais. Não esgotei, com a realização da minha pesquisa, as possibilidades de abordagem investigativa envolvendo os Pontos de Memória, escolho as que considero mais adequadas no processo investigativo.

Chego na defesa da tese após 5 anos do meu ingresso ao Programa de Pós-graduação em Linguística, da Universidade de Brasília, talvez mudaria escolhas, estilo de escrita,

referências teóricas, aprofundaria questões que abordei de forma superficial, buscaria outras ou as deixaria de lado. O fato é que 5 anos é tempo suficiente para que mudanças aconteçam.

A escolha da triangulação metodológica e teórica é uma tentativa de evidenciar o respeito que tenho por minha pesquisa e o desejo de que possa ser referência para outras pesquisas e pesquisadores. Apresento abordagens metodológicas novas, percebo as especificidades do objeto investigado, proponho a criação de uma categoria analítica que desenvolvo no capítulo teórico e aplico no analítico. Tudo foi possível pela construção metodológica da pesquisa.

Nesse sentido, optar pela triangulação metodológica é dialogar diretamente com os Pontos de Memória, considerando os espaços que ocupo na investigação. Não que o processo fosse evidente desde o início, ele foi sendo construído ao longo desses 5 anos de investigação. Propor metodologias, consolidar teorias, estabelecer relações com o objeto investigativo é também um processo de escuta e troca que envolveu as disciplinas que cursei no programa, as leituras que realizei e até as que deixei em uma lista de leituras futuras, envolveu conversas com professores, com colegas de pesquisa e, principalmente, a troca com os Pontos de Memória.

Quando opto por trabalhar com a metodologia de rodas de memória, não foi uma decisão só minha, foi construída conjuntamente com os Pontos de Memória. Liguei para os meus pares e decidimos da importância da metodologia e seu registro. Uma prática desenvolvida desde o início do Programa, mas sem o registro enquanto uma metodologia social da memória. Nesse sentido, a triangulação metodológica é também uma triangulação de vozes, não limitada, como a própria imagem de um triângulo, mas fluida e agregadora que possibilitou a conclusão desse processo investigativo.

Com isso, finalizo esta primeira parte da tese, dividida em três, mas que dialogam entre si. A segunda parte, composta por um capítulo teórico e outro que apresenta conceitos inerentes ao desenvolvimento da pesquisa, corrobora para a construção do território como categoria analítica discurso crítica.

2.7 Algumas considerações

Neste capítulo, apresentei os percursos metodológicos da tese, apoiados nos aspectos da pesquisa qualitativa que justifiquem a escolha para acessar a realidade social que proponho investigar. As considerações acerca do despertar da percepção da memória como vontade política são possíveis em função das escolhas metodológicas que fiz para a geração, coleta e

análise dos dados. Dessa forma, nesse segundo capítulo, relatei a sistematização dos procedimentos de pesquisa qualitativa.

Na primeira seção, desenvolvo uma reflexão inicial da perspectiva teórica da pesquisa qualitativa até a abordagem da ADC como método na pesquisa de cunho social, no intuito de identificar como o discurso é utilizado para legitimar essas práticas sociais e como é construído e afeta o social. Em um segundo momento abordo os caminhos na construção das questões de pesquisa, dos objetivos e dos processos metodológicos. Em seguida, abordo as etapas metodológicas na realização da pesquisa, estabelecendo as relações com o objeto de análise.

Nas etapas metodológicas apresento, ainda, os processos das rodas de memória e das narrativas orais de vida no reconhecimento de que a construção e organização das narrativas memorialísticas dos atores sociais dos Pontos de Memória atua como forma de fortalecer identidades e a compreensão de mundo, na coletividade. Reafirmando a elaboração das representações da memória como um processo permanente, inserido no espaço ou espaços de memória.

A photograph of a densely packed urban neighborhood, likely a favela. The buildings are multi-storied and built with various materials, including brick and concrete. The roofs are mostly tiled, with some featuring water tanks. A large tree is visible in the middle ground. The overall scene is one of a crowded, multi-level residential area.

PARTE II: OS ALICERCES DA PESQUISA

3

MEMÓRIA E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: UM LUGAR CHAMADO PESQUISA

A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua fusão de tempo/espaço.

Manuel Castells, O poder da identidade (1999, p.23)

Pensar a memória como mecanismo de transformação social perpassa pelas questões apontadas por Castells na epígrafe escolhida para iniciar este capítulo e que estão diretamente relacionadas as ressignificações identitárias das comunidades de atuação dos Pontos de Memória e dos seus atores sociais. A mesma matéria-prima que o autor aponta será responsável pelas relações transitórias desses territórios de memória. Chamo de transitórias por também compreender que os significados são reorganizados por meio de estruturas sociais, o que está em evidencia em um determinado momento pode não estar em outro, no entanto, acredito que a percepção da memória como vontade política contribui, em uma perspectiva discursiva, conforme estabelece a ADC, nos processos de transformações sociais. Uma vez que a ADC “prioriza o exame de situações sociais específicas, nas quais o discurso desempenha papel predominante na produção, reprodução ou superação de desigualdades ou de relações de dominação” (MAGALHAES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 52). Nesse sentido, essa percepção não funciona como uma vontade passiva, mas intencionalmente ativa, uma vez que propiciará a fusão de tempo/espaço, apontada por Castells, em uma perspectiva das representações de memória dos territórios periféricos.

Este capítulo inicia a segunda parte da minha tese, foi pensado no intuito de apresentar ao meu leitor e leitora conceitos inerentes ao desenvolvimento da pesquisa, na verdade, é um convite para que, juntos, possamos acessar pontos que fazem desta pesquisa um trabalho transdisciplinar. Algo permitido tanto pela ADC como necessário ao abordar a complexa dinâmica territorial de comunidades periféricas em uma investigação discursiva das representações da memória nesses espaços, uma vez que o discurso “é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95). Contribuindo tanto para reproduzir como para transformar a sociedade.

Assim, convido o leitor e minha leitora para iniciarmos o que estou chamando de “Os alicerces da pesquisa”. Esta segunda parte da tese foi pensada de forma que pudesse apresentar os conceitos e os embasamentos teóricos necessários para sua realização. Seu desenvolvimento é transdisciplinar, embora seja uma pesquisa de caráter discursivo, nos moldes da Análise de Discurso Crítica e da Teoria Social do Discurso, faz-se necessário que sejam acessados alguns conceitos fundamentais para seu desenvolvimento. Dessa forma, este primeiro capítulo, da segunda parte, busca apresentar algumas reflexões basilares antes de adentrar toda a discussão teórica. Reflexões que exponho com liberdade na escolha dos temas que me são caros, e que considero importante compartilhá-los.

Mas não se engane o/a leitor/a a ponto de pensar que essa escolha é aleatória, uma vez que é carregada de ideologias. É o lugar das discussões teóricas a respeito da memória no intuito de apresentar suas manifestações individual, social, coletiva e a dualidade existente entre memória e esquecimento, reconhecendo assim, sua multiplicidade ou conjuntos de multiplicidades ao agir em função da mudança e da transformação do campo social e nos processos de (re)construções identitárias por meio de narrativas periféricas.

Esta parte da tese é pensada na tentativa de reorganização da triangulação teórica acionada para acessar o objeto de pesquisa em uma perspectiva dialógica e transdisciplinar. Para este capítulo, faz-se necessário uma abordagem teórica das narrativas orais de vida e suas possibilidades, uma vez que a desenvolvi, metodologicamente, no segundo capítulo da primeira parte. Bem como uma discussão do território periférico como espaço de memória e a participação da própria memória como constructo social na produção territorial.

Neste capítulo, apresento os conceitos inerentes à compreensão da memória e do território periférico com atuação de Pontos de Memória como *corpus* investigativo e sua

abordagem discursiva crítica. Na seção 3, trabalhei com processos de transformações no campo museológico, sob uma perspectiva decolonial, que culminaram na elaboração de espaços propícios para a criação e desenvolvimento de Pontos de Memória e sua atuação nas comunidades. Também foi possível abordar questões voltadas para a conjuntura mundial no momento da escrita da tese, ao vivenciar a pandemia da Covid-19 e o seu impacto nas comunidades com atuação de Pontos de Memória.

Na seção 3.2, apresento um percurso teórico que discutiu questões de ideologia e poder e os processos de ruptura de dominação cultural, social e política desenvolvidos por Pontos de Memória. Este capítulo também foi o espaço para dar continuidade a discussões iniciadas na primeira parte da tese, mas que mereceram ser revisitadas. Assim, na seção 3.3, retomei e ampliei questões de identidades nas periferias e dos atores sociais. A seção 3.4 é dedicada à discussão de questões acerca da memória e esquecimento e sua relação com a linguagem. Já na seção 3.5, discuto o papel das narrativas orais de vida no desenvolvimento da pesquisa e nas representações discursivas dos atores sociais periféricos por meio da memória e da periferia como território de memória. O que permitiu projetar a periferia como um território de processos de resistências decoloniais, discutido no capítulo seguinte.

3 (RE)PENSANDO MUSEUS SOB UMA ÓTICA DECOLONIAL

Nesta seção faço uma breve discussão dos caminhos que favorecera, a implementação do Programa Pontos de Memória e sua projeção como Política Pública de memória social no Brasil. Para o mesmo, abordo pressupostos da museologia social, e de ações do Governo Federal. No capítulo 1 apresentei uma contextualização para se pensar os Pontos de Memória como *corpus* investigativo, justifiquei metodologicamente a escolha de cinco deles. Mas agora busco traçar uma linha temporal nos processos de transformações na área da museologia social que permitiram a criação de um campo propício para o reconhecimento de ações de memória social em comunidades periféricas do território brasileiro, não somente de atuação dos Pontos de Memória, mas de diversas outras iniciativas que assumem para si esse protagonismo social nos processos de evidenciação das narrativas locais como objetos de valor material e imaterial.

O escritor francês Hugues de Varine, considerado uma das principais referências internacionais em atividades na área da Museologia, apresenta em sua trajetória produtiva não somente discussões do pensamento museológico contemporâneo, mas ao mesmo tempo assume a salvaguarda de momentos importantes de processos de transformações desse pensamento. Para (re)pensar os museus em uma perspectiva decolonial, recorro às contribuições de Varine

na difusão da museologia comunitária. Reafirmo que minha pesquisa é de caráter linguístico-discursivo e faz parte da minha trajetória de formação enquanto linguista e analista de discurso.

Dessa forma, por mais que busco dialogar com diversas áreas do conhecimento preciso ter ciência do meu lugar discursivo, o qual me qualifico. Não tenho pretensões de desenvolver uma pesquisa para a Museologia, assim, proponho visitar esse universo, até mesmo para que o leitor e a leitora compreendam o meu objeto investigativo inserido em um contexto social. O campo da museologia passou e passa por constantes processos de transformações, mas a minha preocupação está em promover discussões de mudança discursiva e, conseqüentemente, sociais, no que diz respeito as representações dos atores sociais de comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória, o que justifica uma discussão da periferia como processo decolonial, que desenvolvi mais adiante, neste capítulo. Assim, me atentarei as questões que situe meu leitor e minha leitora nesse percurso que propiciou terreno para atuação dos Pontos de Memória.

Dito isso, retorno ao que quero apresentar ao recorrer Varine como ponto inicial para entender um processo decolonial dos museus, mas para isso, precisamos falar dessa colonialidade que envolve essas instituições. Para Varine:

A partir de princípios do século XIX, o desenvolvimento dos museus no resto do mundo é um fenômeno puramente colonialista. Foram os países europeus que impuseram aos não europeus seu método de análise do fenômeno e patrimônio culturais; obrigaram as elites e os povos destes países a ver sua própria cultura com olhos europeus. Assim, os museus na maioria das nações são criações da etapa histórica colonialista (VARINE, 1979, p.12).

Seguindo essa linha de pensamento, até mesmo para que o leitor e a leitora compreendam a relação hegemônica das instituições museológicas e o papel dos museus na sociedade, esse processo de análise do fenômeno e patrimônio cultural, apontado por Varine, interfere nas identidades das instituições museológicas. Uma vez que configura como um tipo de conhecimento que irá funcionar como suporte para a formação dessas identidades. Quando um museu faz com que a elite e os povos dos países não europeus veem sua própria cultura com o olhar europeu irá atuar nos processos de configurações simbólicas e ideológicas, pois contribuem para o fortalecimento de discursos já cristalizados na compreensão de Nação

perpassada por relações de dominação e abandono. A rotulação e estigmatização são estratégias de operação da ideologia²³ apontadas por Guareschi (1996, p.90).

Os objetos de um museu funcionam como encenações discursivas de grupos de atores sociais localizados no tempo e espaço, mas os processos de expô-los serão escolhas de outros grupos, a materialização dessas narrativas históricas é produzida por processos complexos e politicamente determinados de integração em um museu, mais conhecido como musealização.²⁴ Esse processo de integrar objetos e narrativas históricas em museus é, em sua gênese, construção de valores, desde que os museus sejam percebidos organicamente ligados às sociedades. Entendimento que permite a reflexão da sociedade como produtora dos valores transmitidos pelos museus.

Os museus são instituições que podem produzir valores, mas também são resultados de negociações sociais e culturais do próprio consenso sobre o que é valor, o que causa um efeito de reprodução material de hierarquias e ideologias de poder e saber. Essas hierarquias atuam diretamente na conformação do entendimento de Nação. Segundo Átila Tolentino e Mónica Franch (2017, p. 70) “No Brasil, a prática preservacionista, segundo a tendência europeia, está intimamente ligada à ideia de formação e afirmação do Estado-nação, bem como ao surgimento dos museus e de outras instituições de memória”. O papel das instituições museológicas e de memória coloniais era desempenhado no intuito de estabelecer objetivos marcados, tais como a afirmação do caráter nacional, o processo de educação do ator social e o desenvolvimento do senso estético. Para Mário Chagas (2011, p. 08),

Os “bárbaros” e os “escravos” estavam, portanto, colocados fora do alcance desse tríplice objetivo. Em outros termos, os museus da modernidade são também dispositivos disciplinares, eles individualizam seus usuários, qualificam seus visitantes e exigem saberes, comportamentos, gestos e linguagens específicas para a fruição de seus bens e aproveitamento de seus espaços.

²³ Mais adiante desenvolverei o conceito de ideologia, para o mesmo recorro aos pressupostos teóricos de Fairclough (trad. 2001), Althusser (1974) e Thompson (1995).

²⁴ ... a musealização consiste em um conjunto de processos seletivos de caráter info-comunicacional baseados na agregação de valores a coisas de diferentes naturezas às quais é atribuída a função de documento, e que por esse motivo tornam-se objeto de preservação e divulgação. Tais processos, que têm no museu seu caso privilegiado, exprimem na prática a crença na possibilidade de constituição de uma síntese a partir da seleção, ordenação e classificação de elementos que, reunidos em um sistema coerente, representarão uma realidade necessariamente maior e mais complexa (LOUREIRO, 2011, 2-3).

Os pensamentos desenvolvidos e cristalizados pelos museus e essas outras instituições de memória, permitiram a compreensão histórica dos valores produzidos por essas organizações bem como a importação colonialista do que por muito tempo configurou como a atuação da museologia no Brasil, seguindo os critérios apontados por Varine, de uma museologia que adotava os padrões europeus da compreensão do patrimônio material e imaterial sob uma visão colonial. No caso brasileiro, inicia com a criação do primeiro museu imperial, há mais de 200 anos.

Mas gostaria de chamar a atenção do meu leitor e leitora, antes de seguir com estas discussões, uma vez que abordo uma postura decolonial no pensar e fazer museológico, Vale lembrar que embora Varine é utilizado na tese para essa discussão decolonial dos museus, principalmente pelo papel que teve na mesa de Santiago, ainda assim Varine é um pensador europeu e que fala de uma realidade social europeia e de museus desse contexto. Pensar a museologia social brasileira está diretamente nos caminhos trilhados por pesquisadores locais que estabelecem essa relação entre memória social e a configuração história da América Latina. Recorro a Varine por ser, por muito tempo, referência nas discussões da museologia social, mas reafirmo a necessidade de problematizar esses atores sociais e como esses processos se dão. No entanto, reafirmo não ser o objetivo desta tese aprofundar essa discussão histórica/teórica, mas abordar os Pontos de Memória como objeto investigativo é assumir uma postura decolonial.

Aproveito que abri esta janela de diálogo para problematizar o que chamo de postura com o pensamento decolonial nas diversas áreas do conhecimento. O campo museal brasileiro vem ganhando força teórica, epistemológica e prática. Novos nomes de pesquisadores e instituições surgem para essa contribuição, talvez recorrer a Varine possa ser um equívoco, a considerar que suas postulações decorrem de um contexto europeu. Mas o campo museal brasileiro também é um espaço de reprodução de relações coloniais, mesmo aos que se propõem trabalhar de outra maneira. O trabalho com a museologia social brasileira é de apropriação e manutenção das relações de poder. São não indígenas que querem falar de uma museologia desenvolvida por indígenas, não periféricos que querem abordar a periferia, pesquisadores forjados dentro dos gabinetes universitários que querem falar de uma museologia do povo. Não que o problema esteja em fazer pesquisa no campo da museologia social, mas na contradição e reprodução de colonialidades mascaradas de museologia social.

Em relação aos Pontos de Memória, a base é uma gestão comunitária do processo e apropriação da prática museal. Historicamente, o Programa passa por processos de tentativas de apropriação da sua constituição, existe um marco institucional para isso, mas existe outro

processo que foi se dando ao longo dos anos. Este foi coletivo entre Poder Público e sociedade civil, as iniciativas que compõem os Pontos de Memória pioneiros atuaram ativamente nessa construção. Quando apresento Varine como teórico, falo da sua importância na atuação histórica, principalmente por ter participado da mesa de Santiago, não ignoro autores brasileiros, mas não colocá-los é também um posicionamento político. Não quero desenvolver teorias sobre a museologia social, mas demarcar que faço parte dela e que esta tese pode ser, mesmo que não intenciona, um ponto de referência para pensar essas práticas museológicas pelo olhar de um negro, periférico e que constrói sua formação no território. Não foi preciso recorrer a Portugal, como pesquisadores brasileiros da museologia estão fazendo, para falar de uma museologia social brasileira. Voltemos a discussão iniciada sobre as primeiras instituições oficiais de memória no Brasil.

O Museu Nacional do Rio de Janeiro atuou na continuidade política e cultural de uma metrópole distante da colônia. Agindo como modelo de produção e disseminação do conhecimento a partir de coleções organizadas e classificadas que produziam valores ou qualidade documental dos objetos em processos de musealização pautados na colonialidade. O Museu Nacional passou por diversos processos de transformações ao longo dos anos e possui grande importância social e cultural na história do Brasil, mas no dia 02 de setembro de 2018 um incêndio de grandes proporções atingiu a sede do Museu, na Quinta da Boa Vista, na cidade do Rio de Janeiro, destruindo quase a totalidade do acervo histórico e científico construído ao longo de mais de 200 anos.

Tolentino e Franch (2017, p. 71) destacam outras instituições de memória e culturais criadas pela Corte ou que surgiram no período imperial brasileiro, desempenhando o mesmo papel colonialista na museologia brasileira, são algumas delas: Jardim Botânico (1808); a Escola Real das Ciências, Artes e Ofícios, de 1816 (depois chamada de Escola Nacional de Belas Artes em 1937); o Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (1838); o Gabinete de História Natural e Etnográfico da Sociedade Filomática do Pará, em 1866 (embrião do Museu Paraense Emílio Goeldi); e o Museu Paranaense (oficializado em 1883). Essas instituições eram comprometidas com a construção de identidades nacionais, bem como das narrativas totalizantes que relatavam as nações em suas grandezas. Processo que culminou no silenciamento tanto de povos como de culturas que estavam as margens de um processo imperialista hegemônico.

Essa organização dos museus é uma forma de ação no mundo discursivamente, atuando na construção de sentidos sobre o mundo e a vida social, como aponta Fairclough (2016), ou

seja, as narrativas produzidas pelos museus têm um papel de representação da vida e do mundo social, uma vez que trabalhar com a memória é uma maneira de dar-lhes determinados sentidos, isso significa que os conhecimentos construídos sobre a vida e o mundo social são marcados pelas memórias vividas e contadas. Dessa forma, o que se apresenta sobre a vida e o mundo social por meio dos museus é resultado das narrativas dessas memórias que temos acesso, por isso da necessidade de questionar a colonialidade presente nas narrativas museológicas e perceber uma identidade nacional do entendimento de patrimônio material e imaterial brasileiros, pensar uma museologia reflexiva, voltada para suas próprias bases e estabelecendo seus próprios regimes de valores na produção dos patrimônios.

Os museus passaram por processos de transformações ao longo dos anos, transformações que envolvem a compreensão do público, acervo e seu papel social, dessa forma, suas narrativas precisam ser continuamente revistas, seus objetos revisitados e sua linguagem expositiva constantemente atualizada. Segundo Myriam Sepúlveda dos Santos (2008, p. 56),

O contexto histórico e cultural em que um museu se insere pode fazer com que o público perceba de maneira distinta um mesmo objeto. Compreendemos um museu a partir deste mundo com o qual ele se relaciona e faz trocas. Querer, no entanto, entrar na natureza de atuação sem definir o conteúdo de sua estrutura, como ela se constrói e interage com outras ordens de fenômenos, parece insuficiente. A interação entre história, memória e tempo será fundamental, uma vez que a tentativa de remontagem do que não é mais, do que já foi, por meio de marcas e signos que são os objetos guardados pelos museus, confere a estes uma linguagem peculiar.

O conhecimento produzido pelos museus coloniais concebia a civilização com marcas hierárquicas sociais e distinções culturais, tendo como base definições políticas próprias do mundo colonialista. Quando proponho questionar esse pensamento que fundou as instituições museológicas brasileiras do século XIX é no intuito de dialogar com o questionamento de Varine de que o desenvolvimento dos museus, no resto do mundo, é um fenômeno que culminou na colonização de terras não europeias, estabelecendo narrativas de compreensão do mundo que ainda ganham espaço discursivo em instituições museológicas impondo hegemonias epistemológicas. Isso faz com que instituições museológicas, no seu processo de musealização, neguem e escondam “o popular, não como um stratagem e sim como consequência do modo de funcionamento do hegemônico” (CURY, 2011, p. 18).

As últimas décadas do século XX são marcadas por uma virada epistemológica no campo museal, tanto mundial como nacional. Além do pensamento decolonial crescente na

América Latina, surgem discussões da chamada Nova Museologia, voltada na compreensão dos museus como mecanismos de mudanças sociais e afirmação comunitária. A decolonização do pensamento museológico permite processos de disputas por um maior número de atores sociais do que se compreende por museus e patrimônios. A questão principal será quem e o que irá alcançar status de memória, pois pensar o campo museológico decolonizado é permitir a materialização de atores sociais subalternizados e a composição de novos regimes de valores que possuem em sua gênese a denúncia de colonialidade imperantes.

Não é meu objetivo desenvolver uma discussão mais aprofundada desse percurso de transformações no campo museal, embora necessário, mas o que, por sua importância, merece espaço para pesquisas próprias e desenvolvidas com mais propriedade por pesquisadores da área. Trago apontamentos que fui vivenciando e discutindo desde 2009, com o início do Programa Pontos de Memória e pelos processos de formação que passei, mas reconheço minhas limitações teóricas para aprofundar essa discussão. Busquei apenas criar um terreno para que possamos pensar os museus e instituições de memória nessa perspectiva decolonial e da Nova Museologia a ponto de compreendermos os Pontos de Memória como a materialização de um pensamento que ganha espaço desde as últimas décadas do século XX. Na subseção seguinte apresento alguns caminhos da Museologia Social aos Pontos de Memória.

3.1 Da Museologia Social aos Pontos de Memória

Os museus são instituições sociais inseridas em contextos sociais, assim como a sociedade está em constante processo de movimento, de transformações, essas instituições também estão ou podem estar conectando e articulando experiências sociais distintas bem como espaços e tempos. A Lei nº 11, 904, de 14 de janeiro de 2009, responsável por instituir o Estatuto de Museus, no artigo 1º, considera os museus como sendo,

...as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento²⁵.

²⁵ BRASIL. [Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm. Acesso em: 22 de junho de 2022.

Criado em 1946, o Conselho Internacional de Museus – ICOM, com sede em Paris, é uma Organização não-governamental que mantém relações formais com a UNESCO, executando parte de seu programa para museus, tendo *status* consultivo no Conselho Econômico e Social da ONU, define o conceito de museus como “uma instituição sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o patrimônio material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite²⁶”.

Ambas definições consideram os museus como espaços de memória a serviço da sociedade, nesse sentido, cabe a essas instituições acompanharem as transformações sociais ao longo dos tempos, assim, pensar os museus em uma perspectiva decolonial é a reafirmação do não interesse de um modelo museológico que baliza um sistema que nos oprime. Compreensão que favorece o debate da perspectiva da Museologia Social, dando visibilidade a outras narrativas de memória.

As múltiplas ações, a gestão participativa comunitária, a relação estabelecida com o território, as relações comunitárias e com os diversos atores sociais conectam com os desdobramentos da Museologia Social. Mário Moutinho (1993, p. 7) aponta que o conceito de Museologia Social irá traduzir parte dos esforços de adequações “das estruturas museológicas aos condicionalismos da sociedade contemporânea”. O autor ainda afirma que tais esforços foram sintetizados pelo diretor geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco, no período de 1987 a 1999, Frederic Mayor, que na abertura da XV Conferência Geral do *International Council of Museums* – ICOM, realizada em HAIA, na Holanda, no ano de 1989 e que apresentou os seguintes termos:

...o fenómeno mais geral do desenvolvimento da consciência cultural - quer se trate da emancipação do interesse do grande público pela cultura como resultado do alargamento dos tempos de lazer, quer se trate da crescente tomada de consciência cultural como reacção às ameaças inerentes à aceleração das transformações sociais tem no plano das instituições, encontrado um acolhimento largamente favorável nos museus. Esta evolução é evidentemente, tanto, qualitativa como quantitativa. A instituição distante, aristocrática, olimpiana, abecada em apropriar-se dos objectos para fins taxonómicos, tem cada vez mais - e alguns disso se inquietam - dado lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o

²⁶ DESVALLÉES, André; Mairesse, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013. p. 64.

seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo - que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus '*sans murs*', ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna - tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica (*apud* MOUTINHO, 1993, p.7).

Esse processo de aproximação do museu ao meio ao qual está inserido e a relação orgânica com o contexto social vem suscitando a necessidade de discutir e ressignificar conceitos, noções e processos de relações institucionais e sociais. Com a abertura da participação da comunidade local ao definir as práticas museológicas a serem adotadas, a própria noção do que é patrimônio e processos expográficos se aproxima cada vez mais da comunidade, fortalecendo relações de pertença e representações nos espaços de memória.

Em “O que é filosofia?”, Deleuze e Guattari apontam que conceitos são construções ou criações. Eles “não nos esperam inteiramente feitos, como corpos celestes. Não há céu para os conceitos. Eles devem ser inventados, fabricados ou antes criados, e não seriam nada sem a assinatura daqueles que os criam”. Todo conceito “tem componentes e se define por eles”, são dotados de um “contorno irregular” e definidos “pela cifra de seus componentes”, mantendo necessariamente uma relação estreita com problemas “sem os quais não teriam sentido” (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p.13 - 27). Conceitos seriam, assim, sempre abertos e provisórios, pois, quanto mais são criados, mais se põem, e por isso mesmo são passíveis de ser “substituídos por outros... sob a condição de novos problemas e de um outro plano” (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 40).

Neste sentido, vivenciamos a construção do conceito de museologia social. A Museologia Social irá discutir essa função social dos museus, para isso, são definidos um conjunto de textos produzidos em eventos importantes no campo museal nacional e internacional. Dentro desse percurso, no ano de 1958, foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, o Seminário Regional da UNESCO, que estabeleceu a necessidade dos museus terem uma “função educativa” na sociedade. O documento resultante do seminário enfatizou possibilidades distintas na adequação dos fatores expositivos aos aspectos educativos dos museus, na tentativa de superar as barreiras de distanciamento entre os museus e seu público, evidenciando assim essa relação entre museu e educação. O seminário tinha como um dos principais objetivos “por meio do intercâmbio e da valorização profissional, contribuir para o desenvolvimento dos museus e estimular os seus programas e setores educativos” (CHAGAS e RODRIGUES, 2019, p. 13).

O seminário inaugurou uma série de outros seminários regionais que discutiram a Museologia em uma perspectiva decolonial, mas aponto três marcos do pensar a Museologia Social nessa perspectiva, são eles: A mesa redonda de Santiago do Chile, Quebec e Caracas, documentos basilares para o delineamento do fazer museal com o olhar voltado para o social no centro das práticas museológicas.

No ano de 1972 acontecia a Mesa Redonda de Santiago do Chile, um grupo de profissionais da área museológica se reuniu, a pedido da UNESCO, para discutir a importância e o desenvolvimento do museu no mundo contemporâneo. A ideia de “museu integral” surge por meio da mesa redonda, considerando os museus como espaço de ação e de concretização de processo, como “elemento integral e orgânico de uma estrutura social e cultural maior, como elo de uma corrente e não mais como uma fortaleza ou ilha com acesso restrito a um grupo pequeno de privilegiados”. (ALAN TRAMPE, 2012, p. 103) Alan Trampe, subdiretor Geral de Museus do Chile (2012, p. 103) aponta que:

Essa reunião traz à tona novamente a discussão sobre a disputa entre o museu tradicional e um novo tipo de museu. As reivindicações da nova museologia refletem-se claramente no espírito da Mesa de Santiago. Seus participantes sonham com museus permeáveis e translúcidos que favorecem o reencontro com as comunidades por meio de uma comunicação mais calcada no diálogo e inclusiva; museus que assumam a responsabilidade por questões territoriais e por novos, múltiplos e diversos patrimônios; museus que sejam reconhecidos como agentes de mudança e promotores do desenvolvimento, que deem um salto qualitativo para se tornarem plataformas sólidas de gestão com vistas a ajudar a melhorar a qualidade de vida das pessoas.

No ano de 1984, na Declaração de Quebec, no Canadá, a função social dos museus ficará marcada como característica dessa “Nova Museologia” como parte da comunidade internacional, o evento também foi responsável na reivindicação da criação, no quadro do ICOM, de um comitê internacional de Ecomuseus/Museus comunitários. O evento foi marcado por novas experiências museológicas presentes na América, responsáveis por desenhar a ideia de uma museologia que volta o seu olhar para o social no centro de sua prática. A declaração de Quebec deu origem à formação do Movimento para uma Nova Museologia – MINON, em Lisboa, mas que atuou, de maneira organizada, no âmbito da comunidade museológica

Essa mudança na visão do papel dos museus e sua relação com os espaços aos quais estão inseridos, de modo algum implica uma renúncia à importância dos museus tradicionais, pelo contrário, irá permitir um processo de evolução dessas instituições de maneira a servir a sociedade no todo, mais do que isso, permitirá a abertura de espaços para novas narrativas e

configurações como os Pontos de Memória, que têm o território das comunidades como um museu a céu aberto e as narrativas dos moradores como acervo expográfico.

3.1.1 Pontos de memória: experiências e caminhos

A linguagem é socialmente constituída, ela molda e é moldada pelo social, assim, historicamente, por meio do discurso, cada época será responsável por criar suas “verdades”, por meio de suas narrativas. Os estudos discursivos permitem com que seja possível perceber o discurso como sendo temporalmente localizado, sua produção de sentido também estará diretamente relacionada às condições sociais de produção. A grande questão é saber quais discursos serão evidenciados e o porquê.

Em meio ao contexto político atual brasileiro a História com H maiúsculo será implacável com os algozes do povo. Mas quem são os atores sociais inscritos nessa História e quem e quais são os excluídos? Essas narrativas inscritas serão responsáveis pela projeção da nação. O mesmo discurso que atuou na idolatria de líderes políticos que levaram a população ao abismo, a exemplo da Alemanha de 1933 e da Itália de 1922, com Hitler e Mussolini, atuará para que o Brasil também seja lembrado por estabelecer relações tão próximas com a morte em 2018. Esse processo, assim visto, continua um dado essencial da regulação e manutenção social, pois retomo ao meu questionamento inicial “Quais e quem são os atores sociais responsáveis por inscreverem essas narrativas na História e quais histórias serão inscritas?” Neste contexto que abordo os Pontos de Memória, suas experiências e caminhos por visibilidade das narrativas periféricas constituintes do território das comunidades e como esses atores e comunidades se reinventam e se projetam nos diversos cenários brasileiros, o social, o político e o cultural.

Se para tratar dos Pontos de Memória foi necessário abordar transformações no campo museal que voltassem o olhar para a função social dos museus e instituições de memória. Isso se deu pela maneira como o Brasil e o mundo são interpretados nas instituições acadêmicas brasileiras de ensino, copiamos um pensar europeu e americano, não que eu queira com isso dizer que se trata de uma recusa dos pensamentos de outros países, mas evidenciar que há uma maneira própria de ver a si mesmo e o mundo. Despertar no Brasil suas forças para compreender o mundo e melhorar o país. Parece ousado dizer que os Pontos de Memória cumprem esse papel, ou até mesmo fazer com que recaia sobre essas comunidades o peso de uma responsabilidade tão grande, mas estamos vivenciando o desmanche de muita coisa, o que ao mesmo tempo, nos dá força para o enfrentamento dessa tarefa. Os Pontos de Memória, ao projetarem discussões no campo da memória social, evidenciam essa urgência do olhar para o povo e suas

necessidades que não sejam somente materiais, o povo é a essência constituinte da nação, a maneira como discursos e relações hegemônicas são evidenciados é um convite à análise crítica e a constituição do pensamento intelectual brasileiro e sua universalização.

A memória como direito dos territórios periféricos sempre esteve em segundo plano, mesmo fazendo parte dos processos que permeiam as lutas pela garantia e manutenção dos direitos básicos. O Poder Público atua na ideia de que o avanço e o bem-estar social na periferia está em mensurar quantos centímetros de córregos são canalizados, quantas ruas são pavimentadas, se o transporte público atende a população local, ações que são úteis à existência material do cotidiano dessas comunidades, mas é como se cada coisa dessa pudesse ser entendida separada de um modo de viver que cria crenças que são materiais, crenças culturais, políticas e sociais. Mas esse mesmo modo irá desenvolver ações com o intuito de remediar essas crenças, mas de forma insuficiente e fragmentada e somente as materiais. Assim, o próprio Estado se omite das outras necessidades, as políticas, culturais e sociais, das quais conformam à vida nas periferias.

O poeta Mario Quintana aponta que “O passado não reconhece o seu lugar: está sempre presente”. Recorro a esse fragmento poético para pensar essa relação da história recente brasileira e a periferia, seus moradores e sua constituição histórica. Interesses cristalizados a respeito da luta da periferia por garantia e manutenção dos direitos essenciais básicos, produzem convicções distorcidas arraigadas e serão responsáveis por manterem estereótipos que irão ultrapassar os limites simbólicos, incidindo sobre os demais aspectos das relações sociais do território. Talvez, por isso, por menor que seja um processo de percepção da memória como direito e ações que culminam para sua garantia como vontade política, por menores que sejam, sempre deu lugar a expressões veladas ou ostensivas de ressentimentos contra a periferia como território de memória.

Para Castells (1999, p.79):

As pessoas se socializam e interagem em seu ambiente local, seja ele a vila, a cidade, o subúrbio, formando redes sociais entre seus vizinhos. Por outro lado, identidades locais entram em interação com outras fontes de significado e reconhecimento social, seguindo um padrão altamente diversificado que dá margem a interpretações alternativas.

Já cheguei a apontar aqui que os Pontos de Memória constituem uma rede entre si, essa rede inclusive justificaria minha abordagem em um Ponto de cada região do Brasil, pois considero que por mais diversa que a periferia possa parecer dentro dela mesma, é ainda mais

no território brasileiro, mas seus processos de resistência e sua luta cotidiana por visibilidade constitui o fio para tecer essa rede. Essa abordagem busca estabelecer esses processos identitários apontados por Castells na interação e reconhecimento social. O autor ainda aponta que “pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal” (1999, p. 79).

Será justamente esse sentimento de pertença que quero evidenciar, ele está diretamente relacionado ao entendimento e relações estabelecidas com o território, que ainda irei discutir neste capítulo, mas que por hora, considero importante dizer que as ações desenvolvidas pelos Pontos de Memória estão diretamente relacionadas com esse sentimento de pertença do território no processo de estabelecer identidades das periferias e do ator social periférico, em uma perspectiva de mobilização social, que irá fortalecer essa rede de interesses comuns e reconfiguração de significados. Nesse sentido, Castells (1999, p. 79) aponta três conjuntos de metas principais, são eles: “necessidades urbanas de condições de vida e consumo coletivo; afirmação da identidade cultural local; e conquista da autonomia política local e participação na qualidade de cidadãos”.

Os Pontos de Memória, ao trabalharem com esses três conjuntos, atuam nas configurações de uma memória coletiva comunitária, tanto local, nos limites da comunidade, como nacional, refletindo essa rede de memória, e atuando na produção de significados nos processos de resistência da periferia e da atuação da memória como direito e vontade política, uma vez que essa relação está engendrada nas relações hegemônicas que envolvem a periferia, o ator social periférico e a manutenção de direitos básicos.

Falar dos Pontos de Memória, suas experiências e possibilidades de caminho talvez seja a parte na tese que mais se distancia do discurso do pesquisador para que seja evidenciado o discurso do morador periférico, do militante, do negro, homossexual, do pertencente a diversos grupos sociais minoritários e que constrói uma trajetória na carreira acadêmica. Seria esse o ponto fraco da minha pesquisa? Não demarcar essas fronteiras. Ou seria também o ponto forte? Mas não necessariamente precisaria dessa definição, não sendo um ou outro, mas transitando entre os dois, a ponto de constituir a essência da minha escrita. O fato é que também é uma das maiores oportunidades de trazer para o texto o meu olhar como alguém de dentro, não foi nenhum pesquisador que acompanhou a construção do Programa como uma política pública de memória social no Brasil e escolheu o que poderia e deveria ser dito em um trabalho. Mas alguém que contribui na construção desse processo, também faço minhas escolhas do que pode

e deve ser dito, mas a minha voz, nesse momento, ecoa mais na periferia e nos atores sociais que constroem este espaço como um território de memória, mas também se forma pesquisador.

Viajei pelas cinco regiões do território brasileiro, em cinco grandes capitais e pelos cinco Pontos de Memória que constituem o *corpus* da minha pesquisa. Apresentei no capítulo contextual minha relação com os Pontos de Memória, os diversos espaços que transitei, agora, não antecipando uma análise dos dados, mas registrando também o meu olhar e minha trajetória, venho falar do que consigo perceber como possíveis caminhos e reflexos das ações dos Pontos, não das ações que configuram sua trajetória pois essa estará presente nos capítulos analíticos, mas da atualidade do momento da escrita da tese.

Uma tese é construída acessando metodologias de geração de dados diferentes que irão permitir contemplar o objeto de estudo por várias perspectivas, é fundamentada por teorias consistentes que conferem seu caráter científico além de propor alguns aspectos inovadores no seu desenvolvimento. Esse questionamento não foi simples e identificado desde o início, responder a pergunta “Qual a inovação da minha tese?”, pode não ser algo tão fácil. O trabalho é processual, vai se moldando na caminhada, identificamos que uma abordagem pode ser melhor que outra, amadurecemos nossas discussões teóricas, lidamos com contratemplos que não são possíveis de imaginar que passaríamos por eles. Mas uma tese também é construída por um pesquisador, alguém comum com uma história de vida. Desenvolver uma pesquisa não é simplesmente seguir um cronograma de trabalho, analisar dados e sentar para escrever. Lidamos com nossas angústias, que não são poucas.

No processo de escrita da minha tese passei por diversas situações, algumas boas e outras nem tanto, mas todas contribuíram para sua realização. No primeiro semestre de 2020 o mundo estava passando por algo que jamais imaginei vivenciar, um surto de coronavírus (SARS-CoV-2), responsável pela Covid-19. Desde que os primeiros casos foram noticiados houve uma preocupação frente a uma doença que se espalha rapidamente em diversas regiões do mundo, com impactos diversos também.

Os desafios no enfrentamento da propagação e contenção do vírus são intensos, mas diversos setores sociais não estavam preparados para os impactos provocados por uma pandemia de coronavírus. Recomendações da OMS e do Ministério da Saúde do Brasil, dentre outras organizações nacionais e internacionais têm sugerido, incisivamente, ações de distanciamento social para que evitem ao máximo a circulação do vírus e, assim, um maior número de infectados.

O processo de contingência da pandemia de Covid-19 não possui escalas somente epidemiológicas, mas com impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história das epidemias. Os dados crescentes de infectados e mortes desnudam diversos outros problemas sociais que vão desde o impacto nos sistemas de saúde, hábitos culturais de higienização, evidencição de populações e grupos sociais vulneráveis, passando também por questões de saúde mental da população em tempos de confinamento, a sustentação econômica das pessoas, o temor pelo risco de adoecimento e possível morte, e até mesmo o acesso aos bens essenciais como alimentação, por exemplo.

Mas quais as implicações da pandemia na escrita da tese a ponto de merecer um espaço no texto destinado a problematizá-la? Quais relações são estabelecidas com o objeto de estudo? Apontar os impactos sociais causados pela Covid-19 é pensar diretamente nas comunidades de atuação dos Pontos de Memória, nas suas diversas configurações, nos atores sociais presentes e não somente nas questões epidemiológicas. É reafirmar a importância da discussão inicial do capítulo ao (re)pensar o campo museológico sob uma ótica decolonial. Metaforicamente é perceber como a periferia tem dado conta de desenrolar o fio da vida. O mesmo se aplica ao processo de escrita da tese, não dá para lidar com as narrativas das comunidades periféricas como algo não fluido, mesmo que os dados já tenham sido gerados. Em uma perspectiva linguística, a concretização da tese é o jeito como faço escolhas para poder dizer do meu olhar sobre as pessoas, sobre a linguagem e a sociedade.

No caso dos Pontos de Memória o impacto da pandemia está na configuração social dos territórios periféricos. Tanto no que diz respeito ao contágio como no número de mortes. As condições de propagação do vírus envolvem componentes que são ambientais, a periferia passa por questões de falta de saneamento básico, forte concentração de trabalho sem vínculos formais de emprego, como no caso das feiras a céu aberto da Terra Firme, Jacintinho e Estrutural ou a concentração do comércio no Taquaril ou Lomba do Pinheiro. Está também nas condições do local e estrutura das moradias, dentre outros fatores presentes nas periferias que conformam condições propícias à propagação do vírus, bem como uma maior letalidade.

As lideranças comunitárias dos territórios com atuação de Pontos de Memória estão atuando nas comunidades para cuidarem da sobrevivência e em formas de repensarem o coletivo. Esse território sempre foi estigmatizado socialmente, por isso da necessidade da atuação dos Pontos de Memória e da discussão da memória como direito e como vontade política. A memória será manifestada nos processos de resistência, na ação dos atores sociais de se inscreverem na história local, nesses registros dessas memórias de lutas contra uma

política de morte e a escolha, por meio dessa política, de quem vive e de quem morre. A periferia sempre foi o local de moradia do “bandido bom é bandido morto”, dos estigmas que seus moradores enfrentam e que ganham novos contornos na atual conjuntura da pandemia da Covid-19.

Discutir os Pontos de Memória como experiências e caminhos é tratar do ser e existir da periferia e dos atores sociais periféricos a partir de um novo enfoque que busca lutar contra essa política de morte que sempre existiu nas periferias, mas que apresenta outras proporções impostas pela pandemia de coronavírus, pelo controle do Estado e principalmente, do que, historicamente, sempre foi imposto à ela: o local da falta, do contraste entre seu território e áreas consideradas nobres e por uma pandemia que chegou, não somente, mas por meio de elite financeira brasileira, somada ao descaso do poder público em ações de contingência e para amenizar algo inevitável, ao pensarmos a propagação mundial de uma pandemia que vem impactando de forma diferente as periferias. Essa discussão não poderia ficar de fora da tese, pois como disse no início, antes mesmo de ser um pesquisador, venho e sou esse ator social periférico que resolveu não ser mais uma estatística ruim da periferia, mas lutar, com o meu saber, contra essa política de morte. Tanto com a minha história, como com as diversas histórias e vozes que evidencio com a elaboração da tese, pois esse é o nosso grito de alerta.

Nesse sentido, na seção seguinte abordarei questões de ideologia e poder, por compreender que perpassam a tessitura das configurações sociais e territoriais das periferias brasileiras e por ajudarem na percepção do que abordei anteriormente, tanto com questões voltadas para o impacto e combate à pandemia, como para outras relações historicamente arraigadas nesses territórios. A pandemia da Covid-19 é mais um evento com impactos diretos nas periferias, mas o problema maior está presente nas estruturas sociais, na relação entre Estado e sociedade civil. Mais que criar condições de enfrentamento de eventos que afetam, de maneira desigual, os territórios periféricos, é preciso criar estratégias de combate a essas estruturas de relações ideológicas e de poder que contribuem na perpetuação do estigma social desses territórios.

3.2 Ideologia e poder: rupturas de dominação cultural, social e política por Pontos de Memória

O poder público possui como missão “sustentar a infra-estrutura organizacional indispensável ao funcionamento de toda a sociedade urbana complexa” (WACQUANT, 1997, p. 168). No entanto, é perceptível que camadas sociais irão depender do papel do Estado na

garantia do exercício de sua cidadania, principalmente no que tange a recursos econômicos, culturais e políticos. Os Pontos de Memória buscam formas dialógicas e, por isso, solidárias dessas experiências. A periferia parece apresentar duplo sentido, a partir de olhares diferenciados: um campo de disputa a ser constantemente marginalizado como o lugar da falta, mas ao mesmo tempo um território que ressignifica memórias e sentidos de uma temporalidade.

Nos configuramos como uma sociedade que banaliza cada vez mais a morte, parece que somos capazes de matar duas vezes ou mais. Pois não me refiro somente da morte como a perda da vida, mas de como a vida é banalizada socialmente. Nos matamos como sociedade e isso, aparentemente é normal. Está presente quando presenciamos a violência racial no nosso país, quando não sabemos e nada é feito efetivamente para descobrir quem matou Amarildo ou Marielle, quando vemos crianças como Ágatha assassinadas por balas perdidas, quando vemos mulheres negras, como Claudia que foi arrastada por 350 metros por uma viatura da Polícia Militar, na zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Cultuamos a morte com os museus incendiados, quando matamos ecossistemas com rejeitos minerais²⁷.

Nos matamos como sociedade até quando é negado o legado de Paulo Freire, quando a ciência é atacada, as Universidades públicas e os professores. Mas a periferia é, por excelência, o local de luta para matar a morte em uma sociedade que vivencia a elaboração autoritária de um passado negacionista que apaga a ditadura militar, lugar de jovens negros estrangulados por seguranças, também negros, de supermercados. Quando digo que a periferia é o lugar por excelência de luta para matar a morte, não o faço de maneira pretenciosa, mas com o intuito de reafirmar que sempre foi o território mais afetado por essas questões. A periferia constantemente precisou lutar contra tudo o que apresentei anteriormente e, de certa maneira, é

²⁷ Os exemplos citados são casos reais que aconteceram no Brasil. Amarildo de Souza, no dia 14 de junho de 2013, foi assassinado por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora – UPP, da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Marielle Franco era vereadora quando na noite do dia 14 de março de 2018 foi executada a tiros com o seu motorista, Anderson Gomes. Agatha Vitória, de 8 anos, foi alvejada por um disparo efetuado pela Polícia Militar, na comunidade da Fazendinha, Complexo do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2019. Claudia Silva Ferreira, na manhã do dia 16 de março de 2014, morreu, vítima de uma operação policial Militar do Rio de Janeiro, no Morro da Congonha, na Zona Norte do Rio de Janeiro. O incêndio no Museu Nacional foi um incêndio de grandes proporções que atingiu o Museu Nacional na Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro, na noite de 2 de setembro de 2018. O rompimento da Barragem de Fundão, na cidade mineira de Mariana, ocorreu na tarde do dia 5 de novembro de 2015, no subdistrito de Bento Rodrigues e causou o maior impacto ambiental da história Brasileira. O rompimento da barragem do Córrego do Feijão, na Mineira de Brumadinho, em 25 de janeiro de 2019, foi o maior acidente de trabalho no Brasil em perdas de vidas humanas.

o local mais afetado. O Brasil normatizou e segue normatizando colonialidades ao estabelecer suas memórias oficiais em um processo opressor das classes populares.

Essas reflexões são necessárias em diversos âmbitos, mas recorro aqui para que meu leitor e minha leitora possam acompanhar comigo discussões sobre ideologia e poder que irão perpassar a compreensão dos Pontos de Memória como objeto analítico, em uma perspectiva discursiva crítica. Essa discussão não poderia faltar, uma vez que proponho como questão de pesquisa identificar como as pessoas conformam relações sociais territoriais em torno da memória como direito e vontade política e como questões de poder e ideologia são percebidas nos discursos desses atores sociais. Não pretendo esgotar as discussões, uma vez que serão retomadas na terceira parte da tese, destinada aos capítulos analíticos.

Fairclough (2016, p. 122) apresenta ideologias como:

...significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação.

Para Althusser (1974, p. 96) o efeito que será característico da ideologia está na imposição das evidências “que não podemos deixar de ‘reconhecer’ e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no silêncio da consciência): é evidente! É exatamente isso! É verdade!”. Podemos ver pontos de divergência entre os autores, uma vez que Fairclough (2016, p. 122) irá apontar que “a marginalização da luta, da contradição e da transformação” são limitações na teoria de Althusser ao perceber a ideologia como um “cimento social universal” no sentido de uma imposição unilateral como também um processo de reprodução de uma ideologia dominante.

Esse é um dos pontos principais na definição de ideologia nos estudos analíticos discursivos abordados na Teoria Social do Discurso, desenvolvida por Fairclough pois a eficácia das ideologias embutidas nas práticas discursivas não deve ser enfatizada e nem detentora do *status* de senso comum. Pois será por meio da transformação que os processos de luta ideológicas serão dimensionadas na prática discursiva. Por isso não cabe a metáfora do cimento social desenvolvida por Althusser, pois a ideia de cimento é algo rígido e que não permite a transformação, pois está imóvel. Já nos estudos discursivos apresentados por Fairclough os processos de transformações constituem lutas ideológicas nas práticas discursivas que atuam “para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto

da reestruturação ou da transformação das relações de dominação” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 122).

Nesse sentido, para Fairclough, os atores sociais possuem a capacidade de serem agentes de suas “próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos”, incluindo a possibilidade de “reestruturar práticas e estruturas posicionadoras” (2016, p. 126). Assim, as condições sociais irão estabelecer o papel dos atores sociais como “efeitos ideológicos” e/ou como agentes nas relações de dominação. A realização dessa pesquisa busca evidenciar esses processos nas periferias brasileiras de atuação de Pontos de Memória, não como um cimento social, conforme apresentado por Althusser, pois acredito que os atores sociais dessas comunidades, ao perceberem a memória como direito e voltarem suas ações para sua promoção como vontade política, buscam, por meio de suas narrativas, promoverem processos de transformação social.

Assim, para a realização da minha tese, a ideologia pode ser estabelecida como uma “argila social”, o oleiro são as mãos dos atores sociais das comunidades periféricas que irão moldar, conforme suas vivências e relação com o território como espaço de memória, o barro ideológico. O resultado será coletivo, mas pode ganhar formas cada vez mais diferenciadas de acordo com o interesse das mãos que o moldam. Essa perspectiva compreende que práticas sociais discursivas incorporam significações que podem ou não contribuir na manutenção ou reestruturação de relações de poder, mas compreende ainda mais que os atores sociais são capazes de transcenderem ideologias. Por isso a importância de evidenciar as práticas discursivas de atores sociais de comunidades periféricas como processos de transformação social ao se reconhecerem agentes dos processos de transformação e a comunidade como território de memória e, por isso, como espaço de disputas.

Não quero aqui antecipar processos analíticos da tese, farei o máximo para deixá-los para a terceira parte, destinada às análises. Mas também é impossível não trazer minhas percepções na tentativa de aproximar o objeto analítico aos percursos teóricos e metodológicos de construção da pesquisa. Compreendo que o terceiro capítulo não busca aprofundar discussões teóricas, essas serão desenvolvidas e aprofundadas no quarto capítulo, mas não tem como não reconhecer a importância dessas discussões apresentadas para que eu possa dar conta dos objetivos e questões de pesquisa propostos. Vejo que a elaboração deste capítulo é tão importante quanto o teórico, por isso está inserido na segunda parte da tese, uma vez que evidencia o caráter transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica, discussão que apresento no próximo capítulo.

Dito isto, volto à discussão que quero apresentar de ideologia e sua relação com os estudos críticos discursivos. Fairclough se aproxima muito da abordagem apresentada por Thompson (2011, p. 19):

Como pessoas, nós estamos imersos em conjuntos de relações sociais e estamos constantemente envolvidos em comentá-las, em representa-las a nós mesmos e aos outros, em verbalizá-las, em recriá-las e em transformá-las através de ações, símbolos e palavras. As formas simbólicas através das quais nós nos expressamos e entendemos os outros não constituem um outro mundo, etéreo, que se coloca em oposição ao que é real: ao contrário, elas são parcialmente constitutivas do que em nossas sociedades é 'real'. Concentrando o estudo da ideologia no terreno das formas simbólicas contextualizadas, para as maneiras como as formas simbólicas são usadas para estabelecer e sustentar relações de poder, estamos estudando um aspecto da vida social que é tão real como qualquer outro. Pois a vida social é, até certo ponto, um campo de contestação em que a luta se trava tanto através de palavras e símbolos como pelo uso da força física.

O autor apresenta as formas simbólicas nos contextos sociais e em circulação no mundo social. Aponta que estão sempre inseridas em contextos sociais estruturados e “podem carregar os traços, de diferentes maneiras, das condições sociais de sua produção (2011, p. 193). Nesse sentido, as formas simbólicas além de serem expressões para atores sociais, tais como ações e falas, imagens e textos escritos, elas são produzidas e reconhecidas por eles e por outros e “pode depender dos recursos e capacidades que eles são aptos a empregar no processo de interpretá-la (2011, p. 193). Para tratar das formas simbólicas enquanto fenômenos sociais, Thompson (2011) aponta um processo de troca entre os atores sociais que requer “certos meios de transmissão”.

A teoria desenvolvida por Thompson tem como foco a reorientação do estudo da ideologia para as múltiplas e diferentes maneiras de uso, a serviço do poder, das formas simbólicas em sociedades ocidentais modernas ou contextos sociais situados em diferentes pontos no tempo ou no espaço. Relações de classe não serão as únicas formas de dominação e subordinação, pois existem “relações de poder sistematicamente assimétricas que estão baseadas em fatores diferentes dos de classe – que estão baseadas, por exemplo, em fatores de sexo, idade, origem étnica – e parece-me essencial ampliar o marco referencial para análise da ideologia para dar conta desses fatores” (2011, p. 127).

O significado das formas simbólicas pode ser observado em aspectos interacional, convencional, estrutural, referencial e contextual. Este último aspecto sugere a inserção das formas em contextos e processos socialmente estruturados. O que Thompson evidencia é que a teoria geral da reprodução social organizada pelo Estado e legitimada pela ideologia, ao dar

ênfase às relações de classe estruturam o campo ideológico fundamentalmente em processos ideológicos de classes dominantes, marginalizando outros processos de dominação. No caso dos Pontos de Memória, não são negados os ideológicos voltados para questões de classes, mas não limitados a eles, pois a própria disputa pelo território e sua marginalização configuram-se como um tipo de dominação.

Thompson atribui a tarefa da interpretação da ideologia na exploração das interconexões entre “o significado mobilizado pelas formas simbólicas e as relações de dominação que este significado pode fortalecer em contextos específicos (2011, p. 410). Assim, distingue cinco modos de operação da ideologia e estratégias típicas de construções simbólicas a eles associadas, as quais apresento aqui e desenvolvo aplicadas nos capítulos analíticos. Os modos gerais e suas estratégias específicas são: a) legitimação (racionalização, universalização, narrativização); b) dissimulação (deslocamento, eufemização, tropo); c) unificação (estandardização/padronização, simbolização da unidade); d) fragmentação (diferenciação, expurgo do outro); e) reificação (naturalização, eternalização, nominalização/passivização). Ressalto que cada estratégia pode servir a outros propósitos.

A legitimação considera que relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas ao serem representadas como legítimas. Afirmações de legitimação podem estar baseadas nos fundamentos racionais, apelando à legalidade de regras dadas; fundamentos tradicionais, apelando à sacralidade de tradições imemoriais; e fundamentos carismáticos, apelam ao caráter excepcional de uma pessoa individual que exerça autoridade (WEBER, *apud* THOMPSON, 2011, p. 82). Uma estratégia típica da legitimação é a *racionalização* “o produtor de uma forma simbólica constrói uma cadeia de raciocínio que procura defender, ou justificar, um conjunto de relações, ou instituições sociais e com isso persuadir uma audiência de que isso é digno de apoio” (THOMPSON, 2011, p. 82-83). A *universalização* é outra estratégia e consiste em “acordos institucionais que servem aos interesses de alguns indivíduos são apresentados como servindo aos interesses de todos” (2011, p.83). A *narrativização* também apresenta exigências de legitimação, mas “essas exigências estão inseridas em histórias que contam o passado e tratam o presente como parte de uma tradição eterna e aceitável” (2011, p.83). O autor chama a atenção pelo fato de tradições serem inventadas, muitas vezes, para “criar um sentido de pertença a uma comunidade e a uma história que transcende a experiência do conflito, da diferença e da divisão” (2011, p.83). Eric Hobsbawm (1984, p.9) diz que o conceito de tradição inventada refere-se “a um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas ou abertamente aceitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica, visam

inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado”.

A dissimulação implica ocultação, negação ou obscurecimento das relações de dominação ou, ainda, sua representação de uma forma que desvia nossa atenção ou abafa relações existentes. A estratégia do *deslocamento* faz referência a um termo utilizado para determinado objeto ou pessoa, mas usado para se referir a outro “e com isso as conotações positivas ou negativas do termo são transferidas para outro objeto ou pessoa” (2011, p.83). A *eufemização* é outra estratégia a qual “ações, instituições ou relações sociais são descritas ou redescritas de modo a despertar uma valoração positiva. Outra estratégia da ideologia como dissimulação é apresentada por Thompson como *tropo*, compreendido como “o uso figurativo da linguagem ou, mais em geral, das formas simbólicas” (2011, p. 84). O emprego de sinédoque, metonímia e metáfora, são apontadas como os tipos mais comuns de tropo, e pode servir para dissimular relações de dominação.

Na unificação, as relações de dominação são sustentadas por meio da construção simbólica de uma forma de unidade que irá interligar os indivíduos em uma identidade coletiva. Esse processo independe tanto das diferenças ou até mesmo das divisões que de alguma maneira possa separá-los. A *padronização* se configura como uma de suas estratégias, nela, formas simbólicas “são adaptadas a um referencial padrão, que é proposto como um fundamento partilhado e aceitável de troca simbólica” (2011, p. 86). A *simbolização da unidade*, outra forma de estratégia, atuará na construção de símbolos de unidade, de identidade e identificação da coletividade.

A fragmentação é um quarto modo através do qual a ideologia pode operar e está relacionada à segmentação e não unificação das pessoas em uma coletividade, principalmente pessoas e grupos que de alguma maneira possam representar alguma ameaça aos grupos dominantes. Nesse sentido, a *diferenciação* se configura como uma estratégia, e está voltada a “ênfase que é dada às distinções, diferenças e divisões entre pessoas e grupos, apoiando as características que os desunem e os impedem de constituir um desafio efetivo às relações existentes, ou um participante efetivo no exercício do poder” (2011, p.87). *Expurgo do outro* é denominada outra estratégia da fragmentação e consiste na construção de um inimigo retratado como mau, perigoso, ameaçador, podendo ser interno ou externo, e as pessoas são chamadas para resistir de forma coletiva ou até mesmo expurga-lo.

A *reificação* é o quinto modo de operação da ideologia apresentado por Thompson, nela, “relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal” (2011, p. 87). A estratégia de *naturalização* aponta que criações sociais e históricas podem ser vistas como acontecimentos naturais. Já na *eternalização*, privam-se os fenômenos sócio-históricos de seu caráter histórico, apresentando-os como permanentes, imutáveis e recorrentes. O que faz com que sejam cristalizados na vida social sem que haja qualquer questionamento de sua origem e/ou finalidade. Thompson enfatiza que esses não são os únicos modos de operação da ideologia, podendo sobreporem-se e reforçarem-se mutuamente.

O que destaco como importante na abordagem de Thompson e que dialoga com os estudos da Análise de Discurso Crítica é essa compreensão de que processos de operação da ideologia estão além das divisões de classe, fator importante para responder como são conformadas relações sociais territoriais em torno da memória como direito e vontade política e como questões de poder e ideologia são percebidas nos discursos de atores sociais de comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória.

Apesar de algumas estratégias desenvolvidas por Thompson estarem tipicamente associadas a determinados modos, podem servir a outros propósitos tanto quanto os modos de operação da ideologia que foram apresentados podem ser atualizados de outras maneiras. Esse processo permitirá a compreensão das identidades sociais periféricas significadas e ressignificadas no território de memória das comunidades e na representação dos atores sociais. Assim, na próxima seção, apresento uma discussão do papel das identidades no desenvolvimento da pesquisa.

3.3 Ressignificando configurações identitárias periféricas

Fairclough (2001, p. 95) define o discurso como “uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado”. Nesse sentido, a linguagem como discurso é percebida como interação e um modo de produção social que contribui na reelaboração, significação e ressignificação de identidades sociais. Se o mundo é constituído e construído em significado, o discurso também será responsável pelas posições dos atores sociais e a maneira como se representam discursivamente.

Como objetivo principal da tese, proponho investigar e analisar o discurso relacionado às identidades e às representações dos atores sociais do Programa Pontos de Memória em seu processo de ressignificação das relações territoriais por meio da memória social. Para isso, assumo a posição adotada por Fairclough (2016) com base nos estudos de Foucault (1972) a respeito do papel do discurso na constituição dos atores sociais, evidenciando questões de subjetividade, identidades sociais e domínio do eu. O que me leva a compreender que os atores sociais não entram em práticas e processos de interação social com identidades sociais pré-estabelecidas e que somente irão afetar sua prática, pelo contrário, assumo o entendimento de que essas identidades também são afetadas pela prática e interação social.

Posição basilar para a compreensão das identidades tanto do ator social periférico e da periferia como território de memória, uma vez da compreensão da memória como direito e vontade política. As identidades sociais dos atores sociais dos Pontos de Memória afetam a maneira como se representam discursivamente, mas também afeta e molda essas identidades periféricas que buscam não reproduzirem ideologias e representações do periférico como marginalizado e da periferia como o lugar da falta, mas ambos perpassados por direitos. Uma teoria “expressiva da subjetividade no discurso permite que ele seja considerado como uma dimensão secundária da prática social, ao contrário de uma teoria constitutiva” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 72 - 73).

A posição que assumo com a realização da tese considera que os atores sociais das comunidades periféricas com atuação de Pontos de Memória são moldados por suas práticas discursivas, mas também remodelam e reestruturam essas práticas, conforme apresentado na seção anterior a qual abordei alguns modos de operação da ideologia. Os usos da linguagem afetam e moldam as identidades sociais do ator social periférico, apresento como alguns autores trabalham com a conceituação de identidades para definir o conceito que me aproprio no desenvolvimento das análises na terceira parte da tese.

As sociedades contemporâneas passam por diversas mudanças que têm provocado transformações nos processos de compreensão das identidades de atores sociais. Processos de auto-percepção identitárias são desenvolvidos (GIDDENS, 1991) e coexistem com velhas e novas identidades (HALL, 1997) e com a fragmentação dessas identidades (HALL, 2003; MOITA LOPES, 2002). Os processos de globalização justificam um pouco essas mudanças nas sociedades contemporâneas. Pode ser entendida como procedimentos de interconexão do mundo em realidade e experiência. O termo globalização é apresentado como uma gama de “processos e forças de mudança, atuantes numa escala global que atravessam fronteiras

nacionais, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo, em realidade e experiência, mais interconectado (HALL, 2000, p. 67). A discussão estabelecida acerca da globalização vincula-se à sua relação e influência sobre as identidades culturais, ou seja, a forma como as identificações globais deslocam e, por vezes, apagam identidades nacionais.

Hall (2007) colocará que a globalização produz deslocamentos variados e contraditórios e que, embora de forma paulatina, a globalização pode estar contribuindo para o descentramento do Ocidente. Para Milton Santos (2005), a fragmentação é uma característica da globalização por expressar particularismos econômicos, étnicos e raciais. O que faz com que seja necessário o estudo dos lugares de modo a compreender suas possibilidades de interação, pois será no lugar que as identidades se apropriarão de dimensões que são simbólicas e materiais, em processos de combinações de matrizes globais, nacionais, regionais e locais.

As discussões da globalização seguem as categorias de tempo/espaço, no âmbito do sistema-mundo, na pós-modernidade voltadas aos conceitos de nação, mercado mundial e lugar. Mas chamo a atenção para o lugar que ocupa os Pontos de Memória, a periferia tida como o micro, o território do cotidiano do ator social periférico, que em grande parte está excluído desse mundo global, da unicidade de informações.

Ao abordar a importância da identidade, Hall (2011) ilustra que o sujeito do iluminismo tinha como base o conceito de centralidade na pessoa humana e sua racionalidade. Já o sujeito sociológico seria caracterizado por sua capacidade de interação com o mundo e o sujeito pós-moderno seria composto por várias identidades. Ao tratar das características de mudança da modernidade tardia, em especial a globalização, enfatiza que as sociedades modernas não contam com um centro articulador e organizador que Laclau chama de “deslocamento”. Neste sentido, o conceito de identidade pós-moderna passa a ter caráter diferenciado em relação à identidade iluminista e sociológica, já que desarticula estabilidades e possibilita o surgimento de novas identidades que, na visão do autor são abertas, contraditórias, plurais e fragmentadas.

Diversos autores abordam a identidade por prismas diferentes. Giddens (2002) apresenta a ideia de autoidentidade considerando-a como o próprio ser e não como algo que o diferencia do restante das pessoas, como uma “reflexividade da modernidade que se estende ao núcleo do eu” (p. 37). Outros autores irão trabalhar com a identidade em uma perspectiva que envolve uma coletividade ligada a sistemas culturais específicos. Zygmunt Bauman (2005) aborda a identidade em um processo contínuo de construção, permanecendo assim, sempre incompleta,

pois a modernidade gerou um mundo fluido onde identidades são desfeitas com facilidades ao acompanharem o ritmo da modernidade líquida. Para Hall (2002) como nosso mundo é considerado pós-moderno, nós somos também "pós" relativamente a qualquer concepção fixa de identidade. Deivid Harvey (2000) irá acrescentar que mudanças no campo das Ciências Sociais não passam despercebidas e apontam para processos de transformações radicais acontecendo no âmbito da prática acadêmica, na mudança de estruturas de poder e o próprio estatuto do saber é questionado, mas também na organização da sociedade concreta na pós-modernidade.

Outra abordagem sobre a discussão do conceito de identidade é apresentada por Castells (1999) e acredito ser a que mais se aproxima da proposta das representações identitárias discursivas dos atores sociais de comunidades com atuação de Pontos de Memória, por sua ênfase na relação entre identidade e ação social. Castells (1999, p. 22) apresenta uma reflexão sobre o caráter múltiplo e fragmentário da identidade e, empiricamente, analisa como os atores sociais podem sustentar múltiplas identidades. No que diz respeito aos atores sociais, o autor entende por identidades “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(ais) prevalece(m) sobre outras fontes de significado” (1999, p. 22).

O autor reconhece que identidades são construídas, mas a questão diz respeito ao “como, a partir de quê, por quem, e para quê isso acontece” (p.23). Esse processo de construção de identidades se valerá da matéria-prima fornecida “pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e revelações de cunho religioso” (p.23) como apresentados no início do capítulo. Mas esses materiais, embora sejam fornecidos por todas essas instituições, grupos e áreas, eles são processados pelos atores sociais, grupos e sociedades. A reorganização do significado se dá “em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados em sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espço” (p.23). Castells propõe três categorias de identidades constituídas em processos de relações de poder: legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora é detentora de poder e corresponde a das instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais (CASTELLS, 1999, p. 24). Pensando o contexto dos Pontos de Memória, as identidades legitimadoras estão representadas nas duas dimensões da pesquisa, uma vez que o processo de agenciamento está no Governo, ao instituir o Programa Pontos de Memória e ao

dizer o que deve e não deve ser considerado como memória social a ponto de aderir ao Programa, mas também está nas organizações sociais dos conselhos gestores dos Pontos de Memória, que reconhecem que abordam um olhar sobre a memória da comunidade, mas que outros olhares são possíveis. Coube tanto ao Programa, representado pelo Instituto Brasileiro de Museus, quanto aos Pontos de Memória internalizarem e incorporarem aspectos dessa identidade em formação do que é ser um Ponto, tanto para a periferia que vivenciava terminologias específicas da museologia social, como para a Instituição que vivenciava a criação e atuação dos conselhos gestores comunitários.

Castells (1999, p. 24) aponta que a “*identidade legitimadora dá origem a uma sociedade civil*, ou seja, um conjunto de organizações, que, embora às vezes de modo conflitante, reproduzem a identidade que racionaliza as fontes de dominação estrutural” (Grifos do autor). Mas seria uma análise precipitada apontar que esse seja o caminho dos Pontos de Memória e talvez seja tema para o desenvolvimento de outra pesquisa. Já disse das minhas escolhas e posicionamentos na pesquisa, não estou dizendo que a reprodução de fontes de dominação estrutural não seja possível, ou talvez um dos grandes problemas enfrentados pelos Pontos nas suas comunidades de atuação, pois a memória configura-se como um território de disputa.

A identidade de resistência é criada por atores que se encontram em posições desvalorizadas/estigmatizadas em relação à identidade legitimadora e, por isso, ocorrem resistências aos preceitos estabelecidos. Essa identidade “favorece” a formação de comunidades que lutam contra a dominação (CASTELLS, 1999, p. 24). O autor aponta que esse possa ser o tipo mais importante de construções identitárias na nossa sociedade, é a que mais se aproxima do olhar que evidencio na pesquisa, pois irá originalizar resistências coletivas frente a opressões “que, do contrário, não seria suportável, em geral com base em identidades que, aparentemente, foram definidas com clareza pela história, geografia ou biologia, facilitando assim a ‘essencialização’ dos limites da resistência”. A própria abordagem da representação dos atores sociais de comunidades periféricas com atuação de Pontos de Memória por meio da percepção da memória como direito e vontade política caminha em direção a essas resistências.

A identidade de projeção se dá quando os atores sociais “constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade” (1999, p. 24) Acredito que esse caminho se dá na tentativa do ator social de construir um projeto de vida diferente, podendo até ser com base em identidades oprimidas. Mas que buscam uma expansão tendo a transformação social como base. Mas o próprio contexto social irá dizer dos diferentes tipos de identidades construídas. A periferia e o ator social sempre existiram e coexistiram, mas quais foram os

processos que os evidenciaram a ponto de estabelecer identidades sociais periféricas? Falei um pouco sobre isso ao abordar transformações no campo museal que propiciaram a atuação de Pontos de Memória e de se pensar uma política pública para a memória social. Talvez um ponto de partida seja a compreensão do papel da memória, palavra tão repetida na tese, nos mais variados processos de transformação que evidenciam as narrativas periféricas e o território da periferia como território de memória.

3.4 Considerações acerca da memória

No capítulo contextual da tese iniciei uma discussão do papel da memória no desenvolvimento da pesquisa, mas estava mais voltada para os caminhos que levaram à escolha dos Pontos de Memória como objeto de estudo e processos que precisei passar para uma melhor compreensão desse papel na tese. Assim, retomo algumas discussões sobre memória e vejo como espaço mais adequado este capítulo, por tratar de conceitos fundamentais para a realização da pesquisa. Essas discussões não serão esgotadas, pois estarão presentes em todo o percurso analítico da terceira parte da tese, assim, proponho uma ampliação da compreensão da memória na pesquisa.

A memória pode ser um instrumento de luta e resistência em processos de conquista de igualdades sociais e garantias de direitos das identidades por atores sociais periféricos, por isso a necessidade dessa discussão logo após apresentar questões de ideologia (THOMPSON, 2011) e identidade (CASTELLS, 1999). Le Goff (1990) nos faz refletir sobre a relação entre o passado e a memória para a escrita da história, o que se apresenta como um grande desafio, pois o que nos chega do passado está relacionado por meio de escolhas feitas e que não representam a totalidade do que um dia existiu e essas escolhas são realizadas por “forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade” (p. 535) ou por historiadores.

O autor considera esses registros como materiais da memória coletiva e da história e os categoriza sob dois conceitos, os monumentos e os documentos. O primeiro, consiste em heranças do passado e o segundo são frutos das escolhas dos historiadores. Mas o próprio autor critica a compreensão e o papel desses dois conceitos na relação entre passado e memória, pois o documento “é um produto da sociedade que o fabricou segundo relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1990, p. 545). Seria preciso questionar o documento, reconhecendo seu caráter de monumento, identificando suas condições de produção histórica e intencionalidade inconsciente, que “resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntaria ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF,

1990, p. 547-548). A própria relação dos monumentos como instrumento de inscrição da história é questionável, pois representam, em sua maioria, relações de dominação entre os povos e reprodução de discursos colonialistas.

Nesse processo de inscrição da memória na história, as ações dos Pontos de Memória, ao criarem ferramentas metodológicas específicas para narrarem as histórias da periferia, podem ser vistas como uma forma de comunicação e visibilidade em processos de ressignificação de tessituras sociais museológicas. Por tanto, tudo o que existe ou sucede pode ser considerado com um “texto”, não tendo como texto somente a forma escrita, mas todas as representações da linguagem, mediante o qual a memória se expressa em um processo de intercâmbio sempre em movimento. Partindo da proposição do teórico Mikhail Bakhtin (2003) que enfatizou como essencial a natureza dialógica da linguagem e de qualquer outro processo semiótico, incluindo a cultura mesmo, acredito que o fenômeno da comunicação dessas narrativas periféricas como objetos de memória deve ser como um processo onde o significado é produzido, reproduzido e intercambiado sempre sobre condições sociais específicas, por meio de formas materiais e atores diversos.

Os textos apresentados como essas narrativas de memórias dos territórios são impossíveis de interpretação considerando exclusivamente a linguagem escrita. As comunidades de atuação de Pontos de Memória são percebidas como um museu vivo, de território. A memória dos moradores é capaz de desvelar as raízes dos troncos familiares que constituem a árvore genealógica da periferia. O papel do Ponto de Memória é evidenciar essas narrativas e transformá-las em imagens. Essas imagens não representam somente o mundo da periferia, de forma abstrata ou concreta, mas interagem com esse mundo, sejam acompanhadas de um texto escrito ou não. A realização dessas imagens constrói um tipo de texto, podendo ser um *graffiti*, uma exposição de fotos, uma pintura, entre outros, mas que são reconhecidos pela comunidade e constituem a periferia como território de memória.

A ressignificação da periferia como esse território irá permitir aos diversos atores sociais que vivenciam o seu cotidiano estabelecerem novas maneiras de compreensão da sociedade, explorando possibilidades e soluções para o presente e projetadas para o futuro. A compreensão do papel dos Pontos de Memória como parceiro da comunidade a qual está inserido, em processo constante de construção e, mais que isso, tendo sua criação pautada em um direito à memória das minorias socialmente excluídas, entende-se também sua ligação com a dinâmica do mundo e o seu papel na salvaguarda da memória social.

Entendo a memória individual constituída socialmente e a memória social como manifestação coletiva de grupos sociais, seja de forma mais ampla ou por pequenos grupos. Ressalto a multiplicidade de memórias e seus conceitos e os diversos grupos sociais. Em um mesmo grupo social as lembranças podem ser manifestadas de forma diferenciada, não existindo a memória oficial, mas uma representação ou um olhar da memória. Pensar a representação da memória nas relações sociais é pensar que o passado possa ser tanto recordado como reinventado. Que a história ou histórias de um sujeito, individual ou coletiva, podem ser as histórias das suas relações. Abre-se a possibilidade de que a memória possa ser criada e recriada, a partir de novos sentidos produzidos tanto para os atores individuais quanto para os coletivos.

A memória é significada e (res)significada pelos atores sociais e grupos, sendo determinada em função dos anseios pessoais, sociais, políticos e por que não dizer do próprio presente, uma vez que será no tempo presente que esses anseios irão aflorar e determinar o que deve ser lembrado ou esquecido. A memória se desloca o tempo todo, ao mesmo tempo que se interroga ela é interrogada e desenvolve papel importante ao reforçar sentimentos de pertencimento e identidades.

As transformações socioculturais contemporâneas exigem novas configurações reflexivas e que encontram nas memórias elementos de reformulação e transformação social. Nunca as discussões da memória ganharam tanta expressão como nos últimos anos através de lugares e meios de memória, como bibliotecas, museus, arquivos, narrativas, histórias orais.

3.4.1 Memória e esquecimento

Trabalhar com a memória como vontade política de comunidades periféricas do território brasileiro de atuação dos Pontos de Memória é percebê-la por um viés que diz respeito tanto do lembrar como do esquecer em um processo de entender como a memória se manifesta no meio social e como pode ser percebida no mundo. A maneira como os atores sociais dessas comunidades se organizam e se orientam por meio do que denomino de “ações de memória” será materializado nas narrativas das pessoas que vivenciam a periferia como território de memórias que perpassam a memória e suas manifestações individual, coletiva e social, abordagem desenvolvida no capítulo contextual. Nessa perspectiva, é importante recorrer aos estudos do filósofo francês Paul Ricoeur (2007) em sua obra *A memória, a história, o esquecimento*, em que o autor dedica-se a elucidar a essência das manifestações da memória e das lembranças estruturadas em torno de duas perguntas: *De que há lembrança?* (O quê) e *De*

quem é a memória? (Quem). A segunda questão atribui a alguém o ato de lembrar, podendo ser o EU ou o NÓS, ou seja, uma perspectiva da memória individual e coletiva que irei desenvolver na apresentação das análises, na terceira parte da tese.

No entendimento da memória como vontade política de territórios periféricos, os atores sociais dessas comunidades são os detentores dessas memórias em um viés de transformação social ao escolherem, conforme os interesses dos grupos envolvidos, o que deve ser lembrado ou o que deve ser esquecido. Assim, a memória não aparece somente como um processo de rememoração dos acontecimentos, mas de um posicionamento ideológico em um campo de disputas. Dessa forma, na ação de ressignificação desses espaços territoriais de memória, o que deve ser lembrado é tão importante quanto por quem é lembrado.

Posso dizer que a luta da periferia contra o esquecimento está diretamente relacionada com as práticas sociais desenvolvidas no território. O ator social periférico luta constantemente para evidenciar suas narrativas. A relação entre memória e esquecimento também está voltada para práticas de operação da ideologia, quando algo é evidenciado no processo de inscrição na História, outras narrativas são silenciadas. Nesse sentido, trabalhar com as representações dos atores sociais de comunidades periféricas com atuação de Pontos de Memória é evidenciar outras narrativas possíveis e, historicamente, negligenciadas.

Tanto o ator social periférico como o território da periferia são evidenciados, é praticamente impossível desvincular um do outro uma vez que “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se e, organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal” (CASTELLS, 1999, p. 79). Mas para que esse movimento aconteça, os atores sociais precisam desenvolver processos de mobilização social, que irão apresentar e defender interesses que são comuns, compartilhando a vida, assim produzem um novo significado. Esse ponto é crucial para a compreensão da memória como direito e vontade política apresentada na tese e na luta dos atores sociais periféricos para que suas memórias ocupem outros lugares de visibilidade.

A memória não será a reprodução exata de algo que aconteceu, vimos com Le Goff que existem mecanismos que irão inserir fatos e acontecimentos na História oficial de um povo, mas por ser a memória uma construção ativa e dinâmica, sua materialização trata-se de uma reconstrução realizada por cada pessoa, de acordo com suas vivências, mas ativamente em processos de interações com o outro ou os outros. Isso quer dizer que a memória estará ligada

às experiências e lembranças e até mesmo aos laços afetivos de pertencimento a coletivos sociais. Esses laços serão responsáveis na produção, indução e nas lembranças comuns dos grupos, ou seja, da memória social.

Nesse sentido, diferenças entre os diversos grupos sociais são marcadas e estabelecidas fronteiras socioculturais que estão vinculadas ao pertencimento e a representações de identidades. Definir o que pode ser lembrado e por quem deve ser lembrado nos territórios periféricos e o que será esquecido, perpassa, de forma velada, relações de poder que, segundo os interesses dominantes, irão hierarquizar aspectos políticos, sociais, culturais, de classe e muitos outros. Sobre o esquecimento, Ricoeur (2007, p. 425) aponta que:

O esquecimento é o desafio por excelência oposto à ambição da confiabilidade da memória. Ora, a confiabilidade da lembrança procede do enigma constitutivo de toda a problemática da memória, a saber, a dialética da presença e da ausência no âmago da representação do passado, ao que se acrescenta o sentimento de distância próprio à lembrança.

O esquecimento pode ser visto como algo ruim que devemos lutar, mas Huyssen esclarece que “... a memória e o esquecimento estão indissolúvel e mutuamente ligados; que o esquecimento é uma forma de memória escondida” (2000, p. 18). Ricoeur (2007, p. 435) diz que “O esquecimento pode estar tão estreitamente confundido com a memória, que pode ser considerado como uma de suas condições”. A memória não tem como ser dissociada do esquecimento que de certa maneira, pode não ser prejudicial, uma vez dessa relação entre memória e esquecimento. No entanto, a grande questão são as escolhas do que deve ser rememorado e o que deve ser esquecido. Quais atores sociais e memórias são evidenciados e quais são negligenciados nesse processo.

Por isso a memória e o esquecimento são tão importantes na compreensão da realização da tese, pois as narrativas dos atores sociais periféricos e suas memórias e a periferia como território de memória sempre existiram, assim como suas lutas. O que busco é evidenciar essas narrativas, e os motivos pelos quais apresento essa escolha já foram por diversas vezes citados, pois, ao fazê-lo, evidencio a minha própria história e da coletividade que sou parte.

3.4.2 Identidades e Memórias: criaturas da linguagem

Tendo a memória como processo de inscrição do passado, dizemos que nos lembramos daquilo que fizemos, experimentamos ou aprendemos em determinada circunstância particular, assim, não temos outro recurso a respeito da referência ao passado, se não a própria memória.

Nesse sentido, o testemunho irá constituir a estrutura fundamental de transição entre a memória e a História, o que implica nessas comunidades como as narrativas de vida dos participantes que vivem nos territórios de memórias corroboram com os processos de transformação social projetando uma outra historiografia.

Assim, ao abordar as representações dos atores sociais periféricos, por meio do discurso, estou com o foco em analisar as vivências interacionais dos caminhos discursivos do despertar político do direito à memória para perceber como nelas se produzem o sentido dos fenômenos de uma esfera local para uma global, a representação da memória nas comunidades periféricas do território brasileiro, o que ao meu ver se amplia com minha escolha pela Análise de Discurso Crítica.

O trabalho com a memória, em uma perspectiva analítica discursiva crítica, permitirá dar voz aos atores sociais periféricos, uma vez que possibilita trazer à luz realidades que são indescritivas, que não são possíveis de ser transmitidas, ou que não são conferidas de interesse de visibilização. Mas de que forma essa visibilidade é conferida? Já apresentei por diversas vezes uma preocupação com o papel que desempenho na pesquisa assumindo instâncias diferentes e o maior questionamento sempre foi “Quais seriam, no desenvolvimento da pesquisa, as implicações de fazer parte de um Ponto de Memória?”. Mas também sempre demarquei meu lugar de fala e faço questão de retomar essa discussão. Pois a tese é também um testemunho de situações de extremo abandono, o que faz com que eu assumo uma postura que não é neutra, mas uma escrita militante, que busca mostrar que cada ator social de comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória é ator da sua história e das histórias coletivas desses espaços periféricos de memória.

O lugar social dos atores periféricos pode influenciar, de alguma maneira, as escolhas linguísticas que constituem cada discurso. Os propósitos podem ser diferentes, se pensarmos as duas dimensões elaboradas para a realização da pesquisa, mas qual seria o propósito comunicativo específico do texto e relacionado com o contexto da produção? Fairclough (2016) considera a existência de uma relação dialética entre discurso e as estruturas sociais, isso quer dizer que o discurso não é um mero espelho do que já existe nas estruturas sociais e nem que estas sejam criações das práticas discursivas. O autor destaca o discurso como uma prática política, que pode manter ou transformar as relações de poder existentes entre as entidades, mas também o discurso como prática ideológica, que pode sustentar ou romper visões de mundo ou perspectivas atribuídas a quem ocupa alguma posição nas relações de poder. O discurso constrói

a sociedade ao constituir os objetos de conhecimento, os sujeitos e as estruturas conceituais. Para Fairclough (2016, p.96 - 97):

É importante que a relação entre discurso e estrutura social seja considerada como dialética para evitar os erros de ênfase indevida; de um lado na determinação social do discurso e, de outro, na construção do social do discurso. No primeiro caso, o discurso é mero reflexo de uma realidade social mais profunda; no último, o discurso é apresentado idealizadamente como fonte do social. O último talvez seja o erro mais imediatamente perigoso, dada a ênfase nas propriedades constitutivas dos discursos em debates contemporâneo [...] uma perspectiva dialética também é um corretivo necessário a uma ênfase indevida na determinação do discurso pelas estruturas, estruturas discursivas (códigos, convenções e normas), como também por estruturas não-discursivas.

Nesse sentido, ao abordar os Pontos de Memória como objeto analítico, acredito que identidades e memórias são interdependentes nos processos de representações discursivas dos atores sociais, uma vez que compartilham uma característica fundamental: ambas são resultadas de criações linguísticas. Mas o que isso implica? Castells (1999) propôs três categorias de identidades constituídas em processos de relações de poder, vimos que a memória é um campo de disputa dessas relações. Então, dizer que memórias e identidades são resultantes de atos de criação é dizer que não estão simplesmente por aí, como uma espécie de elemento da natureza, mas que são ativamente produzidas. Não são criaturas do mundo natural, mas são criaturas da linguagem, do mundo cultural e social.

As identidades e memórias são significadas e ressignificadas por atores sociais individuais e coletivos, são resultados de criações linguísticas por meio dos atos de linguagem. Essa observação pode parecer muito óbvia, o que faz com que sejam praticamente dadas, como fatos inerentes das relações sociais, mas as identidades e as memórias têm que ser nomeadas. Será por meio da linguagem que as instituímos como tais, a própria linguagem que permite que eu possa abordar identidades periféricas e relações do território como espaço de memória como algo construído a partir das relações sociais de atores sociais que percebem a memória como direito e vontade política, pois para que as identidades periféricas possam atuar em processos de transformação discursiva “faz-se necessário um processo de mobilização social, isto é, as pessoas precisam participar de movimentos urbanos (não exatamente revolucionários) , pelos quais são revelados e defendidos interesses em comum, e a vida é, de algum modo, compartilhada, e um novo significado pode ser produzido (CASTELLS, 1999, p. 79).

As identidades sociais e as memórias periféricas das comunidades com atuação de Pontos de Memória são resultado de processos de produção simbólica e discursiva e se

configuram em práticas discursivas de relações sociais, o que faz com que sua definição esteja sujeita a operações ideológicas e hegemônicas em processos de disputa. A noção de hegemonia adotada por Fairclough (1989; 2016) foi herdada de Gramsci (1999) e aponta que “Hegemonia é o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingindo senão parcial e temporariamente, com o um ‘equilíbrio instável’” (FAIRCLOGH, 2016, p. 127).

As memórias e identidades sociais do território e dos atores sociais periféricos são constitutivas de forma individual e coletiva a partir desses atores, suas trajetórias e biografias, mas também não podemos pensar que a ressignificação dessas identidades seja algo puramente individual ou coletivo, mas um processo permanente de negociação entre atores sociais e sociedade. Assim, quando falo das representações discursivas de atores sociais de comunidades com atuação de Pontos de Memória, não digo de um processo de significação de uma só identidade social periférica ou da identidade do ator social periférico, mas na configuração de múltiplas identidades, que podem ser convergentes ou divergentes, mas fluidas e movendo-se por meio do que chamo de “fronteiras interativas” através do discurso como prática social da linguagem. Nessa perspectiva que abordo as identidades e memórias na pesquisa como criaturas da linguagem, para isso, recorro aos processos de narrativas orais de vida.

A seguir, abordarei a importância das narrativas orais na composição da tese e no processo de evidenciar as representações dos atores sociais das comunidades com atuação dos Pontos de Memória. Tratei das narrativas orais no capítulo metodológico enquanto metodologia, mas é importante outro enfoque aqui, uma vez que busco construir, para o leitor, um caminho necessário para a compreensão da abordagem analítica proposta na realização da tese. Compreender o papel das narrativas orais desenvolvido é perceber esse campo de atuação dos Pontos de Memória, bem como suas experiências e caminhos.

3.5 Narrativas orais de vida

Este capítulo foi pensado para que pudéssemos acessar diversos conceitos inerentes ao desenvolvimento da tese e na compreensão da complexa abordagem da memória como direito e vontade política, da periferia como território de memória e da representação dos atores sociais periféricos. Tratei das narrativas orais de vida no capítulo metodológico em uma abordagem da sua aplicação nos Pontos de Memória participantes, agora proponho trazer outras reflexões da presença das narrativas orais de vida na pesquisa.

O papel das narrativas orais de vida nas comunidades periféricas do território brasileiro, com atuação de Pontos de Memória, busca revelar sentidos que são múltiplos de existência individual, coletiva, aspectos do agir, do pensar e das configurações sociais do território por meio da memória. São mudanças da percepção de si ligadas a histórias de vida para que, a partir delas, ocorram processos de transformação discursiva e até mesmo social.

As narrativas orais de vida perpassam diversas áreas do conhecimento e perspectivas teóricas, busco associá-las aos estudos da memória e da linguagem com questões de identidades, cultura e territórios com base em processos de interações sociais, de forma a contemplar as narrativas dos atores sociais de Pontos de Memória. As narrativas, projetam os atores sociais como testemunha e artífice da história das comunidades e de processos de resistência social. O caminho não é uma busca por verdades, embora essas narrativas não são menos verdadeiras, nem menos ficcionais do que histórias oficiais. Elas são representações da subjetividade dos atores sociais, pois as histórias são rememoradas a partir do lugar no mundo de cada ator social que constrói suas narrativas por meio de processos seletivos que marcam sua percepção de mundo e de si.

Isso me faz lembrar o início do Programa Pontos de Memória na comunidade do Taquaril, eu era o responsável por aplicar os projetos de narrativas orais de vida e estávamos entrevistando o grupo de pessoas com mais tempo de moradia na comunidade. Em diversas histórias as pessoas se auto intitulavam como os primeiros moradores, isso era um fato curioso, mas entendemos que nosso papel não era um estudo que fosse identificar exatamente quem foi o primeiro morador, mas compreender esse processo de constituição da comunidade. Lembro que as falas eram assim: “Eu sou o primeiro morador daqui, quando mudei só tinha fulano e sicrano morando aqui”. Ressalto o que escrevi no parágrafo acima, essas narrativas eram inscrições dos atores sociais da Taquaril nos processos de luta e resistência na constituição/formação da comunidade.

O que evidenciamos com essas narrativas é um processo de deslocamento do ator social e da hierarquização dos acontecimentos, pois os pormenores cotidianos são destacados, o que permite que a história oral seja relevante nos estudos linguísticos discursivos pautados na memória com vistas a dar visibilidade a narrativas negligenciadas, mas mais do que isso, possibilita a compreensão do presente e projeções do futuro do cotidiano de pessoas comuns, em espaços comuns ou não oficiais, que legitimam as fontes orais e testemunhos como processos de inscrição Histórica.

Meihy (2010, p. 15) chama a atenção para que o processo de narrativas orais de vida não é somente uma entrevista ou fonte oral que marca a história oral, mas será a soma de diversos processos que vão desde o planejamento, aplicação e relações estabelecidas. Para o autor:

História oral é um conjunto de procedimentos que se inicia com a elaboração de um projeto e que continua com o estabelecimento de um grupo de pessoas, a serem entrevistadas. O projeto prevê: planejamento da conduta das gravações com definições de locais, tempo de duração e demais fatores ambientais; transcrição e estabelecimento de textos; conferência do produto escrito; autorização para o uso; arquivamento e, sempre que possível, a publicação dos resultados que devem em primeiro lugar, voltar ao grupo que gerou as entrevistas.

As narrativas orais de vida desenvolvidas nos Pontos de Memória que integram o *corpus* da pesquisa passaram por esse processo de planejamento levando diversos outros fatores em consideração, um deles é o fato de ser conhecido por todos os participantes que narraram suas histórias. Os integrantes dos Pontos de Memória não estavam diante de um pesquisador, mas de um amigo que compartilha interesses e uma trajetória no Programa. Pude conduzir as perguntas por caminhos que só foram possíveis por esse conhecimento, as quais serão evidenciadas na terceira parte da tese. O processo intersubjetivo de suas análises e interpretações permitem o acesso a um conhecimento de si e do outro nas representações sociais da periferia como território de memória.

Paul Ricoeur (1995, p. 72) propõe a compreensão de que o passado que acessamos a partir do presente é uma construção discursiva. Em outras palavras, o que temos é o descolamento conceitual da noção de referência, que, na impossibilidade do contato com o objeto em si, toma como referente a representação que dele se constrói. Assim, nas narrativas orais de vida o objeto de referência, a história de quem conta, já não existe mais, mas trazê-lo de volta é um processo de reconstrução do narrador.

Os trabalhos com narrativas orais são cada vez mais reconhecidos e compreendidos nos mais diversos círculos acadêmicos, inclusive dos mais tradicionais. Isso é um ponto positivo, e ao mesmo tempo perigoso. Positivo no sentido de conferir importâncias ao papel da história oral nas configurações sociais, o perigo está nos processos de banalização do trabalho, o campo da história oral é multidisciplinar e miscigenado por excelência. Por meio dele, a memória configura-se como um instrumento de luta para conquistar processos de igualdade social e garantir o direito as identidades múltiplas. Philippe Joutard, no livro *História Oral: desafios para o Século XXI*, resultado do X Congresso Internacional de História Oral, realizado no Rio

de Janeiro em junho de 1998, aponta três princípios fieis do trabalho com narrativas orais, a saber: “ouvir a voz dos excluídos e dos esquecidos; trazer à luz as realidades ‘indescritíveis’, quer dizer, aquelas que a escrita não consegue transmitir; testemunhar as situações de extremo abandono” (JOUTARD *apud*: ALBERTI, 2000, p. 33).

3.5.1 *Identidades e narrativas silenciadas*

Trabalhar as questões de identidades, expressões de nossa existencialidade, através da análise e da interpretação das narrativas orais de vida, permite colocar em evidência a pluralidade, a fragilidade e a mobilidade de nossas identidades ao longo da vida. As comunidades periféricas, sejam elas voltadas para o desenvolvimento pessoal, coletivo e de competências sociais ou ainda como o território dos estigmas sociais, acolhem os atores sociais cujas expectativas e motivações a respeito da periferia como território de memória e as construções identitárias do ator social periférico referem-se, tanto a problemáticas de posicionamentos ideológicos sociais como nas ações sociais de compreensão da natureza e das necessidades específicas desses espaços pelo poder público.

Por isso que todo projeto de narrativas orais dessas comunidades irá cruzar com questões da existencialidade associada as questões das identidades individuais, coletivas e sociais. Com a realização da tese, busco integrar reflexões sobre a memória como direito e vontade política nas comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória. Esse é o recorte escolhido por compreender a limitação de abrangência da pesquisa, mas acredito, assim como sustento que por mais que a periferia de cada Ponto de Memória seja diversa dentro dela mesma, os processos de resistência são convergentes e funcionam como uma rede entre elas (CASTELLS, 1999), o que faz entender que essa realidade não é característica somente de comunidades com atuação de Pontos de Memória, mas da grande maioria das comunidades periféricas do território brasileiro.

Encontro na Análise de Discurso Crítica as possibilidades que integram a reflexão sobre a necessidade de mudança social nas práticas sociais que relegam a periferia como o lugar da ausência, essa reflexão também se dá pela história de vida dos atores sociais desses territórios. Assim, questões de identidades podem aflorar e configurar como preocupações existências na sociedade e a memória como direito de todos os grupos sociais. O olhar para a periferia a partir das narrativas orais de vida dos seus atores sociais apresenta-se como uma espécie de voz de acesso a questões ideológicas e de poder que hoje permeiam os atores sociais que se assumem como porta-vozes dos problemas sociais dos grupos os quais estão inseridos socialmente.

No centro das preocupações está a questão das identidades sociais e seus processos de evidenciação, em uma sociedade que multiplica as formas de exclusão. Vivemos séculos de colonialismo, de expropriação de nossas riquezas, do genocídio dos nossos índios e sua extensão a população negra nos tempos atuais, carregamos nossa atuação na escravização dos africanos trazidos para o nosso continente. A história do Brasil como nação carrega processos condenatórios da nossa população à miséria e acentua desigualdades sociais, o que aprofunda sentimentos de inferioridade e deslocamento, mas que faz com que sejam reproduzidos esses mesmos processos em grupos sociais menos favorecidos, como o caso da periferia e do ator social periférico.

As narrativas orais nas comunidades periféricas permitirão evidenciar histórias negligenciadas, trabalhar com questões de identidades, expressões da nossa existencialidade. Constatações que questionam processos convencionais de representações das identidades, que poderiam ser definidos num dado momento, mas que também podem ser desconstruídos por deslocamentos sociais ganham força com a tomada de consciência de que questões identitárias devem ser concebidas como processo. O que vivenciamos com a percepção da memória como direito e vontade política em comunidades periféricas do território brasileiro, com atuação de Pontos de Memória, é a evidenciação de identidades negligenciadas. O ator social periférico, ao representa-se discursivamente, por meio de suas narrativas, evidencia identidades e narrativas silenciadas por processos de dominação.

As narrativas orais. Conforme abordei na pesquisa, buscam processos distintos de representação e ao mesmo tempo de registro das vivências dos atores sociais periféricos e os processos de projeção da periferia como território de memória. Histórias que antes não tinham espaço na cena social, ganham outro tipo de projeção e faz com que o poder público volte o seu olhar para essas narrativas e esse território de memória. As narrativas orais de vida na pesquisa buscam romper fronteiras com o indizível e o esquecimento, não no intuito de estabelecer processos de reparação do passado, mas de criar possibilidades de olhares para o futuro, para que mais uma vez os atores sociais periféricos e a periferia não fiquem no esquecimento, mas que a memória como direito e vontade política possa ser uma realidade, uma vez que a memória é um elemento constitutivo de identidades.

3.5.2 *Narrar para curar*

As narrativas constitutivas de grande parte do território periférico brasileiro são legitimadas por grupos sociais que se recusam a adentrar a periferia para conhecer seus

moradores, suas condições de vida e suas necessidades. Esse olhar não enraizado é responsável por estabelecer uma complexa teia de relações sociais que delegam a periferia como o local da falta. Busco o caminho inverso ao evidenciar as narrativas locais como constitutivas, e mais que isso, mas de forma concomitante, projetar a periferia como um território de memória e contrariar a manutenção das relações de desigualdade social.

Os processos de representações de atores sociais serão responsáveis pela abertura de espaços para diversas versões da realidade, sendo condensadas por imagens ou palavras carregadas de significações, e formam uma definição específica ao objeto representado. O ator social periférico, o mesmo que estabelece a periferia como território de memórias, resistências e conquistas é parte integrante desse processo. A história de vida de cada morador das comunidades de atuação dos Pontos de Memória irá atribuir relevância, com graus diferenciados, a determinados temas, aspectos ou situações, constituindo o conhecimento de suas experiências.

O campo da história oral é multidisciplinar e seu uso metodológico configura-se como recurso para elaboração do passado recente. Por isso, chamo de processo de “narrar para curar” as histórias de vida dos atores sociais periféricos dos Pontos de Memória que configuram a pesquisa. A metáfora da cura está no reconhecimento das lutas e conquistas travadas na periferia para sua constituição como território de memória e de direitos o qual os atores sociais se reconhecem como agentes ativos desse processo e projetam suas narrativas como instrumento de luta.

Narrar as histórias vivenciadas na periferia e compreender que essas histórias constituem identidades sociais que são individuais, pois tratam de acontecimentos específicos vivenciados pelos atores sociais, mas que também são coletivos, por refletirem a realidade de grande parcela da população, é uma tentativa de expor o descaso vivenciado na comunidade que envolve diversas questões que abordo com a realização da pesquisa: as representações discursivas dos atores sociais; a memória como direito e vontade política; as identidades sociais; a periferia como território de memória e o discurso como possibilidade de transformação social.

A elaboração de um discurso narrativo irá passar pelo reencontro com o que foi o registro original, pois será uma vivência em permanente deslocamento. As narrativas orais de vida irão reconstituir experiências vividas, funcionando até mesmo como uma maneira de redenção, pois o presente reinventa o passado e busca garantias de um futuro possível. A memória se prende a um espaço-tempo, suas narrativas são construídas por meio da percepção

que se tem dessa memória no presente e sobrevive por intensos mecanismos de construção e reconstrução das lembranças e recordações passadas. O processo de narração dessas histórias periféricas atua na elaboração de novas conexões de causa e efeito e possibilitaram que o poder público possa estruturar estratégias de atuação na garantia de condições dignas de sobrevivência.

A memória irá presumir uma temporalidade que possui como síntese as narrativas orais de vida que, para alguns, as histórias vividas estão em arquivos, nos registros oficiais e no fato em si, mas para outros estão nas lembranças que encontram seus registros em fotografias, sentimentos, cartas, objetos e outras formas que as mantêm conservadas e aguardando o momento certo para ser relembradas. As narrativas orais de vida dos atores sociais das comunidades periféricas revelam aspectos do cotidiano de quem conta a sua história, mas amplia a percepção de muitos outros cotidianos ao aproximarem história, memória e discursos. Ao mesmo tempo que são reveladoras ao mostrarem que a memória individual irá sofrer interferências de fatores sociais do coletivo. Assim, o processo de narrativa oral de vida desenvolvido na pesquisa registra as experiências vividas nas comunidades ou pela comunidade.

Trabalhar com as narrativas orais como fonte de pesquisa por meio da linguagem é apresentar outras possibilidades de compreensão da trama das comunidades periféricas com atuação de Pontos de Memória que participaram da pesquisa é também perceber como essas narrativas abrigam temas que não estão registrados em nenhum outro documento. Trabalham nos processos de significação e ressignificação das identidades, ocultando ou revelando em profundidade pensamentos e ações dos atores sociais que as narram, pois oportunizam conhecimentos de acontecimentos, comportamentos e práticas sociais estabelecendo relações com o passado, revivendo o vivido e restaurando processos de exclusão social. São as narrativas orais de vida como um processo de cura da sociedade.

O território ganha um lugar de importância na pesquisa, as narrativas orais permitem acessar tanto esse espaço como um lugar onde a memória flui como direito e nas organizações sociais de sua percepção como vontade política, como do ator social que significa sua relação com o território periférico como o seu local de pertencimento. Por isso, na próxima seção, apresento algumas discussões a respeito da periferia como território de memória.

3.6 Algumas considerações

Com a realização deste capítulo inicio uma etapa importante na construção da tese. Na verdade, todas as três partes pensadas são convergentes, interligadas e de igualmente importância. Mas essa segunda parte, como o próprio nome diz, constrói os “alicerces da pesquisa”, os conceitos que são acessados e a triangulação teórica. O que faz com que este capítulo, o primeiro de dois da segunda parte, assumo uma responsabilidade muito grande. É por meio dele que começo a defender o caráter transdisciplinar da Análise de Discurso Crítica e o que, mesmo sendo necessário acessar outras áreas do conhecimento, constitui minha pesquisa como sendo analítica discursiva.

Dessa forma, neste capítulo, apresento discussões das quais precisei acessar outras áreas, mas que, de alguma maneira, busquei relacionar com a ADC. É interessante perceber que faço isso antes mesmo de apresentar os pressupostos teóricos da Análise de Discurso Crítica, mas é uma escolha proposital, pois acredito que ficará mais didática essa construção. É como uma antecipação dessa transdisciplinaridade possível na ADC, além de seguir uma lógica no desenvolvimento da pesquisa.

4

ANÁLISE DE DISCURSO CRÍTICA: ALICERCES DA PESQUISA

A memória é tão importante que mesmo as pessoas que não param para pensar nisso, percebem a necessidade do registro como instrumento do não esquecimento das pessoas. Um exemplo é quando um adolescente morre, geralmente os amigos escrevem nos muros que nunca o esquecerá. Colocam o nome dele, a importância dele e espalham isso pelos muros dos bairros. Eles entendem que se está registrado não haverá esquecimento. Se está registrado e em um espaço público, as pessoas não esquecerão

Viviane Rodrigues – Ponto de Memória Museu Cultura Periférica - Maceió

Este capítulo é a segunda abordagem teórica inserida na segunda parte da tese, nele, apresento a Análise de Discurso Crítica como teoria para o estudo da mudança social e seu papel nos estudos discursivos críticos, uma vez que a abordagem metodológica foi desenvolvida no capítulo 2. Chamo de estudos discursivos críticos por compreender que a realização desta tese ultrapassa os construtos teóricos e metodológicos da ADC e propõe uma abordagem dos estudos críticos de discurso de modo interdisciplinar, mas, ao dialogar com outras áreas do saber, confere ao discurso um caráter político e ideológico em comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória.

Dessa forma, trato dos aspectos teóricos norteadores, mais especificamente a Teoria Social do Discurso que se preocupa em descrever as relações de poder presentes nas práticas discursivas e sociais do cotidiano (FAIRCLOUGH, 2008, 2016). Desenvolvo conceitos inerentes a ADC como discurso, práticas sociais e práticas discursivas, bem como seu caráter transdisciplinar no intuito de estabelecer as relações necessárias para a compreensão do discurso

como prática social, uma vez que este é socialmente constitutivo, e como forma de representação de mundo, como na epígrafe escolhida para iniciar este capítulo.

Nesse sentido, os discursos são produzidos em um sistema de contexto e cultura, variando de acordo com o objetivo do emissor, as escolhas linguísticas serão responsáveis pelas construções das representações sociais. Van Leeuwen (1997) utiliza a expressão “atores sociais” ao representar os participantes dentro de um discurso, o mesmo termo que utilizo na pesquisa. São investigadas as diferentes formas com que os atores sociais podem ser representados discursivamente por meio de uma classificação da representação dos atores sociais por elementos linguísticos que atuaram nos processos de inclusão ou exclusão dos atores.

Discursivamente, os atores sociais de comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória, representam sua realidade social por meio de suas experiências de conhecimento de mundo, não somente esses atores sociais, uma vez que a linguagem configura-se como processo de comunicação entre as pessoas nos diversos grupos sociais. Nesse sentido, van Leeuwen (1997) apresenta duas categorias para a representação dos atores sociais, a de exclusão e a de inclusão, por isso a importância de articular a representação dos atores sociais, conforme apresentada por van Leeuwen, com os estudos discursivos nesta pesquisa, uma vez que as escolhas discursivas apresentadas pelos colaboradores da pesquisa e os processos excludentes e inclusivos que permeiam suas práticas sociais ajudaram na configuração da periferia como território de memória e, conseqüentemente, de lutas hegemônicas.

Halliday (1985) irá definir a linguagem como um sistema de semiose social sendo também um sistema de significados que irá compor a cultura humana. Assim, por seu caráter de significação cultural, permite a compreensão de que tanto a linguagem, o texto e o contexto atuam na organização e desenvolvimento da experiência humana. Desse modo, por meio das formas léxico-gramaticais, a exemplo da transitividade, estudamos suas funções sociais. A transitividade configura-se como uma categoria gramatical relacionada à metafunção ideacional da Linguística Sistêmica-Funcional, fazendo referência diretamente à representação das ideias e da experiência humana (HEBERLE, 1999).

Por meio do sistema da transitividade é possível a identificação das ações e atividades humanas expressas nos discursos e a qual realidade pertence. Identificação que se dá por meio dos principais papéis presentes na transitividade, sendo eles os processos, os participantes e as

circunstâncias. Esses papéis serão responsáveis pela identificação de quem faz o quê, a quem e em quais circunstâncias. Nesse sentido, aponto a LSF como uma teoria que permitiu identificar nos dados gerados e coletados dos Pontos de Memória quais são os participantes, os processos e as metas presentes nos discursos dos atores sociais e assim caminhar para a análise interpretativa dos dados discursivos. Essas são as três bases teóricas para a realização da minha pesquisa e serão a base deste capítulo teórico, mas que dialogam com diversos outros conceitos inerentes a sua realização

Na primeira seção, apresento uma discussão teórica da ADC e seu caráter transdisciplinar, busco estabelecer relações com o capítulo anterior ao entender os estudos da memória e da Teoria Social do Discurso como a base metodológica da tese na identificação da vontade política de memória como objeto de estudo por meio da linguagem e da mudança social. Busco apresentar uma discussão que contribua com o fortalecimento da ADC como teoria, por isso, mais que apresentar elementos constitutivos, busco apresentar outros que estabelecem a relação da periferia como o lugar de realização de pesquisas de cunho social. Na segunda seção, apresento os caminhos percorridos na configuração do território como categoria analítica, perpassando por questões de periferia e decolonialidade e o território demarcado e simbólico. Na terceira seção apresento o construto teórico da LSF. Em seguida, na quarta seção, a fim de buscar a compreensão das marcas discursivas e das representações de mundo presentes nos discursos dos atores sociais que atuam nos Pontos de Memória, tomo por base os estudos de van Leeuwen (1997).

4 REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS DA MEMÓRIA: UM CAMINHO INVESTIGATIVO POR MEIO DA ADC

Em uma perspectiva analítica discursiva, os atores sociais irão agir sobre o mundo social da periferia, o que chamo constantemente de território periférico de memória, bem como transformá-lo, mas também são, por sua vez, transformados pelas consequências de suas ações. Quando me aproprio dos princípios da Teoria Social do Discurso o faço na compreensão da linguagem como transformação social. Dessa forma, por meio das memórias, materializadas nas narrativas dessas comunidades periféricas, posso dizer até o momento que os atores sociais das comunidades de atuação de Pontos de Memória transformam o outro e, por sua vez, são transformados pelas consequências dos seus discursos.

Mas para compreender o discurso utilizado em processos de transformação social é necessário analisá-lo em um contexto mais amplo, considerando os atores sociais de Pontos de Memória como resultado de uma totalidade histórico-social, sendo tanto produto como produtor

da História, por meio das ações voltadas para a percepção da memória como vontade política e dos territórios periféricos como sendo de memória social, mas não alheios aos campos de disputa pelos quais perpassam a memória, mas como atores que assumem suas narrativas sociais, transformando, por meio do discurso, suas realidades e sendo transformados por elas.

O termo Análise de discurso Crítica foi cunhado por Norman Fairclough em 1985 no *Journal of Pragmatics* (FAIRCLOUGH, 2002), outros pesquisadores vêm construindo a ADC teórica e metodologicamente, a exemplo de Van Dijk e Wodak. No Brasil, um dos nomes pioneiros é da pesquisadora Izabel Magalhães, que vem utilizando a teoria em suas pesquisas desde 1985, sendo responsável pela tradução para o português da obra de Fairclough *Discurso e Mudança Social*. Izabel Magalhães é pesquisadora da Universidade de Brasília e juntamente com outros nomes contribui para a consolidação da teoria no Brasil, levando em consideração o que chamo de *cor local*, em referência a construção da identidade nacional brasileira por meio da literatura. O que as pesquisadoras da Universidade de Brasília fazem é um processo de consolidação dos estudos discursivos em ADC na América Latina.

Na Universidade de Brasília, as pesquisadoras que assumem uma postura de construção e difusão da ADC são Izabel Magalhães, Carmem Caetano, Viviane Resende, Viviane Ramalho, Juliana Dias, Francisca Cordélia e Janaína Ferraz. Os trabalhos desenvolvidos possuem desdobramentos com a realização de pesquisas no Programa de Pós-graduação em Linguística, a exemplo da pesquisa que desenvolvo.

Maria Izabel Santos Magalhães de 1997 a 2001, foi Coordenadora de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília e, nessa ocasião, fundou o Doutorado em Linguística dessa instituição. Foi Professora Visitante na Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, e atualmente é Pesquisadora Colaboradora da Universidade de Brasília. Membro efetivo da Associação Latino-Americana de Analistas do Discurso (Aled), da Associação Brasileira de Linguística (Abralín) e da Associação de Linguística Aplicada do Brasil (Alab), e pesquisadora/consultora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nível 1D, Izabel Magalhães publicou os seguintes livros: "Análise de Discurso Crítica: um método de pesquisa qualitativa" (2017, com André Ricardo Martins e Viviane de Melo Resende), "Discursos e práticas de letramento: pesquisa etnográfica e formação de professores" (2012), "Práticas identitárias: língua e discurso" (2006, com Marisa Grigoletto e Maria José Coracini), D.E.L.T.A., 21, Especial (2005, com Kanavillil Rajagopalan), "Discurso, gênero e educação" (2003, com Maria Christina Leal), "Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico" (2000), e "As múltiplas faces da linguagem" (1996). Foi organizadora do

periódico "Cadernos de Linguagem e Sociedade", do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (Nelis/Ceam) da Universidade de Brasília de 1995 a 2008. Vem desenvolvendo pesquisas na área de discurso, multiletramentos, identidades, crítica social e etnografia discursiva.

Carmem Jená Machado Caetano é Coordenadora do Grupo de Pesquisa e Estudos em Linguagem, Letramento e Análise de Discurso Crítica (GEPLAD/PPGL/UnB/CNPq), Editora-chefe da Revista Discurso em Cena (ReDCen). Conselheira da Comissão de Direitos Humanos da UnB, membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELIS) do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da UnB. É autora do livro *Identidade e terminalidade: um estudo linguístico das práticas discursivas em uma ala de doentes terminais*, pela Editora CRV e organizadora junto com Izabel Magalhães e Décio Bessa do livro *Pesquisas em Análise de Discurso Crítica*, pela Labcom além de diversos artigos em periódicos nacionais e internacionais. Desenvolve pesquisas na área de questões de gênero e construção de identidades no discurso; múltiplos letramentos e discurso, poder e identidades na área da saúde.

Viviane de Melo Resende é diretora do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares – Cean, coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade – NELIS e do Laboratório de Estudos Críticos do Discurso – LabEC. Atuou como delegada no Brasil da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso. Integrante da *Red Latinoamericana de Análisis Crítico del Discurso y Pobreza*. Tem artigos em diversos periódicos nacionais e internacionais, e vários livros publicados na área de estudos críticos do discurso. É editora da Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso (ao lado de Teresa Oteiza, da PUC-Chile) e editora para o Brasil e Portugal da revista *Discurso & Sociedad*. Integra corpo editorial das revistas *Discourse & Society*, *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, *Sur le Journalisme* e *Romanica Olomusencia* (República Tcheca). Integra Câmara de Assessoramento Técnico Científico da FAPDF.

Desenvolveu e vem desenvolvendo pesquisas na área do discurso e a pandemia da Covid-19; representações midiáticas contra mulheres, políticas públicas para a população em situação de rua; decolonização dos estudos críticos do discurso; análise interdiscursiva de políticas públicas; representação midiática da violência de direitos humanos e ADC e etnografia discursiva. Sua publicação recente está voltada sobre a decolonização dos estudos críticos do discurso, questões sobre território e fronteira na representação da situação de rua.

Viviane Cristina Vieira é Editora do periódico *Cadernos de Linguagem e Sociedade* (Conceito Capes A2); Vice-Coordenadora do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade (NELiS-UnB) e do Grupo de pesquisa Laboratório de Estudos Críticos do Discurso (LabEC-UnB/CNPq). Desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão com o projeto *Discurso e sistema colonial-moderno de gênero: letramentos críticos*, vinculado à linha de pesquisa *Discurso e Recursos Sociossemióticos em uma Perspectiva Crítica*. Vem desenvolvendo pesquisas em estudos críticos do discurso; identidades; práticas docentes em perspectiva crítica; gêneros discursivos; realismo crítico e análise de discurso crítica e perspectivas decoloniais feministas do discurso.

Juliana de Freitas Dias é integrante do Grupo de Trabalho "Práticas Identitárias na Linguística Aplicada" da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística/ ANPOLL e sócia da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso/ALED e da Associação Brasileira de Linguística/ABRALIN. Atua na área de Educação há mais de 20 anos com foco em Consciência Linguística Crítica, escrita criativa autoral e Pedagogia Crítica. Coordena atualmente o grupo de pesquisa (unB/CNPq) GECRIA- "Educação Crítica e Autoria Criativa" e tem direcionado suas pesquisas e orientações em Análise de Discurso Crítica para diálogos transdisciplinares com Antroposofia (Rudolf Steiner, Jonas Bach), Educação Sistêmica (Bert Hellinger e Marianne Franke-Gricksch). É coordenadora do Laboratório de Prática de Textos da Universidade de Brasília onde atua na Graduação com escrita e reescrita de textos como foco em escrita criativa e autoral. É autora da obra *A linguagem do parto: discurso, corpo e identidade*. Desenvolve pesquisas na área de estudos discursivos decoloniais sobre a formação de professores; escrita criativa curativa em tempos de pandemia; discurso, identidade e representações e Análise de Discurso Crítica.

Francisca Cordélia de Oliveira da Silva desenvolve pesquisas em Análise de Discurso Crítica e em Leitura e Produção de Textos na graduação e na Pós-Graduação, pesquisas em análises linguístico-discursivas críticas de relações de gênero e raça, discursos, ideologias, identidades e representações. Possui experiência em Avaliações em Larga Escala desenvolvidas pelo Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). É membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade - Nelis; da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso (Aled). Coordenadora do Grupo de Pesquisa "Língua, Discurso e Representação (GEDIS), registrado no Diretório de Pesquisa do CNPq, e membro do GT Práticas Identitárias em Linguística Aplicada, afiliado à ANPOLL. Sócia efetiva da Associação Brasileira de Linguística (ABRALIN). Membro do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros

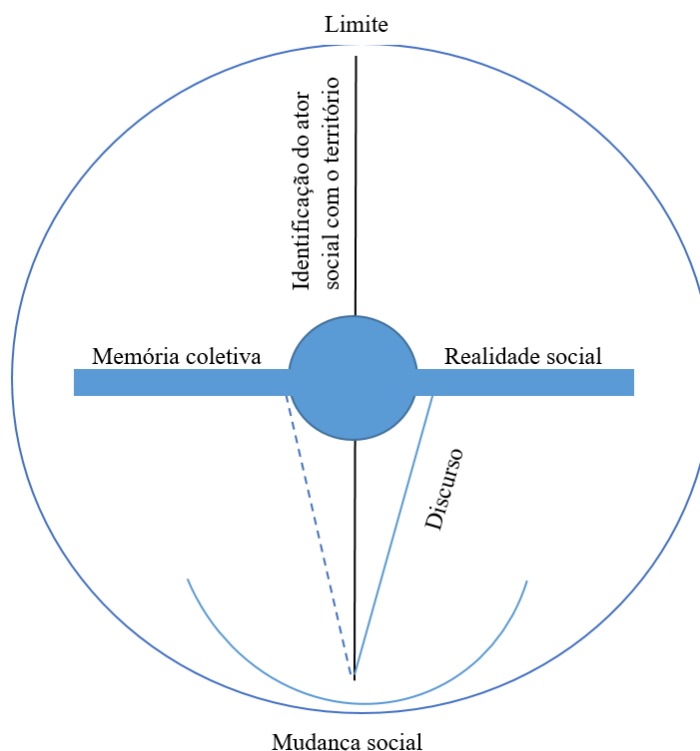
(NEAB/CEAM/UnB) e da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN). Editora da Revista Cadernos de Linguagem e Sociedade.

Janaína de Aquino Ferraz membro da Associação Brasileira de Linguística - ABRALIN e da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso - ALED. Engajada com as novas tendências de ensino, tem larga experiência na modalidade de ensino presencial e a distância. Foi coordenadora da graduação em Letras Português EaD da UnB. Na área administrativa, também atuou como diretora de capacitação no Decanato de Extensão da UnB. Além das atividades de ensino é pesquisadora da área de Análise de Discurso Crítica e orienta alunos de graduação e de pós-graduação em projetos de pesquisa para o ensino de português como segunda língua, que aliem mídias digitais e imagens. Autora de artigos e de livros na área de Análise de Discurso Crítica com ênfase nos seguintes temas: multimodalidade, ensino de segunda língua, ideologia, identidade.

Ao longo do desenvolvimento da minha tese disse, repetidamente, que transito em diversos espaços, entre ser periférico, atuar diretamente no Programa Pontos de Memória e levar essa discussão da memória, do território e da periferia para a academia, em cada um desses espaços eu me posiciono. Para tratar das representações discursivas da memória por meio de um caminho investigativo da ADC, creio ser preciso demarcar esse posicionamento do espaço ao qual me aproprio para essa construção discursiva/identitária, antes mesmo de apresentar a teoria da ADC. As informações das professoras pesquisadoras da Universidade de Brasília foram retiradas do currículo Lattes de cada uma, no entanto, posso dizer que minha formação no Doutorado transitou por essas trajetórias acadêmicas. Tive aulas com algumas dessas professoras, participei de eventos científicos nacionais e internacionais acompanhando as discussões apresentadas em suas pesquisas. Esse caminho permitiu uma compreensão melhor da ADC por esse espaço de construção do conhecimento assumido pela UnB, com a atuação dessas pesquisadoras. Assim, convido os meus e minhas leitores e leitoras para pensarmos juntos, em um processo de decolonização do “*saber, do poder e do ser*” por meio de questões da memória, identidades e territórios periféricos brasileiros sob um viés dos estudos discursivos críticos.

Abaixo apresento os caminhos na construção dos Pontos de Memória como objeto investigativo na ADC:

Figura 8: Modelo da memória, território e atores sociais para a transformação da realidade social.



Fonte: elaborada pelo autor

Na figura acima busco estabelecer os caminhos para a compreensão do objeto investigativo, conforme apresentado na seção que discuti a ontologia do lugar social, disse que a originalidade do percurso está na gênese do ator social de direito e vontade política de concretização desses direitos, perpassando noções de território, memória e periferia, mas, também, como esses atores sociais se representam por meio de suas práticas discursivas.

Assim, compreendo que a identificação do ator social com o território estaria no limite entre a compreensão da memória coletiva e da realidade social, parte que ambas possuem um movimento de aproximação ou distanciamento dessa compreensão. A memória social está presente nas configurações da periferia na construção das narrativas desse território, à medida que ela se distancia das configurações sociais territoriais, também se distancia da realidade social.

A identificação do ator social com o território é o elemento crucial para o desenvolvimento da minha pesquisa, a medida que a memória social se aproxima dessa compreensão ela caminha para processos de mudança social, representado pela linha pontilhada, para depois, por meio do discurso, efetivar essa mudança e caminhar para a realidade social da memória como direito e vontade política. Mesmo depois de realizada, esta

precisa ser direcionada para a identificação do ator social com o território, uma vez que quando mais se distanciar também será distanciada da memória social. Assim, pesquisas que possuem comprometimento com a mudança social tendo a memória o território e os atores sociais como foco, podem-se basear neste modelo, com vistas a identificar processos aparentemente não evidenciados nas práticas estudadas. Foi esse caminho estabelecido que identificou as representações discursivas da memória em comunidades periféricas do território brasileiro como um caminho a ser estudado pela ADC. Na próxima seção abordo a ADC como instrumento de análise em pesquisas sociais que estabelecem relações intrínsecas entre linguagem e sociedade.

4.1 ADC como ferramenta analítica: uma compreensão do social

A Análise de Discurso, configura-se como uma área profícua de pesquisa no campo das Ciências Humanas, articulando inquietações surgidas em campos do saber como a Linguística, por meio do diálogo interdisciplinar em torno de questões abertas pelo Estruturalismo, ao mesmo tempo que possibilita diferentes abordagens e perspectivas. No cerne dessas abordagens encontra-se a Análise de Discurso Crítica, que por sua vez também possui vertentes diferentes. Van Dijk apresenta uma abordagem da ADC por meio de uma perspectiva cognitiva, Wodak, direciona um olhar histórico. Wodak (2004, p. 225) aponta a ADC como um campo que buscar “investigar criticamente como a desigualdade sócia é expressa, sinalizada, construída, legitimada, e assim por diante, através do uso da linguagem (ou no discurso)”. Fairclough já apresenta uma abordagem sobre o capitalismo. Mas essas distintas abordagens não se distanciam de um mesmo grupo de estudos e possuem em comum a preocupação com o social, o desvelar das relações de assimetria de poder, como papel, atuará de forma transdisciplinar.

A partir de 1979, quando foram publicadas obras *Language and control*, de Fowler *et al.*, 1979 e *Language as ideology* (KRESS & HODGE, 1979; HODGE e KRESS, 1993) as duas obras mais diretamente ligadas à criação daquilo que entrou para a história como uma nova linguística, uma Linguística Crítica, da qual a ADC atual é herdeira (GOUVEIA, 2002, p.2). Foi Norman Fairclough quem cunhou o termo Análise de Discurso Crítica em 1985, no *Journal of Pragmatics* (FAIRCLOUGH, 2016). Internacionalmente, desde então, o autor, juntamente com Wodak e Van Dijk, e outros estudiosos, vêm avançando com os estudos teóricos da ADC. No Brasil segue o caminho já apontado com as professoras pesquisadoras da UnB, como de outras instituições de ensino superior.

Ao ser entendida como uma das disciplinas que estudam o discurso, a AD pode se interessar pelos mesmos *corpora* que a análise conversacional ou a sociolinguística, mas o que irá diferenciá-las será a forma da abordagem, do ponto de vista teórico/metodológico e, por conseguinte, o dispositivo analítico. Sua abordagem teórico-metodológica pode ser compreendida como uma espécie de evolução de duas outras linhas analíticas da linguística: a Linguagem Sistêmico-Funcional (LSF), proposta por Halliday, e a Linguística Crítica (LC). Em linhas gerais, a primeira defende que o estudo do sistema linguístico é funcional pela existência de componentes funcionais em sua estrutura – ideacionais, interpessoais e textuais – e porque cada elemento da língua desempenha uma função no sistema linguístico. Já a segunda trabalha as propostas da LSF com uma perspectiva crítica acerca das relações estabelecidas entre texto, poder e ideologia (MAGALHÃES *et al.*, 2017, p. 25-29).

Nesse sentido, a ADC pode ser compreendida como o estudo da linguagem em uso, ou seja, as ações que produzimos com os textos no interior das nossas atividades sociais. A linguagem será compreendida como uma prática social e as práticas sociais são modos mais ou menos estabilizados de produção da atividade humana que se comunicam entre si, formando uma rede, na qual o discurso tece a regularidade dos sentidos/sentimentos (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999; HARVEY, 1996). O contexto em que se dá o uso da linguagem também será fundamental para as análises (WODAK, 2004). Assim, o discurso será visto como uma prática social e o mundo social pode ser textualmente construído, no entanto, o efeito de sentido dos textos irá variar conforme fatores que são contextuais, sendo a realidade social de quem produz o texto e os contextos de circulação dos mesmos. Deste modo, podemos dizer que o mundo social será textualmente construído, respondendo os textos às condições estruturais que estão para além da língua. (FAIRCLOUGH, 2003).

Sendo o discurso uma prática social, a prática discursiva estará envolvida em situações de produção, distribuição e circulação dos textos. Serão atividades sociais de grupos específicos que produzirão os efeitos a partir dos textos. Assim, a prática discursiva, ou circulação desses textos em um contexto específico irá obedecer a regras e funções específicas que dirão do discurso nas suas entrelinhas e os papéis sociais desenvolvidos. Em outras palavras, os textos têm função mediadora perante a prática social (FAIRCLOUGH, 2016).

Para Fairclough (2003), os textos têm consequências e efeitos que se estendem aos campos sociais, políticos, cognitivos, morais e materiais, a compreensão dessas consequências e efeitos configura-se essencial na percepção e formulação de questões voltadas para o estudo da memória, das identidades e dos territórios periféricos. A ADC irá investigar os sentidos ou

significados produzidos nas práticas discursivas/sociais de uso da linguagem em contextos específicos. Esse uso contextualizado permite significados que estão para além do que está escrito.

Fairclough, no trabalho desenvolvido sobre a linguagem, constitui a ADC como uma base transdisciplinar, sendo a linguagem um caminho para a pesquisa social, o autor sugere a aplicação de alguma forma de análise de discurso e propõe uma reflexão sobre como a Teoria Social contribui na análise de textos, ao mesmo passo em que a análise de textos contribui para pesquisas sociais (2003). A crítica desenvolvida em ADC diz respeito ao valor atribuído à ética e à justiça no processo analítico. Por um viés ético as análises voltam o olhar na busca por correções de desvantagens sociais. No caso do desenvolvimento da minha tese, como analista, formalizei a memória como direito e vontade política na constituição de territórios de memória e na representação discursiva dos atores sociais periféricos, o qual busco convergir esforços que evidenciarão essas marcas tanto nas análises dos dados, como na escrita da tese, conforme propõe Fairclough (2003). O que exige que a realidade do campo social estudado seja descrita, no intuito de estabelecer compreensões dos arranjos sociais que podem levar a injustiças, movimento que faço no capítulo contextual ao apresentar o universo dos Pontos de Memória e das comunidades que contribuem com a pesquisa.

Esse movimento de contextualização faz com que as análises sejam constituídas por meio de juízos de valores acerca das dualidades justo ou injusto, certo ou errado. O seu posicionamento não neutro configura essa crítica que caminha para desvelar mecanismos de articulações sociais responsáveis por perpetuarem relações de poder. Gouveia (2002, p. 4) aponta que “os analistas/linguistas críticos partilham com analistas de discurso uma concepção de discurso que engloba a noção de fragmento/parte/instância de uso da linguagem”, mas, ao contrário destes, para quem a noção de discurso remete para a noção de uso linguístico, os analistas de discurso vêem o discurso como uma prática social, em relação, portanto, com outras práticas sociais, e, como tal, socialmente modelada.

Assim, a ADC fornece um arcabouço teórico e metodológico que seja capaz de subsidiar pesquisas de cunho social, uma vez que considera os discursos como representações particulares de aspectos do mundo, o que faz existir tanto alternâncias como disputas entre os discursos, de acordo com os diferentes grupos e posições sociais. Assim, considero necessário destacar conceitos-chave, como discurso e prática, apontados por Fairclough (2016) o qual a prática é apresentada como uma espécie de exemplos reais das pessoas que fazem, que dizem ou que escrevem coisas. A prática social será relacionada a ideologia e discurso localizados em

estrutura e eventos. Chouliaraki e Fairclough (1999) esquematizam os conceitos de estrutura social e evento social, ao desenvolverem essas reflexões, para a teoria e análise de discurso. A vida social é formada de práticas e as práticas são “modos habituais, ligados a tempos e espaços particulares, nos quais as pessoas aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agirem juntas no mundo” (CHOULIARAKI E FAIRCLOUGH, 1999, p. 21)

Ao usar o termo discurso, Fairclough (2016, p. 94-95) considera a linguagem como uma prática social, o que para o autor teriam várias aplicações, uma delas é o discurso “ser um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação”. Nesse sentido a prática social deve ser evidenciada no estudo das práticas discursivas, perpassando a produção, a distribuição, o consumo, o contexto, a força e a coerência, mas também está no objeto/texto analisado, no que diz respeito ao vocabulário, a coesão e a estrutura textual. Dessa forma, a análise de discurso crítica atua tanto na análise textual como na análise social. Uma outra implicação apontada por Fairclough está na “relação dialética entre discurso e estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social”.

Para Fairclough (2003, p. 25) “as práticas sociais podem ser vistas como articulações de diferentes tipos e elementos sociais os quais estão associados com áreas particulares da vida social”, enfatizando a articulação de elementos sociais discursivos e não-discursivos. Pensando essas considerações, Caetano (2009, p. 97) aponta que “temos: a formação das práticas sociais, que coexistem em uma rede de práticas que moldam os eventos, mas não os determinam fixamente por conta das diferentes possibilidades de organização contextual de elementos sociais e da própria rede de práticas”. Assim, temos as ações dos atores sociais que são influenciados pela estrutura social, mas que irão atuar dentro de possíveis aberturas, que a longo prazo, mas nem sempre conseguem provocar mudanças nas práticas sociais e na própria estrutura social. Os processos de reflexividade em si não irão criar possibilidades do agir, mas despertar os processos de consciência de que é possível uma atuação pela mudança. Uma vez que ao pensarmos situações específicas de dominação, tanto dominados como dominantes irão compartilhar sensações de normalidade da prática.

Chouliaraki e Fairclough (1999) apontam passos a serem dados na realização de uma pesquisa em ADC com esse cunho social. Apresentarei algumas relações com os termos que investigo na tese para que fique evidente essa relação entre o objeto de estudo e a teoria/metodologia aplicada, que configura a ADC como um método de análise e uma teoria acerca do discurso e seus usos na formação social:

1) Identificar um problema na prática social que precise ser desvelado. Os autores apontam que o problema é a crítica normativa, que define o certo e o errado, o justo e o injusto. Nesse sentido, é fundamental que o problema desvelado esteja inserido na reflexividade e na agência para os que permanecem subjulgados e/ou em posições de desvantagem social. O cerne da discussão da pesquisa está na percepção da memória como direito e vontade política em comunidades periféricas do território brasileiro, discussão que já apresentei em outros momentos. Dialogando com os apontamentos de Chouliaraki e Fairclough, a definição do certo e errado na periferia está nas narrativas e protagonismos evidenciados na constituição da periferia como um território de memória e nas relações de poder e hegemonia e os efeitos ideológicos sobre as relações sociais estabelecidas nesses espaços por meio do discurso/texto, tanto em processo de dominação ou ruptura.

2) Identificar as redes de práticas em que o problema esteja inserido, verificando os diferentes discursos carregados pelas representações. O território da periferia, historicamente, sempre foi representado como o local da falta, da violência e de invisibilidades. Quando os atores sociais das comunidades percebem que além dos direitos básicos essenciais, a memória também configura-se como um direito. Nesse sentido, a periferia vivencia outro processo que está na articulação social na garantia desse direito.

3) Perceber a ação do discurso e da ordem de discurso – os textos que são produzidos, distribuídos e veiculados, a posição dos participantes, as relações que regulam essa ordem. Nesse momento que destaco a atuação dos Pontos de Memória nesse processo, sempre aponte, ao longo da escrita da tese e por meio das minhas observações, que os Pontos de Memória não instituem o trabalho ou o olhar para a memória nas periferias que atuam. O trabalho com a memória sempre existiu, o Programa reorganiza essa discussão sob um viés de uma identidade chamada Pontos de Memória. Os atores sociais envolvidos no processo, ao se identificarem com a proposta, articulam seus discursos no universo dessa identidade, a saber: ações de memória que ressignificam o protagonismo na constituição dos discursos da periferia como território de memória.

4) Aplicar à análise do texto as categorias de análise textual com vistas a confrontar na instância discursiva o que foi observado na análise das práticas. Essa parte irei desenvolver melhor nos capítulos analíticos, para que meu leitor e minha leitora possam perceber quais categorias estão mais presentes. Deixarei também essa discussão das categorias para o capítulo analítico, uma vez que a intenção não é a reprodução da teoria, mas estabelecer suas relações

com o objeto estudado. Para o capítulo teórico deixarei, mais adiante, o percurso estabelecido na construção do território como categoria analítica.

5) Refletir sobre o papel das práticas em relação às configurações do texto, discriminando a participação das práticas no problema estudado.

6) Verificar possíveis caminhos de superação no bojo das práticas sociais nos discursos. Nesse sentido, o trabalho com as narrativas dos atores sociais dos Pontos de Memória, ao evidenciar a periferia como território de memória e a própria memória como direito e vontade política, estabelece relações de superação nas práticas sociais discursivas de representações da periferia e do ator social periférico, uma vez que o protagonismo projetado será das pessoas envolvidas no processo de organização social da periferia.

7) Refletir explanando as relações entre os elementos da prática com vistas ao desenvolvimento do problema, explicitando as articulações hegemônicas para possível superação da realidade observada. O trabalho que os Pontos de Memória desenvolvem nas comunidades que atuam, projetam a periferia, os atores sociais, desenvolve reflexões sobre a memória, o esquecimento, evidenciam relações de poder e faz projeções com outras possibilidades. Para que exista a mudança social, será necessária uma mudança nas práticas discursivas. Não pretendo adiantar considerações analíticas, mas posso dizer que um dos primeiros passos da periferia é a consolidação de práticas discursivas que projetam o território e promovem impacto social nas diversas esferas. Será por meio desses impactos sociais que a mudança discursiva irá ocorrer e, conseqüentemente, a mudança social.

Para que o estudo proposto seja realmente por uma perspectiva discursiva crítica, é necessário considerar tanto a teoria como a descrição dos processos e estruturas sociais resultantes das narrativas que conformam a periferia como um território de memória, além dos contextos sociais em que estão inseridos os atores sociais periféricos e as interações com essas narrativas de resistência que perpassam por questões de contexto, ideologia e poder, o último compreendido como sendo instável e suas relações assimétricas podem sofrer mudanças e superações dentro da relação dialética entre linguagem e sociedade.

Não pretendo com a escrita deste capítulo teórico esgotar toda a discussão da ADC ou somente reproduzir estudos já realizados. Considero um caminho importante situar o campo teórico/metodológico ao qual estou embasado, mas proponho também algo um pouco mais ousado. O avanço das discussões e dos estudos discursivos críticos em uma perspectiva de ruptura colonial com o desenvolvimento da própria teoria. A periferia em si configura-se um

processo decolonial, apresentar suas configurações sociais e discursivas em uma perspectiva crítica é também estabelecer caminhos investigativos dentro da ADC que possuam características de um estudo discursivo crítico local. Realmente espero ter conseguido avançar nessa discussão, sendo essa uma das maiores contribuições teóricas da realização da minha tese. Diversos outros aspectos da ADC poderiam ser acessados, mas considere que o mais importante no momento seria esse seu caráter de investigação discursiva crítica social. Nas próximas seções apresento os primeiros passos desenvolvidos na construção do território como categoria analítica a ser aplicado nos capítulos de análises.

4.2 Periferia e decolonialidade

A África, Ásia e América Latina ganham espaços nos estudos denominados pós-coloniais, subalternos ou pós-ocidentais, e reclamam para si a compreensão de lugares que ativam o pensamento crítico emancipados e não somente como espaços geográficos. Passam a questionar narrativas oficiais e a configuração eurocêntrica como uma história totalizante, produzindo assim, novas leituras. O surgimento de novas práticas sociais e educacionais questionam e criticam explicitamente os legados coloniais e estimulam novas discussões e pesquisas sobre decolonização, decolonialidade e estudos pós-coloniais.

Quijano (2005), dialogando com a tradição marxista, procura uma interpretação epistemológica de processos de dominação do Norte global sobre o Sul, aqui considerado como América Latina, ao desenvolver o conceito de colonialidade. Para o autor a colonialidade é constitutiva do poder capitalista, operando, quer nos domínios da vida social, quer nos âmbitos da subjetividade e intersubjetividade, por meio de instrumentos de coerção, tendo em vista a reprodução e perpetuação das relações sociais de dominação.

Esse posicionamento permite perceber uma faceta colonial do capitalismo e de seu projeto cultural, conforme apresenta Cajigas-Rotundo (2007), o que excluí as Américas de uma já existente economia mundial capitalista. Para Quijano (2005) esse processo começou com uma colonização interna de povos com identidades diferentes, no entanto, que habitavam os mesmos territórios. Esses territórios passaram por um processo de criação de espaços internos de dominação. O que fez com que surgisse um desdobramento desse fenômeno com a colonização imperial ou externa de povos que não somente tinham identidades diferentes, mas como também habitavam territórios que estavam além do espaço de dominação interna dos colonizadores.

O termo Epistemologias do Sul é uma metáfora utilizada para abordar a exclusão e o silenciamento de povos e culturas dominados pelo capitalismo e colonialismo. Quando penso na periferia, acredito que esse espaço é por si decolonial, pois os processos de luta e resistências em suas configurações permitem ao território, às identidades e a memória essa prática de resistências que, vinculadas ao passado e ao presente, são processos de existência nas dinâmicas sociais de relações de poder, mas é também o despertar do conhecimento e do pensar os problemas relacionados com esse conhecimento.

Quijano (2005, p.93) aponta que o colonialismo e colonialidade são conceitos que estão relacionados, mas que são distintos. O colonialismo é descrito como sendo mais antigo, mas “colonialidade provou ser, nos últimos 500 anos, mais profunda e duradoura que o colonialismo. Porém, sem dúvida, foi forjada dentro deste, e mais ainda, sem ele não teria podido ser imposta à intersubjetividade de modo tão enraizado e prolongado”. Para Santos (2004), a perspectiva pós-colonial parte da ideia de que, a partir das margens ou das periferias, as estruturas de poder e de saber são mais visíveis e a geopolítica do conhecimento ganha um papel fundamental, por problematizar quem produz o conhecimento, em que contexto e para quem.

Entendo por pós-colonialismo um conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implantação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo. Tais relações foram constituídas historicamente pelo colonialismo e o fim do colonialismo enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória (SANTOS, 2004, p. 8).

Tudo isso irá tratar da existência colonial do poder na trama social que constitui a história da América Latina, uma espécie de sistema ordenador e acumulativo das relações sociais e da disposição do poder. Historicamente esse território iniciou um processo de decolonização, no entanto, a colonialidade e seus principais efeitos continuaram a ordenar essas sociedades, e produzindo diversas estruturações sociais de matriz colonial, como o caso da periferia brasileira. O colonialismo, como fenômeno histórico, precede e origina a colonialidade enquanto matriz de poder, conforme apresentado por Quijano (2005), mas não podemos negar que a colonialidade sobrevive ao colonialismo.

O desenvolvimento de estudos decoloniais apresenta uma expansão do arcabouço teórico da decolonialidade, com aplicabilidade em outras dimensões e campos do saber que a tomam sob o viés dos conceitos da colonialidade do saber, do ser, da natureza e do gênero. Não

proponho aqui desenvolver um estudo mais aprofundado desses processos, mas estabelecer a periferia brasileira, na perspectiva abordada na pesquisa como território de memória, como espaço de luta e resistência contra reproduções coloniais.

A comunidade é tomada como um elo entre os atores sociais periféricos e a periferia em processos de significação e ressignificação de identidades que estão relacionadas com esse território, proporcionando, assim, o fortalecimento de relações de pertencimento. O ator social transita entre espaços que são vistos, tanto pelo poder público como pela sociedade de modo geral, como segregados. Existe, nas cidades brasileiras, a convivência do contraste entre condições urbanas configuradas na distinção e de maneira conflitiva na cidade. As comunidades com atuação de Pontos de Memória ilustram isso muito bem. Na Terra Firme, em Belém do Pará, sua localização está próxima a equipamentos públicos de grande importância para a cidade, de um lado a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal Rural da Amazônia, na mesma avenida do Campus de Pesquisa do Museu Paraense Emílio Goeldi, do outro lado as casas da Terra Firme, vista como um lugar perigoso e de pobreza. Esses espaços compartilham a cidade de Belém, a do porto, do mercado tradicional do Ver o Peso, a cidade turística dos rios e praias de água doce. Esses contrastes traduzem as desigualdades nas oportunidades territoriais das cidades.

Para Rolnik (1999, p. 100) mais do que expressar diferenças econômicas e sociais, este contraste tem implicações profundas na forma e no funcionamento das cidades.

O espraiamento em periferias precárias tem levado a uma necessidade absurda de viagens que atravessam a cidade, para conectar cotidianamente espaços de não-cidade às centralidades concentradoras de emprego, oportunidades econômicas, culturais, etc. Os efeitos urbanísticos decorrentes da persistência desta dinâmica são devastadores e ocorrem nos dois termos desta equação. Nas periferias (ou favelas, ocupações, invasões), o urbanismo é eternamente incompleto e, no mais das vezes, de risco.

A autora ainda aponta como urbanismo de risco o que é marcado pela insegurança, podendo ser do terreno ou da construção, ou até mesmo da condição jurídica de propriedade. O Ponto de Memória Museu do Taquaril organizou, no ano de 2012, um concurso para eleger uma música que representasse o bairro, a canção escolhida foi *Meu Brasil Taquaril*, de autoria de Anderson Santo, morador vizinho ao bairro. Abaixo reproduzo a letra da música:

De longe eu vejo você, constantemente vou lhe visitar,
pouco importa se é no B ou no A,
eu vou a pé ou até de circular.
Só quem mora sabe o que é lutar, sobe as ladeiras sem reclamar,

olha pro céu e agradece a Deus
 pelo lugar que Ele te deu.
 Ah quem disse que o Taquaril,
 é o buraco do Brasil;
 desconhece a história de um povo que o construiu,
 abraçado pela Serra do Curral,
 cartão postal de BH;
 é tão lindo ver o sol nascer,
 em cada novo amanhecer
 Taquaril, oh Pátrias mil;
 Taquaril, é meu Brasil, Taquaril.

Na canção, Anderson fala de morar no bairro vizinho e constantemente visitar o Taquaril, nas suas divisões entre setores A e B. A letra apresenta o contraste apontado por Rolnik entre o território periférico da cidade de Belo Horizonte e outros espaços considerados como cartão postal, mas que dividem a mesma cidade. O processo de exclusão social na periferia se dá na identificação do como e do por que atores sociais não têm acesso a possibilidades que são oferecidas pelas sociedades, mas que não atingem toda a população.

Por isso a necessidade da abordagem da periferia como território de memória e dessa memória não somente percebida como direito, mas como vontade política na luta contra processo de exclusão social. Compreendida tanto como os direitos essenciais básicos quanto aos aspectos materiais. O que caracteriza a periferia, discursivamente, como o lugar da falta. Caminho contrário do que proponho na pesquisa ao projetar a periferia como território de memória e lugar do pulsar da vida. É nesse contexto que apresento a periferia como um espaço decolonial, representada discursivamente pelas memórias e narrativas de seus moradores.

Pensar a periferia e sua representação discursiva pelo ator social periférico é dialogar com o pensamento dos estudos discursivos críticos que busca uma atuação que também é decolonial, por isso essa relação intrínseca entre periferia e decolonialidade. Para Resende (2019, p. 20),

O esforço decolonial desse campo, então, deveria dirigir-se a três caminhos convergentes: decolonizar o *saber*, no sentido de lograr criticar teorias e métodos, e compreender, como propõe o giro decolonial, que não há conhecimento universal (isso inclui, obviamente, o conhecimento acadêmico sobre linguagem); decolonizar o *poder* da ação criativa no esforço de superação desse conhecimento universalizante, isto é, assumir a potência de criação teórica e metodológica local, especialmente por meio do constante questionar da separação disciplinar e suas imposições; e decolonizar o *ser*, fazendo uso estratégico desse espaço paradoxal, o que carrega as potencialidades da comunhão de saberes, incluindo também o conhecimento comum. Tudo isso deve ter impacto sobre a educação, especialmente a

educação pós-graduada em estudos discursivos, num ciclo virtuoso entre consciência (ser), crítica (saber) e criatividade (poder). (Grifos da autora).

Esta pesquisa percorre esses três caminhos apontados por Resende, uma vez que ao abordar o que o próprio título da tese busca evidenciar, a saber: “Memórias, identidades e territórios periféricos: decolonizar os estudos discursivos críticos”, propõe “potencialidades transformativas” tendo o território e suas significações e ressignificações como protagonista. A decolonização do *saber* está nas teorias e conceitos acionados ao longo da pesquisa, na abordagem da periferia e da memória em uma perspectiva discursiva crítica. A decolonização do *poder* está na etnografia discursiva aplicada a metodologia e na construção de uma rede entre esses espaços periféricos com atuação de Pontos de Memórias, mesmo sendo a periferia diversa dentro dela mesma, mas o que predomina é a memória como direito e a organização social/política na garantia desse direito. A decolonização do *ser* está nas vozes periféricas acionadas, nas potencialidades de saberes na conformação do território como categoria analítica para os estudos discursivos críticos e na minha identidade como pesquisador periférico.

4.2.1 Territórios periféricos de memória: entre o demarcado e o simbólico

O território aparece como elemento estruturante da pesquisa, acompanhado da memória, identidades, representações dos atores sociais e questões discursivas. Tudo isso atua na elaboração da periferia como território de memória. O território é tão importante na pesquisa que proponho estrutura-lo como uma categoria analítica na ADC e que dialoga com os significados do discurso apresentados por Fairclough (2016). Assim, apresento uma discussão inicial que irá justificar essa abordagem.

Busco apresentar aos meus leitor e leitora a organização do pensamento que foi necessária para essa compreensão do território que será desenvolvido como simbólico e demarcado. O demarcado é aquele que estabelece fronteiras, que está nas demarcações geográficas das comunidades com atuação de Pontos de Memória, será o responsável por localizar essas comunidades nos mapas das cidades. O simbólico está mais no campo do imaginário, das representações e principalmente do pertencimento. Estará mais presente nas construções identitárias discursivas dos atores sociais periféricos e será símbolo de luta e resistência.

Espero construir algumas justificativas para essa abordagem do território como categoria analítica, ela não é nova e pode ser encontrada em pesquisas na área de História, Geografia, Sociologia, entre outras, mas sua inovação está na sua aplicação na Análise de

Discurso Crítica. O que também foi possível por meio de Pontos de Memória como objeto investigativo, por mais que cada Ponto tenha autonomia para definir suas abordagens de atuação, sejam elas temáticas ou não, todas perpassam por questões territoriais, a diferença estará na ênfase dada. O Ponto de Memória do Museu de Favelas, no Rio de Janeiro – RJ, trabalha com o território dos morros do Canta Galo, Pavão e Pavãozinho, sua expografia está voltada na construção de um museu de percurso. O Ponto de Memória do Beiru, em Salvador - BA, trabalha com a temática de raça, voltada para o negro. Embora a ênfase seja diferente em cada um, ambas perpassam por questões territoriais dentro da comunidade e sua relação com o restante da cidade.

Os atores sociais dos territórios brasileiros, divididos entre cidades, campos e diversas outras subdivisões nesses espaços, desenvolvem suas atividades por processos que estão relacionados às produções, circulações, distribuições e consumos de objetos, como também das pessoas, relações de trabalho, a capital e os outros espaços, distribuição de renda e tecnologias. Esses processos estão relacionados com o território na apropriação dos solos para cada atividade, das riquezas naturais, de toda essa matéria prima. Mas todos esses processos na produção das atividades também estão, necessariamente, na elaboração, reprodução e circulação de pensamentos, representações, interpretações, relações com a natureza e relações hegemônicas. Assim, concomitantemente, essas produções materiais, os atores sociais, as classes sociais e as instituições sociais compartilham práticas que legitimam relações sociais que irão dizer como esses atores são inscritos no mundo.

Será nessa perspectiva que busco trabalhar com o território, para Milton Santos (2002, p. 87), o território, aponta que cada tempo, localizado espacialmente, será responsável por produzir e perpetuar suas verdades. O território é visto como,

... o conjunto de sistemas naturais mais os acréscimos históricos materiais impostos pelo homem. Ele seria formado pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outras palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política. Os acréscimos são destinados a permitir, em cada época, uma nova modernização, que é sempre seletiva.

Nesse sentido, os Pontos de Memória não somente atualizam a comunidade como um território de memória, mas questionam o papel dos museus nesse processo de salvaguarda e a relação com o entorno social inserido, uma vez que repensam as comunidades como esses espaços, estabelecendo a mesma relação do museu como local de memória. Nos museus, temos galerias para exposições, reservas técnicas, obras de artes, roteiro de exposição, curadoria das

obras, nos Pontos de Memória temos ruas e becos, casas e muros como galerias e pessoas com suas histórias e memórias como objetos expográficos, a própria periferia é reconhecida como um território de memória.

Essa relação da periferia como território de memória está também nas imagens e representações do pensar e fazer social construídos sobre o passado e que irão comportar elementos essenciais relacionados ao fazer que é materializado no tempo presente e que desperta realizações que darão contornos e configurações aos diversos contextos geográficos. Recorro a toda discussão da memória desenvolvida na pesquisa e ao que aponta Milton Santos sobre o território. Essa perspectiva permitirá desenvolver o território como categoria analítica, tendo em vista as representações discursivas dos atores sociais de comunidades com atuação de Pontos de Memória e as relações estabelecidas com o território periférico.

Assim, ao voltar o olhar para a periferia, é importante tocar no potencial produtivo que acompanha as representações que são criadas e inventadas sobre os lugares, principalmente por grupos sociais que assumem papéis diferentes nessa produção, uma vez que os discursos serão construídos com o intuito de convencer e/ou legitimar ações e práticas de dominações territoriais presentes e passadas, ou para rompê-las. A grande questão apresentada está no rompimento com discursos que buscam o convencimento de que formas de representação do território, desenvolvidas desde o passado e ainda reproduzidas no presente, são benéficas e igualitárias. Assim, ao projetar o território da periferia como um espaço de memória, questiono os usos de outras memórias socialmente construídas dessas comunidades como o local da falta ou até mesmo como processos de dominação territorial por grupos sociais dominantes.

O território foi configurando-se como uma necessidade de categoria analítica ao longo da pesquisa, pois a relação que os atores sociais periféricos estabeleciam com essas comunidades serve de elemento para pensar os processos de representações discursivas desses atores que estão diretamente relacionados com a periferia como território de memória. Início uma discussão dessa construção do território como categoria analítica e sua relação com a Análise de Discurso Crítica, o que ficará mais evidente na terceira parte da tese, a qual irei aplicar as categorias analíticas elegidas.

4.2.2 O território como categoria

Essa abordagem do território encontra terreno fecundo nos mecanismos de usos sociais da memória, na legitimação ou transformação dos processos de dominação social voltados aos controles e hegemônias territoriais. Assim, será necessário apontar os pressupostos teóricos que

aprofundam questões voltadas para ideologia e poder, o que permitiu abordar o território estabelecido oficialmente e o ressignificado. O oficial é demarcado por limites fixos, cria fronteiras e divisas, o ressignificado transcende essas marcas e está diretamente relacionado a representações, mas também pode criar demarcações já que fronteiras são fluidas, uma vez que ambos perpassam questões ideológicas e de poder socialmente estabelecidas.

No âmbito da ciência geográfica, o território figura um dos conceitos fundamentais, como um conceito, apresenta diferentes designações, conforme o contexto histórico ou referencial filosófico e ideológico, em sua abordagem. Com isso, a ciência geográfica passa a empregar o conceito em outras perspectivas no intuito de abordar análises socioespaciais. Milton Santos (2002) chama essa transitividade conceitual de “retorno do território”, ou território usado. Para ele, “território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano e espaço habitado” (SANTOS, 2002, p. 16), com a presença de horizontalidades e verticalidades. A primeira estaria para os lugares vizinhos, continuidade territorial, espaço banal e a segunda para os pontos distantes uns dos outros, ligados por formas de processos sociais e redes.

O território para a abordagem da minha pesquisa está relacionado com as identidades e relações de atores sociais e grupos com os lugares, principalmente com a periferia, mas não somente. Os processos de globalização e mobilidade apresentam novas situações que redefinem a ideia de identidade e a relação territorial, principalmente no que chamo de uma rede de memória social entre as periferias do território brasileiro, marcada por sua conformação por meio de lutas e processos de resistência. Nesse sentido, ao iniciar uma abordagem do território como categoria, recorro também as suas especificidades, das quais pontuo o seu conteúdo, princípio, finalidade e representação, as territorialidades, sua ação, movimento e processo, as territorializações, desterritorializações e reterritorializações. O território é normalmente pensado como uma produção material, no entanto, os territórios e territorialidades comportam, em suas manifestações, elementos cheios de aspectos e conteúdos imateriais.

O território exerce um papel de destaque na pesquisa, pois pensar na representação dos atores sociais das comunidades de atuação dos Pontos de Memória é levar em consideração que essa representação será pautada na relação estabelecida com a periferia como território de memória. Desta forma, inicio neste capítulo uma primeira abordagem da construção do território como categoria analítica em pesquisas de cunho linguístico discursiva, sua abordagem como categoria analítica não é nova em diversos campos das ciências, a exemplo da Geografia, História e Antropologia, conforme sugerem Hall (1997), Lefebvre (1991), Dixon (2005) e Haesbaert (2006), mas desconheço trabalhos em Análise de Discurso Crítica que tenha parecido

proposta, embora que para o embasamento da categorização do território, recorro a Milton Santos (2012), mas proponho uma abordagem voltada ao construto teórico de Fairclough (2003).

O território contém formas diversas de apreensão e de manifestação individual e coletiva de um Estado, grupo cultural, classe social ou atividade econômica, mas principalmente das relações de poder, uma vez que é ao mesmo tempo constituído pela dimensão material das formas de apropriação e produção do espaço pelo Estado, por uma dimensão imaterial, ideológica e do próprio imaginário territorial presente nos discursos e nas práticas identitárias, perpassando por suas definições e usos construções militares, econômicas, jurídicas e ideológicas. O território como categoria analítica na ADC perpassa por essas questões, mas principalmente a ideológica.

Preciso chamar a atenção dos meus leitor e leitora, não estou dizendo que o território não é utilizado em pesquisas na área da ADC, o que venho dizer de sua inovação está no seu uso como uma categoria analítica que irá caminhar juntamente com os construtos metodológicos da ADC. O território não será visto como um instrumento que necessitará ser descrito, interpretado e explicado, mas como uma categoria que irá atuar nessa descrição, interpretação e explicação dos discursos de representações de atores sociais periféricos. A exemplo, Caetano (2009, p. 286) ao pesquisar processos na medicina paliativa e ADC, faz uma abordagem do território material e representado, para a autora

O espaço geográfico de um hospital, por exemplo, forma um território concreto, assim como a sua representação forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território imaterial. Imaterial ou concreto, o fato é que o território possui limites, fronteiras e, assim, é consequentemente um espaço propício ao conflito.

Caetano (2010, p. 05) ao desenvolver um estudo do espaço como uma das categorias de estudo de questões identitárias aponta que “espaço e lugar têm sido tratados como receptáculos ou recipientes de que ‘tomados como certos’ são vistos como ‘neutros’ e, portanto, não interessantes para estudos que não sejam da área da Geografia e História, por exemplo”. O mesmo posso apontar para o território nessa perspectiva, uma vez que não são conceitos divergentes.

O território é uma categoria fundamental para a Geografia, mas, também, vem sendo adotado em análises de diversas áreas do conhecimento. Lefebvre (1991), aponta o espaço social como sendo a materialização da existência humana, contudo, o autor nos esclarece que o

espaço social está contido no espaço geográfico, criado pela natureza e transformado pelas relações humanas, existindo, portanto, diversos tipos de espaços materiais e imateriais, como por exemplo: espaços políticos, culturais, econômicos e virtuais.

Nas comunidades periféricas do território brasileiro existe uma configuração coletiva, que por sua vez acaba por definir as maneiras de agir e pensar dos atores sociais periféricos, uma vez que a construção discursiva da periferia é comum a todos que vivenciam esse território, embora seja diverso dentro dele mesmo. Existe uma representação coletiva, estruturada na periferia como o lugar da falta, que perpetua concepções de mundo de forma homogênea. No entanto, quando o discurso evidenciado é o dos próprios moradores e constituintes desses espaços, as representações compreendem, nesse caso, um sistema de ideias que compõe um sistema de práticas na representação do mundo social da periferia.

Assim, a constituição da periferia como território de memória se dá de forma coletiva. Não quero negar a representação individual, mas destaco que este será social e simbólico, o que possibilita a tradução de representações coletivas, conforme já apontei nas discussões sobre memória individual, coletiva e social. A relação que o ator social periférico estabelece com o seu território juntamente com o sistema de representações de mundo, que compõem a própria periferia como território de memória e que fará com que os atores sociais hajam sobre ele. Essas práticas, voltadas para a memória como direito e vontade política que irão compor as ordens do discurso, criando e recriando, em significados, o território.

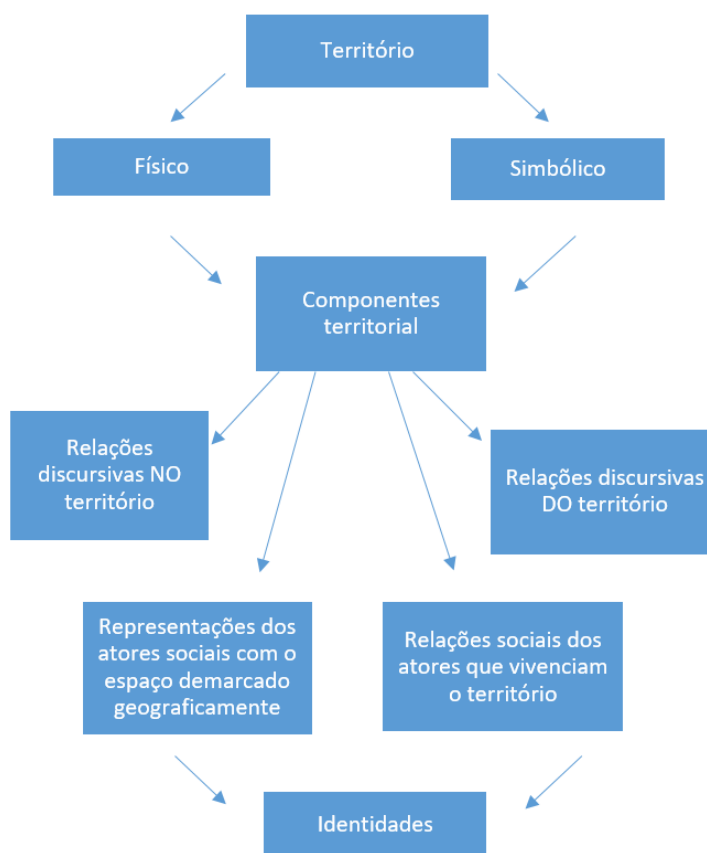
Nesse sentido, o território configura-se como um conjunto de representações e objeto analítico científico, analisando de forma objetiva, classificando e hierarquizando, por meio de critérios aceitos pela comunidade acadêmica. Assim, irá possuir um rigor próprio que será evidenciado no método e na construção do objeto. Com base nos pressupostos teórico-metodológicos da ADC, presentes nos significados Acional, Representacional e Identificacional, apresento os pressupostos que levam à adoção do território como categoria analítica e eixo de análise nas representações dos atores sociais de comunidades periféricas do território brasileiro, mas também recorro para uma ampliação necessária para a sua aplicabilidade como categoria analítica.

Assim, assinalo o contexto no qual os territórios são delimitados por fronteiras que são geográficas e físicas por meio de poderes institucionais/governamentais nas configurações das cidades. Mas também importante compreensão da constituição do território pelo social, ou o que estou chamando de simbólico. No segundo caso, identidades de naturezas diversas irão

constituir os componentes territoriais. Pensando no território como categoria analítica, aponto como elementos que compõem os territórios simbólicos dois processos, a saber: 1) representações discursivas NO território e 2) representações discursivas DO território.

O território significado perpassa por duas esferas de construção: 1) relações sociais dos atores que dividem o território e que pode apresentar fatores como grupo familiar e origem social e 2) as representações dos atores sociais com o espaço demarcado geograficamente, o espaço físico e não simbólico. No entanto, é preciso considerar as relações entre território e fronteiras tanto no demarcado como no simbólico, pois ambos contêm aproximações e distanciamentos mutuamente relacionados, uma vez que estão interconectados fisicamente, economicamente e culturalmente e as identidades são significadas nesses processos no caso da periferia como território de memória, as diferenças não são atenuadas, mas atuam nas particularidades e identidades que encontram apoio nos processos de pertencimento territorial. Conforme representado na figura a seguir:

Figura 9: Representação do território físico e simbólico na conformação de identidades.



Fonte: elaborada pelo autor.

Nesse sentido, ao instituir o território como categoria analítica com aplicação na ADC contribuo para o avanço nas discussões teóricas que estabelecem sua investigação, crítica, como assimetrias são expressas, são sinalizadas, são constituídas, corroboradas, naturalizadas e até mesmo mantidas, mas como também ocorrem os processos de desvelamentos desses mecanismos. O território como categoria analítica na ADC atuará na análise social dos dados.

Apresento algumas opções de pesquisas que possam utilizar o território como categoria analítica, mais para que os meus leitor e leitora percebam que não construo uma categoria aplicável somente ao meu objeto investigativo, mas que trabalhar com a periferia como território de memória foi um, dentre vários, caminhos possíveis. Em todas as possibilidades são apresentadas essa coexistência entre território simbólico e o demarcado. Essa relação é fluida e transitória. Se um território está configurado como simbólico, ele pode ganhar *status* de demarcado e o contrário também. Mas essa discussão irei aprofundar no capítulo analítico voltado para a aplicação do território como categoria analítica.

Pesquisas voltadas para a representações de pessoas em situação de rua podem abordar o território como categoria analítica. A rua, para as pessoas que transitam para suas relações de trabalho, estudo e relações sociais, faz parte da configuração da cidade e sua dinâmica, temos um território demarcado. Mas para quem está em situação de rua, ela é representada como moradia, mesmo que transitória, o território simbólico.

A pesquisa é necessária para saber como os atores sociais em situação de rua percebem o território e o ressignifica para além das configurações orgânicas da cidade, nas suas práticas discursivas associadas com o imaginário do que é ser uma pessoa vivendo em situação de rua nos grandes centros urbanos. A moradia digna é um direito básico da população, novas formas de interações entre os atores sociais e a cidade surgem e problemas relacionados a fruição ou não fruição desse direito também.

Uma questão que pode emergir e que não está respondida é “Quais relações de poder são evidenciadas e que permitem a compreensão da rua como um território de memória do ir e vir e a memória da luta pela garantia de direitos básicos como a moradia e, conseqüentemente a alimentação e a dignidade humana?”

O território ganha *status* de importância categórica nas relações de poder e representações dos atores sociais de populações em situação de rua. A aplicabilidade do território como categoria irá permitir acessar como a sociedade trata as configurações sociais das cidades e grandes centros urbanos, quais negociações estão presentes e quais processos

hegemônicos. A Análise de Discurso Crítica como método e o território como categoria, nas suas configurações demarcadas e simbólicas, acessando suas especificidades, o seu conteúdo, princípio, finalidade e representação, as territorialidades, sua ação, movimento e processo, as territorializações, desterritorializações e reterritorializações.

O *corpus* pode ser constituído por registros de reportagens, dados quantitativos e qualitativos a respeito da população em situação de rua, análise do plano diretório da cidade. Esse *corpus* pode ser ampliado com registros dos abrigos que recebem a população em situação de rua, a relação estabelecida com esses espaços. Um foco possível pode estar em como o território é compartilhado por atores sociais que coabitam as cidades e como são desenvolvidas relações de poder. Mas essa é só uma possibilidade, os pesquisadores interessados em desenvolver pesquisas em ADC, tendo o território como categoria analítica devem levar em consideração processos decoloniais nos estudos críticos discursivos, na decolonização do ser, do saber e do poder, conforme apontado por Resende (2019).

Pesquisas que atuam com raça e gênero também podem utilizar o território como categoria na análise dos dados. O corpo de uma pessoa transexual, por exemplo, é um território simbólico e demarcado. Pesquisas que trabalham com a representação discursiva do luto ou da morte podem pensar esses elementos como territórios que perpassam o simbólico e o demarcado em uma perspectiva do que é a compreensão da morte e a vivência do luto. Essas são, timidamente, algumas possibilidades de abordar o território como categoria analítica em pesquisas discursivas críticas, focarei sua abordagem no meu objeto investigativo, mas com o intuito de ampliar, a partir dos resultados alcançados, por ora, retomo algo que venho apresentando em outros momentos da pesquisa.

Diversos são os processos de inovação na realização da minha tese, inovação na abordagem da memória em uma perspectiva discursiva; inovação em trabalhar com dados das cinco regiões do Brasil, estabelecendo uma rede de memória social entre comunidades periféricas do território brasileiro, com atuação de Pontos de Memória (CASTELLS, 1999); na construção dos diversos processos metodológicos para acessar o objeto de estudo; na triangulação teórica e até no papel que assumo como pesquisador e membro de um Ponto de Memória. Mas ousar em dizer que estabelecer uma nova abordagem do território, levantar as primeiras discussões na elaboração dessa categoria em uma perspectiva discursiva, constitui como uma das maiores contribuições do meu trabalho. Não quero aqui exaurir todas as possibilidades com sua abordagem, pois é uma categoria em construção, mas proponho possibilitar o desdobramento para outros pesquisadores que procuram desenvolver pesquisas

linguísticas de cunho social e que levam em consideração os espaços como mecanismo de transformações discursivas e, conseqüentemente, sociais.

Proponho a análise da prática social a qual o discurso é uma parte, nesse sentido os pressupostos teóricos da Linguística Sistêmico-Funcional contribuem para evidenciar os tipos de processos e participantes favorecidos nas práticas discursivas de representações dos atores sociais de comunidades com atuação de Pontos de Memória, que escolha de voz são feitas, se a ativa ou passiva e, quão significativa é a nominalização dos processos. A LSF contribuirá na identificação da agência, na expressão de causalidade e na atribuição de responsabilidade na configuração do Programa Pontos de Memória como desenho de uma política pública para a memória social brasileira. A seguir, apresento esses pressupostos teórico do LSF.

4.3 Discutindo a Linguística Sistêmico-funcional

O trabalho com a Linguística Sistêmico-Funcional compreende a linguagem e seus usos nos processos de construção de realidades e das relações sociais que as envolvem. Eggins (2004, p. 21) aponta que a LSF é uma teoria da linguagem como prática social, mas também configura-se como metodologia analítica “que permite a descrição detalhada e sistemática de padrões linguísticos”. Nesse sentido, a LSF pode ser utilizada como uma importante ferramenta na análise de textos e de gêneros discursivos que são produzidos em diferentes mídias e contextos sociais. No âmbito desta pesquisa, acredito que o uso da LSF pode ser profícuo em evidenciar as vozes institucionais e comunitárias na configuração do Programa Pontos de Memória como política pública.

No âmbito dos estudos linguísticos a linguagem é percebida como um processo de comunicação social entre os atores sociais, a língua configura-se como mecanismo que possibilita essa comunicação, por meio dela são acionadas regras e estruturas próprias da língua, mas será por meio do discurso que os processos de comunicação são estabelecidos e os textos, escritos ou orais, são a materialização linguística do discurso. A linguagem é “parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3). Pode-se dizer que textos e discurso são elementos que se completam e que participam ativamente da circunstância enunciativa.

De acordo com a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), o texto é entendido como um fenômeno social e, como tal, é condicionado por outros sistemas sociais. A língua é um sistema onde o indivíduo faz suas escolhas segundo o contexto social em que está inserido e a gramática

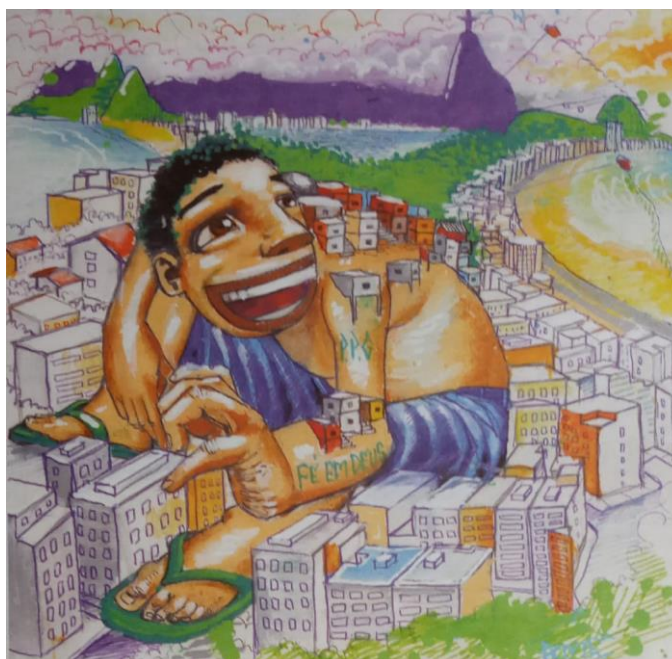
tem como função auxiliar na análise dos textos. O texto configura-se como uma unidade linguística que, materializada, se traduz por meio da fala ou por meio da escrita, com intencionalidade comunicativa. Mas um texto não é composto somente pelos aspectos materiais característicos da oralidade ou da escrita, mas também, constitui-se de outro aspecto que é o discurso. Ele, por sua vez, não tão palpável assim, engloba outros aspectos, os quais, muitas vezes, somente se tornam perceptíveis por meio das inferências, que também representam uma habilidade indispensável a todos nós imersos na condição de interlocutores. O texto não deve ser trabalhado atendo-se apenas aos seus aspectos formais, mas enquanto discurso que cumpre um papel de um contexto sócio-histórico cultural e, portanto, marcado ideologicamente.

Segundo a LSF, cada texto tem o seu “contexto de situação” determinado por três parâmetros, ou seja “campo”, “relações” e “modo”. O campo é compreendido como o objetivo comunicativo do texto. Relações está na compreensão do relacionamento entre os participantes do discurso e o modo será o canal de comunicação utilizado.

O contexto cultural na LSF irá mostrar que o significado de um texto depende não somente das escolhas ao nível léxico-gramatical ou do contexto de situação, mas de uma intertextualidade. Seu significado será construído por meio das relações que os membros de uma comunidade fazem entre um texto e os outros textos de seu conhecimento dentro de sua cultura, o que a LSF trabalha como contexto de cultura.

Para exemplificar, apresento o trecho de uma análise que fiz, publicada conjuntamente com Carmem Caetano, a qual abordo processos expográficos de Pontos de Memória, em uma perspectiva da semiótica social, mas que representa o que quero apontar com as discussões acima sobre o contexto e seu papel na significação do texto/discurso. A imagem é do Ponto de Memória Museu de Favelas – MUF e propomos uma análise interpretativa que aciona outros elementos para construção dos processos de significação, conforme exemplificado a seguir:

Figura 10: Representação do território do Museu de Favela - MUF.



Fonte: Circuito das casas-tela: caminhos de vida no Museu de Favela, 2012, p. 29.

Ao apresentar o morro como um jovem negro sustentando as casas dos moradores nas costas e nos braços, espremido em meio aos prédios de dois bairros nobres da cidade do Rio de Janeiro: Ipanema e Copacabana, o Ponto de Memória Museu de Favelas demarca a formação do território periférico historicamente configurado pela falta da garantia de direitos básicos, mas ao mesmo tempo que esses elementos de denúncia e resistência são apresentados, o papel do jovem morro é mostrar que a vida na periferia pulsa com a vitalidade juvenil e projeta seu olhar para o futuro em meio aos sonhos dos moradores locais.

As cores exercem um papel comunicativo na representação das ideias, atitudes e no estabelecimento de coerências como fontes semióticas e multimodais. Assim, as configurações de cores utilizadas na imagem atuam na construção do morro humanizado como foco de destaque. O jovem negro aparece em destaque de cores e com iluminações entre todo o seu corpo, contrapondo os edifícios foscos e sem muitas cores expressivas, o maior destaque está para o morro e não para os bairros que inspiraram até letras de músicas do gênero musical da Bossa Nova, como Garota de Ipanema, de Antônio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes (SILVA; CAETANO, 2021, p. 13 - 15).

O exemplo da análise acima dialoga com a postura crítica assumida ao longo da tese nas vozes que proponho evidenciar, de todas as classificações a respeito do texto e do contexto na LSF, Halliday & Hasan (1989) identificaram alguns pontos em comum que compõem os propósitos com os quais as pessoas usam a linguagem, a saber: a) entender o mundo e falar de coisas e eventos e b) estabelecer relações “eu e você” e agir sobre os outros. A essas funções a que a linguagem se presta, soma-se uma função estética interna de c) estar a serviço das outras duas, organizando-as e dando-lhes relevância. Sendo assim, além da linguagem possuir uma

função primordial da comunicação e negociação de significados que conferem sentido à existência humana, existem essas outras três Metafunções que abrangem os motivos pelos quais as pessoas se comunicam como está indicado no trecho que segue:

(...) a linguagem serve para expressarmos conteúdo, para darmos conta da nossa experiência do mundo, seja este o real, exterior ao sujeito, seja este o da nossa própria consciência, internos a nós próprios; mas a linguagem serve também para estabelecermos e mantermos relações sociais uns com os outros, para desempenharmos papéis sociais, incluindo os comunicativos, como ouvinte e falante; e, por fim, a linguagem providencia-nos a possibilidade de estabelecermos relações entre partes de uma mesma instância de uso da fala, entre essas partes e a situação particular de uso da linguagem, tornando-as, entre outras possibilidades, situacionalmente relevantes (GOUVEIA, 2009, p. 15).

As três noções descritas serviram de base para a construção da visão de funções da linguagem de Halliday (1994) e Halliday & Matthiessen (2004). A fim de sistematizar e fornecer uma terminologia funcional, o autor estabelece que a) a função de falar sobre o mundo denomina-se Ideacional e está relacionada ao elemento “campo” do contexto, b) a função de estabelecer relações entre as pessoas intitula-se Interpessoal e é determinada pela variável “relações” do contexto e c) a função de organizar a linguagem de forma linear e coerente chama-se Textual e refere-se ao parâmetro “modo” do contexto. Halliday (1994) utiliza a nomenclatura “Metafunções” para fazer referência a esses três sentidos, pois acredita que a função é o elemento central que determina a forma como a linguagem se desenvolveu ao longo dos tempos, de modo que seu papel é primordial na teoria proposta pela LSF.

O sistema de transitividade apresentado pela Gramática Sistêmico-Funcional (GSF) constrói o mundo da experiência por meio de um conjunto relativamente pequeno de processos, que são: os materiais, os mentais, os relacionais, os verbais, os comportamentais e os existenciais. Halliday (1994) explica que os três principais processos do sistema de transitividade são os materiais, os mentais e os relacionais, que codificam, respectivamente, a experiência exterior (ações e eventos), a experiência interior (consciência) e as relações que são estabelecidas entre um fragmento da experiência com outro. Os processos verbais, comportamentais e existenciais estão nas fronteiras entre os principais, preservando certos traços dos processos que os cercam, por isso são considerados secundários. Em outras palavras, podemos dizer que a Transitividade será compreendida pela LSF como a gramática da oração, como uma unidade estrutural que serve para expressar uma gama particular de significados ideacionais ou cognitivos.

São esses processos acionados no capítulo analítico que permitirão dialogar com o objetivo específico “Distinguir como se dão as relações discursivas dos atores sociais com as instituições museológicas no processo de (re)significação do território como espaço de memórias” e a questão de pesquisa “Quais os caminhos no processo de criação e institucionalização do Programa Pontos de Memória foram trilhados como uma política pública para a memória social?”. A seguir, apresento algumas discussões do processo de representação dos atores sociais.

4.4 Representação dos atores sociais

Fairclough (2003) propõe um diálogo com a teoria da representação dos atores sociais de Theo van Leeuwen (1997; 2008), para evidenciar representações excludentes de atores sociais em determinados contextos, uma vez que considera que na medida em que essas representações ajudam na sustentação de relações de dominação, dentro de uma determinada prática, elas configuram-se como ideológicas. Pensando os atores sociais dos Pontos de Memória, as relações de dominação estão presentes na identidade conformada da periferia como o local de violência e da falta e nas vozes que são evidenciadas para a representação da identidade do ator social periférico, mas uma vez que são representações, estão sujeitas a (des)construções. Com a realização da minha pesquisa e ao evidencia o ator social periféricos desses territórios, projeto outros protagonismos discursivos nas representações identitárias periféricas, a memória desempenha papel fundamental nesse processo.

Então, para van Leeuwen, os atores sociais estão relacionados ao contexto sócio-cultural, baseando-se na gramática funcional de Halliday (1978, 1994) e em especificidades linguísticas da retórica, para averiguar como indivíduos ou grupos sociais são incluídos ou excluídos do discurso de modo bastante substanciais. O contexto sócio-cultural das comunidades de atuação dos Pontos de Memória está dividido em dois grupos, os moradores que vivenciam esse cotidiano e o Poder Público ou a mídia que constrói uma narrativa evidenciando processos de desigualdades que quase sempre recaem sobre o território da periferia.

Em março de 1996, quatro adolescentes que viviam em situação de rua foram levados por um carro do centro da capital mineira e foram executados a tiros, mas um dos adolescentes conseguiu escapar e testemunhou que o crime foi cometido por policiais militares, depois de passar pelo Programa Nacional de Proteção a Testemunhas, o jovem, única testemunha do crime, foi executado com sete tiros disparados por um desconhecido. A chacina dos três jovens

ficou conhecida como “chacina do Taquaril”, uma vez que os executores levaram os jovens para a região do Taquaril e os executaram lá. Por muitos anos o Taquaril foi estigmatizado por essa chacina e os envolvidos não foram identificados e nem condenados. Nesse contexto sócio-cultural que a identidade da comunidade é forjada pela imprensa e incluída em estatísticas reforçam o território como o local da falta.

Van Leeuwen irá reafirmar a importância da agência linguística nos estudos discursivos ao realizar um “inventário sócio-linguístico” para a identificação e classificação das diversas maneiras de representação dos tores sociais. Para o autor (1997, p. 169) a agência “enquanto conceito sociológico, revela-se a maior importância clássica na Análise Crítica de Discurso: quais atores sociais e em que contextos estão eles representados como ‘agentes’ e como ‘pacientes’”. Para van Leeuwen, a ADC “está, ou deveria estar, interessada nesses dois aspectos, no discurso como o instrumento de poder e controle, assim como no discurso como o instrumento de construção social da realidade” (1993, p.193). Desse modo, a realização da minha pesquisa projeta a periferia como o lugar das possibilidades, e ao fazê-lo projeta os atores sociais periféricos como protagonistas da sua história e da história da comunidade.

Nesse sentido, tanto para a ADC como para os pressupostos apresentados por van Leeuwen, os significados pertencem à cultura, mais especificamente à linguagem, não sendo ligados a uma semiótica específica (VAN LEEUWEN, 2008, p. 24). No caso das representações dos atores sociais, suas categorias pertencem a uma rede de sistemas linguísticos distintos e ao mesmo tempo complexos, contemplando tanto aspectos léxico-gramaticais como figuras retóricas. No discurso, esses sistemas linguísticos passam por transformações por meio de processos que envolvem o apagamento, a reestruturação e a substituição da consciência linguística. As narrativas orais de vida de atores sociais periféricos das comunidades de atuação dos Pontos de Memória atuam nessa reconfiguração discursiva nas categorias de representação dos atores sociais, tendo a memória social como pertencente a essa rede de sistemas linguísticos apontada por van Leeuwen. Dentre essas transformações, destaco o processo de exclusão e inclusão na representação do ator social periférico.

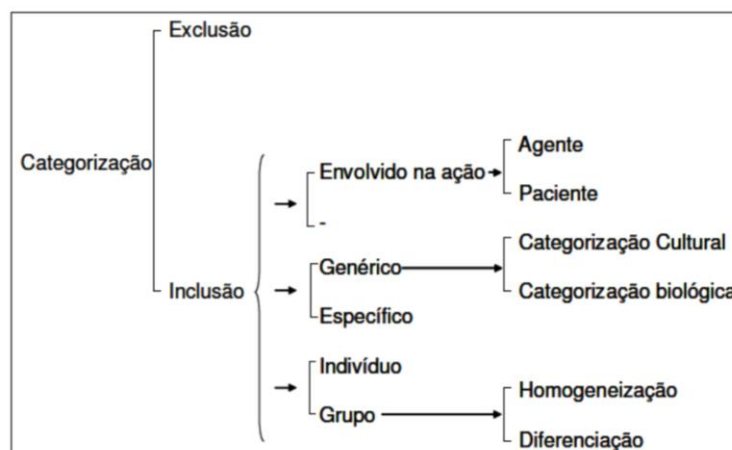
De acordo com van Leeuwen (1997; 2008), a exclusão possui grande importância para os estudos críticos da linguagem, uma vez que funciona como aspecto para a compreensão de como os atores sociais são representados nos textos em um processo de representações que “incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos leitores a quem se dirigem” (VAN LEEUWEN, 1997, p. 183). Mas reafirmo que as vozes acionadas para a realização desta pesquisa são dos atores sociais dos territórios periféricos,

assim, vivenciamos um fenômeno novo, uma vez que as narrativas das histórias dessas periferias, com protagonismo dos seus sociais, buscam a não repetição de processos de exclusão, geralmente ocorridos por supressão, que é uma forma de excluir sem deixar referência dos atores sociais em qualquer parte do texto, e pelo ato de colocar o ator em segundo plano, os atores excluídos podem não ser mencionados em relação a uma dada atividade, mas estão presentes em algum lugar no texto.

Ao abordar o processo de inclusão, van Leewen (1997) argumenta que é nesse processo que reside a grande força política da representação dos atores sociais, já que no discurso as representações e as relações dos atores sociais sofrem uma distribuição que não reflete a prática social, ou seja, não é necessário que haja congruência entre o papel que os atores sociais desempenham, de fato, em práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são atribuídos no discurso (VAN LEEUWEN, 1997, p. 186). Esse processo de inclusão será responsável por projetar a periferia como um território de memória por meio da memória como direito e sua vontade política de realização, sendo o eixo da ressignificação da identidade do ator social periférico como agente transformador da sua realidade social por meio do discurso.

Dentro da teoria da representação dos atores sociais, a inclusão pode ocorrer por três tipos de subsistemas: a) envolvidos como pacientes ou agentes em ações, muitas vezes, avaliadas como de baixa estima ou desvios ou, ainda, como subservientes, criminosas ou ruins; b) incluídos de modo específico ou genérico, muitas vezes, por categorização cultural com conotação negativa, ou por categorização biológica que implica o uso de estereótipos étnicos; c) por fim, incluídos como indivíduo ou como grupo, no segundo caso, por diferenciação ou homogeneização, o que pode resultar em negação às pessoas de suas características e diferenças individuais e consequente atribuição a elas de uma única identidade (MAGALHÃES, 2004). Inúmeras categorias decorrem do processo de inclusão, conforme ilustrado a seguir:

Figura 11: Representação dos atores sociais.



Fonte: van Leeuwen (1997, p, 2019).

Com isso, evidencio que a realidade da periferia ganha novos contornos, pois o emissor que irá representar, discursivamente, essa realidade está, intencionalmente, em um papel de compressão da memória como direito e vontade política protagonizada por uma parcela da população historicamente apagada ou estigmatizada. Essa projeção caminha diretamente com a memória social por meio de mecanismos discursivos de ativação ou passivação de atores sociais. Com isso, termino essa segunda parte da tese e convido meu e minha leitor e leitora para descobrirem, nos capítulos analíticos, quais artifícios linguísticos são acionados na participação ativa ou passiva, ou seja, maior ou menor dos atores sociais periféricos dos territórios de memória de comunidades de atuação de Pontos de Memória que fazem parte do recorte da pesquisa.

4.5 Algumas considerações

Este capítulo encerra a segunda parte da tese, por mais que metodologicamente essa separação tenha sido pensada, as partes são orgânicas e interligadas. Existe uma narrativa desenhada para que o leitor e leitora acompanhem essa construção arquitetada ao longo dos anos do doutorado. Iniciei a primeira parte com o capítulo contextual da gênese da pesquisa e passei por processos metodológicos, nessa parte que busquei proporcionar a vivência dos caminhos percorridos por cada Ponto de Memória e minhas escolhas nessa construção. Apresentado o objeto e os diferentes prismas metodológicos para a sua abordagem, a segunda parte vem abordar conceitos que são fundamentais para a transdisciplinaridade da investigação e este último capítulo a base teórica necessária para a realização de uma pesquisa com vistas a mudança social por meio do discurso.

A memória é um fenômeno social que vem sendo abordada por diversas áreas do conhecimento, pela relação intrínseca entre linguagem e sociedade não poderia ser diferente nos estudos discursivo críticos. Mas quando falamos em mudança social discursiva sobre um evento, a ideia é que essa mudança se dará de um momento para o outro, mas ela já está em processo, a própria realização desta pesquisa é um resultado de decolonização dos estudos discursivos críticos pelo prisma do *boom* da memória.

Assim, neste último capítulo inicio uma discussão teórica da ADC e seu caráter transdisciplinar, mais que apresentar elementos constitutivos, busco outros que estabelecem a relação da periferia como o lugar de realização de pesquisas de cunho social. Na segunda seção, apresento os caminhos percorridos na configuração do território como categoria analítica, perpassando por questões de periferia e decolonialidade e o território demarcado e simbólico. Apresento algumas possibilidades temáticas de abordagem da categoria em pesquisas discursivas críticas.

Na terceira seção apresento o construto teórico da LSF. Em seguida, na quarta seção, a fim de buscar a compreensão das marcas discursivas e das representações de mundo presentes nos discursos dos atores sociais que atuam nos Pontos de Memória, tomo por base os estudos de van Leeuwen (1997, 2008). Fairclough (2003, p. 138) aborda a representação dos eventos sociais, realizando uma distinção entre os diferentes níveis de abstração e de concretização nas representações. Ele toma a representação como recontextualização - ao representar um evento social, este é incorporado ao contexto de outro evento social - trazendo à tona a discussão do universal e do particular e da questão de agência. Assim, considero ter realizado as discussões necessárias para desenvolver a terceira parte da tese, destinada aos processos analíticos.

PARTE III: LINGUAGEM E MEMÓRIA: O RETORNO SOBRE SI E O OUTROS



Helena Alves Quadros, nossa eterna rainha. Sempre iremos te celebrar, você representa o amor nos Pontos de Memória. *In memoriam.*

5

A MEMÓRIA ARQUIVADA: DOCUMENTOS E NARRATIVAS CONSTITUINTES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA

Em nossos debates, entramos em consenso de que uma boa estratégia de envolvimento da comunidade seria a criação de um conselho comunitário de forma ampla que pudesse assumir as responsabilidades na implementação do projeto, inspirados na dinâmica de nos sentarmos juntos e buscarmos os horizontes de nossa comunidade. Uma oportunidade para a formação desse conselho seria na plenária final do seminário, onde os envolvidos já teriam sido colocados a par das propostas e da metodologia do Programa Pontos de Memória.

Pontos de Memória: Metodologia e práticas em Museologia Social - Sensibilização comunitária e formação da instância deliberativa (2016, p. 21)

O primeiro capítulo desta terceira parte é dedicado à fase documental do Programa Pontos de Memória ou o que estou chamando de “patrimônio documental” por sua história, institucional e comunitária, ser registrada por meio de documentos. No entanto, é preciso não esquecer que o processo de constituição dos Pontos de Memória no âmbito Institucional do Poder Público e no âmbito comunitário das comunidades que gestam o Programa tem início não nos documentos e arquivos, mas com o testemunho. Apesar da carência de confiabilidade do testemunho, será por meio dele que iremos verificar que algo aconteceu, são os atores sociais envolvidos neste processo que irão atestá-lo por terem assistido pessoalmente.

Assim, neste capítulo, retomo a segunda dimensão da pesquisa apresentada no capítulo metodológico voltada para as práticas institucionais na proposição de políticas públicas ao

mesmo tempo que dialoga com a dimensão das representações dos atores sociais em comunidades constituídas com Pontos de Memória ao abordar as entrevistas individuais com os atores sociais que atuam no conselho gestor e/ou desenvolvem papéis de liderança nas comunidades dos cinco Pontos de Memória pesquisados.

Nesse sentido, o que me interessa investigar neste capítulo é a relação entre documento, história e memória. Na primeira seção abordo a memória institucional do Programa Pontos de Memória por meio dos documentos e ações que culminaram na institucionalização do Programa como uma política pública para a memória social. Na seção seguinte, abordo as memórias comunitárias de gestão do Programa nas comunidades estudadas, por meio das instâncias deliberativas. Por último, apresento discussões relacionadas a institucionalização propriamente dita, por meio da portaria de institucionalização do Programa, da constituição da Comissão de Gestão Participativa/Compartilhada composta por representações institucionais e comunitárias.

5 TERRITÓRIO E RELAÇÕES DE PODER: OS CAMINHOS DOCUMENTAIS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA PARA A MEMÓRIA SOCIAL

Ao longo da escrita fui apontando o papel da memória como um instrumento de poder político e organização social, uma vez que os atores das comunidades dos Pontos de Memória a reconhecem como direito e se organizam para a sua garantir, nesse sentido, a memória é um instrumento de poder político, uma vez que “[...] todo poder político pretende controlar a memória, selecionando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido” (GONDAR; BARRENECHEA, 2003, p. 32).

Falar desses processos é também abordar as reconfigurações identitárias por meio do reconhecimento de si e do outro, o que implica as identidades coletivas. No caso da periferia, a identidade coletiva é processada a partir das relações territoriais de pertencimento que permitem reconhecer o outro como a si mesmo, seja por símbolos ou imagens desses territórios. O território da periferia é de identidades e memórias “[...] identidade associa-se também aos espaços, onde fixada a lembrança de lugares e objetos presentes nas memórias, como organizadores de referenciais identitários” (FELIX, 1998, p. 42). Um exemplo é a feira da Terra Firme, em Belém do Pará, que está no coração da comunidade, sendo impossível desassociar a Terra Firme de sua feira, mesmo que em Belém do Pará exista o Mercado do Ver o Peso, mas a relação de pertença dos moradores da Terra Firme está em sua feira.

Dessa maneira, a identidade coletiva configura-se como fator nos processos de governanças de comunidades ou até mesmo das cidades, tendo que estar à frente de

preocupações dos que possuem constituído o poder governamental, uma vez que a ação gestora do território parte, ou deveria partir, do sentimento de pertencimento a um determinado grupo por meio do recorte identitário. A memória atuará como elemento fundamental nos processos de gestão pública, determinando o que deve ser evidenciado e o que será deixado de lado, reafirmando as relações territoriais de poder e a memória será esse mecanismo de poder sobre as relações sociais, estabelecendo relações de pertencimento e fortalecendo identidades. O interesse nas configurações da memória são interesses por poder governamentais, mas também são processos de resistência.

Os Pontos de Memória nas comunidades periféricas do território brasileiro que reconhecem a memória como direito e como vontade política recorrem para o ator social periférico a memória como instrumento de poder, uma vez que projeta o protagonismo desses atores, sendo também sua ferramenta de poder, pois a memória é parte integrante das nossas experiências vividas, minimizam esquecimentos e combate atitudes que levam ao apagamento da memória individual e coletiva, ou cria outras narrativas que reforçam desigualdades sociais, no caso da periferia, a projeta como território da falta.

Mas com o Programa Pontos de Memória, em uma perspectiva de política pública social participativa, a memória atua no exercício da cidadania, atribui existência ao ator social e reafirma seu papel enquanto agente histórico e social. Mas de que maneira a memória é institucionalmente um instrumento de poder para o ator social periférico? Para responder a essa questão, apresento os documentos que compõe o processo de institucionalização do Programa Pontos de Memória a partir da criação do Comitê Consultivo, sua composição, regimento interno e portaria de institucionalização do Programa.

A análise proposta é desenvolvida pelas lentes do Sistema da Transitividade, cujas categorias centrais foram os Participantes, os Processos (Materiais, Mentais, Relacionais, Existenciais, Comportamentais e Verbais) e as Circunstâncias, elementos da Metafunção Experiencial Ideacional. Mas antes vejo necessária a retomada do histórico do Programa, que culminaram nos processos documentais analisados, o mesmo se dará por meio do testemunho, peço licença ao meu leitor e minha leitora para me distanciar da postura do pesquisador analista e recorrer ao papel assumido como membro do Programa e ator social fundamental em ações institucionais para a sua construção como política pública para a memória social. Uma vez que o testemunho é a gênese do Programa Pontos de Memória.

No capítulo contextual apresentei o que são os Pontos de Memória e minha atuação no Programa desde que a comunidade do Taquaril, em Belo Horizonte, foi procurada para apresentação da proposta. Fui, ao longo do processo, assumindo posições de destaque e liderança em diversas ações, até precisar me distanciar e atuar por outras linhas de frente quando assumi a segunda consultoria com a OEI para atuar na criação do Programa Saber Museu, no processo de *designer* institucional dos materiais das formações propostas.

A quinta edição do Fórum Nacional de Museus aconteceu no ano de 2012, na cidade de Petrópolis, no Rio de Janeiro, teve como tema “40 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade”, o evento propôs voltar-se ao debate da Mesa Redonda de Santiago do Chile. A Mesa foi realizada pela Unesco em 1972, sendo considerada um marco de profundas transformações ocorridas no campo da museologia com repercussões sobre o papel dos museus como agentes de inclusão cultural, de afirmação da identidade de grupos sociais, de reconhecimento da diversidade e de desenvolvimento econômico. Abaixo segue a imagem de divulgação do evento.

Figura 12: Divulgação do 5º Fórum de Museus 40 anos da mesa de Santiago do Chile: entre o idealismo e a contemporaneidade.



Fonte: Instituto Brasileiro do Museus - Ibram

De acordo com Kress & van Leeuwen (2006), a comunicação visual irá apresentar recursos para constituir e manter interações entre os participantes representados e os produtores e espectadores da imagem. Os participantes em interação são, portanto, indivíduos reais que

produzem e atribuem sentido às imagens no contexto das instituições sociais que, em diferentes graus e formas, regulam o que pode ou não ser expressado através de imagens.

Para Hodge e Kress (1988, p. 261), a semiótica é “o estudo da semiose, dos processos e efeitos da produção, reprodução e circulação de significados em todas as formas, usados por todos os tipos de agentes da comunicação”. Podemos dizer que a Semiótica Social está relacionada com a semiose humana por meio de um fenômeno social tanto em suas origens como em suas funções, contexto e efeitos. Assim, a Semiótica Social abrange “os significados socialmente construídos através de formas semióticas, textos semióticos e práticas semióticas de todos os tipos da sociedade humana em todos os períodos da história humana” (HODGE; KRESS, 1988, p. 261).

Para que os significados sejam mapeados e explorados na Semiótica Social será necessária uma abordagem crítica que levará em consideração os processos de dinâmicas culturais e ideológicas nas quais ele está inserido. Assim, ao apontar a imagem de divulgação do 5º Fórum Nacional de Museus e o tema proposto, chamo a atenção da perspectiva que se distancia da proposta e com quais atores sociais as relações são estabelecidas. Sob este viés, a articulação e o entendimento dos significados sociais presentes na divulgação do evento aponta as interações das posições espaciais alocadas para diferentes tipos de atores sociais. O tema é os 40 anos da mesa de Santiago do Chile e as transformações ocorridas no campo da museologia e o papel dos museus como agentes de inclusão social, no entanto, a imagem de divulgação do Fórum é composta pelo Palácio da Quitandinha e a coroa do Império do Brasil, fabricada para o uso do Imperador do Brasil Dom Pedro II, em 1841. O Palácio ou Hotel Quitandinha é um palácio brasileiro, localizado no bairro Quitandinha na Zona Sul de Petrópolis. Foi construído a partir de 1941 para ser o maior cassino hotel da América do Sul.

Nesse contexto de realização do 5º Fórum Nacional de Museus que as discussões da necessidade de uma gestão participativa/compartilhada começaram a ganhar forças. Não nos sentíamos incluídos nas discussões do evento, os representantes dos Pontos de Memória presentes não tinham um espaço para reuniões e precisávamos nos organizar enquanto grupo. Os símbolos presentes na divulgação do Fórum e destoantes da proposta temática, as organizações dos museus tradicionais que iriam discutir os princípios da museologia social, tudo isso somado, propiciou espaço para a nossa organização. Escrevemos uma carta de reivindicações que foi entregue, por mim, a Ministra da Cultura na época, Marta Suplicy. Nos reuníamos no salão principal, sentados no chão até que conseguimos uma sala para nossas reuniões, nos reunimos com os estudantes de museologia presentes e fizemos cartazes de

protestos que foram levantados na fala oficial da ministra da cultura, nos organizamos e gravamos um documentário sobre a importância da museologia social para as nossas comunidades.

Conseguimos, no âmbito do Fórum, criar a COGEPACO – Comissão de Gestão Participativa/Compartilhada do Programa Pontos de Memória, a comissão provisória seria responsável por pensar, junto ao Programa, o processo de criação do Comitê Gestor Consultivo do Programa, eleito em Plenária no 6º Fórum Nacional de Museus, em Belém do Pará, no ano de 2014. Após o Fórum em Petrópolis e integrando a COGEPACO, iniciamos um processo de encontros regionais com Pontos de Memória e Iniciativas em Memória e Museologia Social e suas redes, eram encontros realizados pelo território brasileiro com o intuito de difundir o histórico do programa entre essas iniciativas e preparar para a participação no Fórum em Belém. Fui responsável pelo Encontro em Brasília, Goiânia, Campinas, Belo Horizonte e Rio Grande do Norte, no mesmo período ministrei oficinas de Museu, Memória e Cidadania na Diversidade Cultural. Na época de realização do 6º Fórum Nacional de Museus eu já estava atuando como consultor do Programa e já estava morando em Brasília. O Ponto de Memória Museu do Taquaril foi representado, no Fórum de Belém, pela minha irmã, que atuava na direção do Ponto.

O histórico da criação do Programa Pontos de Memória inicia antes mesmo do contato com as 12 comunidades pioneiras, o próprio histórico das discussões da museologia social e do papel dos museus na sociedade, o Museu da Maré, no Rio de Janeiro, que já desenvolvia ações que serviram de modelo para o Programa. Fomos percebendo o desenho dessa política pública juntos, entre comunidades e Instituto Brasileiro de Museus, por muito tempo existiu um espaço de diálogo entre poder público e a sociedade civil. Tivemos momentos de conflitos, de disputas por espaços, principalmente no contexto dos Fóruns de Museus, outras iniciativas foram incorporadas e fomos desenhando o que era esperado para a institucionalização do Programa. No capítulo contextual apresentei um pouco desse caminho, faço aqui uma retomada necessária para que possa apresentar os processos de agenciamento nos documentos de institucionalização do Programa. Na seção seguinte, apresento esse arcabouço documental em uma perspectiva da LSF.

A Linguística Sistêmico-Funcional investiga e irá problematizar as escolhas que fazemos em atenção aos usos da língua e aos modos que produzimos e construímos a nós mesmos, a outrem e ao mundo ao nosso redor. Halliday (1994; 2002) ao compreender a língua como um conjunto de sistemas e possibilidades de instanciação nos permite estudar como o

processo de institucionalização do Programa Pontos de Memória é construído e como as escolhas realizadas nos textos apresentam orientações ideológicas na sua conformação.

5.1 Contexto documental de uma política pública para a memória social

As atividades humanas são organizadas por esferas sociais, cada uma delas irá motivar os seus usuários para a utilização de um conjunto de significados no processo de representação das suas experiências nos grupos sociais aos quais estão inseridos. Nesse sentido, a linguagem irá atuar de forma indissociável da sociedade, uma vez que é no uso da linguagem que as experiências são construídas e representadas nos grupos socioculturais dos atores sociais. Pensar na configuração documental do Programa Pontos de Memória como uma política pública para a memória social no Brasil, nessa relação de representação e na realização da linguagem, em todas as suas manifestações, diversos sistemas sócio-semióticos são realizados simultaneamente. Os contextos podem influenciar a forma como os indivíduos interagem uns com os outros, na atividade linguística, sobretudo como selecionam opções da construção do significado ou no nível da oração para realização dos propósitos nos textos falados e/ou escritos.

O trabalho com a Linguística Sistêmico-Funcional compreende a linguagem e seus usos nos processos de construção de realidades e das relações sociais que as envolvem. Eggins (2004, p. 21) aponta que a LSF é uma teoria da linguagem como prática social, mas também configura-se como metodologia analítica “que permite a descrição detalhada e sistemática de padrões linguísticos”. Nesse sentido, a LSF pode ser utilizada como uma importante ferramenta na análise de textos e de gêneros discursivos que são produzidos em diferentes mídias e contextos sociais.

No âmbito dos estudos linguísticos a linguagem é percebida como um processo de comunicação social entre os atores sociais, a língua configura-se como mecanismo que possibilita essa comunicação, por meio dela são acionadas regras e estruturas próprias da língua, mas será por meio do discurso que os processos de comunicação são estabelecidos e os textos, escritos ou orais, são a materialização linguística do discurso. A linguagem é “parte irreduzível da vida social, dialeticamente interconectada a outros elementos da vida social (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3). Pode-se dizer que textos e discurso são elementos que se completam e que participam ativamente da circunstância enunciativa.

De acordo com a Gramática Sistêmico-Funcional (GSF), o texto é entendido como um fenômeno social e, como tal, é condicionado por outros sistemas sociais. A língua é um sistema

onde o indivíduo faz suas escolhas segundo o contexto social em que está inserido e a gramática tem como função auxiliar na análise dos textos. O texto configura-se como uma unidade linguística que, materializada, se traduz por meio da fala ou por meio da escrita, com intencionalidade comunicativa. Mas um texto não é composto somente pelos aspectos materiais característicos da oralidade ou da escrita, mas também, constitui-se de outro aspecto que é o discurso. Mas o discurso não é tão palpável assim, realiza-se por meio de aspectos que somente se tornam perceptíveis por meio de inferências, que irão, também, representar

No entanto, um texto não se faz apenas de aspectos materiais, os quais se representam, como antes dito, pela oralidade ou pela escrita. Ele, porém, constitui-se de outro aspecto, tão importante quanto necessário, chamado discurso. Ele, por sua vez, não tão palpável assim, engloba outros aspectos, os quais, muitas vezes, somente se tornam perceptíveis por meio das inferências, que também representam uma habilidade indispensável a todos nós imersos na condição de interlocutores. O texto não deve ser trabalhado atendo-se apenas aos seus aspectos formais, mas enquanto discurso que cumpre um papel de um contexto sócio-histórico cultural e, portanto, marcado ideologicamente.

Segundo a LSF, cada texto tem o seu “contexto de situação” determinado por três parâmetros, ou seja “campo”, “relações” e “modo”. O campo é compreendido como o objetivo comunicativo do texto. Relações está na compreensão do relacionamento entre os participantes do discurso e o modo será o canal de comunicação utilizado.

O contexto cultural na LSF irá mostrar que o significado de um texto depende não somente das escolhas ao nível léxico-gramatical ou do contexto de situação, mas de uma intertextualidade. Seu significado será construído por meio das relações que os membros de uma comunidade fazem entre um texto e os outros textos de seu conhecimento dentro de sua cultura, o que a LSF trabalha como contexto de cultura.

A LSF se baseia especificamente no significado porque ela está estruturada em funções que Halliday (IN FUZER e CABRAL, 2014, p. 32) chama de “metafunções”. Sendo estas “as manifestações, no sistema linguístico, dos propósitos que estão subjacentes a todos os usos da língua” dentre esses propósitos estão “compreender o meio (ideacional), relacionar-se com os outros (interpessoal) e organizar a informação (textual)”. São as metafunções que dão significado ao texto e este significado varia de acordo com o contexto sociocultural ao qual ocorre a interação entre os falantes. Essas três funções deixam claro a escolha do falante em relação ao seu discurso e quanto às escolhas linguísticas o que se está em pauta são as

metafunções ideacionais que forma o perfil de alguém de acordo com o que o autor deseja repassar, quanto as interpessoais são as interações e os papéis assumidos pelos participantes de acordo com o modo verbal e a modalidade e as textuais são aquelas que estão ligadas ao fluxo de informações dentro do texto para dar coerência ao tema abordado.

Nesse sentido, pelo que já foi exposto do histórico do Programa Pontos de Memória, irei apresentar a análise dos seguintes documentos: 1) Portaria N° 315, de 6 de setembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM; 2) Portaria N° 385, de 9 de novembro de 2017, que designa os membros titulares e suplentes para compor o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus; 3) Portaria N° 329, de 31 de agosto de 2018, que aprova o Regulamento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória e; 4) Portaria N° 301, de 9 de setembro de 2019, que dispõe sobre a institucionalização do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória.

5.2 Documentos e vozes acionadas: os atores sociais evidenciados e as realidades retratadas

Ao analisar o contexto documental que projeta o Programa Pontos de Memória como uma política pública para a memória social, busco as representações das nossas experiências, ideias, lembranças, reflexões e coisas que acontecem no nível da consciência. O sistema da transitividade, na perspectiva da LSF, permite a identificação das ações e atividades humanas expressas no discurso e qual a realidade retratada. Esse primeiro momento acesso documentos institucionais para falar dessas vozes, mas em um segundo momento deste capítulo, por meio de entrevistas com gestores comunitários dos Pontos de Memória, apresento as vozes que irão demarcar tempos diferenciados, o comunitário e o institucional. Os processos documentais acessados são os relatos orais. Deixo a discussão teórica da LSF para esta parte e a segunda será voltada para as análises desses relatos.

De acordo com a Linguística Sistêmica Funcional, as orações transitivas codificam experiências do tipo alguém faz algo a alguém / quem fez o quê a quem? Fuzer e Cabral (2014, p. 41) analisam que:

Transitividade é, na GFS, um sistema de relação entre componentes que formam uma *figura*. Figuras são constituídas de um processo e participantes (quem faz o quê) e, eventualmente, de circunstâncias associadas ao processo (onde, quando, como, por que etc.). As figuras são diferenciadas conforme tipos gerais de classificação dos processos: figuras de fazer e acontecer, de

sentir, de dizer, de ser e ter, de existir e de comporta-se. Em outras palavras, figuras são os significados produzidos pelos processos em associação com participantes e, opcionalmente, circunstanciais (grifo das autoras).

A transitividade na LSF perpassa três principais papéis. Os processos figuram entre estes, são grupos verbais das orações, no que diz das ações e experiências vividas, são o núcleo da transitividade, “representam eventos que constituem experiências, atividades humanas realizadas no mundo; representam aspectos do mundo físico, mental e social. Como são realizados tipicamente por verbos, a ideia de mudança perpassa a noção de processo” (FUZER e CABRAL, 2014, p. 41).

Na transitividade há processos responsáveis por codificar ações, eventos, estabelecer relações, exprimir ideias e sentimentos, construir o dizer e o existir e realizados por sintagmas verbais, os quais são classificados em material, mental e relacional. O primeiro irá indicar ação de mudança, do fazer. A exemplo do **Trecho 1** indicado mais abaixo: “Instituir o Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus”. O objeto “Programa Pontos de Memória” sofreu a ação de ser instituído, nesse caso, a ação foi concluída e representa um agente, mas o agente está implícito, mas modifica um objeto – o Programa que foi instituído.

Na verdade, o governo é o ator. As portarias são gêneros textuais da Redação Oficial e/ou governamental, seguindo padrões e princípios prescritos por normas estatais. A Constituição Federal de 1988, no artigo 37, aponta a impessoalidade e a publicidade como princípios que norteiam a elaboração de redações governamentais. No que diz respeito a impessoalidade, as questões tratadas pela administração pública sejam protegidas de interesses de caráter pessoal. É a maneira como o Estado se comporta diante das coletividades dos atores sociais, no que diz respeito a publicidade de documentos oficiais. Por apresentarem interesses de coletividade, os documentos que apresentam essa escrita oficial, precisam ser publicizados, resguardadas as exceções legais.

Mas o contexto de cultura de uma determinada sociedade instancia os gêneros textuais presentes na redação governamental, apresentando variações e instabilidades nos princípios administrativos constitucionais desses textos. A impessoalidade será algo abordado na análise documental de institucionalização do Programa Pontos de Memória, considerando o contexto de sua produção. Mas vamos voltar aos exemplos dos processos, para o segundo, o mental, faz referência a experiência de mundo da nossa consciência, o sentir. A oração mental desiderativa exprime um interesse em algo, ainda no **Trecho 1** “...visando à formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social”. O experienciador ainda é o Governo, que institui o

Programa, “visando” é processo mental desiderativo, pois apresenta interesse em algo, “à formulação de políticas públicas” é o fenômeno, e “aplicáveis às ações de museologia social” é a oração projetada.

O processo relacional irá estabelecer a relação entre entidades diferentes. No **Trecho 2**, o verbo ser é utilizado para atribuir qualidades ao sujeito, “...de modo que os processos museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira. Mas a LSF também apresenta outros processos, os verbais, existenciais e comportamentais.

O processo verbal está relacionado ao dizer, ao comunicar, as orações com processos verbais podem apresentar o dizente ou falante, a verbiagem ou o que é dito, o receptor ou destinatário e o alvo, atingido pelo processo de dizer. O existencial indica algo que existe ou acontece e o comportamental diz da construção do comportamento humano. Além dos processos a transitividade comporta outros elementos, como o participante que está envolvido com os processos, de forma obrigatória ou não, e são realizados por meio de sintagmas nominais. As circunstâncias são as informações adicionais atribuídas aos diferentes processos, as quais se realizam por meio de advérbios ou sintagmas adverbiais identificando a extensão – espacial e temporal; de causa; de localização – tempo e lugar; de assunto; de modo e de papel; de acompanhamento.

Abaixo apresento amostras significativas dos documentos selecionados, e tratarei das ocorrências mais frequentes:

Trecho 1: Portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM

Art. 1º Instituir o Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus - Ibram, visando à formulação de políticas públicas aplicáveis às ações de museologia social.

Trecho 2: Portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM

Parágrafo único. O Programa Pontos de Memória reúne um conjunto de ações e iniciativas de reconhecimento e valorização da memória social, de modo que os processos

museais protagonizados e desenvolvidos por povos, comunidades, grupos e movimentos sociais, em seus diversos formatos e tipologias, sejam reconhecidos e valorizados como parte integrante e indispensável da memória social brasileira.

Trecho 3: Portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM

Art. 2º Para fins desta Portaria compreende-se por Pontos de Memória os núcleos de iniciativa comunitária constituídos de forma autônoma em relação ao poder público, geridos de forma participativa pelas próprias comunidades, para a identificação, pesquisa e promoção de seu patrimônio material e imaterial, e que utilizam metodologias da museologia social visando ao reconhecimento e à valorização de sua memória coletiva.

Trecho 4: Portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM

Art. 3º São princípios aplicados ao Programa Pontos de Memória: I - a diversidade cultural e a universalidade do acesso à cultura; II - o respeito aos direitos humanos; III - a promoção da cidadania e reconhecimento do direito de todos os cidadãos à memória, às tradições, à arte e à cultura; IV - a valorização da memória, do patrimônio cultural e ambiental como vetores do desenvolvimento sustentável; V - o protagonismo social e a participação democrática na valorização da memória social.

Trecho 5: Portaria Nº 315, de 6 de setembro de 2017, que dispõe sobre a instituição do programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM

Art. 4º Os objetivos do Programa Pontos de Memória são: I - propiciar a inclusão social, contribuindo para a valorização do território onde está situado o Ponto de Memória; II - estimular iniciativas de memória e museologia social por meio de ações de fomento, capacitação e intercâmbio; III - Incentivar a realização de inventários participativos das referências culturais para a identificação, pesquisa e promoção do patrimônio material e

imaterial local; IV - estimular a participação democrática do Programa Pontos de Memória, fortalecendo a participação social nas políticas públicas voltadas para o setor museal.

A metafunção ideacional refere-se a natureza da ação social, ao conjunto de atividades orientadas, em geral, v objetivos institucionais globais. Nesse sentido, os processos que perpassam a portaria de institucionalização do Programa buscam mudar a percepção que se tem da realidade, imbuída pelo desejo da memória como direito e como percepção política. O experienciador é representado por coletivos, como as comunidades periféricas e o processo é predominante mental, o que já configura um desvio da estrutura da escrita governamental.

No **trecho 3**, o grupo verbal “compreende-se” atualiza um processo mental que seleciona traços cognitivos. Para seguir com a definição do que são Pontos de Memória utiliza termos como “constituídos”, “geridos”, “visando”, “reconhecimento e valorização”. O **trecho 4** apresenta processos mentais em “respeito”, “promoção da cidadania”, “valorização” e “protagonismo”. O **trecho 5** trata dos objetivos do programa, os processos mentais estão em “propiciar”, “estimular” e “incentivar”.

Percebemos o experienciador ou conjunto de experienciadores, uma vez que esse agrupamento se dará pelo leitor, em uma possível tentativa de criar processos de identificação, de forma implícita no decreto. No entanto, esses apontamentos fogem ao escopo da língua como recurso para a construção da experiência, mas passa para as construções das relações sociais e abrangem o domínio da metafunção interpessoal, das interações e papéis assumidos. Esse entrelaçamento é constitutivo da linguagem, possibilita que cada enunciado seja objeto de análise multiestratificada e multifuncional e o potencial sociossemiótico tanto de reflexão como de ação, ambos viabilizados pela língua. Por isso que recorro a LSF para a análise discursiva sistemática orientada para a construção de sentido.

Trecho 6: Portaria Nº 301, de 9 de setembro de 2019, que dispõe sobre a institucionalização do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória.

Art. 1º Para atingir os objetivos do Programa Pontos de Memória, criado pela Portaria no 315, de 6 de outubro de 2017, o IBRAM contará com um órgão de participação institucionalizada da sociedade denominado de Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, instância colegiada de caráter permanente e consultivo, que promoverá debates e proporá ações, estratégias e diretrizes com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social.

Trecho 7: Portaria Nº 301, de 9 de setembro de 2019, que dispõe sobre a institucionalização do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória.

Art. 2º O Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória será presidido pelo Presidente do Ibram, que o integra como membro nato, e composto pelos seguintes membros:

1. um representante do Departamento de Processos Museais - DPMUS;
2. um representante do Departamento de Difusão, Fomento e Economia dos Museus - DDFEM;
3. um representante de ponto de memória da região norte;
4. um representante de ponto de memória da região nordeste;
5. um representante de ponto de memória da região centro-oeste;
6. um representante de ponto de memória da região sudeste;
7. um representante de ponto de memória da região sul;
8. um representante dos pontos de memória pioneiros;
9. dois representantes de redes temáticas de pontos de memória;
10. dois representantes de redes territoriais de pontos de memória.

§ 1º São considerados pontos pioneiros os pontos de memória da Terra

Firme (PA), Grande Bom Jardim (CE), do Coque (PE), Jacintinho (AL), Beiru (BA), Taquaril (MG), Estrutural (DF), Museu de Favela - MUF (RJ), Grande São Pedro (ES), Museu de Periferia - MUPE (PR), Lomba do Pinheiro (RS).

Ao utilizarmos a linguagem para interagir, realizamos uma série de escolhas que estão vinculadas intimamente ao Sistema de Modo da Língua que, por sua vez, responde às necessidades interacionais dos falantes. Nesse sentido, o Sistema de Modo constrói um terreno de trocas e negociações entre papéis e identidades, e institui dimensões interpessoais que revelam níveis de poder, solidariedade, intimidade, julgamentos e atitudes dos falantes em relação ao outro.

Para Halliday (1994), o princípio básico da função interpessoal é que os falantes, no ato da interação, adotam para si um papel discursivo e sinalizam um papel complementar para seus interlocutores. O autor aponta dois tipos básicos de trocas que permeiam as interações: as trocas de bens e serviços e as trocas de informações. Existe uma coerência na apresentação e escolha dos documentos que constituem o Programa Pontos de Memória como uma política pública de memória social no Brasil, a portaria que institui o Programa apresenta elementos voltados para

a metafunção ideacional, ao compreender o meio, já a portaria que designa os membros titulares e suplentes do Comitê Gestor irá abordar as interações e papéis assumidos pelos atores sociais do Estado e da sociedade civil.

O **trecho 6** aponta a atuação do Comitê “que promoverá debates e proporá ações, estratégias e diretrizes com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social” e enfatiza seu papel consultivo. O **Trecho 7** diz da composição do Comitê, sua organização por segmentos já indica os papéis assumidos, mas o contexto será fundamental para estabelecer essas relações.

Uma vez que a portaria é um texto escrito cuja interação entre os interlocutores se faz, predominantemente, por vias verbais sem contato face a face, verificamos que o tipo de troca predominante é a troca de informações expressa principalmente pelo modo declarativo. Os movimentos retóricos utilizados e característicos da escrita oficial caminham para a predominância do modo declarativo afirmativo, uma vez que designa a composição do Comitê Gestor, diminuindo a ocorrência de declarativas negativas ou interrogativas, já que o propósito desta portaria é informar, conforme apresenta o **Trecho 6** “...o *IBRAM* contará com um órgão de participação institucionalizada da sociedade denominado de Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória, instância colegiada de caráter permanente e consultivo, que promoverá debates e proporá ações, estratégias e diretrizes com vistas ao fortalecimento de políticas públicas no campo da museologia social”.

A função interpessoal apresenta, teoricamente, a noção de sujeito fundamental para o reconhecimento de que elemento do significado interpessoal o falante põe em questão, sendo o sujeito o elemento em relação ao qual o interlocutor pode concordar ou discordar, construir afirmações, negações ou questionamentos. A descrição e análise dos elementos escolhidos como sujeitos interpessoal mostram, em grande medida, o quanto o texto da portaria que designa a composição do Comitê Gestor do Programa Pontos de Memória revela ou oculta o sujeito ao escolher os elementos responsáveis para designar a posição do sujeito.

No **Trecho 6** é possível perceber a ocorrência de sujeitos que estão na esfera do conteúdo do que é falado por meio da desinência verbal “promoverá” e “proporá”. O **Trecho 7** aponta a configuração do Comitê, estabelecendo processo hierárquico ao ser presidido pelo Presidente do Ibram como membro nato. Sobre a composição da sociedade civil, quero trazer outros elementos que estão para além das informações textuais e possuem ligação direta com as disputas da memória como direito e processos de representação.

A composição do Comitê gestor foi sendo construída pela COGEPACO em reuniões de trabalho e nos encontros regionais preparatórios para a Teia da Memória, em Belém do Pará. Sua validação se deu em plenária, na Teia. Mas a composição, conforme apresentada na portaria, passou por processos internos de disputas. Os Pontos de Memória Pioneiros pleiteavam uma cadeira no Comitê, mas algumas redes temáticas e iniciativas eram contrárias por argumentarem que os Pontos Pioneiros já seriam contemplados, o mesmo argumento poderia ser aplicado para as redes, compostas por iniciativas das 5 regiões do território brasileiro. As redes Cearense de Museus Comunitários, Rede de São Paulo e Rede do Rio de Janeiro foram contrárias, as Redes de Terreiros da Bahia, Rede de Minas Gerais, Rede do Centro-Oeste e Rede de Memória LGBT apoiaram a proposta. As iniciativas do Maranhão tiveram papel importante na garantia e votação para a permanência dos pioneiros, uma vez que reconheciam que se estavam ali, realizando discussões e pleiteando espaços de fala, foi por todo o processo desenvolvido pelos pioneiros.

Foi um processo de disputa política de poder, mas democrático, houve a disputa, o debate e ganhou na votação, que foi respeitada até pelas iniciativas que eram contrárias. Sobre os papéis assumidos nessas disputas o Comitê ficou assim configurado: um representante de Ponto de Memória de cada região das cinco do território brasileiro; um representante dos pioneiros; dois representantes de redes temáticas de Pontos de Memória e; dois representantes de redes territoriais.

Portaria Nº 329, de 31 de agosto de 2018, que aprova o Regulamento Interno do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória

Trecho 8: CAPÍTULO II DAS COMPETÊNCIAS

Art. 6º Compete ao Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória:

- I - Examinar, apreciar e propor diretrizes e ações relacionadas ao Programa Pontos de Memória, visando ao seu aprimoramento;
- II - Examinar, apreciar e opinar sobre estratégias relacionadas ao intercâmbio nacional e internacional de experiências, atividades de troca de saberes entre os Pontos de Memória;
- III - Estimular a criação de comissões distritais, estaduais e municipais de representação dos Pontos de Memória.
- IV - Propor a elaboração de estudos e pesquisas, dentre outros instrumentos úteis à consecução de suas atribuições;
- V - Disponibilizar informações e dar publicidade às ações do Comitê Consultivo;
- VI - Elaborar e aprovar as disposições de seu Regimento Interno.

O **Trecho 8** aponta as competências do Comitê Gestor do Programa Pontos de Memória, apresenta uma mistura de processos mentais e materiais, dentro dos mentais temos os cognitivos e desiderativos, a experiência é apresentada como indeterminada misturando os processos uns com os outros. Por exemplo, a percepção mistura-se com a cognição em “apreciar”, uma vez que não significa somente perceber visualmente, mas também está relacionado com a compreensão.

Os mesmos verbos podem realizar outros tipos de processos, vai depender dos participantes envolvidos e do contexto de situação em que o texto estiver inserido, para entender melhor esse processo, apresento o último documento e busco desenvolver considerações mais gerais do que fui apresentando nas análises. A Portaria Nº 385, de 9 de novembro de 2017, que designa os membros titulares e suplentes para compor o Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória no âmbito do Instituto Brasileiro de Museus, reproduz a composição da Portaria Nº 301, de 9 de setembro de 2019, que dispõe sobre a institucionalização do Comitê Consultivo do Programa Pontos de Memória. A diferença é que nomeia esses representantes, conforme configuração eleita em plenária na ocasião da Teia da Memória, em Belém do Pará.

Percorri documentos que tratam da conformação do Programa Pontos de Memória, da criação do Comitê Gestor, seu regimento interno e composição. Esses processos foram instituídos por portarias administrativas, a padronização e a estrutura desses textos estão presentes em manuais oficiais da escrita pública, o manual de Redação da Presidência da República aponta que a “...estrutura dos atos normativos é composta por dois elementos básicos: a ordem legislativa e a matéria legislada. A ordem legislativa compreende a parte preliminar e o fecho da lei ou do decreto; a matéria legislada diz respeito ao texto ou ao corpo do ato (p. 134). Sobre portarias, o manual aponta que é “o instrumento pelo qual Ministros ou outras autoridades expedem instruções sobre a organização e o funcionamento de serviço, sobre questões de pessoal e outros atos de sua competência (p. 147).

Essa padronização busca que esses documentos sejam reconhecidos dentro da própria administração pública e pelos cidadãos. As informações, bens e serviços públicos são céleres por suas demandas públicas, no entanto, essa normatização não consideram o contexto de cultura de uma sociedade responsável por instanciar essa produção textual. A conformação do Programa Pontos de Memória não se dá pela publicização dessas portarias, mas por toda a trajetória participativa e social que antecede esses documentos e até mesmo os embasam. Na

próxima seção, apresento algumas vozes dos atores sociais periféricos dos Pontos de Memória para que seja possível a compreensão de variações e instabilidades nos textos administrativos constitucionais, mais que isso, identificar o papel da memória como direito e a organização social para garantia desse direito. Mais que isso, apontar as relações de poder e disputas que perpassam a memória social.

5.3 As circunstancias de tempo e espaço: distanciamentos e aproximações de uma política pública para a memória social

Para os estudos gramaticais tradicionais a transitividade é uma propriedade exclusiva do verbo, ele será responsável por classificar a oração como transitiva ou intransitiva, já a LSF aborda a transitividade como uma propriedade que pertence à oração como um todo, sua manifestação se dá por meio dos processos, participantes e circunstancias. Vimos que os processos são classificados em tipos diferentes, podendo ser materiais, mentais, relacionais, verbais, existenciais e comportamentais, responsáveis, na oração, por materializar ações, estabelecer relações entre entidades concretas ou abstratas, expressarem o dizer, construir comportamentos, entre outros. Os participantes estão associados aos processos podendo ou não aparecerem no enunciado e correspondem a sintagmas nominais não reconhecidos pela gramática tradicional. Como fomos discutindo as convergências da LSF e da ADC nas seções anteriores, com base em Fuzer e Cabral (2014) apresento a sistematização dos processos, significados e participantes:

Quadro 6: Processos, significados e participantes.

Processo	Significado	Participantes obrigatórios	Participantes opcionais
Material	Fazer, acontecer	Ator	Meta, extensão e beneficiário
Mental	Sentir	Experienciador e fenômeno	-
Relacional: atributivo indicativo	Ser Classificar Definir	Portador e atributo Característica e valor	-
Verbal	Dizer	Dizente e verbiagem	Receptor
Existencial	Existir	Existente	-
Comportamental	Comportar-se	Comportante	Fenômeno

Fonte: adaptado de Fuzer e Cabral (2014).

As circunstâncias referem-se às condições de realização de cada um desses processos, nesse sentido, sua ocorrência se dá livremente em cada um deles, podendo expressar localização e duração/extensão – temporal e espacial -, modo, ângulo, meio, dentre outros. Para a LSF a circunstância no sistema da transitividade desenvolve papel importante, uma vez que irá estabelecer em que circunstâncias um dado processo é desenvolvido no texto. As circunstâncias situam os processos no tempo e no espaço, estabelece como são realizados ou em que extensão ocorrem, se espacial ou temporal.

Nesse sentido, recorro a circunstância espacial com base nas discussões que fui estabelecendo a respeito do território, não como uma transposição de significados de uma área do conhecimento para outra, mas como um construto teórico/metodológico embasado nos estudos da linguagem, a circunstância espacial está ancorada nas relações de poder que circundam a memória como direito e vontade política nos territórios periféricos com atuação de Pontos de Memória. Assim as circunstâncias de localização espacial, temporal e de extensão/duração situam os eventos materializados pelos processos na linguagem no tempo e no espaço, ou seja, no quando e onde, mas também irá delimitar a duração e a extensão, o quanto tempo e o até que ponto, dos eventos presentes nos depoimentos de lideranças comunitárias dos Conselhos Gestores locais dos Pontos de Memória e de gestores institucionais do Programa, estabelecendo relações de algo que desde o início da minha atuação junto ao Programa eu e meus companheiros de militância já apontávamos: o tempo comunitário é diferente do tempo institucional e a periferia não é a mesma, em suas configurações não somente geográficas, mas sociais, no território brasileiro.

Na seção seguinte, busco desenvolver uma análise a partir de respostas para 5 questões que foram desenvolvidas com gestores comunitários do Programa e gestores com atuação no Instituto Brasileiro de Museus. A LSF permitirá a identificação desses processos e as circunstâncias presentes, mas será com base na ADC que buscarei evidenciar como relações de poder são desveladas por meio do discurso.

5.4 Aspectos sociais e políticos na proposição do Programa Pontos de Memória: articulações sociais da memória

Ao longo do trabalho de campo, selecionei como metodologia, a aplicação de questões semiestruturadas, que pudessem construir um caminho para a importância da criação do Programa Pontos de Memória e, posteriormente, uma política pública para a memória social. Ao todo foram cinco questões, sua aplicabilidade se deu como uma conversa entre pessoas que

compartilham sonhos e pensamentos, uma vez que por diversas vezes deixei evidente o meu papel no Programa. Trago para esta seção analítica algumas dessas conversas, irei apresentar cada questão, das cinco, e o que foi sendo estabelecido pelos participantes. Mas também proponho algo diferente que possa parecer ousado para os meus leitor e leitora, assumo que seja mesmo. Eu não fiz a minha narrativa oral, de certa forma a minha história de vida está imbricada na escrita da tese, também não respondi às cinco questões, mas para esta parte analítica irei dialogar com os meus pares e apresentarei minhas perspectivas para cada questão.

A organização das análises será assim apresentada: a) uma questão voltada para os gestores comunitários e uma para os gestores institucionais; b) os apontamentos dos participantes; c) as relações com os processos e circunstâncias e; d) análise interpretativa e minhas percepções para as questões. Não necessariamente serão as mesmas vozes para as questões e nem sempre do mesmo Ponto de Memória, mas sempre irei identificar o ator social, uma vez que foi pedido pelos integrantes dos Pontos de Memória que sua identidade fosse mantida como forma de resistência e demarcação de relações de poder. Somente a identidade do gestor institucional que será alterada para um nome fictício.

5.4.1 *Memória e comunidade*

Gestores Comunitários	Gestores institucionais
O que você destaca na comunidade para que a mesma tenha o Ponto de Memória?	Quais elementos a elaboração de uma política pública tendo a memória social como eixo apresenta? Sob quais eixos regulamentares se organiza?

*Helena Quadros: A Terra Firme tem cores, sabores, frutos, alimentos. Você vai de **noite** ou vai de **dia**, você tem essa **Terra Firme efervescente**. A Terra Firme ela é de **luta**, a Terra Firme tem uma história muito importante para a **cidade de Belém**. A Terra Firme é um **bairro** onde se concentram as maiores universidades do Pará... a comunidade se apresenta de uma forma de **luta**, é importante o Ponto de Memória estar **lá** para mostrar essa **luta**.*

*Camila Quadros: Um ponto positivo é ser uma periferia atuante, quando eu digo atuante é no sentido que os moradores **alí** eles são pessoas que pensam **criticamente**. Tanto, que por exemplo, eu penso muito **na educação**, se você pegar os folhetos da **década de 70 e 80** eles já falavam de educação popular, então é uma comunidade que **não é acomodada**, isso chama muito a atenção para ser um Ponto de Memória. É uma comunidade que se você sentar para conversar com um morador idoso, adulto, jovem, ele vai te **falar sobre a memória** deles,*

ao falar da Terra Firme. Então isso por si só já chama muito a atenção, o Ponto de Memória e a memória dos moradores, *essas narrativas*.

W2: Para que o projeto ficasse *na comunidade* teve uma trajetória *de resistência* muito *complicada*, conflitos de lideranças, do que é a história do **Taquaril** e que marca o **Taquaril**, esses conflitos entre as lideranças, principalmente influenciados por *questões políticas*, mas o que sustentou o projeto e o manteve na comunidade foi a *força da comunidade*. Foi muito desgastante, mas é daquele jeito, faz parte da história do Taquaril. *Nunca foi fácil* conquistar as coisas aqui, inclusive esses projetos.

Abadia: *Primeiro*, a proposta inicial era uma cidade reconhecida pela *pobreza e violência*, mas existe aí uma contradição, quando o Estado chega nessa perspectiva, eles procuram grupos com *iniciativas de transformação*, o que os trouxeram aqui era uma proposta, mas eles procuravam outra coisa. A gente, quando eu falo a gente eu me incluo nessas **12 experiências**, todos nós dos Pontos de Memória *fazíamos* essa diferença dos lugares que viemos, éramos a *contra-ação* do que o Estado dizia, *da violência e de cidade sem perspectivas*.

Gestor Institucional: Durante o momento que *estive a frente* do Programa eu estava aprendendo muita coisa. **Quando** cheguei para trabalhar como servidora pública, fui direto para a Comuse – Coordenação de Museologia Social, era o que existia *naquele momento*. Houve até uma tensão entre os consultores, isso ficou mais complexo por causa das viagens que ficaram mais difíceis para os servidores, mas isso era mais fácil para os consultores. Isso provocou um *distanciamento muito grande*, quando eu cheguei o Programa já existia, não *como hoje*, mas já existia.

Dizendo isso, o meu *lado é o institucional*, quando cheguei os Pontos *estavam em diversos momentos* dessa metodologia, oficinas, formação das redes. Um programa desses não se faz de uma pessoa é um *processo de dinâmicas*. A *institucional* influenciava de uma forma e a *comunitária* de outra.

A comunidade da Terra Firme é apresentada por processos mentais perceptivos, pelas cores, sabores, alimentos, o território da comunidade experiência sensações, mas também apresenta ações, como um território de luta, a metáfora da comunidade como um campo de batalha fala dos processos de resistência enfrentado pelos atores sociais locais, mesmo estando geograficamente próxima a equipamentos públicos tão importantes, os processos circunstanciais reafirmam o território como o local das lutas e sensações, seja durante o dia ou

noite. Tanto a comunidade como os moradores assumem um papel agentivo por meio do verbo ser, existe uma extensão da relação de pertença presente nas memórias da comunidade, reafirmadas pelos processos circunstanciais.

O Taquaril segue representado como um território de disputas e o espaço de resistências, como aponta o Rapper W2. Abadia evidencia essa relação estabelecida pelo Estado e a construção da periferia como o local da falta, mas o gestor institucional apresenta uma relação importante, a do tempo da comunidade e do tempo institucional, os processos de disputas não são só comunitários, mas os territórios institucionais também estão projetados no campo de batalha.

O que destaco nas comunidades de atuação dos Pontos de Memória para que eles tenham esse Ponto é o desejo pela memória, esse desejo faz com que os atores sociais periféricos estabeleçam suas relações de pertencimento e assumem para si papéis de protagonismo nos processos de lutas e resistências sociais comunitárias. Junto ao desejo pela memória emerge também o desejo de transformação da comunidade e o reconhecimento das lutas que conformam esse território. A primeira questão apresenta processos mentais e materiais, dentro das metafunções ideacional e interpessoal, uma vez que as vozes evidenciadas buscam a compreensão da comunidade como território periférico de memória e os papéis assumidos pelos atores sociais, os tempos comunitários e institucionais são evidenciados nos processos de circunstancia que demarcam as atuações dos atores sócias e constroem essa relação entre memória e comunidade.

5.4.2 *Memória e política social*

Gestores Comunitários	Gestores institucionais
Como descreve o percurso realizado para a constituição do Ponto? Quem são os atores sociais envolvidos.	Quais aspectos sociais e políticos subsidiaram a proposição do Programa?

*Helena Quadros: Quando eles chegam, que essas pessoas já sabiam, por exemplo a Dona Chicono, a Chiquinha, o Batista que eram de frente... o que eu coloco? Que ficou uma dúvida muito grande **na nossa cabeça**. Mas afinal, o que é esse Ponto de Memória? A gente já **vinha trabalhando** com isso, não com esse título de trabalhar a memória da Terra Firme, mas **trabalhava** a alimentação saudável, fizemos uma exposição de 25 anos de ação comunitária do museu (Goeldi) na Terra Firme... **Tem momentos de conflitos, então quando esse projeto chega** foi muito misterioso, a gente **não sabia** em quem confiar, até que resolvemos confiar.*

*Recebemos eles (Ibram), eles falaram para a Terra Firme falar o que faz de cultura, o que tem de história. Muito sem a gente saber o que era aquilo, **nem eles sabiam** explicar...*

***Viviane:** Se for fazer uma **retrospectiva histórica**, quando a proposta do Programa chega ao grupo que inicialmente virou a incubadora do projeto para depois ele virar um museu, que é o Centro de Estudos e Pesquisas afro alagoano – Quilombo, **em 2009** nós éramos um grupo com **vários grupos agregados**, na ocasião, **quando chegou a proposta** havia muitas pessoas e havia muitos grupos envolvidos **no decorrer desse caminhar**, como não havia dinheiro, esses grupos e essas pessoas **foram saindo**. **Hoje em dia** nós temos uma quantidade de integrantes bem limitadas se fizermos uma comparação **de 2009 para cá**, isso eu falo em relação as pessoas, em relação ao processo foi muito significativo, foi uma **metodologia criada de modo coletivo**, o museu **desenvolveu** várias ações internas, mas teve também uma **atuação política muito grande dentro da construção da política museal**, em especial para a museologia social, sempre trabalhando de forma coletiva e em rede. **São 10 anos** de várias parcerias de acréscimo de conhecimento a partir do **momento que tínhamos a oportunidade** de conhecer outras culturas, de trocar saberes.*

***Gestor institucional:** O principal elemento que **pensei** são os dois grupos: um que foi promover o surgimento ou potencialização da **vontade de memória** e dar nome Pontos de Memória. O primeiro elemento é nomear. Ter esse nome específico foi muito importante. Outra coisa é que esse Programa **não surgiu do nada**. Ele tinha referências com os Pontos de Cultura. **Do ponto de vista institucional** o importante foi essa articulação entre outras instituições. A narrativa de constituição tem relação com o PRONASCI que identificou que **o trabalho com a memória social nesses territórios** seria importante, **desde a identificação** dessa vontade de memória como o fomento. Eu lembro uma vez que fui a Estrutural e alguém perguntou: **Aqui pode ter um museu? Isso foi emocionante**. Uma cultura de valorização do território por parte do Estado, **o que antes vinha do Estado** era uma dimensão de violência que determina a atuação policial **nesses territórios**.*

Existe uma relação de compreensão inicial do que é o Programa e a percepção de que não é a memória da comunidade que será trabalhada, mas um ponto de vista dessa memória pelo olhar dos envolvidos no processo, que já atuavam com a memória em suas ações. Os conflitos e tensões comunitárias sempre presentes, mas também a demarcação de que a ideia de política social para a memória foi sendo construída conjuntamente entre Estado e comunidade. O tempo de atuação dos Pontos e do Programa reafirma essa qualificação pela troca e

compreensão na atuação das iniciativas, na relação com o Ibram e a relação entre as próprias iniciativas.

Ao apontar essa relação da memória e uma política social, o gestor institucional reafirma a importância na mudança de uma postura, por parte do Estado, de como o território periférico brasileiro é percebido e até mesmo os limites, obrigações e potencializações da atuação do Estado, a identificação identitária do Programa contribui para isso. Os processos presentes estão entre os material e interpessoal, existe uma predominância desses processos ao longo de todas as questões, uma vez que a atuação dos atores sociais com os Pontos de Memória em suas comunidades de atuação e institucionalmente perpassa as compreensões territoriais simbólicas e demarcadas como também diz das relações estabelecidas, os processos de circunstância apontam para a relação entre memória e política social.

Pensar uma política pública para a memória social perpassa pelos processos de mudanças no campo museal, conforme apresentei na seção (re)pensando museus sob uma ótica decolonial, mas também envolve uma série de outros fatores políticos/sociais, o governo da época estava trabalhando com os Pontos de Cultura e a memória era percebida como um eixo desses processos, existia a atuação do PRONASCI e o Papel da OEI com o pró-doc, mas também existia um movimento social nas periferias brasileiras que podiam perceber a memória como direito e se organizar para a garantia desse direito, tendo o ator social periférico como protagonista da sua própria história. São esses fatores e atores que destaco no percurso dos Pontos de Memória, mas o principal é a comunidade aceitar a atuar a partir dessa perspectiva identitária do Programa.

5.4.3 *Memória e território: articulações sociais*

Gestores Comunitários	Gestores institucionais
A “Memória” se articula/ ou pode se articular com lutas sociais (moradia/ educação/trabalho)? Aponte de que forma.	Como percebe o papel do “território” na constituição do Programa?

Helena Quadros: Ela perpassa por todos esses campos, se você for na Ecléa Bosí, quando ela conta a história das mulheres. O tempo passa mesmo, então quando eu vejo a Chuiquinha e a Chicono e quando elas dizem... Uma das minhas questões foi assim, após você ver aqui, todo esse trabalho do museu (Goeldi), essa Ciência, a Biologia, a Antropologia, a Ciência da Terra, você tem vontade de explorar isso? Uma resposta das comunitárias foi:

“**NÃO, eu já estou velha demais. Nunca é tarde, a memória perpassa por todos esses campos, ela tem a possibilidade de trabalhar... o próprio Batista é um exemplo, ele trabalha na área da saúde e leva essas questões da memória.**

Sirlene: Ela se articula **com tudo**. Quando criamos o museu ficávamos: Nossa! É muita responsabilidade. Primeiro que a gente não entendia muito do **processo de formação**, de conhecer, as viagens das pessoas. Criamos um Ponto de Memória diferente dos outros **espalhados pelo Brasil**. A gente já tinha um trabalho de base no Jacintinho e em outros bairros periféricos. E aí **quando a proposta veio**, ela era tão linda, a gente estava bem organizados, **na época tínhamos uma sede, tínhamos parceiros que estavam o tempo todo na realização de atividades**, nos eventos. A gente já estava nessa luta pelo empoderamento político, **contra o racismo, contra a violência**.

Clovis: A **memória e a história**, não tem como separar. **Nossas lutas comunitárias por direitos, por segurança, transporte, lazer e cultura tem tudo a ver com a nossa história, com a história do Ponto de memória, com a nossa luta.**

W2: No **início** foram essas lutas por infraestrutura, **quando** a gente chegou **aqui** não tinha asfalto, a gente passou por esses processos de conquista da energia elétrica, da água, do transporte, das ruas, da mobilidade, do transporte, a gente, quando falo a gente estou falando do **movimento comunitário social**. Ele não trabalhou também a **questão social**, além do direito a mobilidade, ter a sua casa, água, luz a gente deveria ter pensado também **ao mesmo tempo** em como ter na comunidade essa infraestrutura toda e com qualidade de vida no futuro. **Hoje** a gente não corre tanto atrás de infraestrutura, mas **hoje** a gente está muito atrás da questão social, cultural. **A juventude**, essa geração de hoje não tem uma área para praticar esporte, cultura, lazer, **a comunidade** não tem nada que venha a ocupar os jovens, a capacitar os jovens que venha criar oportunidades para os jovens. Você resgatar a memória de luta por moradia, para as questões básicas é importante também para alimentar a questão social, **as vezes** você vai ter uma rua que a comunidade conquistou e que o jovem não pode usufruir por causa da criminalidade que toma conta. Tem que ser **vinculada a história**, a mesma energia utilizada para **conquistas de infraestrutura** precisa ser usada para as **questões sociais**.

Gestor institucional: Usando o seu conceito de território simbólico, **os museus**, do Ibram ou não, perceberam nos Pontos de Memória uma ampliação do **território simbólico do museu**. Pessoas que **nunca** tinham ido ao museu, passaram a frequentar. **O território** são muitos territórios, inclusive do Ibram. **Houve** um esforço significativo de aproximação dos

museus com o território. Os territórios dos museus e dos Pontos de Memória se integraram para constituir um grande território museal.

As circunstâncias que situam os eventos no tempo, as de localização espacial também irão situar os eventos de alguma maneira, quando penso nos fatos que ocorrem nos eventos discursivos, estou falando do território periférico das comunidades de atuação dos Pontos de Memória. Essas circunstâncias nos remetem onde os processos são desenvolvidos, significar esses discursos é compreender o território da periferia nos processos de articulações sociais pautados na memória como direito e vontade política, o que irá pautar as escolhas realizadas pelos atores sociais periféricos e os sentidos serão distintos como é perceptível nas escolhas dos gestores comunitários e institucional. Esse fator corrobora com a perspectiva de que essas circunstâncias terão papel de atuação na constituição dos sentidos pretendidos na relação entre memória e território.

O ator social periférico atua em diversas outras frentes, mas leva as questões da memória em sua atuação. A memória sempre esteve presente nas configurações sociais de modo geral, a grande questão era a importância dada e quais memórias são/eram evidenciadas. Nesse sentido, a memória é constitutiva do território periférico, mas as articulações sociais entorno dela dimensionam outras áreas a partir da atuação do Ponto de Memória, pautada no seu reconhecimento como direito e vontade política.

5.4.4 Memória, diversidade e possibilidades

Gestores Comunitários	Gestores institucionais
Quais as estratégias desenvolvidas para lidar com a diversidade de interesses e visões presentes na comunidade em torno da memória?	Das relações estabelecidas com os representantes e lideranças comunitárias o que se apresentou como limite e possibilidade?

Helena Quadros: Essa resposta veio do inventário participativo, que já tem esse objetivo na Terra Firme. Qual foi nossa estratégia? Usar esse material nas nossas exposições. Uma das estratégias é essa. A cartilha, nela falamos dos 12 pontos, fazemos questão de ter essa rede dos 12, que trabalhamos com objetivos comuns, mas que cada um segue o seu caminho. Nessa cartilha colocamos coisas que os Pontos fizeram, mas, atualmente, fazemos rodas de memórias... Não criando disputas e conflitos, mas buscamos que o Ponto esteja do lado da comunidade.

Clovis: *Primeiramente é o respeito. Respeitar as lideranças antigas, se hoje estamos aqui é por eles. Eu chego aqui, mas não participei dessa história inicial, mas é por isso que eu falo, o Taquaril tem espaço para todos, precisamos buscar melhorias para as comunidades, respeitando as lideranças mais antigas.*

Sirlene: *Cada grupo vai ter interesses e linguagens que são diferentes. O quilombo, que é o carro chefe, foi por causa do quilombo que conseguimos criar o Ponto de Memória, ele já tinha um trabalho de base com esses agrupamentos, era na base do eu vou para a sua atividade, fortaleço a sua atividade, bebo da sua água, como do seu pão e você vem para a minha base, bebe da minha água e come do meu pão, o que dá pra mim, dá para você. Era muito da troca, de estar junto, da partilha por não ter dinheiro e nossos problemas eram sempre os mesmos: falta de respeito, racismo, intolerância, falta de visibilidade e a luta pela sobrevivência. Como estamos do mesmo lado, que é o lado da exclusão, as linguagens são diferentes, mas os interesses são os mesmos. A metodologia de trabalho que é diferente, a forma como os grupos levam o seu dia-a-dia, que é diferente. A linguagem do Hip Hop é diferente da linguagem do boi, mas a necessidade de lutar contra a fome, o racismo, contra o ranço que a sociedade tem contra o preto, o periférico, foi o que nos fortaleceu.*

Gestor institucional: *Primeiro, a maior parte das lideranças que estavam em contato foram as lideranças dos Pontos pioneiros. O limite foi o fato de não haver uma instituição próxima ou parceira que pudesse qualificar a ação dos Pontos, mesmo que financeiramente. Quando a representante de Recife disse: “Eu pedi demissão do meu emprego para participar da Teia”. Ela não tinha esse respaldo para atuar como liderança.*

As possibilidades foram derivadas, eu acredito muito na dimensão da qualificação e do acesso. O Programa permitiu as pessoas o acesso a um conhecimento específico, multidisciplinar e de interseções interessantes. Para muitas pessoas e para os museus essa constante necessidade de redefinição. A museologia social no Brasil mostra muito isso para as pessoas, é uma ampliação do território simbólico para o indivíduo, a pessoa não só pode ter um museu, mas pode fazer parte dele.

O que vejo de possibilidades é o fato das pessoas que puderam, tiveram a oportunidade de usufruir e dimensionar essa metodologia, como você e outros fizeram, de dar as pessoas a possibilidade de trabalhar com sua memória foi a grande possibilidade.

O processo de inventariar os bens materiais e imateriais das comunidades, de forma participativa, contribui na identificação dessa diversidade de atuação e suas possibilidades. As lideranças comunitárias que estiveram à frente da atuação dos Pontos de Memória, compreendiam que trabalhar com a memória é valorizar o passado e não apagar essas marcas, mesmo que negativas, que possibilitam compreender o presente e projetar o futuro dessas comunidades.

O próprio reconhecimento das lutas sociais e a compreensão do trabalho em rede é um elemento para as estratégias de atuação com essa diversidade de interesses. Vejo os interesses distintos como processos de negociações nas lutas sociais.

5.4.5 *Demanda por políticas públicas de memória social*

Gestores Comunitários	Gestores institucionais
É possível caracterizar os Pontos de Memória como uma demanda por política pública. De que forma? Sob quais aspectos?	Como se delineou a tomada de decisão acerca das definições em torno da efetivação do programa.

Clóvis: Pode sim, hoje é a prova disso, pela situação de uns tempos atrás. Esse material, essas conquistas, essa diversidade na comunidade, em muitos casos já é história. Você tem os eventos culturais que já é memória. É como se juntasse toda conquista, batalha, luta e viesse para o Ponto de Memória do Taquaril, onde faz a ligação. Ou seja, tudo isso está no Ponto de Memória do Taquaril que faz parte dessa política pública.

Sirlene: Quando se fala sobre memória, invisibilidade e políticas públicas, eu costumo trazer pra cá, para Alagoas, para as mulheres. Nós temos aqui, em Alagoas, o Quilombo dos Palmares, o maior quilombo da América Latina. Aqui, especificamente as mulheres foram invisibilizadas, elas estavam lá o tempo todo, mas elas não aparecem na história, quando aparecem é como a mulher do homem... Como esquecer a memória e a história dessas mulheres? Aí é nessa perspectiva de dar visibilidade para essa memória que precisamos recontar essa história, trabalhar essa memória, do preto que não tem visibilidade, da mulher que não aparece, do explorado que é sacaneado, que é assassinado, mas quem aparece é a história do poderoso. Então, o museu pra gente tem essa função, que a gente já fazia e não entendia, mas quando a gente pensa que tem uma memória e que precisa recontar essa história, que isso é memória e que é importante, que o povo não pode viver sem memória, o museu ganha uma outra função.

Helena Quadros: *Sim, sim, sim! Pela luta de cada Ponto de Memória, eu coloco muito os 12, apesar de achar importante trabalhos como o do Nascimento (Ponto de Memória do Maranhão premiado por meio de edital) que luta pelo Maracrioula, lá no Maranhão, que foi um dos premiados depois, o trabalho dele, eu acho bem importante. Eu acredito nessa possibilidade de nós sermos referência nessa política pública através dessa luta dos 12... a gente deve mostrar a cara, mostrar o nosso trabalho, se você não aparece, ninguém vai saber quem é você.*

W2: *Né, fizeram muito para que ele tivesse essa condição que ele está hoje, né! Para não ser igual era na nossa época de moleque. De precisar buscar água tão longe, tá ligado? De buscar uma escola longe, né? Então, hoje a gente está na luta mais no campo social, que eu acho que o Ponto de Memória ele vincula essas ideias. Essas ideias da conquista, mas você conquistou, e daí para a frente? Né? Aí, daí para frente, eu acho que trabalhando o passado e o presente que a gente vamos construir o daí para a frente.*

Teresinha: *Tinha que ser uma coisa mais abrangente, quando você fala de política pública, Ponto de Memória e comunidade você vê que tem muito desmanche disso por volta de segmento dessa política pública.*

Eduínio: *Essas lutas sociais por políticas públicas se deram por temas mais localizados, como a saúde, transporte coletivo, saneamento, abastecimento de água, colégios para as crianças, cada luta dessa teve um momento que foram questões mais localizadas, mas hoje, a Lomba é uma região que está prestes a ter todos os equipamentos públicos através dessas lutas. A questão das lutas socioambientais por políticas públicas, ela teve um aquecimento após o Ponto de Memória ser implantado na região, as pessoas estavam mais empoderadas, agora eu tenho onde contar a minha história, eu posso argumentar com autoridades que nós temos conhecimento do nosso passado e do nosso presente para poder cobrar políticas públicas para o nosso Estado.*

Gestor institucional: *Essa aí eu não sei. Quando cheguei o mar já existia em água, sal e movimento (risos). Uma dimensão que acho muito importante é a dimensão internacional da proposta. O Programa começa a acontecer quando abre essa possibilidade, nem o Ibram não teve condições de trabalhar esse caráter expográfico. O Programa foi sustentado por duas bases: 1) a inclusão dos museus do Ibram e, 2) a curiosidade, o reconhecimento e interesse da comunidade internacional reforça essa atividade.*

O território das comunidades de atuação dos Pontos de Memória, em sua conformação, já é uma demanda por políticas públicas. Historicamente foi conformado como o local da falta, da violência e o termo periférico tinha uma conotação do que estava a margem. Pensar em políticas públicas para a memória e ter os Pontos de Memórias como integrantes desse processo é uma reparação histórica e social.

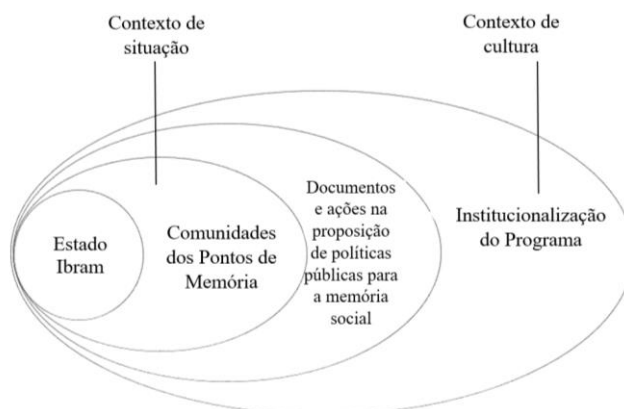
As políticas públicas para a memória social lutam contra processos de invisibilidades, a periferia é esse local em que o invisível ganha força, as narrativas dos atores sociais são invisibilizadas, a própria configuração territorial, a segregação e os processos de manutenção de relações de poder. Os Pontos de Memória irão projetar esses territórios a partir de outros olhares, dimensionando essas narrativas e as relações entre periferia e grandes centros urbanos. Reforço que a compreensão de território periférico está para além da cidade e seu entorno, mas nas relações sociais que perpassam o território.

As circunstâncias que apareceram ao longo das análises não funcionam como meros termos acessórios da oração, principalmente quando pensamos na constituição de sentidos nos discursos dos gestores comunitários dos Pontos de Memória. Dentro da LSF, as circunstâncias de localização e extensão espacial e temporal se associam aos processos e participantes com compor a léxico-gramática do sistema de transitividade, delimitam no tempo e no espaço os eventos constituintes de uma política pública para a memória social no Brasil pautada no reconhecimento da memória como direito e sua organização social para a garantia desse direito. Essa delimitação assume funções para além do plano sintático, mas contribui, assim como os processos e participantes, para os significados globais dos discursos dessa política pública.

5.5 Algumas considerações

Existe uma reciprocidade entre a escrita dos documentos institucionais oficiais na proposição do Programa como uma política pública para a memória social brasileira, em termos teóricos, entre texto e contexto na perspectiva da LSF. A figura abaixo é uma tentativa de esboço do que considero um complexo contexto em que está inserida a institucionalização do programa, mas essa complexidade está pelas interações estabelecidas entre participantes, que, em determinado momento transitam entre os territórios representados, mas que possuem suas limitações de atuação e abrangência conforme representada a seguir por círculos sobrepostos, as fronteiras são tênues e/ou fluídas, mas representam as relações de poder estabelecidas entre Estado e sociedade civil.

Figura 13: Participantes e interações no Contexto de situação e de cultura na institucionalização do Programa Pontos de Memória



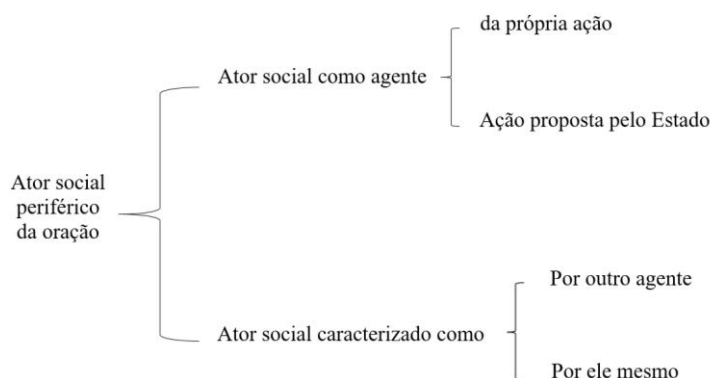
Fonte: Elaboração do autor

O contexto de cultura apresenta imprecisões de limites, delimitar o seu alcance pode parecer algo irrelevante, uma vez que trata de uma política pública para a memória. Temos o Programa instituído e o Comitê Gestor formado, o que irá dizer da continuidade das ações é que estabelece essas relações de poder e lutas hegemônicas tendo a memória e o território como elementos de disputa.

No entanto, assumo as comunidades de atuação dos Pontos de Memória como o contexto de situação e a institucionalização do Programa como o contexto de cultura, dada a relevância e a abrangência das práticas sociais discursivas produzidas nas periferias e as ações de promoção e garantia dessa política. As diferentes composições sociais e organizações dos grupos que atuam com memória e museologia social também caracterizam práticas sociais para a proposição e manutenção dessa política, como foi observado na distribuição representativa da composição do Comitê Gestor. Os territórios de memória, sejam periféricos ou não, precisam ser considerados na elaboração de documentos basilares, pois são componentes do contexto cultural.

Cada parte apresentada na figura acima carrega, de forma semiotizada, diferentes campos, relações e modos de discurso, instaurados nas práticas sociais de cada grupo social. A respeito do ator social periférico no processo de institucionalização do Programa e como se organiza socialmente ao perceber a memória como direito e as ações para a garantia política desse direito, aponto a seguinte construção do ator social periférico da oração:

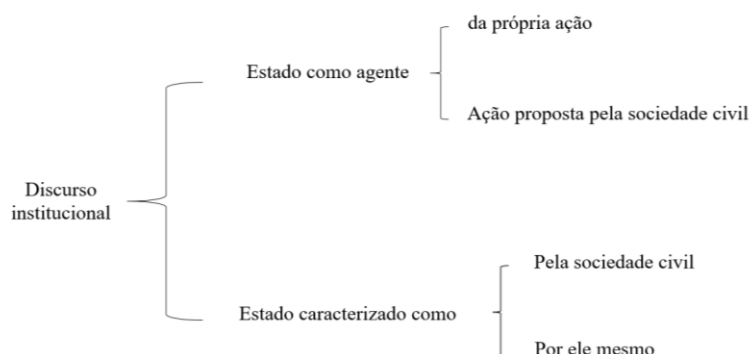
Figura 14: Representação do ator social periférico da oração.



Fonte: Elaboração do autor

Seguindo o mesmo caminho da representação do ator social periférico da oração, apresento na figura seguinte uma construção para o discurso institucional, a diferença está nos papéis assumidos e por quais atores sociais.

Figura 15: Representação do discurso institucional da oração.



Fonte: Elaboração do autor

Tanto o Estado, representado pelo Instituto Brasileiro de Museus, como a sociedade civil são representados como agente (orações material, verbal e mental) ou descritos de alguma maneira (processo relacional).

O ator social periférico pode ser agente no processo criado por ele, presente ou não na oração, ou agente de um processo proposto por outro participante. Isso ficou mais evidente nas análises documentais de construção do Programa como política pública para a memória social, dada a configuração do Comitê Gestor e a definição de Pontos de Memória, uma vez que perpassa por gestão comunitária.

A apropriação se deu na construção das análises, uma vez que considero a teoria complexa, no entanto seus pressupostos teóricos permitem analisar fenômenos linguístico-

discursivo em uma perspectiva discursivo-crítica. Além disso, deve-se considerar que a LSF se propõe como uma teoria de Linguística Aplicável, ao passo que a ADC configura-se como um campo inter/transdisciplinar de questões voltadas para as relações sociais. A ADC dialoga com a LSF e a utiliza como ferramenta de análise textual, mas não busca desenvolver um aparato teórico para a descrição de sistemas linguísticos propriamente ditos.

No capítulo seguinte, trabalho com as análises das narrativas orais de vida dos atores sociais em uma perspectiva da representação dos atores sociais e uma relação estrita com o território e a memória social, será o espaço que irei aplicar o território como uma categoria analítica para o estudo da Análise de Discurso Crítica.

6

**NARRATIVAS ORAIS E A VIDA SOCIAL:
EVIDENCIANDO ATORES SOCIAIS DOS PONTOS DE
MEMÓRIA**

Figura 16: Escadaria da rua Barroca.



Fonte: acervo autor

A placa dizia "Rua Barroca", os meus olhos enxergavam outra coisa e minhas pernas encorajavam-se.

Na rua/escadas, as histórias que ouvi enchiam-me a alma. Passei o dia nessas escadas ouvindo histórias sobre o Taquaril. A máquina registrava a imagem, o gravador o som, mas nenhum era capaz de registrar a emoção.

Wellington Pedro

Neste capítulo, apresento as análises do *corpus* de pesquisa sob a perspectiva das narrativas orais de vida dos atores sociais dos Pontos de Memória. O capítulo integra a terceira parte da tese destinada às reflexões analíticas. Se o quinto capítulo foi voltado para um processo analítico documental, este direciona o olhar para os processos de representação dos atores sociais por meio da relação entre território e memória apoiados na

trajetória de vida e evidenciadas pelas narrativas desses moradores e agentes de memória do território brasileiro de atuação de Pontos de Memória.

A terceira parte da tese retoma as questões de pesquisa e os objetivos propostos nas duas dimensões de pesquisa apresentadas, está estruturada de forma a recuperar os processos metodológicos na geração e coleta dos dados e o tratamento analítico. Assim, neste capítulo apresento as narrativas que constituem as comunidades periféricas como territórios de memória, estabelecendo o fortalecimento do entendimento de uma rede de memória entre essas comunidades. Apresento, de forma geral, as histórias particulares que configuram como coletivas e sociais dos atores sociais dos Pontos de Memória, corroborando com a dimensão da pesquisa das representações dos atores sociais em comunidades de atuação de Pontos de Memória.

Busco discutir os modos pelos quais as relações sociais territoriais em torno da memória como direito e vontade política são estabelecidas e legitimam ou desconstruem questões de poder e ideologias presentes nos discursos de atores sociais periféricos das cinco regiões do território brasileiro, em comunidades conformadas com Pontos de Memória. Neste capítulo analítico abordo as narrativas orais de vida, amplamente discutida nos capítulos metodológico e teórico, em uma perspectiva da representação dos atores sociais segundo o modelo teórico-analítico de van Leeuwen (1997). Abordo o território como categoria analítica na perspectiva da Análise de Discurso Crítica, conforme desenhei os primeiros apontamentos no capítulo analítico. Em um segundo momento discuto como os discursos dos atores sociais dos Pontos de Memória projetam possibilidades diferentes de realidades por meio do significado representacional do discurso a partir das rodas de memória.

Os registros que busco apresentar dialogam com a epígrafe multimodal deste capítulo, a escadaria representa o meu esforço em pensar e propor uma categoria analítica nova, sem transpor conceitos de outras áreas, mas significar essas discussões em uma perspectiva discursiva crítica. Neste sentido que o território simbólico e demarcado se apresenta como possibilidade categórica. Trago a imagem registrada pela máquina fotográfica, o som registrado pelo gravador, mas a emoção impossibilitada de ser registrada trasborda nessas páginas como a minha responsabilidade social com os Pontos de Memória, com a educação transformadora e com a minha própria história de vida.

Os atores sociais de comunidades periféricas do território brasileiro com atuação de Pontos de Memória representam, discursivamente, suas realidades sociais por meio das

experiências de conhecimento de mundo, a linguagem atua como processo de comunicação entre esses atores sociais e os diversos papéis e grupos que assumem. Com base nas categorias apresentadas por van Leeuwen (1997) para a representação dos atores sociais, a de exclusão e a de inclusão, articulo a representação dos atores sociais dos Pontos de Memória que configuram o *corpus* investigativo, as narrativas orais de vida e o território como categoria analítica, uma vez que as escolhas discursivas apresentadas pelos colaboradores da pesquisa e os processos excludentes e inclusivos que permeiam suas práticas sociais ajudaram na configuração da periferia como território de memória e, conseqüentemente, de lutas hegemônicas.

O quadro a seguir contém uma síntese das categorias referentes à representação de atores sociais:

Quadro 7: Representação dos atores sociais no discurso: rede de sistemas.

Exclusão	Supressão					
	Encobrimento (segundo plano)					
Inclusão	Ativação					
	Passivação	Sujeição				
		Beneficiação				
	Participação					
	Circunstancialização					
	Possessivação					
	Personalização	Determinação	Nomeação			
			Categorização	Funcionalização		
				Identificação	Classificação	
					Identificação relacional	
			Identificação física			
			Avaliação			
		Determinação única				
		Sobredeterminação				
		Indeterminação				
		Generalização				
	Especificação	Individualização				
Assimilação		Coletivização				
		Agregação				
Impersonalização	Abstração					
	Objetivação					

Fonte: adaptado de Resende e Ramalho (2006), com base em van Leeuwen (1997).

De forma dialógica, trago as discussões da memória apresentadas na segunda parte da tese, uma vez que a mesma vem se consolidando como instrumento para a conquista e ampliação da cidadania por diferentes atores e grupos sociais ao atualizar lutas, valorizar culturas e identidades e as narrativas orais como mecanismo para evidenciar as vozes periféricas da memória como direito e sua vontade política.

Para este capítulo, apresento as narrativas orais de vida dos participantes da pesquisa, como são representados discursivamente como atores sociais periféricos de memória e aplico o território como categoria analítica. O projeto de narrativa oral aplicado nos Pontos de Memória foi organizado por seis blocos temáticos, entre eles a apresentação, infância, adolescência e trabalho, juventude, fase adulta e, por último uma avaliação a respeito do território da comunidade de atuação dos Pontos de Memória. Apresento cada um desses blocos, discuto a representação dos atores sociais e o território como categoria analítica.

6 QUEM SÃO ESSAS VOZES? PARTICIPANTES DA PESQUISA

Na seção 3.5.2, do terceiro capítulo, abordei as narrativas dos atores sociais como responsáveis por projetarem a periferia como um território de memória, em uma perspectiva de problematizar relações de desigualdades sociais e promover transformações. As representações dos atores sociais periféricos projetam possibilidades de versos da realidade, uma delas está na relação de pertencimento estabelecida com o território e as realidades sociais, tendo a memória como elemento nesse processo de pertença.

Os atores sociais periféricos das comunidades de atuação dos Pontos de Memória carregam suas histórias de vida, alguns são entrecruzadas e ganham projeções de coletividades, essas narrativas de vida também projetam a periferia como território de memórias, de resistências, lutas e conquistas, uma vez que integra todo o processo. Temas, aspectos ou situações são atribuídos relevância a partir dessas narrativas e constituem as experiências de cada ator social periférico.

Quando falo da narrativa como processo de cura nessas comunidades é no sentido de que a linguagem apresenta diversas outras possibilidades de compreensão das tramas sociais periféricas e como as narrativas orais de vida dos atores sociais abrigam temas da realidade coletiva mais ampla e que não são apresentadas em outros documentos, pois as narrativas orais de vida desses atores significam e ressignificam identidades, estabelecendo relações com o passado, revivendo o vivido e significando o futuro e as lutas contra processos de exclusão social presentes no território da periferia. Apresento os atores sociais dos Pontos de Memória que contribuíram com a realização desta pesquisa, no intuito de estabelecer com os meus leitor e leitora uma proximidade com essas narrativas e como o território configura-se como categoria analítica nos dados dessas narrativas que causam desconfortos sociais necessários ao visibilizar a periferia, seus atores sociais e o descaso histórico por parte do Estado.

6.1 Ponto de Memória Museu do Taquaril

Figura 17: Wellington Pedro - Pesquisador



Fonte: acervo do autor

“Sou a chuva que lança areia do Saara, sob os automóveis de Roma”, mesmo que “quando eu vim a este mundo, eu não me atinava em nada”. Filho de retirantes nordestinos, caçula de quatro filhos. Meu pai é negro e 17 anos mais velho que minha mãe, fugiram do interior do Maranhão para casarem. Minha história de vida inicia aí, com a história dos meus pais. Cresci vivendo a experiência de perder amigos ainda jovens e sem muitas perspectivas de futuro, em meio a essa realidade a vida foi me apresentando possibilidades e oportunidades. Sou Wellington Pedro, mas quase todo mundo me chama de Pedro.

Figura 18: Rapper W2: Wilson Wagner

Eu sou Rapper W2, do Vozes da Periferia, em BH. Estou nessa militância do Hip Hop há 20 anos, desde 1999 a gente está aí nessa correia. Hoje eu coordeno a Aliança Cultural do Taquaril, sou um dos coordenadores da Casa do Hip Hop do Taquaril, sou oficinairo do Programa Fica Vivo, Escola aberta, escola Integrada.



Fonte: acervo do autor

Figura 19: Clóvis Furtado



Fonte: acervo do autor

O meu nome é Clóvis Furtado Aparecido, eu moro aqui na comunidade do Conjunto Taquaril desde os meus 15 anos, ou seja, antes da fundação do Conjunto Taquaril eu morava na Rua Desembargador Bráulio, em frente à fazenda. Desde a fundação do Conjunto Taquaril eu só subi um pouquinho. Na época dos movimentos a minha mãe participava dessa luta para conseguir uma moradia, a gente morava de favor, aí viemos morar aqui no Conjunto Taquaril, inclusive as paredes da nossa residência estavam cinco fiadas de tijolo, mas mudamos assim mesmo, devido à necessidade e a nossa dificuldade.

Peço licença aos meus leitor e leitora, mas preciso fazer a próxima apresentação. Não que a pessoa não tenha feito, mas é por nossas histórias entrecruzarem, desde que nasci que a conheço e admiro, não tenho como falar da minha vida sem falar dela. Preciso agradecer sempre, pois não imagino minha vida sem ela. Sua atuação no Ponto de Memória também é fundamental, sempre abraçou o Programa e coordenou o Ponto de Memória Museu do Taquaril desde o início. Eu sou a explosão, a emoção me move, ela é a razão, cautelosa em tudo que faz, mas sempre abraça as minhas escolhas e caminha comigo.

Figura 20: Leila Regina



Fonte: acervo do autor

Irmã, em meio ao tamanho do universo e o tempo, conforme o conhecemos, compartilhamos o mesmo espaço e tempo. Essa pesquisa é tão minha quanto sua, uma das pessoas mais inteligentes que conheço, quantas vezes precisei recorrer a você para poder entender a minha pesquisa! Quantas histórias já compartilhamos! Ver sua caminhada é inspiração e vontade de seguir a minha.

Leila Regina, diretora do Ponto de Memória Museu do Taquaril, participou das discussões iniciais do programa e teve papel fundamental na condução e mediação da Teia da Memória, em Belém do Pará. Cientista Social, atua com populações atingidas por desastres sociotecnológicos e cooperativas de catadores de materiais recicláveis. Atuante na memória como pesquisadora e militante.

6.1.1 Ponto de Memória da Terra Firme

Figura 21: Batista

O meu nome é Joao Batista Costa dos Anjos, eu moro na Terra Firme a idade da minha filha mais velha, vai fazer 43 anos, é o tempo que eu moro na Terra Firme. Eu vim pra cá para ajudar os companheiros da Terra Firme, quando eu cheguei aqui eu cheguei pela questão da moradia. Eu tinha viajado e juntado um dinheirinho para comprar uma casa, aí uma amiga minha disse assim: “Olha Batista, o pessoal tem um terreno, que é da universidade e o pessoal estão entrando lá, estão roçando, é da universidade. Não vou mentir para ti, lá tem um pessoal, um grupo muito bom e eles querem fundar um centro comunitário...Fundamos o Centro Comunitário e ele foi montado sobre uma questão específica: a luta pela moradia.



Fonte: acervo do autor

Figura 22: José Maria



Fonte: acervo do autor

O meu nome é José Maria Vale de Sousa, tenho 54 anos, já nasci no bairro da Terra Firme e nunca sai daqui, estou aqui até hoje. A Terra Firme nasceu na década de 60, mas foi crescendo do dia para a noite. Eu morava perto do campo da Terra Firme, então, quando era criança era de casa para a escola e da escola para a casa e depois para o campo. Naquele tempo a violência era bem pouca e a gente vivia jogando bola.

O meu nome é Helena do Socorro Alves Quadros, nasci em Belém do Pará, dia 02 de outubro de 1958, esse ano já faço 61. Sou filha da Dona Nenê, o nome dela é Raimunda, e do Seu Leodir. Foi o encontro deles dois que praticamente seria impossível, mas eles acabaram se encontrando. Meu pai veio de uma família de Judeus, meu avô veio fugido e foi se estabelecer lá em Vigia, como ourives. E a minha avó se chamava Camila. A minha mãe, como ela diz, ela é uma cabocla da Amazônia, uma cabocla lá de Curuçá que é um município de Belém, eles dois tiveram duas filhas, que sou eu a mais velha. A minha irmã se chama Vania, eu tive três filhos e ela dois... Eu venho de uma família muito humilde de Curuçá, minha mãe e meu pai lutaram muito. Depois meu pai comprou um terreno no Guamá, que é um bairro periférico que fica central com a Terra Firme.

Figura 23: Helena Quadros



Fonte: acervo do autor

Figura 24: Camila Quadros



Fonte: acervo do autor

O meu nome é Camila Alves Quadros, tenho 27 anos, formada em Pedagogia, tenho mestrado em Educação e especialização em Educação. Eu não moro na Terra Firme, moro no bairro do Sousa que fica ali na Almirante Barroso, que é uma avenida muito conhecida aqui na cidade.

Figura 25: Chiquinha a esquerda e Chicon a direita.



Fonte: acervo do autor

O meu nome é Francisca Rosa Silva dos Santos, conhecida no bairro como Chiquinha, tenho 70 anos, moro na rua Lauro Sodré, próximo do Centro de Pesquisa Emilio Goeldi e moro no bairro desde 79, dia 20 de janeiro de 79. Uma vida morando aqui no bairro, não só morando, mas lutando por aquilo que eu acho que é um direito nosso, que é melhoria para todos do bairro, todos os moradores. Quando a gente entra na luta não é só para lutar por si, mas por todos aqueles que estão a nossa volta.

O meu nome é Maria Francisca de Araújo Santos, moro aqui na Passagem Canaã 662, sou mãe de 8 filhos, mas agora só tenho 7, Deus já levou um. Faz 40 anos que moro aqui, como a Chiquinha falou, aqui era só água, a gente andava sobre açazeira e buritizeira. Eu não chorei, mas eu disse que não era pato e não era cobra para viver debaixo d'água e viemos pra cá para cima da água. Mas graças a Deus estamos aqui, isso tudo foi um trabalho nosso, se a Terra Firme está como tá, se tem uma linha de ônibus bem aqui, foi luta nossa, se hoje o carro passa na porta, foi luta nossa. A gente tinha um trabalho no Centro Comunitário que é o início do Ponto de Memória, a gente coloca era o povão na rua. Então se isso está assim, é trabalho nosso.

Figura 26; Madalena



Fonte: acervo do autor

O meu nome é Maria Madalena da Gama, tenho 71 anos, moro há 40 anos na Terra Firme, nessa mesma rua, Passagem Bom Jesus, número 22. Antes eu morava no Jurunas, nasci no Jurunas.

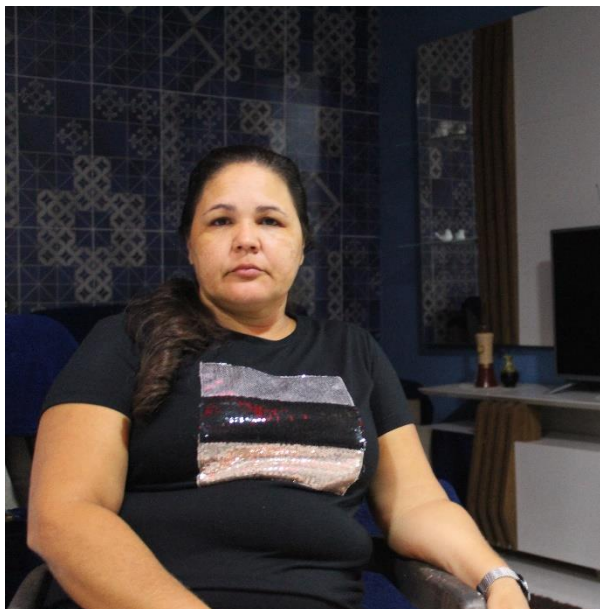
Figura 27: Jéssica Santos

O meu nome é Jéssica Luiza dos Santos Gusmão, tenho 26 anos. Eu considero que tenho 26 de Terra Firme, mas eu não nasci em Belém, eu nasci no Maranhão, eu vim morar aqui desde pequenininha. Quando eu nasci no Maranhão eu vim embora pra cá. Eu morava na Comissário, que é próximo à praça central da Terra Firme, a minha mãe não tinha emprego, meu pai trabalhava e minha mãe tomava conta da gente. Meu pai trabalhava de carteira assinada, mas ele vendia sorvete, era conhecido como o sorveteiro da Terra Firme.



Fonte: acervo do autor

Figura 28: Sâmia



O meu nome é Sâmia Maria Silva e agora também é Queiróz. Tem 10 anos que é Queiroz. Eu moro aqui mesmo na Terra Firme tem uns 25 anos que eu moro aqui. Acho que não, uns 30 anos.

Fonte: acervo do auto

6.1.2 Ponto de Memória Museu Cultura Periférica

Eu tenho alguns nomes, sobrenomes e apelidos. Eu sou Sirlene Gomes da Silva, só que eu só gosto do Sirlene Gomes, então eu me apresento como Sirlene Gomes, esse é meu nome profissional, mas eu tenho um nome de capoeira que é Rasteirinha, então eu coloco Sirlene Gomes, professora Rasteirinha. Aqui na comunidade, para as crianças, eu sou a tia Sil, para os moradores da rua eu sou a Lene, ou a Lena, ou a Sil, qualquer forma de me chamar eu aceito, mas gosto de me apresentar assim: Eu sou negra, periférica, de um bairro grande de uma cidade que é Maceió, comunista, candomblecista, feminista, professora de capoeira e arte, membro do CEPA QUILOMBO que é o Centro de Estudo e Pesquisa Afro Alagoano, do Museu Cultura Periférica e professora de capoeira do grupo Águia Negra.

Figura 29: Sirlene Gomes



Fonte: acervo do autor

Figura 30: Viviane Rodrigues



Fonte: acervo do autor

O meu nome é Viviane Rodrigues, tenho 36 anos, sou relações públicas por formação. Sou mulher, sou negra, sou mãe, sou periférica, sou artesã, sou militante. Essa palavra hoje em dia está tão pejorativa na boca de muita gente, mas na minha boca ainda é um adjetivo, no sentido de lutar pela melhoria no mundo dentro de uma série de recortes sociais, que a gente vive em situação marginalizada e a gente luta para ver se as coisas melhoram. Eu moro no Feitosa, que não é o bairro que está o museu, que ele está no Jacintinho, dos meus 36 anos de existência eu moro há 33 anos no Feitosa e eu morei 3 anos no Jacintinho, mas minha relação com ele é desde a adolescência, que sempre tudo da minha vida cultural, da minha vida de militante está toda dentro do Jacintinho, o Feitosa sempre foi meu território de morada, de ir à padaria comprar pão, mas não militar.

Morador do Jacintinho quase a vida toda, da noite para o dia que inventei morar no Eustáquio, mas minha história é toda construída no Jacintinho, de moleque mesmo, de rua, mas com uma certa rédia dos meus pais. Eu participo de uma época onde os mais velhos conseguiam, quando a gente estava fazendo coisa errada, eles colocavam a gente pra casa. A gente fazia as traquinagens de pivete, mas tinha um certo monitoramento dos mais velhos. Teve um período em que eu fui um artista mais atuante no teatro, acho que o meu processo de aprendizado político, de vivência de vida e de mundo eu consigo aprender no teatro que é uma espécie de movimento, de teatro de rua, teatro popular que nessa época eu acho que algumas ideias de igualdade, junto com a igreja. Acho que é nesse ponto que consigo me enxergar no mundo enquanto uma pessoa que existe, que pode influenciar ou bagunçar alguma coisa é nesse período.

Figura 31: Neno



Fonte: acervo do autor

6.1.3 Ponto de Memória Lomba do Pinheiro

Figura 32: Marcia Vargas



Fonte: acervo do autor

Eu sou Marcia Vargas, tenho 53 anos, sou mãe de três meninas, casada com José Otavio que é um parceiro que trabalha muito nos projetos que vou fazendo tanto em escolas como nos museus. Sou formada em artes visuais, museologia e ciências contábeis, que foi minha primeira formação. Especialista em supervisão escolar, fui por muito tempo perita da justiça do trabalho, trabalhei por muitos anos em empresas particulares até que entrei... que meu sonho era trabalhar em educação, educação em museus, aí fiz dois concursos que me valeram o trabalho com artes visuais.

Figura 33: Eduíno, Teresinha, Isolina



Fonte: acervo do autor

Isolina Elísia, sou natural de Santa Cruz do Sul, em 72 eu vim a Porto Alegre por não querer ficar no anonimato do interior. Vim pra cá e já comecei a trabalhar, trabalhei em casa de família por 8 meses, aí não estava bom, eu queria estudar, aí fui trabalhar no Hospital Conceição, fiquei 4 anos e meio lá e também achei que não estava bom, aí fui para outra empresa. Fui trabalhar no Hospital Ernesto e lá eu cresci lá dentro e terminei minha trajetória de trabalho lá. Fiquei uns 30 anos por lá, vim para Porto Alegre com 21 anos. Em Santa Cruz do Sul eu trabalhei na lavoura, no hospital eu trabalhei como auxiliar de serviços gerais, aí fui estudar e virei técnica em enfermagem.

O meu nome é Eduínio de Matos, eu tenho uma formação profissional em telecomunicações, sou especializado em estúdio e controle de áudio. Depois, com a minha aposentadoria eu optei por complementar uma questão de luta socioambiental com alguns cursos de extensão da Universidade Federal, Direitos Humanos, manejo ambiental, direitos civis para poder entender a questão socioambiental é preciso entender um pouco sobre direito civil. Após a minha aposentadoria eu tive mais tempo para fazer esse meio de campo.

O meu nome é Teresinha Beatriz Medeiros, eu moro em Porto Alegre, na Lomba do Pinheiro, na Vila Nova São Carlos, é o lugar que me acolhe no momento, me sinto muito acolhida aqui, penso que é o lugar que eu terminei de criar os meus filhos e estou aqui para ser feliz. Eu nasci nas Missões, em uma cidade chamada Santo Ângelo. Eu vivi nessa cidade, eu não lembro bem, mas a minha família veio para Porto Alegre quando teve uma revolução e depois teve o AI – 5, aquelas coisas todas. A minha família ela veio meio perdida para Porto Alegre, tinha realmente uma revolução aqui no Sul, as pessoas sumindo, coisas assim. Eu não entendo muito, a maioria já morreu e na minha época de buscar informações eu já não tinha mais.

6.1.4 Ponto de Memória d Estrutural

Figura 34: Abadia Teixeira



Fonte: acervo do autor

Eu sou Abadia Teixeira, eu sou mineira de Unaí, aqui bem pertinho, tenho 58 anos, nasci bem no início do regime militar, embora vivesse no interior consegui ver alguns reflexos do que era isso. Sou a filha mais velha de uma família que tem 13 filhos, então por muitos anos fui arrimo de família. Tinha o sonho muito grande de estudar, de ser doutora. Não consegui fazer isso pois tinha que ajudar meus pais e cuidar dos meus irmãos, só consegui terminar o Ensino Médio. Também tinha vontade de ensinar o que eu aprendesse, ser professora, estudar muito e passar pra frente o que aprendi.

As narrativas orais de vida dos atores sociais dos Pontos de Memória permitem acessar não somente como relações territoriais são percebidas, mas permitem o acesso da periferia como território de memória e sua fruição como direito e percepções da sua vontade política e o ator social que significa sua relação como protagonista da constituição territorial e as relações de pertencimento. O processo de representação dos atores sociais permite acessar como esses atores se reconhecem como agentes ativos desse processo e como suas narrativas são projetadas como instrumento de luta.

O primeiro bloco do projeto de narrativa oral de vida pediu para que os atores sociais se apresentassem, essas narrativas constituem identidades sociais de pessoas que sempre vivenciaram processos de lutas e resistências, individuais por serem experiências vividas por cada um, mas coletivas, por tratarem de acontecimentos que também são coletivos. O processo de narração dessas histórias periféricas atua na elaboração de novas conexões de causa e efeito e possibilitaram que o poder público possa estruturar estratégias de atuação na garantia de condições dignas de sobrevivência. Apresento, na perspectiva de van Leeuwen (1997), como os atores sociais são representados e quais processos são predominantes, se os de exclusão ou inclusão.

Os principais atores sociais representados são e os que de alguma maneira atuam na comunidade e no Ponto de Memória, são identificados pelos próprios nomes, ou como são reconhecidos nas comunidades, como no caso do Rapper Wilson Wagner, conhecido como W2. Cheguei a mencionar no texto que para os atores sociais dos Pontos de Memória que participaram da pesquisa não seria criado nenhum nome fictício, uma vez que os próprios participantes compreenderam que ao serem identificados a partir do território que representam, fortalecem identidades de lideranças e referência do trabalho comunitário, mesmo que a pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa garanta esse anonimato, ser identificado, no contexto desta pesquisa, é também um processo de resistência.

O bloco das apresentações enfatiza atores sociais específicos, nesse sentido, a personalização pode ser considerada uma estratégia discursiva para evidenciar as ações e atividades dos atores sociais representados. Que o meu leitor e leitora possam entender que o que proponho com estas análises é estabelecer um processo de diálogo entre as teorias escolhidas e consideradas como mais adequadas, o *corpus* investigativo e os próprios leitores e leitoras que, se chegaram até aqui, percorreram comigo essa construção investigativa,

conhecem minhas potencialidades e fragilidades acadêmicas e algumas pessoais, mas também já percebem a memória como direito e sua possibilidade de potencialização enquanto vontade política. Nesse sentido, vamos continuar dialogando!

A personalização nas representações também carrega marcas coletivas e irão partir do individual para o social e coletivo. Embora cada ator social se apresente eles carregam consigo uma relação social e familiar. Os atores sociais são representados por nomeação e funcionalização devido a sua atuação social comunitária. Retomando as marcas coletivas das representações, cada ator social apresenta a importância da sua configuração familiar no seu processo de identificação. São pais, filhos, irmãos que caminham com esse processo de representação, eu mesmo inicio minha apresentação indicando minha história de vida começa com a história de vida dos meus pais, depois peço licença para falar da importância da minha irmã na minha vida, pois esta pesquisa também é sobre amor.

A nomeação se dá de forma geral pelos nomes próprios de modo formal ou informal, a funcionalização reforça a atuação na comunidade e o processo de formação dos atores sociais, é também um posicionamento discursivo político. Em uma etapa de trabalho com os 12 Pontos de Memória, um processo metodológico desenvolvido pelo Ibram, com aporte financeiro da OEI era a contratação de consultores para atuarem na implementação dos Pontos nas comunidades. Para ser consultor, o candidato precisava ter curso de ensino superior concluído. Quando a proposta foi apresentada, uma exigência das iniciativas era que fossem consultores locais para o diálogo com a comunidade, todas as comunidades tinham atores sociais com formação superior completa. Eu fui o consultor selecionado para atuar no Ponto de Memória do Taquaril, ingressei no ensino superior no ano de 2005, por meio de uma política pública de acesso. Formei em 2008 e no ano de 2011, quando a consultoria iniciou, eu estava no mestrado. Vivenciávamos, politicamente, outra realidade do acesso ao ensino superior por pessoas das periferias e expansão das universidades.

Por isso a nomeação seguida da funcionalização é tão marcada nos discursos dos atores sociais representados, pois como disse em outro momento, essas narrativas são processos de cura social, pois evidenciam um país excludente e uma educação segregadora, a funcionalização é um processo de resistência nas periferias e que podem contribuir para construções identitárias específicas. A identificação de representação dos atores sociais no bloco das apresentações do projeto de narrativas orais de vida estabelece uma relação intrínseca com o território, mas para evidenciar essa relação nas significações identitárias territoriais, recorro a aplicação do território como categoria analítica.

Os componentes territoriais transitam entre o físico e o simbólico nas representações do território periférico, na comunidade do Taquaril o território está nas histórias por meio do deslocamento, compartilhado com a família, outros atores sociais irão influenciar e definir algumas representações sobre o território. A comunidade é o espaço das relações sociais de amizades e das perdas “*Cresci vivendo a experiência de perder amigos ainda jovens e sem muitas perspectivas de futuro*”.

O território é representado como o espaço de atuação militante e profissional, a militância territorial na área da cultura emerge a necessidade de compreensão da periferia como o local da fruição e das possibilidades “*Estou nessa militância do Hip Hop há 20 anos*”. A metáfora da periferia como um campo de batalha na luta pela garantia de direitos básicos, também diz muito da configuração dessas comunidades ao ser opção “*devido à necessidade e a nossa dificuldade*”. Mas é também o campo das relações afetivas e das projeções e a memória está presente na atuação profissional e militante territorial.

As relações discursivas são NO território, uma vez que emergem de atores sociais com atuação local, o que é evidenciado a todo o momento nos elementos discursivos escolhidos, mas são também relações discursivas DO território. Um contraponto interessante para observarmos posições diferentes está na figura 1 que apresenta atores sociais que assumem posições diferentes sobre as relações NO e DO território ao representarem por prismas que constroem sentidos distintos a partir de perspectivas do pertencer, o que caminha para as representações dos atores sociais com o território demarcado geograficamente e as relações sociais dos atores que vivenciam o território e estabelecem identidades territoriais em um processo que parte do físico para o simbólico, mas que não lida com o contraste, uma vez que para este capítulo são utilizadas narrativas dos atores sociais dos Pontos de Memória, mas não digo isso como uma conclusão estanque, uma vez que estamos no início das análises e o meu convite inicial foi para que meus leitor e leitora pudéssemos pensar juntos.

Na comunidade da Terra Firme o tempo e as relações afetivas estão relacionados com o território quando Batista aponta que o tempo que mora na comunidade é a idade da filha, as relações familiares também estão configuradas com o território que mais uma vez constitui-se por meio de processos de resistências “*Eu vim pra cá para ajudar os companheiros da Terra Firme, quando eu cheguei aqui eu cheguei pela questão da moradia*”. O território também aparece em sua configuração demarcada “*Olha Batista, o pessoal tem um terreno, que é da universidade e o pessoal estão entrando lá, estão roçando, é da universidade*” e reforça conflitos entre os processos de representação e pertença, o terreno que era da universidade foi

invadido e as pessoas construía suas casas pautadas em uma demanda individual e coletiva que exige que os atores sociais se organizem no processo de resistência “*sobre uma questão específica: a luta pela moradia*, o território representado como o terreno da universidade passa a ter *status* de simbólico, é ressignificado e passa de representado para simbólico e de simbólico volta a ser representado mas não mais como da universidade e sim como a Terra Firme.

Os componentes territoriais apresentados estão voltados para as relações discursivas NO e DO território que caminham para estabelecer os processos de pertencimento por meio da luta, resistência e conquistas coletivas “*já nasci no bairro da Terra Firme e nunca sai daqui, estou aqui até hoje*” e “*Uma vida morando aqui no bairro, não só morando, mas lutando por aquilo que eu acho que é um direito nosso, que é melhoria para todos do bairro, todos os moradores. Quando a gente entra na luta não é só para lutar por si, mas por todos aqueles que estão a nossa volta*” O território é significado a partir das experiências vivenciadas pelos atores sociais que reforçam relações familiares e da coletividade. Os processos de lutas e resistências são presentes nas conformações identitárias e na projeção da periferia como território demarcado “*isso tudo foi um trabalho nosso, se a Terra Firme está como tá, se tem uma linha de ônibus bem aqui, foi luta nossa, se hoje o carro passa na porta, foi luta nossa*”.

No Jacintinho aparece uma conformação importante na representação territorial, os atores sociais e como se percebem nas relações. Tanto Viviane como Sirlene acionam grupos e segmentos de atores que compõem a periferia, mulheres, negras, posições religiosas e políticas, processos de militâncias e atuações culturais “*Sou mulher, sou negra, sou mãe, sou periférica, sou artesã, sou militante. Essa palavra hoje em dia está tão pejorativa na boca de muita gente, mas na minha boca ainda é um adjetivo, no sentido de lutar pela melhoria no mundo dentro de uma série de recortes sociais, que a gente vive em situação marginalizada e a gente luta para ver se as coisas melhoram*”. Pensando as relações DO e NO território, Viviane e Neno falam da relação estabelecida no Jacintinho, mesmo ela morando só por três anos e ele mudando de lá “*o Feitosa sempre foi meu território de morada, de ir à padaria comprar pão, mas não militar*”, nesse sentido as relações de pertencimento estão além do território demarcado e como os atores sociais utilizam o discurso para se representarem e se identificarem no mundo “*Acho que é nesse ponto que consigo me enxergar no mundo enquanto uma pessoa que existe, que pode influenciar ou bagunçar alguma coisa é nesse período*”.

Na Lomba do Pinheiro as relações territoriais são voltadas para as formações dos atores sociais, a maneira que encontram para as atuações profissionais e que determinam as possibilidades para criarem os familiares. Os componentes territoriais acessados dizem de algo

para além do território da Lomba, irá dizer das formações profissionais dos atores sociais e de estratégias de sobrevivência. O que contrapõe a relação com a Estrutural, ambos atores sócias das comunidades dizem das dificuldades de realizações de sonhos e das dificuldades estabelecidas.

No bloco de apresentação a representação territorial é voltada para o simbólico e o físico, diz das escolhas estabelecidas pelos atores sociais e como conformam relações NO e DO território. As identidades sociais são conformadas pela relação de pertencimento e envolvem outros núcleos de atores sociais, como os familiares, por exemplo.

6.1.5 Infância e relações sociais: representações de afetos

*Meu pai montava a cavalo, ia para o campo.
Minha mãe ficava sentada cosendo.
Meu irmão pequeno dormia.
Eu sozinho menino entre mangueiras
lia a história de Robinson Crusóé,
comprida história que não acaba mais.*

*No meio-dia branco de luz uma voz que aprendeu
a ninar nos longes da senzala - e nunca se esqueceu
chamava para o café.
Café preto que nem a preta velha
café gostoso
café bom.*

*Minha mãe ficava sentada cosendo
olhando para mim:
- Psiu... Não acorde o menino.
Para o berço onde pousou um mosquito.
E dava um suspiro... que fundo!*

*Lá longe meu pai campeava
no mato sem fim da fazenda.*

*E eu não sabia que minha história
era mais bonita que a de Robinson Crusóé.*

Infância – Carlos Drummond de Andrade

Os atores sociais dos Pontos de Memória são constituídos por suas memórias, por meio delas que acionam as relações estabelecidas com o território. As memórias da infância dizem também de diversas realidades brasileiras, são relações familiares, processos de dificuldades

financeiras e as escolhas que as famílias foram fazendo. Abordar essas memórias é desvelar diversas outras realidades.

***Abadia:** Eu lembro que minhas brincadeiras eram mais de menino, era cabo de guerra, minha mãe queria me bater e eu subia nas árvores. Mas tem um episódio que me marca muito, dois, na verdade. Um foi que quando, não sei se você como mineiro vai lembrar disso. Nossos travesseiros eram feitos de uma planta, uma pluma vegetal que chama plaina. Eu e minha mãe, a gente colhia, eu ajudava ela, eu brincando com isso deixei um carocinho entrar no meu ouvido.*

A gente era muito pobre, mas eu tinha uma vaca e essa plaina entrou no meu ouvido e inchou e doía muito e eu chorava e minha mãe dizia “agora a gente vai ter que vender a sua vaca para operar o seu ouvido”. Eu não queria perder a minha vaca que eu amava a minha vaca. Aquela vida difícil, mas como em um milagre eu acho que vi um anjo, a gente morava em um mato e a cabaninha lá no fundo, não tinha ninguém que passava ali, o vizinho mais perto era uns 20 km, mas para chegar na minha casa tinha uma estrada, mas ninguém ia lá, aí apareceu um senhor lá um dia e foi até lá em casa, nós nunca tínhamos visto ele, ninguém conhecia ele, quando ele chegou lá eu estava chorando e ele perguntou o que era e minha mãe falou, aí ele disse assim: “Coloca ela para fazer xixi, pega o xixi bem quente e coloca dentro do ouvido dela”. Quando minha mãe fez isso, a sementinha murchou e saiu. Eu acho que esse homem foi um anjo que apareceu pra mim.

Mas nessa mesma casa, nesse mesmo caminho aconteceu uma história triste pra mim, eu tinha um cachorro, eu não vivia sem cachorro e nem vivo até hoje. Nesse mesmo lugar veio uma pessoa um dia querendo minha cachorrinha, e minha mãe falou assim: “Dá a cachorrinha pra ele, depois a gente arruma outra”. Eu falei “não dou, não dou, a cachorrinha é minha”. Não deixei o homem levar, mas quando ele foi embora o cachorro morreu, ficou dando cambalhotas e morreu. Eu tenho essa história triste, mas eu brincava, nas brincadeiras de escola, eu gostava de nadar, eram essas brincadeiras de crianças mais pobres.

***Neno:** aquela vida mesmo de chão, de moleque mesmo. Eu fui muito protegido pelos caras mais velhos, os maloqueiros. Geralmente os caras na época de euforia “vamos tomar chapéu!”, eu queria ir, mas os caras diziam “o Neno não vai não”. Eu tive uma certa proteção, por mais que eu vivesse em um lugar que todo mundo vai dizer que é violento, eu fui protegido por esses caras. Por mais se fosse só uma fatalidade, eu iria virar um maloqueiro de bagunça, de matar, mas os caras diziam “o Neno não vai”, nunca descobri o motivo. Mas foi uma vida*

sofridona mesmo, de você fazer uma feira para passar o mês e não dava para passar e você fica devendo na venda.

Vamos segurar a onda, se não a lágrima cai. Uma coisa que me marcou pra caramba, velho. É um fato besta, tá ligado! (choro) Deixa sair. Era a questão das minhas roupas, a minha mãe era costureira e fazia as minhas roupas, eu gostava, tá ligado! Gostava pra caramba, mas quando você saía na rua não fazia aquele sucesso que você queria com as roupas, mas assim, era bom e ruim ao mesmo tempo. Você saía e os caras diziam assim: “olha o calção de pescador!”. Podia ser o calção mais bonito que eu estava, mas na rua não fazia sucesso. Isso é uma parada que marca pra caramba. Quando você começa a tramar você quer roupa de marca, você quer a roupa topada. É isso.

No bloco da infância os atores sociais são incluídos por meio da ativação, são atribuídos papéis ativos nos processos narrados, os atores sociais familiares não são nominados, mas participam ativamente das ações produzidas por eles mesmos ou pelo ator social narrador, dessa forma, os atores sociais representados tornam-se sujeitos da passividade ou beneficiários com a passividade. Por meio da ativação, quando o ator social tem um papel ativo, é representado como dinâmico com relação ao evento. Abadia e Neno foram as vozes dos Pontos escolhidas para este bloco, ambos acionam, por meio dos eventos narrados, atores familiares e se colocam como agentes de suas ações, a mesmo tempo que projetam os territórios como participante. A pobreza também ganha configurações de ator social, uma vez que determina as relações sociais estabelecidas.

Os territórios acionados estão no âmbito dos físicos e simbólicos. O físico é o que passa o acontecimento da infância, “a gente morava em um mato e a cabaninha lá no fundo, não tinha ninguém que passava ali”. O simbólico diz das interações sociais “Eu tive uma certa proteção, por mais que eu vivesse em um lugar que todo mundo vai dizer que é violento, eu fui protegido por esses caras. Por mais se fosse só uma fatalidade, eu iria virar um maloqueiro de bagunça, de matar, mas os caras diziam “o Neno não vai”, nunca descobri o motivo”. As relações NO e DO território perpassam a pobreza “Podia ser o calção mais bonito que eu estava, mas na rua não fazia sucesso. Isso é uma parada que marca pra caramba” ou “aquela vida difícil. A pobreza é imaterial, mas suas implicações são materiais. Se pensarmos essa relação entre pobreza e periferia, ambas caminham para a construção do território da periferia como o local da falta e da violência, promovendo implicações nas representações discursivas dos atores sociais periféricos com o território da periferia

6.1.6 Responsabilidades sociais: adolescência e trabalho

Abadia: Eu fui para Unai com 13 anos, fui sozinha, sem minha família. No primeiro ano eu sofri muito, pois não era acostumada a ficar longe dos pais, no segundo ano eu já aluguei uma casa e levei meus irmãos para eles estudarem, também. Sempre com essa preocupação com os estudos, então era uma carga de responsabilidade muito grande. Nesses primeiros anos que eu fiz o Ensino Médio eu não tinha muitas amizades, era mais responsabilidade e trabalhar, mas no Ensino Médio eu tive boas amizades, já tinha os meninos da minha idade, embora sofresse preconceitos por ser mais pobre, mas tinha boas amizades. Eu, aparentemente estava conseguindo realizar os sonhos, sempre gostei muito do movimento político, o movimento político era mais partidário naquele momento, não era só política do dia-a-dia, que naquele momento eu não tinha nem essa compreensão do que era ser política, embora tinha essa ideia da política da boa vizinhança. Os meus sonhos eram estudar mesmo, pensar em ter um futuro um pouco melhor, eu sempre, sempre, sempre desejei sair daquela extrema pobreza que eu e minha família vivíamos, éramos muito pobres. Quando eu vejo a sociedade evoluindo, saindo da extrema pobreza isso me alegrava muito. Eu pensava assim, eu quero estudar, sair dessa extrema pobreza, ter bons empregos, poder mudar de vida e levar os meus juntos.

Neno: algumas coisas mudaram, essa questão mesmo do visu, mas eu acho que não consegui ser um cara tão invencível, a ponto de com as marcas eu me achar superior, mas eu só usei marcas, era calção, camisa, boné, mas eu peguei uma fase que me fez situar, colocar os pés no chão. Teve uma época que meu pai estava desempregado e eu praticamente botava dinheiro em casa, aí meu pai voltou a trabalhar e eu já botava as coisas em casa. Aí meus chegados diziam assim: “Pô Neno, bota uma TV no seu quarto, bota um videocassete” e eu dizia vou botar um videocassete e uma televisão no meu quarto e na minha casa não ter. Isso pra mim não rola não, aí eu comecei a botar outra vez em casa, foi uma época que eu era bonito nas becas, mas a necessidade fez com que eu botasse mesmo em casa. Acho que ainda tem essas coisas de marcas, mas hoje é um processo da vida. Eu recebia minhas férias e comprava um tênis. Depois você fala assim: Pô, em umas férias você compra um tênis, eu passei as minhas férias liso, olhando para o tênis. Aí o choque vai acontecendo aos poucos e você vai ganhando noção da vida. Aí você vai diminuindo, naquela época faltava as coisas e aí você volta para as necessidades da casa. Foram choques de coisas que me fizeram aprender e aí eu sempre voltei para a casa, as necessidades da casa.

No bloco da adolescência e trabalho os atores sociais são incluídos predominantemente por meio da ativação de processos materiais em que são representados como atores que buscam transformações *“Os meus sonhos eram estudar mesmo, pensar em ter um futuro um pouco melhor, eu sempre, sempre, sempre desejei sair daquela extrema pobreza que eu e minha família vivíamos, éramos muito pobres”*. Essa forma de inclusão é uma reivindicação de reconhecimento, ao lutarem por processos de transformações *“Aí o choque vai acontecendo aos poucos e você vai ganhando noção da vida. Aí você vai diminuindo, naquela época faltava as coisas e aí você volta para as necessidades da casa”*.

Para van Leeuwen (1997, p. 186), representações redistribuem papéis e organiza relações sociais entre os participantes. Ao serem representados por meio da ativação, os atores sociais periféricos buscam protagonismo das transformações sociais, do desenvolvimento familiar e territorial. Assim, a linguagem de ativação relacionada à capacidade do agir e de perceber-se como no meio ao qual está inserido, ativando o território da periferia como espaço de lutas sociais, ativando as capacidades dos atores sociais de estudar, trabalhar e comprar. Segundo Bauman (2001, p.98) a capacidade de compra, o ato de consumo, permitir realizar o consumo de bens, pois numa sociedade de consumo, compartilhar a dependência de consumidor – a dependência universal das compras – é a condição *‘sine qua non’* de toda liberdade individual; acima de tudo da liberdade de ser diferente, de *‘ter identidade’*. O Neno volta essa liberdade individual apontada por Bauman em uma perspectiva coletiva *“Foram choques de coisas que me fizeram aprender e aí eu sempre voltei para a casa, as necessidades da casa”*.

Nesse sentido, posso apontar até o momento que a coletividade é uma marca identitária do ator social periférico e das relações de pertencimento territorial. Acionando componentes territoriais da coletividade, como representa abadia *“Eu pensava assim, eu quero estudar, sair dessa extrema pobreza, ter bons empregos, poder mudar de vida e levar os meus juntos”*. O território da periferia está para além do demarcado e as identidades marcam o passado com as relações sociais, culturais e econômicas vivenciadas no presente, as identidades serão intersecções das nossas vidas cotidianas com as relações econômicas e políticas de processos de subordinações e de dominação.

6.1.7 Juventude e militância

Viviane: a minha relação com a cultura ela nasce dentro da igreja. Eu tinha uma catequista que ao invés de catequese ela dava aula de teatro. Por influência dela eu me envolvi com teatro, tanto é que quando a catequese termina, a gente cria um grupo, as amigas, o grupo

Carisma, e a gente começa a fazer espetáculos tratando temáticas ou religiosa ou de cunho social e aí aquele amor pelo teatro vai crescendo, a gente estudava teatro de modo junto, descia para as bibliotecas para estudar como fazer teatro, estudar Augusto Boal, isso tudo sem professor, eram as amigas que estavam estudando de modo coletivo. Eu tive uma formação desde a infância em que tudo era discutido em grupos, eram grupos que todos eram iguais. Então se Fulano trazia uma ideia ou Ciclano outra ideia, quem tivesse o melhor argumento ganhava a ideia. Eu me formei dentro de espaços sempre coletivos, de espaços onde a gente podia divergir, mas havia um respeito pela fala do outro, esperar a fala do outro, construir tudo de modo coletivo e entender que cada um tem uma expertise, um talento. Foi nesse processo de construção coletiva e do teatro que fui me formando enquanto ser nessa militância.

Em processos de desencontros sociais e desigualdades as populações periféricas têm sido compelidas a serem representados como atores sociais subalternos do que não é periférico, ao mesmo tempo que relações hegemônicas que por muito tempo constituíram a representação discursiva da periferia como o local da falta e o ator social periférico como potencial “bandido bom, bandido morto” vê-se face a face com a cultura do que é “exótico”, “diferente”, “periférico” e do “outro” nessas relações de poder, principalmente quando a memória emerge como direito e vontade política. O periférico começou a ter consciência de classe, se percebe como protagonista da sua história e, conseqüentemente, do território da periferia. O que não é periférico, o Poder Público vê-se obrigados a conviverem com o periférico consciente e militante dos seus direitos, ou o que posso chamar de conviver com o “outro” que vem rompendo barreiras territoriais.

Desse modo, o direito a memória e sua vontade política, à medida que dissolve ou minimiza essas barreiras de distanciamentos sociais, torna o encontro entre sociedade colonial e colonizadora e a periferia colonizada que busca apropriar-se de processos decolonizadores imediato e intensificado. A narrativa de Viviane apresenta esse processo pautado na coletividade social. O território da periferia, as identidades territoriais e sociais são constituídas por componentes territoriais que iniciam com as relações discursivas NO território e caminham para as relações discursivas DO território, mas pelos atores sociais que vivenciam esse território como luta, resistência e transformação. A narrativa da Viviane representa não somente a região Nordeste, mas, na perspectiva da construção de uma rede social territorial, representa as cinco regiões do território brasileiro em uma organização coletiva na militância pela memória como direito e vontade política.

6.1.8 Caminhos de conhecimento: Fase adulta

Viviane: O caminho que eu segui eu conheci muita gente boa, muita gente inteligente, muita gente criativa, muita gente com a visão de mundo muito humanista e isso me faz acreditar no mundo. Se eu tivesse a oportunidade de voltar no tempo eu faria tudo novamente, se eu fizesse tudo novamente eu teria conhecido todas as pessoas que eu tive a chance de conhecer. Ao longo do tempo as amigas que eu tive desde a infância eu fui cultivando e as amigas que fui fazendo ao longo do caminho eu fui agregando elas e são pessoas que hoje eu faço parcerias.

Eduínio: Hoje eu sou casado, tenho quatro filhos, todos adultos, três homens e uma mulher. Com o programa FIES eu consegui formar a minha filha na faculdade (choro), um grande orgulho. As pessoas dizem: “você deveria ter estudado direito”, aí eu pergunto “Como eu poderia estudar direito se eu não tinha oportunidade de ter um ensino decente, uma moradia decente? Aí quando eu tive oportunidade de estudar, me transformar em um profissional eu optei por fazer uma poupança do que eu ganhava, hoje eu tenho uma casa e meus filhos todos têm o Ensino Médio e eu consegui formar um dos meus filhos na faculdade, eu tenho muito orgulho. Mas isso jamais seria possível se não fossem as políticas públicas e os programas governamentais implantados nos últimos 20 anos, eu não teria condições de formar minha filha se não fossem esses programas. Eu acho que o Estado tem que estar a serviço e não contra o povo.

Os atores sociais dos territórios periféricos com atuação de Pontos de Memória podem ser representados em termos de identidades únicas, mas também em termos de identidades e funções que são partilhadas com outros atores do próprio território da comunidade, assim como das periferias que compartilham a memória como direito e vontade política. A escolha de como representar discursivamente esses atores revela objetivos pretendidos, uma vez que as representações incluem ou excluem atores sociais para servir os seus interesses e propósitos em relação aos receptores (VAN LEEUWEN, 1997)

Ao discutir pertencimento e identidade, Bauman (2005, p. 17) diz que ambos não apresentam a solidez de uma rocha e não são garantidos por toda a vida, mas são negociáveis e renegociáveis “e a forma como o indivíduo representa os atores sociais”, as decisões que o próprio indivíduo toma, os caminhos que percorre, a maneira como age – e a determinação de se manter firme a tudo isso – são fatores cruciais tanto para o ‘pertencimento’ quanto para a ‘identidade’ (BAUMAN, 2005, p. 17).

Hall (2003, p.49-50) concebe a identidade como um conjunto de representações culturais construído em situações específicas, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos. Assim, a afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais, como por exemplo, a memória.

Por meio da memória os componentes territoriais são acessados a partir da coletividade e das relações sociais estabelecidas nas periferias. As relações discursivas NO território e DO território evidenciam a importância do papel do Estado nas configurações territoriais sociais e o direito de o ator social vivenciar suas relações e construir processos de representações, identidades e pertencimento. O processo de pertença territorial também se dá por meio das relações afetivas com o outro e com o território, na periferia nos relacionamos, criamos nossos filhos, lutamos pela garantia de direitos básicos, como a moradia e conformamos nossas identidades do que é ser um ator social periférico representado pelo discurso de *outrem* ou protagonista de seu discurso e representação.

6.1.9 Reflexões e avaliação: a periferia como lugar de pertença de identidades e de moradia

Viviane: O sonho de cada um é do tamanho que a gente sonha e que a gente consegue realizar, se você for medir o sonho de cada um, financeiramente eu não meço isso, eu meço o que elas conseguiram realizar que era aquilo que elas queriam: que era sobreviver na cidade grande e constituir sua família na cidade grande. Eu fiz o que queria fazer e paguei as consequências, se eu perguntar para a minha mãe se eu sou jovem ou velha, ela diria que eu sou jovem. Se a gente é nova ou velha, se aprendeu ou deixou de aprender, se você for perguntar para uma pessoa isso vai depender muito de quantos anos a pessoa tem e em que momento da vida estamos. Eu digo que no momento da vida que estou, com os meus 36 anos eu consigo não ser mais tão ingênua de quando eu tinha 19 ou 21, mas ao mesmo tempo eu ainda não sou uma pessoa pessimista com a vida.

Eu diria que a minha trajetória foi boa, eu fiz o que queria fazer, eu conheci as pessoas que eu quis conhecer, se eu não tivesse seguido o caminho que eu segui, eu não teria andado por onde andei, eu não teria conhecido as pessoas que conheci, eu não teria feito as coisas que consegui fazer. A minha mãe diz uma coisa que é muito interessante, ela diz assim: “Cada pessoa vem ao mundo com uma capacidade imensa de fazer alguma coisa”. De modo geral a

gente é muito boa em fazer alguma coisa e as vezes a gente passa a vida inteira sem entender em que a gente é bom. Eu sei dizer em que sou boa, mas infelizmente o que sei fazer não me dá dinheiro. Então eu continuo fazendo aquilo que eu acho que sou muito boa e me deixa feliz, mas acabo fazendo outras coisas que não sou muito boa, mas acabam pagando meu boleto no fim do mês.

Eduínio: *aqui na Lomba a gente tem muita politicagem, toda região pobre alguém quer tirar como base a política eleitoreira, existe muito isso aqui. Quando há reuniões aqui na região, nós alertamos as pessoas e damos essa educação social sobre o Estado, sobre políticas públicas e a gente explica que tem uma constituição maior no Brasil que tem artigos que orientam sobre as obrigações do Estado e dos cidadãos. Nessa obrigação do Estado e do cidadão tem que situar uma questão, eu defendo os movimentos de luta pelo direito à moradia, eu defendo por ter passado por isso, não ter onde morar. Eu defendo que a moradia é um primeiro passo para a garantia da cidadania... Quando entra um governo que não tem o interesse de cumprir políticas constitucionais, eles têm uma tropa que dissemina para a população que quem recebe algo do Estado é vagabundo, isso é cercear as pessoas dos seus direitos básicos e muitos não têm informação e acabam acreditando. Somos cidadãos de direitos, o Estado precisa garantir a segurança, a saúde, a educação, transporte coletivo básico, moradia e essas informações são vitais. Hoje, aqui na nossa região, dificilmente um político chega aqui e diz que as pessoas estão usando o Estado sem dá nada em troca. Não, as pessoas têm na ponta da língua o que responder a um político que vem dizer essas coisas aqui.*

Viviane: *a memória é tão importante que mesmo as pessoas que não param para pensar nisso, percebem a necessidade do registro como instrumento do não esquecimento das pessoas. Um exemplo é quando um adolescente morre, geralmente os amigos escrevem nos muros que nunca o esquecerá. Colocam o nome dele, a importância dele e espalham isso pelos muros dos bairros. Eles entendem que se está registrado não haverá esquecimento. Se está registrado e em um espaço público, as pessoas não esquecerão.*

Leila: *A ideia de construção e reconstrução ela é muito presente na nossa comunidade, exatamente porque cada elemento da nossa comunidade foi um elemento de conquista. Da água que trouxe a alegria da gente rolar no barro à luz que iluminou e trouxe a esperança de dar visibilidade, de dar possibilidade para que a gente ocupasse e fizesse do nosso bairro o nosso lugar de moradia, de identidade e de pertença.*

O interesse pela relação entre memória social, território e periferia, percebidos como componentes da memória como direito e sua concretização política, foi central para a atuação dos atores sociais periféricos como agentes transformadores, não somente das identidades discursivas da periferia, mas da sua própria como protagonista de suas ações e escolhas. Por meio de suas histórias de vida e a relação com o território, por mais que muitos dos participantes não tenham nascido e crescido, ou até mesmo morar e seguir morando na comunidade de atuação, essa relação propõe um olhar crítico sobre a representação periférica na sociedade. Com objetivos de chamar a atenção para lacunas, tanto na configuração territorial, como na garantia por direitos, que negligenciaram questões de identidades, que a memória é vivenciada como direito e vontade política.

O Sankofa é um ideograma presente no adinkra, um conjunto de símbolos ideográficos de um grupo linguístico da África Ocidental. Representado por um pássaro com a cabeça voltada para trás, seu significado etimológico é traduzido como “volte e pegue”, estabelecendo relação com os Pontos de Memória, o símbolo representa o processo de retomar o passado desses atores sociais, por meio de suas trajetórias de vida, marcadas por relações familiares, afetivas, de processos de lutas e resistências. Esse olhar permite que o presente seja ressignificado e que os atores sociais periféricos sejam protagonistas de suas narrativas para que o futuro seja construído por perspectivas inclusivas.

A necessidade de evidenciar narrativas territoriais periféricas surge na tentativa de estabelecer políticas públicas voltadas para a memória social brasileira e em contraponto a políticas econômicas e sociais estabelecidas pelo Estado que, em sua maioria, quando pensam na população periférica, visam desfazer o estado de bem-estar social, criando uma disparidade social e econômica ainda maior. “*Somos cidadãos de direitos, o Estado precisa garantir a segurança, a saúde, a educação, transporte coletivo básico, moradia e essas informações são vitais*”.

Vivenciamos o avanço de teorias pós-coloniais que reformulam campos do saber, como antropologia, estudos culturais, estudos linguísticos, entre outros, mas que não tinham se voltado a questões da periferia, da memória e do território de forma substancial. Quando recorro ao significado do Sankofa, é na tentativa de reforçar essa relação de reparação histórica com grupos socialmente excluídos e invisibilizados. Território periférico é abordado por seus processos de lutas e resistências, as escolhas de evidenciar as narrativas orais de vida na configuração da organização social/comunitária para garantir a vontade política da memória como direito.

Essa organização social entorno da memória não é produzida por nostalgias, mas por impulsos políticos, por isso é abordada como direito vital. A ambição mnemônica está nessa rede constituída entre os Pontos de Memória que se unem para escrever uma história esquecida de história. O olhar para trás está no processo de recuperar uma liberdade social como sonho adiado e gora explorado por essas iniciativas de memórias e seus atores sociais.

A articulação entre a representação por personalização e a representação por coletivização pode, portanto, ser vista como uma estratégia importante para a construção identitária do ator social periférico, já que pode contribuir para a construção de uma identificação específica a determinados atores e, de modo coletivo, a outros. É importante destacar também a operação ideológica que envolve a inclusão do Estado como ator social, mas sem a nomeação. *“Quando entra um governo que não tem o interesse de cumprir políticas constitucionais, eles têm uma tropa que dissemina para a população que quem recebe algo do Estado é vagabundo, isso é cercear as pessoas dos seus direitos básicos e muitos não têm informação e acabam acreditando”*. É construída, então, uma imagem negativa do Estado e de processos de “politicagem”, o que contribui, mesmo que indiretamente, para um posicionamento de militância entre sociedade civil e poder público. *“Hoje, aqui na nossa região, dificilmente um político chega aqui e diz que as pessoas estão usando o Estado sem dá nada em troca. Não, as pessoas têm na ponta da língua o que responder a um político que vem dizer essas coisas aqui”*.

A construção das narrativas orais de vida que partem dos atores sociais periféricos pode ter um efeito potencial na legitimação de representações e identificações específicas. As narrativas orais de vida, como narrativas identitárias, principalmente ao focalizar o ator social periférico, podem contribuir para a manutenção ou mudança de posicionamentos e interesses particulares. A análise da representação dos atores sociais periféricos aponta efeitos potenciais sobre a configuração da memória social como direito e sua abordagem como vontade política e sobre modos de identificação específicos com o território.

O território aparece, representado pelos atores sociais periféricos, como o espaço físico e simbólico. Os componentes territoriais evidenciados constroem as relações discursivas NO e DO território *“...se eu não tivesse seguido o caminho que eu segui, eu não teria andado por onde andei, eu não teria conhecido as pessoas que conheci, eu não teria feito as coisas que consegui fazer”*. Essas relações evidenciam o caráter comunitário e coletivo na conformação da periferia e seus processos de resistências.

A representação dos atores sociais com o espaço demarcado geograficamente da periferia, aquele que vai apontar qual ônibus você vai pegar para chegar em uma dessas comunidades, essas representações perpassam pelo demarcado, mas extrapolam para o simbólico e evidenciam as relações sociais e representações do território que só podem ser construídas discursivamente por aqueles e aquelas que vivenciam esse território. As identidades sociais territoriais são conformadas pela memória e o pertencimento *...a memória é tão importante que mesmo as pessoas que não param para pensar nisso, percebem a necessidade do registro como instrumento do não esquecimento das pessoas*. O registro dessas narrativas atuará no não esquecimento, na história inscrita e preservada.

As lutas sociais são características da formação do território brasileiro, por isso, por mais diversa que a periferia possa ser, nela mesma, existem processos de representação do território e do ator social periférico que unem lutas e resistências na construção, reconstrução, significação e ressignificação da periferia como lugar de moradia, identidade e pertencimento. *“A ideia de construção e reconstrução ela é muito presente na nossa comunidade, exatamente porque cada elemento da nossa comunidade foi um elemento de conquista. Da água que trouxe a alegria da gente rolar no barro à luz que iluminou e trouxe a esperança de dar visibilidade, de dar possibilidade para que a gente ocupasse e fizesse do nosso bairro o nosso lugar de moradia, de identidade e de pertença”*.

Por essas relações com o território, pautadas na memória, no pertencimento e nos processos de lutas sociais que a memória social é organizada e ações são direcionadas para a sua garantia como direito e vontade política. As identidades sociais, pautadas no território, seja ele em suas dimensões físicas ou simbólicas, atuam nos componentes territoriais que perpassam os processos de relações discursivas territoriais e conformam identidades de resistências e lutas contra hegemônicas.

Na seção seguinte, dedico-me a apresentar como se constrói o significado representacional (FAIRCLOUGH, 2016) no discurso por meio das rodas de memória, o que corrobora com a discussão apresentada acima.

6.2 Rodas de memória: representações e identificação dos atores sociais dos Pontos de Memória

Chamo a atenção pelo fato de que as construções das representações dos atores sociais dos Pontos de Memória, implicam, necessariamente, a abordagem da percepção da memória como vontade política. O que irá evidenciar os processos ideológicos presentes nos grupos e

nas ações, corroborando com a dimensão da pesquisa das representações dos atores sociais em comunidades constituídas com Pontos de Memória e apontando, como, por meio do discurso, ocorre os processos de mudança social.

A Análise de Discurso Crítica é uma abordagem da análise Textualmente Orientada que recorre à gramática funcionalista para compreender estruturas linguísticas que são usadas no agir sobre o mundo e sobre os atores sociais. Nesse sentido, para Halliday (2004) uma análise de discurso não resguardada por evidências textuais é apenas uma opinião, o texto é a evidência empírica da análise, conferindo rigor e cientificidade para as argumentações do analista discursivo.

As ideologias subjacentes a linguagem textual nas rodas de memória desenvolvidas nos Pontos de Memória será possível por meio da abordagem da ADC. Em diversos momentos na construção da tese fui apresentando minha relação com os Pontos de Memória, dentro da ADC a perspectiva do pesquisador é importante na seleção dos dados, dessa forma, vivencio a memória como direito e vontade política e as seleções dos excertos escolhidos para as análises também dizem do que quero evidenciar no *corpus* investigado.

Uma vez que as rodas de memórias são processos de avaliação do Programa e da atuação dos atores sociais, buscarei evidenciar o significado textual representacional, embora Fairclough (2003) assume que todo texto guarda simultaneamente os três significados textuais, o acional, identificacional e o representacional e representam, respectivamente, a ação, a representação de fenômenos do mundo físico e social e a identificação de nós mesmos e dos outros.

O significado representacional relaciona-se a forma como aspectos do mundo físico e social estão representados em textos. Assim, busco apontar quais os aspectos particulares do mundo são representados de maneiras diversas e como envolvem, em algum grau, aspectos ideológicos tendo a memória como direito e vontade política na conformação da periferia como território de memória. Os diferentes discursos, o comunitário e o institucional, são diferentes perspectivas do mundo, associadas a diferentes relações que os atores sociais estabelecem com o mundo e os outros, no caso a periferia de atuação dos pontos de memória e o ator social periférico.

Quando busco os discursos dos atores sociais periféricos para a realização desta pesquisa, mais que representar o mundo concreto por diferentes discursos, busco projetar

possibilidades diferentes da constituição discursiva do território periférico, não como o local da falta, mas como da possibilidade.

Os diferentes discursos a respeito da periferia são relacionados por competição nas relações de dominação, uma vez que constitui a prática social de como o ator social periférico age no mundo tendo a memória como pano de fundo. Os discursos podem tanto servir de prática ideológica quanto emancipatória. Na seção seguinte apresento o significado representacional e sua operacionalização nas rodas de memória.

6.3 Representações e emancipação discursiva: vontade política de memória

O contexto da pesquisa já foi amplamente discutido, mas reforço a importância do conhecimento e domínio do contexto que se está pesquisando para compreender o que os resultados representam. Uma categoria que contribui para a representação por meio do significado representacional é o interdiscurso. Um discurso pode se ligar a outros discursos em uma relação que é dialógica e harmônica, ou até mesmo polêmica. Em termos de articulações diferentes discursos, os textos apresentam uma heterogeneidade, o que Fairclough chama de interdiscurso (2003).

A análise interdiscursiva das rodas de memória corresponde a identificação dos discursos articulados e como são articulados. Fairclough (2003) aponta duas etapas para identificação dos discursos em um texto, uma delas é a identificação das principais partes do mundo que estão representadas, no sentido do tema que é tratado e; a identificação da perspectiva particular pela qual são representadas.

Traços linguísticos que podem ser vistos ou realizados é uma maneira particular de representação do mundo, um mais evidente desses traços linguísticos é o vocabulário, uma vez que lexicaliza o mundo de maneira diferente por diferentes discursos. As escolhas lexicais na composição de um texto são realizadas de modo que uma ideia específica de mundo é transmitida. Assim, sinônimos, metáforas entre outros aspectos gramaticais utilizados na linguagem, revelam nossa posição sobre determinado fenômeno a representação dos atores sociais pautados na memória como direito e vontade política.

Trecho 1: Essa pesquisa é muito importante não só pra mim, mas reflete nossas ações, o que fazemos nas nossas localidades, também, de forma mais ampla, o que os Pontos de Memória fazem nas suas localidades. Uma vez que **todo mundo** que pensa trabalhar com a memória **nos tem como referência**. Tanto dentro do Ibram, por mais que o Ibram não valoriza isso, mas quando precisa falar sobre isso, **a referência é o Programa** e dentro do Programa a referência são os 12 Pontos de Memória.

Os termos destacados fazem referência a importância da coletividade na atuação dos Pontos de Memória. O próprio desenvolvimento da pesquisa aciona essa coletividade ao dizer “*é muito importante não só pra mim*”. A pesquisa com os Pontos de Memória só foi possível por todos abraçarem a proposta de sua realização. O acesso as comunidades, os projetos de narrativas orais de vida. Existe um desejo coletivo de concretização desta pesquisa que evidencia a atuação e importância do trabalho dos Pontos de Memória.

Quando são escolhidos elementos para reafirmarem que os 2 pioneiros são referências de atuação na museologia social, evidencia processos de disputas pautadas pela memória. Dentro do Instituto Brasileiro de museus, por mais que os Pontos não tivessem tanta visibilidade e não ocupassem posições equivalentes aos museus tradicionais, a exemplo da cadeira no Sistema Brasileiro de Museus, eleito seus representantes no Fórum de Museus, em Porto Alegre, mas nunca empossados, sempre que fosse preciso abordar a museologia social o Programa Pontos de Memória era vitrine e dentro do Programa, as 12 iniciativas pioneiras e não ou não somente as iniciativas premiadas por meio de editais.

Trecho 2: A proposta dessa pesquisa é levar as **nossas vozes** para que nós possamos falar o que **nos constitui** enquanto comunidade de direito.

O **Trecho 2** reforça a representação da coletividade e de processos de resistências. O termo “levar as nossas vozes para que nós possamos falar” é uma crítica ao termo utilizado por pesquisadores e movimentos sociais “dar voz ao outro”. A crítica está em compreender que dar voz ao outro não é reproduzir sua fala, mas proporcionar espaços para que essas falas ecoem. Dessa forma, quando assume que a pesquisa leva essas vozes e protagoniza o ator social periférico, apresenta representações de protagonismo em espaços que antes não eram oportunizados, como o caso da Universidade.

Trecho 3: Eu vejo a palavra **valorização**. Foi algo que me fez refletir, me fez ver, me fez olhar e ter uma nova opinião sobre o meu bairro e isso me fez **valorizar**. Uma imagem que constroem, mas nós que moramos vemos que não é tão real. As pessoas dizem assim: “a Terra Firme é um bairro perigoso”. Eu não vejo assim. Essa é a visão de **uma pessoa que não mora aqui**. É um bairro **que tem** famílias, **que tem** pessoas **que lutam** por **seus direitos**, por **moradia**, pela sua **família**, pela **educação** dos seus filhos, têm pessoas que **lutam** para uma rua ficar limpa, para uma encanação, **luta** para que o posto de saúde tenha um bom atendimento.

A metáfora também é um ponto interessante para a análise do vocabulário. Fairclough (2003) aponta que a metáfora explica uma coisa em função de outra, nesse sentido, quando o ator social seleciona uma metáfora para significar algo está construindo sua realidade de

maneira particular. Como é observado no Trecho 3 com a expressão “luta” é uma metáfora utilizada para representar os processos de dos atores sociais periféricos que levam para a valorização do território. Essa metáfora indica uma representação de mundo com relações desiguais que requer que os atores sociais periféricos lutem permanentemente para que benefícios coletivos e sociais sejam garantidos. A metáfora do campo de batalha é recorrente em todos os dados gerados na pesquisa, isso se dá pela própria característica da conformação dos territórios periféricos, como apontei em outras partes da tese, por meio de processos de lutas e resistências na garantia de direitos básicos.

A “valorização” implica um processo de conquista nessa “luta”, outro elemento importante para compreender como os processos de lutas sociais são caracterizados como metáfora de um campo de batalha está no processo de persuasão que o ator social periférico precisa ter para apontar para outros atores sociais que para definir um território é preciso conhecê-lo. Se para chegar a essa valorização apontada é preciso passar por processos de lutas e resistências, a representação de mundo expressada produz uma relação social marcada por desigualdades sociais, mas que cada “vitória” conquistada contribui para valorização do território e das relações territoriais da periferia.

Trecho 4: O que eu acho importante nesses 10 anos do Programa, **as pessoas da academia** já nos usam enquanto **objeto de estudo**. Nós temos **artigos** de pessoas que nem imaginamos. Temos **trabalhos importantes da Camila Quadros, da Camila Moura**. Uma vez eu estava no Museu Goeld, em uma atividade e um rapaz chegou e disse: “Professora Helena, você não me conhece, mas **eu te conheço**”. Eu disse: “Que legal, aqui **do Museu?**”. Ele disse: “Não, **da Terra Firme, do Ponto de Memória**, eu já participei de uma oficina com a sua filha”. Eu **me enchi de alegria**, meu **coração ficou muito feliz**.

O modo como os argumentos são desenvolvidos no texto é identificado pela análise lexical e favorece a discussão sobre a questão da legitimação, assim, é possível identificar qual discurso é reproduzido ou quais são os recursos que o enunciante lança mão para validar uma representação particular. O **Trecho 4** projeta e potencializa o ator social periférico e suas ações no território dos Pontos de Memória com reconhecimento para além-fronteiras.

O contato inicial do Ibram com as comunidades foi por sua configuração como um território com alto índice de violência, como apresentei no capítulo 1 a trajetória da relação entre Ibram e comunidades. Essa visão reforça a periferia como o local da falta, as escolhas lexicais utilizadas no trecho acima contrapõem essa ideia. A periferia, a partir da atuação dos Pontos de Memória passa a despertar interesses de instituições de ensino e pesquisadores. No entanto, reforça a importância de pesquisas e ações desenvolvidas por pesquisadores locais, é a periferia como o local da possibilidade, onde a vida pulsa.

Trecho 5: Eu estava em um GT sobre educação museal, em um congresso na USP. Aí uma mulher levantou a mão e disse assim: “eu trabalho em um museu” não lembro o nome que ela disse, mas era no Rio de Janeiro “é um museu que fica próximo a uma **favela**, é complicado, os nossos visitantes são os **favelados**, eles querem ir para lá e o pessoal da **favela** eles não sabem o que é patrimônio, eles não sabem o que é cultura e aí fica difícil **essa gente** querer entrar no museu, querer visitar o museu. Nós vamos ter que explicar o que é patrimônio, o que é cultura. Como vamos explicar isso para alguém que está no museu?”, Tinha um rapaz do meu lado que ele fazia um trabalho de arte na rua, era uma galeria de arte que funcionava no meio da Avenida Paulista e ele ficou assim: “Velho, essa moça tá falando coisa errada, mano”. Eu falei que ela estava falando coisa errada, eu levantei a mão e pedi licença, aí expliquei **o que era o Ponto de Memória** e que **entendíamos que cultura não era uma coisa só** e que **patrimônio não tem classe**. Como que alguém pode ter essa percepção sobre museu? Ao rapaz ao lado disse: “agora sim, **eu senti que eu posso ser um museu**, que meu trabalho, minha galeria pode ser um museu”. Uma das coisas importantes que os Pontos de Memória vêm fazendo ao longo desses 10 anos é **mostrar que pessoas**, que não necessariamente são museólogos ou que estão ligados aos museus, que elas **podem fazer parte dos museus**, que **o museu pode ser a céu aberto** e que **pode ser um Ponto de Memória**. O principal é que as comunidades dos Pontos de Memória têm memória.

Diferentes estratégias discursivas são utilizadas por diferentes atores, vou apresentar algumas. Nas primeiras linhas eu grafiei os termos “favela”, “favelado” e “essa gente”. As palavras destacadas poderiam ser substituídas por muitas outras possíveis. O trecho “é um museu que fica próximo a uma **favela**” evidencia uma representação de mundo que reforça a postura elitista e de dominação dos espaços oficiais de memória, uma vez que estar próximo a uma favela é um problema, o que é agravado vir de uma profissional que atua na área de educação museal. Esse discurso reforça os processos de resistências pautados entre os museus em uma perspectiva territorial simbólica. O museu está inserido próximo a uma periferia e não se reconhece como parte do território, desenvolvendo ações para que o entorno também não se reconheça como pertencente ao museu.

Quando utiliza o termo “favelados” e “o pessoal da favela” os visitantes, ao serem favelados não possuem conhecimento sobre o que é cultura e patrimônio, na visão da profissional do museu. O que evidencia sua representação de mundo particular que reforça desigualdades sociais históricas e as naturaliza. O favelado é aquele que não tem direitos e precisa permanecer assim para que não incomode. Esse trecho é muito importante para evidenciar a proposta desta pesquisa, da memória como direito e vontade política.

O termo “essa gente”, ao referir o ator social periférico reforça distâncias e desigualdades nas representações identitárias, construindo esse imaginário da periferia. Essa ação é posta em dúvida quando o ator social do Ponto de Memória problematiza o papel social dos museus e apresenta as ações dos Pontos de Memória, como a cultura e patrimônio são compreendidos. Cada uma dessas opções lexicais revela visões de mundo distintas.

Diferentes discursos podem usar as mesmas palavras, entretanto, com significados diferentes, representando diferentes conceitos sobre o mesmo fenômeno. Quando os Pontos de Memória utilizam o termo favela, periferia, ator social periférico o fazem construindo visões e modos particulares de representação de mundo e coadunam com a memória como direito, principalmente as estratégias sociais para a sua organização política.

Nos exemplos apresentados, foi possível observar diferentes estratégias para dar legitimidade a ideias e/ou ações. Mas essas possibilidades não se esgotam, a interdiscursividade é uma das possibilidades de identificação, por meio do discurso, de como o mundo social é percebido e representado e quais relações de poder estão presentes.

A ADC parte do princípio de que os atores sociais não têm consciência do papel que o discurso exerce no controle e modelagem da vida sócia. A análise discursiva crítica propõe revelar questões ideológicas que são sustentadas pelos discursos, mas que não são conscientes para os atores sociais em suas práticas. Dessa forma, ao evidenciar quais discursos, quais atores sociais, quais representações de mundo são reveladas, revela também o conteúdo ideológico presente nos discursos. Essa tarefa não é fácil, mas ao expor ideologias presentes na memória como direito e vontade política, contribuo para conscientizar os atores sociais de que nem tudo que é senso comum é natural, mas naturalizado por tradições e convenções sociais que perpetuam, normalmente, relações assimétricas de poder.

6.4 Algumas considerações

Este capítulo encerra o segundo capítulo analítico, busquei apresentar as narrativas orais de vida dos atores sociais periféricos das comunidades de atuação de Pontos de Memória, espalhados pelas cinco regiões do território brasileiro, compreendidas como constituintes do território.

Nesse sentido, memórias sociais individuais ganham projeções coletivas na busca da representação dos atores sociais em comunidades de atuação de Pontos de Memória e da configuração dessas comunidades como território de memória. Ao longo da abordagem fui discutindo e problematizando como as relações territoriais em torno da memória como direito e vontade política são estabelecidas e legitimadas ou desconstroem relações de poder e ideologias.

As narrativas orais foram abordadas em uma perspectiva da representação dos atores sociais, segundo o modelo teórico-analítico de van Leeuwen (1997). A classificação por meio

da categorização por identificação contribui para evidenciar cenário de lutas sociais hegemônicas entre Estado e sociedade civil, já que acentua identificações particulares dos atores sociais periféricos.

Os processos de exclusão de alguns atores sociais, em algumas narrativas, são significativas, uma vez que evidenciam os atores sociais periféricos, buscando protagonismo nas narrativas da periferia. De modo geral, tanto a exclusão como a inclusão têm significações potenciais na representação de identidades sociais e na manutenção ou ruptura de relações de poder que envolvem a memória como direito e vontade política.

Dessa forma, a representação é importante estratégia para a construção da periferia como território de memória e para o ator social periférico. As narrativas orais de vida desses atores podem, por sua vez, evidenciar valores, ideias e comportamentos que buscam romper com a construção da periferia como o local da falta, rompendo com relações de poder e lutas hegemônicas nas relações da memória como direito e vontade política.

Por meio das narrativas orais de vida foi possível uma primeira aplicação do território como categoria analítica, é um desenho inicial, mas será preciso amadurecimento teórico e metodológico. No entanto, destaco a posição de uma mudança epistêmica que projeta a representatividade no centro de suas discussões, a decisão de trabalhar com a memória surge de uma missão mais ampla de criar o território como categoria analítica dentro dos estudos discursivos críticos. Nesse mesmo caminho, a representação dos atores sociais periféricos, por meio de suas narrativas, provoca novas reflexões ao ampliar o olhar para questões da periferia como forma de entender e apreender o mundo.

Pautado no engajamento cívico da população periférica, tendo o ator social periférico como agente nos processos de produção e difusão do saber, coloco em perspectivas a projeção de diferentes realidades por meio do significado representacional do discurso, ponto de partida para a análise de uma atuação centrada nas representações discursivas sociais pautadas na memória como direito e vontade política.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UMA RETOMADA NECESSÁRIA

*Amar o perdido
deixa confundido
este coração.
Nada pode o olvido
contra o sem sentido
apelo do Não.*

*As coisas tangíveis
tornam-se insensíveis
à palma da mão.
Mas as coisas findas,
muito mais que lindas,
essas ficarão.*

Memória, Carlos Drummond de Andrade

Nesta pesquisa, investiguei as relações entre memória e poder nas configurações territoriais de comunidades periféricas, tendo o despertar do desejo do direito à memória como vontade política, em espaços constituídos com Pontos de Memória. Apoiei-me, em sua realização, na Análise de Discurso Crítica e da Teoria Social do Discurso, dialogando com os estudos a respeito da memória e suas manifestações, bem como das representações dos atores sociais.

Com o seu desenvolvimento, objetivo uma abordagem investigativa das práticas sociais e as mudanças, por meio da linguagem, do social e do cultural. Assim, utilizei de diversos métodos para acessar os estudos da memória, em uma perspectiva discursiva, e sua materialização enquanto vontade política. Nesse sentido, faço uma retomada necessária das relações sociais em torno da memória como direito e vontade política.

A tese foi dividida em três partes, cada parte composta por dois capítulos, em um primeiro momento, abordo o contexto social para a realização da pesquisa e identifico e aponto os motivos que me fazem considerar os Pontos de Memória como instituições comunitárias de transformação social e os processos de ressignificação da memória que desempenham importante papel nas ressignificações do campo social por meio da linguagem e do discurso, que “contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem: suas próprias normas e convenções, como também relações, identidades e instituições que lhe são subjacentes” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 95).

Trabalhar com práticas sociais discursivas e a representação dos atores sociais de comunidades periféricas, das cinco regiões do território brasileiro, com atuação de Pontos de Memória, configura-se como um grande desafio. Vivenciamos grandes processos de transformações sociais e a universidade precisa acompanhar e participar dessas transformações enquanto espaço de construção e difusão do saber. A própria realização desta pesquisa é uma resposta, nesse sentido, ao analisar e investigar os discursos relacionados as identidades e

representações de atores sociais periféricos do território brasileiro. Evidenciar essas narrativas é voltar o olhar para questões não abordadas e perpassadas por relações de poder dentro do próprio campo do conhecimento.

Por muitos anos a academia assumiu uma relação de uso entre o saber e a comunidade externa, pesquisas eram desenvolvidas com intuitos de qualificar profissionais e a própria instituição, mas desenvolver pesquisas comprometidas com a ética de forma dialógica com as teorias que estudamos envolve uma compreensão do objeto estudado em uma perspectiva do seu uso social, a depender da área do conhecimento. No caso dos estudos discursivos críticos, essa questão é cada vez mais latente.

O desafio para esta pesquisa estava no processo de compreensão das configurações discursivas da memória como um problema social a ser investigado e sua materialização como objeto de estudo, mas também das escolhas teóricas e metodológicas e posturas assumidas no processo que dialogassem com essa mudança de perspectiva da atuação dos pesquisadores e pesquisadoras. Ao longo do trabalho apontei como elemento crucial minha relação com os Pontos de Memória, em vir de uma comunidade em que as questões de lutas hegemônicas pelo não esquecimento e ressignificação de identidades é muito presente; sair deste território na busca de êxodo acadêmico e melhorias de vida e; retornar para este território como pesquisador para que outras vozes possam ecoar.

Propor a decolonização dos estudos discursivos, nesta pesquisa, abarca a compreensão da memória como direito e vontade política e como práticas discursivas e sociais são utilizadas para reconfigurar relações sociais. A vontade política de memória diz como essas comunidades são organizadas na ressignificação das narrativas constituintes do território e como essas narrativas atuam na construção, desconstrução e reconstrução de estruturas sociais vigentes. Além de abordar a memória como um direito, principalmente em espaços negligenciados socialmente, e como a vontade política de concretização desse direito é uma possibilidade de reconfigurar relações de poder e, também estabelecer essa relação intrínseca entre linguagem e sociedade.

A imersão no campo foi fundamental, não que pesquisas não possam ser realizadas de outras maneiras, mas o campo permitiu a geração de dados sob diversas perspectivas metodológicas e o contato direto com os atores sociais envolvidos.

Depois de quase cinco anos em que fui me dedicando para a realização desta pesquisa, chegou o momento de dizer: Terminei! Uma tentativa de colocar um ponto final, de dizer para

os meus leitor e leitora que este recorte de uma investigação mais ampla vem até aqui. Mas essa compreensão não é algo fácil, assim como começá-la também não foi, mas terminá-lo parece algo mais difícil. Fiz todo o trabalho etnográfico, as viagens, a geração dos dados, fui me apropriando de conceitos, me aventurei em propor uma categoria nova e agora preciso entender que este ciclo se encerra para que outros possam iniciar. Eu queria escrever mais, realmente eu queria. Ainda tinha a proposta de mais dois capítulos analíticos, foram tantos dados gerados. Mas o ciclo que encerro é o da tese, trabalhar com a memória e com os Pontos de Memória é algo que ainda farei por muito tempo, vou aperfeiçoar o território como categoria analítica, mas também preciso tornar essa investigação pública, escrever artigos e fazer o mesmo percurso das viagens, mas agora com o trabalho pronto, para dizer aos Pontos de Memória: Olhem o que conseguimos fazer!

O caminhar não foi fácil, acho que nunca é, mas pode ser mais leve. Perdi pessoas próximas, vivi inseguranças financeiras, comecei a dar aulas, fiz amigos que carrego comigo, é a vida afrouxando e apertando, pois como diz Guimarães Rosa é isso que ela quer, “o correr da vida embrulha tudo”. Quando vejo minha imagem de menino negro, periférico que só queria estudar, sem saber onde chegaria com tudo isso. Quando encontro os amigos da infância eles me perguntam surpresos: “É verdade que você estuda até hoje?” É verdade, é verdade. Aquele menino que teve que sair do bairro para estudar no centro da cidade, por não ter escola de Ensino Médio próxima, hoje chegou aqui. **SOU PESQUISADOR!**

Destaco a contribuição desta tese para os estudos discursivos críticos e a articulação com a memória social na perspectiva de significações e ressignificações de identidades, embora alguns apontamentos não sejam novos, como a própria abordagem do território como categoria analítica, mas nem sempre são formulados de maneira evidente. A relação interdisciplinar abordada na segunda parte da tese buscou estabelecer esse estreitamento das áreas do conhecimento para que o território fosse estabelecido como categoria analítica dentro da ADC.

Na primeira parte da pesquisa que apresenta esse estreitamento transdisciplinar, pesquisas em ADC envolvem processos complexos para acessar realidades sociais que precisam coadunar as metodologias propostas. Será que pequei ao analisar cinco pontos de memória? Poderia ter desenvolvido só com o Ponto de Memória do Taquaril. Uma pesquisa que envolve um corpus tão extenso e complexo pode pecar no rigor e profundidade das análises, quem quer pesquisar muita coisa, acaba não pesquisado nada. Mas para essa pesquisa, a postura assumida é um processo de resistência, um posicionamento político e a minha representação enquanto ator social periférico ao perceber a memória social como direito. A realização desta

pesquisa é como eu me organizo politicamente para a concretização, garantia e manutenção deste direito.

O primeiro capítulo faço essa construção, apresento minha trajetória e o Programa Pontos de Memória, momentos que nossos caminhos se aproximam ou se distanciam. Esta pesquisa também fala das relações de carinho, dos afetos e o desejo de conquistas coletivas. A coletividade esteve presente o tempo todo, são tantas vozes presentes nesta pesquisa. Quantos doutores receberão o título? O papel diz que sou eu, mas a representação diz que com a realização desta pesquisa, várias pessoas se formam doutores pelo território periférico brasileiro, esse título é coletivo.

O segundo capítulo apresentou as discussões metodológicas necessárias para uma pesquisa tão densa e que busca responder a complexa relação entre linguagem e sociedade. Ficou a cargo da primeira parte esse desenho inicial da minha trajetória, dos Pontos de Memória como *corpus* investigativo e das metodologias necessárias para a sua realização. O que eu faria diferente? Acrescentaria discussões, qualificaria processos metodológicos ou até outras abordagens. Mas uma tese é processual, ela vai se construindo pelo caminho, os resultados apresentados são reflexos das escolhas que fiz, poderiam ser outros, entendo a necessidade de outras abordagens, a própria compreensão do papel da linguagem nos estudos discursivos críticos foi mudando nesse caminhar. Então, eu faria exatamente todas as escolhas que fiz, pois elas dizem do resultado final desta pesquisa. Outras abordagens surgirão a partir da publicização desta tese.

Na segunda parte trabalhei os construtos teóricos e conceituais para ampliação do objeto investigativo, considero uma grande contribuição para a perspectiva transdisciplinar dos estudos discursivos críticos. Foi a base necessária para compreender esse movimento social que projeta a memória como direito e projeta, por outras perspectivas, teorias e discussões consolidadas. Também foi o espaço para pensar o território como categoria, a compreensão do território se deu por meio de diálogo com outras áreas, mas não como transposição. Foi uma construção do território na perspectiva dos estudos discursivos críticos em uma perspectiva discursiva.

Os dois capítulos analíticos da terceira parte dialogam com as duas dimensões da pesquisa estabelecidas e busca responder as questões de pesquisa propostas e permitem-me reflexões acerca da memória como direito e vontade política. Busquei acionar os pressupostos

discutidos anteriormente para uma compreensão discursiva da representação dos atores sociais periféricos e a configuração da periferia como território de memória.

No texto de apresentação da pesquisa usei duas citações de José Saramago sobre memória e arquivo, sobre as escolhas que são feitas e esse processo de compreender o passado para significar o presente e projetar o futuro. O passado não é revivido, não é resgatado, inclusive é um termo que não gosto para tratar questões da memória, não é um processo de resgate, mas de cura social por meio da linguagem e da memória perpassadas pela incompletude do arquivo, nas escolhas do que deve ser evidenciado nas marcas deixadas nas vivências dos atores sociais reveladas pelo discurso.

As análises desenvolvidas apresentam os processos de representações dos atores sociais periféricos e evidenciam relações de poder por meio do território e das identidades sociais. Os resultados são desenvolvidos por minhas interpretações e não são neutras, carregam minhas marcas ideológicas. Espero que as discussões que apresentei possam ultrapassar o âmbito acadêmico e servir de referência para a proposição de políticas públicas.

7.1 O lugar social dos atores periféricos

A realização desta pesquisa permitiu lidar com os imaginários sociais da periferia e seus atores sociais, perpassando pela compreensão das condições sociais que influenciam os comportamentos dos atores sociais e estabelecendo a relação entre linguagem e sociedade, uma vez que a representação dos atores sociais periféricos se faz presente entre a inclusão e a exclusão social.

Nesse sentido, o lugar social do ator periférico dentro da pesquisa está no processo de agente transformador da sua realidade social ao se reconhecer como partícipe e protagonista das narrativas constituintes do território. A periferia, construída como o local da falta, ganha *status* de território de memória, local onde a vida pulsa por meio dos sonhos, anseios e desejos dos atores sociais periféricos.

Os processos de representação dos atores sociais projetam o território da periferia, desvela relações sociais de poder e como são constituídas, discursivamente, desigualdades sociais perpassadas pela memória. A periferia configura-se como esse território de memória que perpassa as relações sociais e as dimensões da memória, esse território qualifica o ator social para suas ações pautadas nas lutas sociais e processos de resistências.

7.2 Periferia como oportunidade de transformação social

A realidade vivenciada pelas periferias brasileiras e seus atores sociais, contribui no agravamento da não garantia de direitos básicos, os excluídos desses direitos acabam seguindo caminhos e se tornam autores mais imediatos de práticas de violências nas suas mais diversas situações. A violência é algo ambíguo, relativo, pois, trata-se de uma categoria empírica de manifestação do social, nos quais os arranjos societários de que emerge determinará sua compreensão.

A questão posta é a forma como os atores sociais periféricos são representados discursivamente por outros segmentos sociais, tendo a periferia como algo que está a margem e determinando as possibilidades de acesso a direitos básicos. Mas esse território é projetado como o que se configura e reconfigura, por meio das memórias e relações de poder, buscando outras projeções identitárias para o território periférico e o ator social periférico.

Nesse sentido, estudar o território periférico de atuação dos Pontos de Memória é compreender essas configurações sociais dos territórios e dos atores sociais periféricos em um desenho mais amplo de concretização de uma vontade política de memória, perpassada por lutas sociais que evidenciam o território e seus atores sociais.

A realização desta pesquisa é um reflexo da periferia como oportunidade de transformação social, sou periférico e ocupo espaços que o acesso não era oportunizado. Minha formação cidadã e minhas escolhas se deram no território da periferia, assim como a minha compreensão e visão de mundo e como agente de transformação social. Também amplia reflexões da minha prática como pesquisador e o papel da construção coletiva da pesquisa.

Concluir esta pesquisa é lidar com as memórias que perpassam sua realização, mas também fica a sensação do quanto ainda precisa e pode ser feito, da limitação das minhas e resultados, mas também da potencialidade que carrega. Meu desejo é que esta pesquisa possa transpor barreiras, minha reflexão final é: NOSSAS RAIZES NÃO NOS PRENDEM, MAS ORIENTAM NOSSA CAMINHADA. NÃO SEI ONDE CHEGAR, MAS SEI DE ONDE PARTI.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Trad. W. J. Evangelista. Portugal: Presença. Brasil: Martins Fontes, 1974.

ANDRADE, Carlos Drummond de Andrade, 1902-1987. *In: Antologia Poética*. Rio de Janeiro: Record, 1991, p. 67

ANGROSINO, M.; FLICK, U. (Coord.) **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ATKISON, Paul; HAMMERSLEY, Martyn. **Ethnography principles in practice**. London: Routledge, 1983.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George; ALLUM, Nicholas C. Qualidade, quantidade e interesses do conhecimento: evitando confusões. *In: _____*. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BAUMAN. Zygmund. **Modernidade e ambivalência**. Trad. M. Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BECK, Ulrich. **Risk Society: Towards a New Modernity**. Londres: Sage. (1992)

BORGES, Jorge Luís. Funes o memorioso. *In: ARRIGUCHI Jr., Davi*. Tradução. **Ficções**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras. 2007.

BRASIL. [Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009](#). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/11904.htm. Acesso em: 22 de junho de 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Manual de redação da Presidência da República** / Casa Civil, Subchefia de Assuntos Jurídicos; coordenação de Gilmar Ferreira Mendes, Nestor José Forster Júnior [et al.]. – 3. ed., rev., atual. e ampl. – Brasília: Presidência da República, 2018.

BRASIL. Sistema Brasileiro de Museus inserido no Site do Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.museus.gov.br/oqueemuseu_apresentacao.htm. Acessado em 09 de julho de 2018.

BRASIL, Sistema Brasileiro de Museus inserido no Site do Ministério da Cultura. Disponível em: http://www.museus.gov.br/oqueemuseu_apresentacao.htm. Acessado em 09 de julho de 2018.

BRASIL, IPHAN. Conheça as diferenças entre patrimônios materiais e imateriais. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/noticias/cultura/2009/10/conheca-as-diferencas-entre-patrimonios-materiais-e-imateriais>. Acessado em 07 de fevereiro de 2019.

CAMERON, Déborah et al., **Researching language: Issues of power and method**. London & New York: Routledge. 1992

CASTTELS, Manuel. **O poder da identidade**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 255-287.

CELANI, M. A. A. Um programa de formação contínua. In: CELANI, M. .A. A. **Professores e formadores em mudança: relato de um processo de reflexão e transformação da prática docente**. Campinas, São paulo: Mercado das Letras, 2003.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHAGAS, Mário; RODRIGUES, Marcus Vinícius Macri. **A função educacional dos museus: 60 anos do Seminário Regional da Unesco**. Rio de Janeiro: Mus, 2019.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis. Vozes. 1995.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity: rethinking Critical Discourse Analysis**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

CURY, Marília Xavier. Museus em transição. In: SISEM SP – Sistema Estadual de Museus (org). **Museus: o que são, para que servem?** Bodowski: ACAM Portinari, Secretaria do Estado de Cultura de São Paulo, 2011, p. 18.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. 1992. **O que é Filosofia?**. Rio de Janeiro: Editora 34.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DESGAGNÉ, S. **Reflexões sobre o conceito de pesquisa colaborativa**. Departamento de Psicologia, de didática e de tecnologia educativa. Université Laval. Québec, Canadá, 1997.

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.

EGGINS, Suzanne. 2004. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Continuum

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. 2. Ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Analysis discourse**: textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

FELIX, Loiva Otero. **História e memória**: a problemática da pesquisa. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

FERREIRA LM, Ferreira LRK. Experimental model: historic and conceptual revision. **Acta Cir Bras**. 2003;18:1-3.

FLICK, UWE. **Uma introdução à pesquisa qualitativa**. Trad. S. Netz. Porto Alegre: Bookman, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1972.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Trad. P. Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 (1999).

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. Oeiras, Celta, 1998.

GOLVEIA, Carlos M. A. *Análise Crítica do Discurso: enquadramento histórico*. In: Mateus Maria Helena e Correia, Clara Nunes. **Saberes no tempo**. Lisboa: Colibri, 2002.

GONDAR, Jô; BARRENECHEA, Miguel. **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letrvs, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho. **Sociologia crítica: alternativas de mudança**. Porto Alegre: Editora Mundo Jovem da PUC/RS, 1996.

HABERMAS, J.. **A nova obscuridade: pequenos escritos políticos V**. Tradução Luiz Repa. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades Territoriais*. In: CORRÊA, Roberto Lobatoe ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: UERJ. 1999.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: *La mémoire collective*.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. London: Edward Arnold, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. **On grammar. Edited by Jonathan Webster**. London: Continuum, 2002.

HALLIDAY, Michael A. K. & Chrstian MATHIESSEN. 2014. Halliday's **introduction to functional grammar**. 4th ed. London and New York: Routledge.

HALL, Stuart. **A identidade Cultural na Pós-modernidade**. 2.ed. Trad. Tomaz T. da Silva e Guaracira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

HALL, Stuart. **Representation: Cultural Representations and Signifying Pratices**. New York: Sage Publication, 1997.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In. SILVA, T.T. (org) **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Trad. de Tomaz Tadeu da Silva. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103 – 133.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. A. U. SOBRAL e M. S. Gonçalves. São Paulo: Loyola, 2000, (1996).

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HODGE, Robert e GUNTHER, Kress. **Social Semiotics**. Cambridge, Grã Bretanha. Polity Press, 1988.

HUYSSSEN, A. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

IBIAPINA, I. M. L. **Pesquisa Colaborativa: investigação, formação e produção de conhecimentos**. Brasília: Líber Livro Editora, 2008.

KEMMIS, S.; WILKINSON, M. A pesquisa-ação participativa e o estudo da prática. In: PEREIRA, J. E. D.; ZEICNHER, K. M. (Orgs) **A pesquisa na formação e no trabalho docente**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

KEMMIS, S. Participatory action research and the public shere. **Educational Action Research**, vol. 14, 4, 459-476.

KRESS, Gunther and Theo van Leeuwen. **Reading Images: the grammar of visual design**. London & New York: Routledge, [1996], 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

LOUREIRO, Maria Lucia N. M. **Preservação in situ X ex situ: reflexões sobre um falso dilema**. (apresentado no 3.º Seminário Iberoamericano de Museologia, Madrid, España). Disponível em: <http://www.siam2011.eu/wp-content/uploads/2011/10/Maria-Lucia-de-Niemeyer-ponenciaDraft.pdf>. Acesso em: 22 de junho de 2022.

MAGALHÃES, Izabel; MARTINS, André Ricardo; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa*. Brasília: Editora UnB, 2017.

MAGALHÃES, Izabel. **Eu e tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus, 2000.

MASON, Jennifer. **Mixing methods in a qualitative driven way**. *Qualitative Research*, 6 (1), 2006.

MATOS, Júlia Silveira; SENNA, Adriana Kivanski. **História oral como fonte: problemas e métodos**. *Historiæ*, Rio Grande. 2011.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2010.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS. **Pontos de memória: metodologia e práticas em museologia social**. Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura. Brasília: Phábrica, 2016.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Eduardo (Org.). **A Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005.

RESENDE, Beatriz. **Apontamentos de crítica cultural**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Alain François [et al] (Trad.). Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo II. Campinas: Papyrus, 1995.

ROLNIK, Raquel. **A Violência Disseminada**. São Paulo: Perspec. 13 (4). Dez 1999.

ROSA, J.G. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

SANTOS, Boaventura. **Por uma gramática do político e do social**. São Paulo: Lua Nova, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial**. E para além de um e outro. Faculdade de Economia de Coimbra, Coimbra / Portugal, Conferência de abertura do VIII Congresso de Ciências Sociais, realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_poscolonial.pdf. Acesso em: 31 jul. 2020.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7ed. São Paulo: USP, 2005. p.139-161.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L., **Território: Globalização e fragmentação**. 5. ed., São Paulo: Hucitec; Anpur, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Eurocentrismo e identidade. In. DA SILVA, José Pereira. Org. **Por uma sociologia do século XX**. São Paulo: Annablume, 2007, P. 51-72.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **A escrita do passado em museus históricos**. Rio de Janeiro: Garamond. MinC/IPHAN/DEMU, 2008.

SARANAGO, José. **As intermitências da morte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SEBRAE. **Políticas Públicas: conceitos e práticas / supervisão por Brenner Lopes e Jefferson Ney Amaral; coordenação de Ricardo Wahrendorff Caldas – Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.**

SILVA, Wellington Pedro da; CAETANO, Carmem Jená Machado. Paredes que narram histórias: uma perspectiva da semiótica social a multimodalidade em processos expográficos de Pontos de Memória. In.: **Papéis Revista do Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem**. Campo Grande – MS. Volume 25, nº 49. 2021, p. 01 – 21.

SLATER, Don. **Cultura do consumo & modernidade**. Trad. Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Nobel, 2002.

THOMPSON, John. **Ideologia e cultura moderna**. Trad. Carmen Crisci, Petrópolis: Vozes, 1995

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VAN LEEUWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) **Análise Crítica do Discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional** Lisboa: Caminho, 1997, p. 169-222.

VAN LEEUWEN, Theo. **Discourse and practice. New tools for Critical Discourse Analysis**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2008.

VAN MAANEN, Jhon. **Tales of the field**. Chicago: The University of Chicago Press, 1998.

VAN VIDICH, Arthur J.; LYMAN, Stanford M. Métodos qualitativos. Sua história na Sociologia e na Antropologia. In: DENZIN, Norman K.; LINCON, Ivonna S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Teoria e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 49.

VARIVE-BOHAN, H. Entrevista com Hugues de Varine-Bohan. In: **Os Museus no Mundo**. Rio de Janeiro: SALVAT Editora do Brasil, 1979. 8-21p., 70-81p.

WACQUANT, Loic. Da América com utopia à avessas. In.: BOURDIEU, Pierre. (Coord.). **A miséria do mundo**. Petrópolis: Vozes, 1997.

WODAK, R. Do que trata a ACD – um resumo de sua história, conceitos importantes e seus desenvolvimentos. **Revista Linguagem em (Dis)curso**. 2004. v.4, n. Especial, pp. 223-243.

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: MEMÓRIA E PODER NAS CONFIGURAÇÕES TERRITORIAIS DE COMUNIDADES PERIFÉRICAS: o despertar da consciência do direito à memória como vontade política em espaços constituídos com Pontos de Memória

Pesquisador: WELLINGTON PEDRO DA SILVA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 11939618.6.0000.5540

Instituição Proponente:

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.341.866

Apresentação do Projeto:

Alinhado ao macroprojeto Questões de gênero e construção de identidades no discurso, coordenado pela Profa. Dra. Carmem Jená Machado Caetano, no âmbito do Programa de Pós-Graduação, este projeto discute as representações dos atores sociais dos Pontos de Memória, por meio da percepção da memória como direito e vontade política em comunidades periféricas do território brasileiro. Por meio do discurso, em suas diversas formas de realização, as pessoas agem socialmente. Este princípio permeia toda a pesquisa, compreendendo-os nas instâncias da estrutura social. Por meio do discurso emergem as relações de poder estabelecidas entre os sujeitos ou grupos de sujeitos. Essa relação será responsável pela manutenção ou transformações ideológicas, das crenças e dos valores nos meios sociais. Dessa forma, os sujeitos sociais utilizam o discurso como forma de reprodução das relações de poder na sociedade. Entende-se que há uma correspondência dialética entre linguagem e sociedade, esse entendimento permite conceber o papel do discurso nas interações sociais, bem como os sujeitos se representam e representam outrem no mundo e como constituem discursivamente suas identidades. Dessa forma, a presente pesquisa tem como foco as práticas discursivas e a representação dos atores sociais de comunidades periféricas, do território brasileiro, constituídas com Pontos de Memória. O termo periférico toma um outro campo de significado especial nesta pesquisa, pois o pesquisador assume identidades e transformações ideológicas de moradores de comunidades com seus

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



Continuação do Parecer: 3.341.866

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 22 de Maio de 2019

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador(a))

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br